

ORIGEM DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS
ERROS QUE ESTÃO VIRANDO ACERTOS
MODISMOS QUE CONVÉM EVITAR
LENDAS ETIMOLÓGICAS
NOVAS PALAVRAS EM ALTA
"ERROS" QUE AS PATRULHAS INVENTAM
DÚVIDAS MAIS COMUNS

VIVA A LÍNGUA BRASILEIRA!

Uma viagem amorosa, sem caretice e sem vale-tudo, pelo sexto idioma mais falado do mundo — o seu

SÉRGIO RODRIGUES

COMPANHIA DAS LETRAS

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.site*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."




30
ANOS

SÉRGIO RODRIGUES

VIVA A LÍNGUA BRASILEIRA!

Uma viagem amorosa, sem caretice e sem vale-tudo,
pelo sexto idioma mais falado do mundo — o seu

COMPANHIA DAS LETRAS



ORIGEM DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

ERROS QUE ESTÃO VIRANDO ACERTOS

MODISMOS QUE CONVÉM EVITAR

LENDAS ETIMOLÓGICAS

NOVAS PALAVRAS EM ALTA

"ERROS" QUE AS PATRULHAS INVENTAM

DÚVIDAS MAIS COMUNS



— Quando alguém diz "Não fiz nada", está dizendo que fez alguma coisa! Menos com menos dá mais! Percebe como todo mundo fala errado?

— Ô língua ridícula e sem lógica! Por que não fomos colonizados pelos holandeses?

OS SABICHÕES

— A língua-padrão é um dinossauro conservado em formol, preservado a ferro e fogo pela gramática normativa como instrumento de dominação de classe!

— Ah, quer dizer que bão procêis é todo mundo bem inguinorante, né?

OS POLITIZADOS



— Declino à conspícua escrivania o presente encartado, com fincas ao dealbar coruscante, no cerebrino zimbório do legente, da luculentíssima flor última do Lácio.

— O escopo da assertividade de um escritor ao escrever um livro é o valor que o mesmo (escritor, não livro) agrega à estratégia disruptiva do mesmo (livro, não escritor), de forma proativa e sintonizada com os valores dos mesmos (os dois).

OS ENROLÕES



— Falar sobre a língua é uma tremenda perda de tempo. Palavras foram feitas para a gente falar *elas*, não *sobre elas*!

— Lacrou! Será que esse idiota não tem nada de útil para fazer?

OS ANTI-INTELECTUAIS

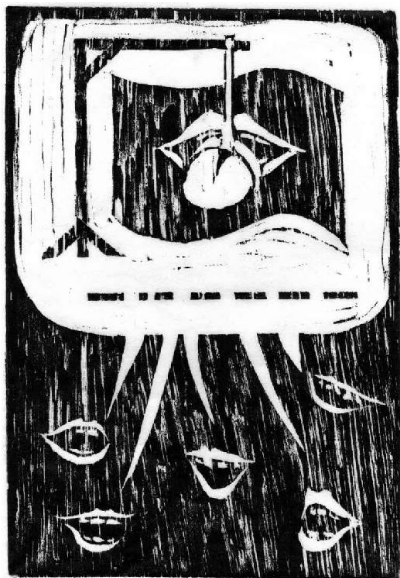


— Nossa pet shop tem um playground animal para o seu dog! Venha conferir nossa sale: 50% off!

— Proponho que o cidadão pague uma multa por cada palavra inglesa que usar. E deletem-se as disposições em contrário! Não, espera...

OS ANGLOCÊNTRICOS

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO

Ó ABRE ALAS



Toda palavra é adâmica:
nomeia o homem
Que nomeia a palavra.
Murilo Mendes

Este livro é uma declaração de amor à língua portuguesa brasileira. Sim, eu disse “língua portuguesa brasileira”. Portuguesa porque foi inventada lá, brasileira porque faz mais de cinco séculos que a falamos aqui.

É em nossa variedade mestiça, vocálica, plástica e colorida do idioma nascido há cerca de oitocentos anos na Península Ibérica, filho caçula do latim, que estão mergulhados hoje mais de 80% dos lusoparlantes.

Pena que, no meio dessa multidão, não faltem os que falam mal da sua língua. Repare na preposição: falam mal *da* sua língua. Mesmo quando nem a falam tão mal assim.

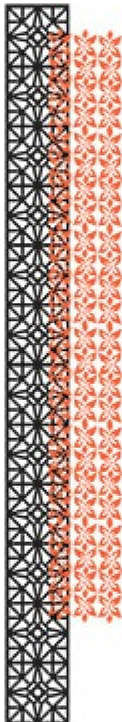
Dizem que o português brasileiro é errado, que só os irmãos d’além-mar sabem tratar a gramática como ela merece. Ou então dizem que esse idioma enrolado e difícil nunca prestou mesmo, já era uma desgraça antes de Camões — ah, quem nos dera falar uma língua de Primeiro Mundo!

Há aqueles que, empenhados na causa nobre de estudar os falares do povo, desenvolvem um preconceito contra a língua-padrão e, por tabela, contra os séculos de beleza que a literatura nos legou. Terminam por proclamar — sem que ninguém dê muita bola, é verdade — a independência linguística do “brasileiro”.

E existem os que se aproveitam da confusão generalizada para exercer os vis prazeres de corrigir o que nunca esteve errado — e tome bobagens como “risco de morte”, “um peso e duas medidas” etc.

Ainda nem falamos das saúvas clássicas: o analfabetismo funcional que assola a maioria da população, o pedantismo cafona do juridiquês, a barbaridade do corporativês, a importação servil de estrangeirismos gratuitos e a tendência — aliás universal — ao chiclete viciante do clichê, da embromação, da entropia do sentido…

Nesse quadro, muita coisa anda em falta no Brasil, a começar por uma educação de qualidade minimamente aceitável. Mas talvez não seja piegas dizer que falta amor à língua também.



Tudo é erro x
nada é erro:
jogo arrastado

Os debates públicos sobre a língua andam chatos, parecendo diálogos de surdos. De um lado gritam os que defendem por puro reflexo a gramática tradicional (muitas vezes sem sequer dominá-la), convencidos de que o mundo vai acabar da próxima vez que alguém escrever "Me chama" em vez de "Chama-me" — como se isso não fosse banal na literatura brasileira há quase cem anos.

Do outro lado, esgoelam-se aqueles que se baseiam nos estudos linguísticos modernos para abrir fogo contra qualquer fumaça de certo e errado, beirando a esculhambação de tratar o português bem transado, que procura atualizar a tradição dos bons autores em vez de dinamitá-la, como entulho normativista.

Sem caretice e sem vale-tudo, este livro entende os argumentos dos dois lados, mas reserva-se o direito de não morrer abraçado com nenhum deles. Aposta que é possível cultivar a variedade culta da língua e ao mesmo tempo compreender que regras são historicamente determinadas, que nenhuma delas caiu do céu, e que no fim das contas o idioma é sempre atualizado por quem o fala. A mesma aposta inclui o reconhecimento da grande beleza que existe nisso.

Sem submissão ao jeito lusitano, mas ao mesmo tempo sem esperneios de independência que pudessem transformar (que horror!) a poesia de Fernando Pessoa em terra estrangeira, *Viva a língua brasileira!* dança na corda bamba de sombrinha.

Sim, feito a esperança de Aldir Blanc na canção "O bêbado e a equilibrista" — um dos poetas da língua brasileira que teremos como guia de viagem.

OLHA QUEM

ESTÁ FALANDO

Ganho a vida com palavras, mas minha abordagem não é a de um linguista, gramático ou professor de português. Sou escritor e jornalista.

Este livro é fruto de duas experiências pessoais: meio século como falante e quinze anos como pesquisador e colunista (na imprensa tradicional e na internet) especializado em língua e linguagem, em nosso jeito de falar e escrever: o certo e o errado, o bonito e o feio, o como e o porquê, de onde viemos e para onde vamos.

Se você acha nosso idioma dificílimo, ilógico, caidaço, ou acredita que conversar amorosamente sobre ele é perda de tempo — lamento, você está errado. Espero que este livro mude seu modo de pensar.

Mas se você se orgulha de ser um falante nativo da língua de Carlos, Clarice, Chico e Clementina, se compreende o valor de respirar dia e noite o sexto idioma do mundo em número de falantes e o terceiro nas redes sociais — bem, parece que nós falamos a mesma língua.

Digamos que, além disso, você se aborrece quando ouve algum bobo dizer que *breakfasts* são mais saborosos que cafés da manhã, pois sabe que o ultraconservadorismo é uma furada e que devemos dar boas-vindas a estrangeirismos e outras inovações, mas sem perder o senso de ridículo jamais.

Nesse caso, não resta dúvida: você acaba de encontrar sua turma.

Boa viagem!





COITADA DA NORMA, TÃO CULTA!

— E a Norma, hein?

— O que é que tem?

— Você não soube? Anda mal falada.

— A Norma? Depois de velha? Mas ela é tão culta!

— Pois é. E com aquela pose toda, a mania de ditar regrinhas de bom comportamento, de corrigir todo mundo…

— Mas o que foi que aconteceu?

— Ora, o que aconteceu é que caiu a máscara da madame, né? Descobriram finalmente como ela é autoritária, elitista e preconceituosa. E pior, arbitrária, totalmente desconectada da realidade.

— Puxa, eu sempre achei a Norma tão correta…

— Correta demais, aí é que está. Era para desconfiar, acho que demorou. Parece que até aqueles amigos que ela se orgulhava de ter no ministério andam virando a cara para ela.

— Ah, coitada. Eu sinto pena.

— Pois eu acho ótimo. Nunca fiquei à vontade na presença da dona, sabia? Muitas vezes aconteceu de eu ter alguma coisa importante para falar e ficar com medo. Preferia nem abrir a boca.

— Isso é verdade, a Norma sempre foi difícil.

— Tá vendo? Nem você, que é meio puxa-saco, está disposto a defender a megera!

— Estou, sim; defendo, sim. E você? Fica aí esculachando, mas até que está se expressando direitinho, do jeito que ela gosta.

— Eu?

— Você.

— Ah, você não viu nada, meu amigo. A gente vamos barbarizar!

A LÍNGUA MAIS DIFÍCIL DO MUNDO?

Quantas vezes você já ouviu que nossa língua é a mais complicada que existe? Bobagem. O português é uma das línguas mais fáceis do mundo, isso sim.

Claro que depende do ponto de vista: aprender sueco, por exemplo, é moleza para quem fala dinamarquês. Mas um ranking elaborado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos (do ponto de vista dos falantes de

inglês, portanto) situa nossa língua no grupo um, o dos idiomas acessíveis em que se pode ficar fluente com até seiscentas horas de estudo. Na mesma categoria estão francês, italiano e espanhol. No extremo oposto, o grupo quatro, o tempo de ralação sobe para 2200 horas. Ali estão árabe, mandarim, coreano e japonês.

Quanto à mania brasileira de achar que o português é mais difícil que engenharia espacial, é como diria um velho professor rabugento:

— Português não é difícil, você é que estudou pouco!



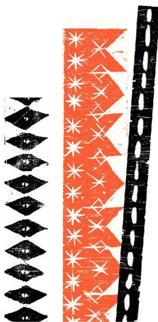
De onde tiraram isso?

Baseada provavelmente na dor de cabeça real que acomete estrangeiros diante da arquitetura barroca de nossos verbos, a afirmação dispensa a necessidade de prova. O sujeito erra o gênero da palavra *alface* e pronto, lá vem a desculpa universal:

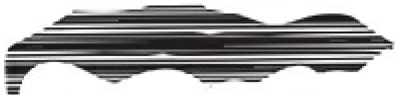
— Também, como é difícil a porcaria dessa língua! Ah, se tivéssemos sido colonizados pelos holandeses!

Isso não quer dizer que o queixoso saiba holandês. É na imensa parcela monoglota da população que a crença na dificuldade insuperável do português encontra solo mais fértil. Não é uma conclusão a que se chegue depois de estudar latim, alemão, húngaro, russo e japonês. Ninguém precisa ter encarado uma declinação — vespeiro do qual a gramática portuguesa nos poupou — para deplorar o desafio invencível da crase.

O mito das agruras superlativas do português diz muito sobre a falência educacional brasileira.



PERDA DE TEMPO?
NÃO: PILAR DA
CIDADANIA



Existe uma parcela da sociedade brasileira — talvez pequena, mas certamente aguerrida, a julgar pelas mensagens furiosas que de lá me chegaram ao longo dos anos — que considera a linguagem um não assunto. Escrever sobre ela seria o modo mais garantido de perder tempo, uma revoltante inutilidade.

Trata-se de um equívoco de grandes proporções. As palavras nos falam dos pés à cabeça, do nascimento à morte, estejamos dormindo ou acordados. Ainda assim, para essas pessoas, não se pode falar delas. Como se a linguagem fosse um ponto cego, uma paisagem que, de tão vista, já não conseguimos ver. Apontá-la é inútil porque parece não haver nada lá.

Certa vez o escritor americano David Foster Wallace abriu um discurso de paraninfo contando uma fábula singela. Dois peixes jovens cruzam com um peixe mais velho, que lhes pergunta:

— Como está a água hoje, rapazes?

Os dois não respondem e, quando o veterano se afasta, se entreolham:

— Água? O que é água?

A TEORIA CÍVICO-LINGUÍSTICA DA CATEDRAL

Foi em 2011, entrevistando o escritor israelense Amós Oz, que finalmente compreendi o tamanho do erro de ver na língua um ponto cego do pensamento — mais do que um equívoco típico da tradição anti-intelectual brasileira, o sintoma de uma deficiência mais grave. De uma falha cultural, quem sabe até cívica. Não creio que esteja exagerando.

Estávamos num salão vazio no segundo andar do belo hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, e Oz discorria com paixão sobre o idioma hebraico:

— É um instrumento tremendo, ao mesmo tempo antigo e moderno. É cheio de ecos da antiguidade, os salmos e profetas estão todos lá, e no entanto é uma língua contemporânea. Deve-se ter muito cuidado com esse instrumento maravilhoso, como quem toca órgão numa catedral.

A princípio não entendi. Cuidado por quê? Qual era o perigo?

— Conjurar ecos monstruosos — explicou Oz. — Se você tocar sem querer certas cordas bíblicas, soará grotesco, ridículo. Isso é ótimo para a paródia e a ironia, mas você precisa saber o que está fazendo. É um campo minado.

O pé-direito alto do salão em que nos encontrávamos parecia ilustrar o elegante argumento. Me ocorreu então um pensamento que, embora talvez óbvio, recebi como uma epifania: toda língua é uma caixa de ressonância e um campo minado. Se um escritor de língua portuguesa dificilmente evocará profetas, pode, de propósito ou não, conjurar num único texto os fantasmas de Camões, Vieira, Machado, Bandeira, Vinicius. Ou Didi Mocó.

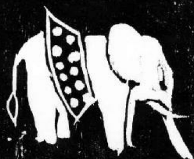
É a tradição literária acumulada e o peso que ela tem na cultura geral, dependente do grau de letramento da sociedade, que vai determinar no fim das contas a intensidade dessa reverberação — a altura do pé-direito, por assim dizer, que tanto pode ser o de uma catedral magnífica como o de uma capelinha de província.

Sentado ao órgão, o escritor produz a música que seu talento lhe sopra, mas também a que sua caixa de ressonância lhe permite produzir. Ao mesmo tempo, ao contrário do que ocorre no mundo físico — o que demarca o limite da metáfora oziana —, os acordes que saem dos tubos têm o potencial de sustentar o teto, impedindo que ele desabe e até, nos casos mais felizes, ajudando a elevá-lo.





ANTA



OA



1
COMO É QUE SE ESCREVE?



Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo...
e vivo escolhendo o dia inteiro!
Cecília Meireles

Americano ou estadunidense? História ou estória? Homossexualismo ou homossexualidade? Louro ou loiro? Esta seção reúne 25 das dúvidas ou-isto-ou-aquilo de maior sucesso que recebi dos leitores ao longo de quinze anos de consultório gramatical na imprensa.

Há dúvidas de ortografia, de semântica, até de usos e costumes. A maioria tem uma resposta clara, umas poucas caem no terreno do "tanto faz", mas uma coisa é certa: todas estão na cabeça dos brasileiros do século XXI.

AMERICANO, NORTE-AMERICANO OU ESTADUNIDENSE?

Como chamar o nativo dos Estados Unidos: *americano, norte-americano* ou *estadunidense?* As três formas têm adeptos no português contemporâneo — o que não quer dizer que se equivalham — e sempre rendem discussões quentes.

AMERICANO: É a forma mais comum e também a mais enraizada na história de nossa língua. De Machado de Assis a Caetano Veloso ("Americanos são muito estatísticos/ Têm gestos nítidos e sorrisos límpidos"), existe uma tradição cultural séria a legitimar *americano* como termo preferencial para designar o que se refere aos Estados Unidos no português brasileiro.

Sempre houve quem se incomodasse com isso, por acreditar que tal escolha trazia embutida uma concordância com o sequestro que os conterrâneos de John Wayne fizeram de termos mágicos — *América*, *americanos* — que deveriam ser propriedade de todo o Novo Mundo. Afinal, os brasileiros também somos, assim como argentinos, venezuelanos e tobaguianos, americanos, certo? É claro que sim.

O problema é que o principal argumento contra o uso de *americano* — o de que o termo está "errado" porque quer dizer tudo o que se refere às três Américas — é ingênuo.

Americano quer dizer as duas coisas. Assim como *mineiro* pode designar tanto um trabalhador em uma mina, seja ele búlgaro ou cearense, quanto alguém natural do estado de Minas Gerais. Palavras convivem bem com mais de um sentido.

De qualquer modo, tudo indica ter sido desse impulso nacionalista — ou continentalista — que brotaram os dois termos seguintes.

NORTE-AMERICANO: Já foi indiscutivelmente o segundo colocado na preferência dos brasileiros, atrás de *americano*, mas a lógica que o sustenta é frágil. Por um lado, não há “norte” no nome do país. Por outro, temos aqui o mesmo suposto problema que o pessoal do sentido único vê em *americano*: numa de suas acepções, o termo inclui canadenses e mexicanos.

ESTADUNIDENSE: Abertamente antiamericano, é provável que tenha conquistado o segundo lugar nas graças dos falantes, atrás de *americano*, durante o pesadelo dos oito anos da presidência George W. Bush. A questão aqui é política, ponto: por que logo eles, os americanos, teriam o direito de usar como emblema a sonoridade mágica de *América*? Se nós também somos América e temos até uma Iracema, isso não seria pura pilhagem cultural, muque colonialista, arrogância ianque?

É claro que se pode pensar assim, e de certa forma foi isso mesmo que ocorreu. Mas o fato cru é que, quando grande parte do mundo estava sendo redividido e rebatizado, os caras foram espertos no trabalho de *branding*. Correram ao cartório mundial com o bebê no colo e incorporaram a palavra *América* ao nome do país. São os Estados Unidos *da América* como nós já fomos os Estados Unidos *do Brasil*.

Ninguém nos chamava de estadunidenses na época.

O falante decide

Paciência, então? Isso vai de cada um. Minha paciência é bem menor com episódios de sabichonismo linguístico — “Você está errado por falar como todo mundo, eu e uns poucos outros é que estamos certos” — do que com os Estados Unidos da América, sobretudo depois que Barack Obama tomou o lugar de Bush. No fim das contas, bastaria o pernosticismo de *estadunidense* para me indispor contra ele.

Não existe certo ou errado aqui. Assim como a mandioca também pode ser, por questões regionais, chamada de aipim ou macaxeira, os termos *americano, norte-americano* e *estadunidense* são opções vocabulares à disposição do falante. Mas convém saber aquilo que cada um implica antes de sair brandindo argumentos furados de autoridade.

antártida

ou antártica?

Em português, o nome tradicional do continente gelado em torno do polo Sul é *Antártida* (em Portugal, *Antárctida*). Até algum momento impreciso dos anos 1980, talvez 1990, não parecia haver dúvida sobre isso: *Antártida* era o nome próprio e *antártico* (*a*), o adjetivo a ele correspondente.

Isso vem mudando. Não havendo o que se possa chamar de posição "oficial" sobre o assunto, hoje as duas formas, *Antártida* e *Antártica*, são empregadas no português brasileiro — consta que em Portugal os falantes conservam fidelidade à sua *Antárctida*.

Como o uso é soberano, não se pode dizer que nenhuma das formas esteja errada. Mas *Antártida* é preferível.

O anti-Ártico

Será que o uso crescente do nome próprio *Antártica* é só um daqueles erros que, de tão repetidos, acabam por se impor? Pode ser, mas seus defensores mais eruditos, entre os quais há geógrafos de renome, alegam ser essa a única forma que faz sentido etimológico, uma vez que o latim *antarcticus*, "austral", derivou do grego *anti* + *arctikós,* ou seja, o que se opõe ao ártico (de *Árktos*, a Ursa, dupla de constelações do norte).

Se não chamamos o Ártico de Ártida, argumentam, por que chamar seu antípoda de Antártida? Há quem imagine que tudo começou com um erro de grafia e ainda os que enxergam no batismo da Antártida uma influência da mitológica Atlântida, o continente perdido.

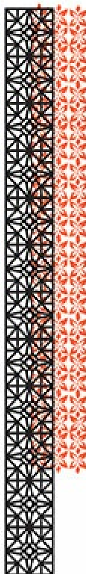
Discussões etimológicas à parte (dificultadas pelo fato de dicionaristas não se dedicarem a topônimos, registrando apenas os adjetivos a eles correspondentes), considero provável que a forma emergente *Antártica* seja só mais uma das incontáveis influências do inglês em nossa língua.

baviera
ou bavária?



Baviera, por favor! *Bavária*, forma que nas últimas décadas tem aparecido com frequência na imprensa brasileira, é nome de cerveja.

Vamos a um pouco de história. Bayern é como se chama, no idioma local, o estado alemão situado no sudeste do país, cuja capital é Munique. Acredita-se que a palavra tenha ligação com os boios, povo celta que vivia na região desde antes de sua anexação ao Império Romano. Os mesmos boios estão por trás do nome da vizinha Boêmia, hoje parte da República Tcheca.



No latim medieval, Bayern virou *Bavaria*. No entanto, foi só após uma tabelinha com o francês *Bavière* que a palavra chegou ao português — como também ao espanhol. É por isso que a região ficou conhecida entre nós como Baviera, sendo *bávaro* o gentílico respectivo.

E de onde saiu *Bavária*? O que pode parecer um retorno às nossas raízes latinas é mais provavelmente uma tradução apressada e inculta do inglês *Bavaria*, só isso. Quem sabe com um empurrãozinho da cerveja.

cãibra
ou câimbra?

Deve-se preferir *cãibra*, forma tradicional e que

goza de melhor trânsito no universo dos falantes de português.

Câimbra é uma variante que encontra abrigo — como forma não preferencial — nos grandes dicionários brasileiros e também no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras (Volp). Mas não goza do mesmo prestígio em Portugal.

Quanto a *cãimbra*, grafia que promove uma mistura das outras duas — bom, esta é só um erro mesmo.

câmara ou câmera?

Quando se trata do aparelho óptico, as duas formas são usadas no Brasil. A maioria dos nossos dicionários registra ambas, com *câmera* remetendo a *câmara*.

Isso não quer dizer que uma delas esteja errada, e sim que ambas são admitidas, com a segunda (*câmara*) ocupando, segundo os lexicógrafos, posição preferencial.

Em outras palavras: *câmara* é a forma clássica, lusitanamente correta, válida para todas as acepções da palavra, enquanto *câmera* é um brasileirismo influenciado pelo inglês *camera* e que tem o sentido especializado de aparelho óptico (para tirar fotografias ou captar imagens em movimento no cinema ou na TV).

Tudo bem. Ocorre que, nessa acepção, a forma *câmera* é mais corrente entre nós do que *câmara*. E quando a palavra designa o profissional — *o câmera* — que opera a câmera, a versão com *e* chega a ser exclusiva. Nunca vi um deles ser chamado de “o câmara”.

Traduzindo: os dicionários resistem, mas vai se consolidando no uso brasileiro a distinção entre *câmera* (aparelho óptico) e *câmara* (recinto fechado, aposento, compartimento, cavidade num organismo vivo ou numa caverna, salão de reunião e assembleia ali reunida etc.).

A distinção tem aspectos funcionais, como no caso do profissional chamado *câmera*, mas não devemos esquecer que uma acepção derivou da outra: a *câmera* nasceu como *câmara escura* (*camera obscura*), "caixa ou câmara dentro da qual se forma, por intermédio de uma pequena abertura (ou uma lente), a imagem de uma cena externa" (*Houaiss*).

A oscilação vem de longe

Torna tudo mais interessante saber que ocorre desde o latim clássico a oscilação entre as grafias *camera* e *camara* ("teto abaulado, navio coberto, céu da boca") — com a primeira no papel de preferencial, segundo o



dicionário *Saraiva*. No início do século XVIII, o português adotava a forma *câmera* para designar *aposento*.

Essa antiguidade fez com que, surpreendentemente, um severo caçador de estrangeirismos como o português Vasco Botelho de Amaral fosse tolerante com *câmera* em seu *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*, de 1938.

Apesar disso, é evidente que a preferência brasileira por *câmera* tem menos a ver com um uso antigo do que com a influência recente do inglês.

elefanta ou elefoa?

Sim, o Volp registra a palavra *elefoa*! O ponto de exclamação se justifica porque *elefoa* é um velho erro cômico — e um tanto infantil — sem a menor sustentação etimológica ou morfológica. O feminino de *elefante* é *elefanta*.

O vocábulo *elefoa* jamais teve acolhida em nenhum dicionário de português — luso ou brasileiro — de que eu tenha notícia. Sua única aparição é negativa e se dá no *Aurélio*, que anota: "Não existe o feminino *elefoa*". O que atesta a popularidade do erro, mas só isso.

Ah, sim: aparece também na gramática de Evanildo Bechara, o cérebro filológico por trás do Volp, o que explica muita coisa. Mas nessa o respeitado gramático está sozinho.

Será que os dicionários deveriam se adaptar e reconhecer a forma preferida por tanta gente, mesmo que lhe falte sustentação histórica? Acho que não.

É verdade que a língua muda o tempo todo e que muitos equívocos e mal-entendidos de ontem estão integrados à norma culta de hoje. No entanto, há erros condenados a ser apenas erros. Não falta quem confunda as duas coisas, mas duvido que *loção* um dia vire sinônimo de *noção*.

Melhor faria o Volp se tirasse humildemente de cena a palavrinha

malformada — ou então, por coerência, passasse a registrar também *dibre*, variante popular de *drible* que é mais defensável e deve ter mais adeptos do que *elefoa* entre os falantes brasileiros.

Aliás, que tal esquecer aliá?

A maior parte dos dicionários brasileiros registra também *aliá*, uma palavra de origem oriental (cingalesa) que, vamos combinar, só não caiu em completo esquecimento devido à insistência desses mesmos dicionários em mantê-la viva, com a ajuda de certos professores de português e um punhado de redatores de palavras cruzadas.

Na vida real, faz tempo que ninguém chama *elefanta* de *aliá*. A maioria dos lexicógrafos de Portugal nem registra o termo.

espécie ou espécime?

Depende do que se quer dizer. Apesar da semelhança, trata-se de vocábulos diferentes, cada um com sua própria origem e significado.

Espécie é uma palavra antiga (século XIII) que aponta sempre para uma coletividade. *Espécime* é um vocábulo relativamente recente (século XIX) que se refere a um indivíduo dentro dessa coletividade.

O sentido mais básico de *espécie* (do latim *species*, "conjunto de traços que fazem reconhecer qualquer objeto") é o de grupo em que se classificam seres vivos e coisas, segundo suas características.

A acepção biológica de *espécie* é mais controversa, mas não vem ao caso. Para a linguagem comum basta saber que, por exemplo, seres humanos pertencem a uma espécie e cachorros a outra.

Já o sentido de *espécime* (do latim *specimen*, "amostra, prova") é "qualquer

indivíduo de uma espécie". Cachorros formam uma espécie, mas aquele chihuahua ali, no colo da madame, é um espécime.

A grafia *espécimen* também é considerada correta, embora não seja preferível.

Outra diferença entre as duas palavras é que *espécie* é substantivo feminino e *espécime*, masculino — qualquer que seja o sexo do espécime.

estória
ou história?

As duas palavras existem, mas são diferentes. Segundo o dicionário *Houaiss*, *estória* é um brasileirismo que significa apenas "narrativa de cunho popular e tradicional", enquanto *história* pode querer dizer também isso — entre muitas outras coisas.

No entanto, na língua brasileira real, o sentido de *estória* acaba sendo mesmo o de qualquer história inventada, ainda que não "popular e tradicional".

Nessa eu fico com o *Aurélio*, que não reconhece a palavra, e com os portugueses, que não a usam: para mim — e para a maioria dos escritores que conheço — é tudo *história*. É que a fronteira entre história real (*história*) e história fictícia (*estória*) me parece fluida demais para tornar funcional a adoção de dois vocábulos.

Quem não sabe que a *história*, bem espremida, é cheia de *estórias*? E vice-versa? Mais inteligente deixar a distinção a cargo do contexto.

Os adeptos de *estória* são minoritários, mas têm um padrinho forte. Depois que Guimarães Rosa usou a palavra no título de seu livro *Primeiras estórias* (1962), cujo conto de abertura começa com a frase "Esta é a estória", não lhes faltam credenciais literárias.

No fim das contas, esse é mais um daqueles casos em que cada um deve decidir com a própria consciência e o próprio gosto seu caminho no mundo da

língua.

Inglês ou francês?

A origem de *estória* é meio controversa. Seu primeiro registro em português, no século XIII, é anterior ao de *história*, e por algum tempo as duas palavras tiveram exatamente o mesmo sentido.

A matriz daquele velho termo já seria o inglês *story*, segundo o *Houaiss*, mas não convém descartar a hipótese de que ele tenha derivado — do mesmo modo que *story* — do francês arcaico *storie*, uma palavra do século XII.

Seja como for, aquela primeira encarnação de *estória* caiu em desuso. O ressurgimento da palavra no Brasil, já no século XX, foi indiscutivelmente obra do inglês.

expresso
ou espresso?

As duas grafias são encontradas por aí, café *expresso* e café *espresso*. Não se pode dizer que uma ou outra esteja errada, mas prefiro a primeira — como, aliás, os poucos dicionários de português que registram essa acepção da palavra.

Espresso é uma palavra italiana que, em português, traduz-se como expresso. Sim, foi na Itália que nasceu o café preparado dessa maneira, na hora, numa máquina especial. Mas não creio que isso seja razão suficiente para importar também a grafia original.

Quem defende o uso de *espresso* alega que a palavra portuguesa *expresso* provoca confusão, por dar a entender que o particípio irregular do verbo *exprimir*, onde nasceu esse adjetivo (e também substantivo), tem algo a ver com a mecânica do café *expresso*.

Acontece que, etimologicamente, tem mesmo, ainda que por vias tortas.

Expresso é uma tradução literal possível de *espresso* e compartilha com ele um antepassado distante: o latim *exprimere*, que significava tanto “apertar com força, extrair” quanto “pronunciar, enunciar claramente”.



Espremido ou rápido, eis a questão



A história se complica um pouco porque dessa matriz latina o português tirou dois verbos distintos: *espremer* (no século XIV) e *exprimir* (no XV). Embora, como explica o *Trésor de la langue française* no verbete *express*, nunca tenha ficado estabelecido acima de qualquer dúvida se o *espresso* italiano nasceu com o sentido de “espremido, feito sob pressão” ou por analogia com a acepção (anglófila) do trem expresso, isto é, “rápido, direto ao ponto”, a grafia com *x* tem sido adotada em francês e também aqui. Em inglês escreve-se *espresso*, à italiana.

Além de “enunciado de forma clara ou categórica”, *expresso* tem alguns outros sentidos consagrados que caem bem neste caso, como informa o *Houaiss*: “que é enviado rapidamente, sem delongas” (correspondência); “que vai do ponto de partida ao ponto de chegada sem parar” (trem).

É nessa linhagem semântica que o mesmo dicionário passou recentemente — com atraso em relação ao *Dicionário de usos do português do Brasil,* de Francisco S. Borba, mas à frente de boa parte dos concorrentes, que ainda ignoram tal acepção — a registrar o café “que é preparado, no momento em que o freguês o pede, numa máquina especial”. Com *x*.

fruto
ou fruta?

Há um modo simples (simples demais, como veremos) de responder à questão: *fruta* é o *fruto* comestível. O que equivale a dizer que, na linguagem comum, toda fruta é um fruto, mas nem todo fruto é uma fruta.

Por exemplo: a mamona é o fruto da mamoneira. Não é uma fruta, pois não se pode comê-la. Já o mamão, fruto do mamoeiro, é obviamente uma fruta.

Se a regra geral é simples, basta aplicá-la à imensa variedade do reino vegetal para que comece a se complicar.

Quase sempre a fruta pode ser comida crua, mas não necessariamente. Nas palavras do *Houaiss*: "Alguns frutos, embora só sejam consumidos após o cozimento, são chamados de frutas, como, por exemplo, a fruta-pão e algumas variedades de banana".

O quadro fica mais confuso porque há, sim, frutos comestíveis (às vezes até sem cozimento) que a linguagem comum não chama de frutas, e sim de legumes.

O chuchu e o pepino são dois deles. O tomate, embora haja uma corrente sabichona que discorde ("Tomate é fruta!"), é outro. Em linhas gerais, legumes são frutos comestíveis que se caracterizam por terem menos açúcar do que as frutas.

Na linguagem científica é diferente

Para evitar mal-entendidos, convém enfatizar que aqui estamos falando das palavras *fruto, fruta* e *legume* na linguagem comum, e não na científica.

O sentido de *fruta* inclui, portanto, o que no vocabulário botânico se chama de pseudofruto (como o caju) e de infrutescência (como o figo).

Fruta como coletivo

Fruto e *fruta* são palavras — ambas antigas, datadas do século XIII, a princípio grafadas *fruito* e *fruita* — que têm origem latina semelhante, mas não idêntica.

A matriz de *fruto* é *fructus*, "direito de receber e guardar como propriedade os frutos produzidos por alguma coisa; gozo desses frutos, proveito, colheita". O sentido de "direito de fruir" é conservado na palavra *usufruto*, derivada de *usus-fructus*, "direito de gozo de um bem do qual não se é proprietário".

Fruta veio de *fructa*, plural da forma tardia *fructum* (correspondente ao clássico *fructus*). Não consegui encontrar nenhuma referência ao momento em que surgiu seu sentido restrito de "fruto comestível", mas tudo indica que ele não existia em latim.

A origem de *fruta* levou alguns gramáticos antigos a condenar seu uso no plural, como se a palavra já tivesse sentido coletivo em si. Um preciosismo que a realidade da língua soterrou faz tempo.

glamour,
glamor
ou glamur?

Essa dúvida nos lança num pequeno vespeiro que, nem por ser minúsculo, restrito a uma palavra, deixa de azucrinar os falantes.

O substantivo *glamour*, sinônimo de "charme, encanto pessoal, magnetismo", é registrado por todos os nossos principais dicionários. Contudo, ao contrário de *xampu, abajur* e outros termos importados, não conseguiu se naturalizar.

Pois é: o serviço de imigração da lexicografia insiste que, embora circule livremente por aí, *glamour* ainda carrega documentos estrangeiros e deve ser grafado em itálico. Ninguém obedece, claro, e fica por isso mesmo.

Essa recusa dos dicionaristas é um tanto esquisita se considerarmos que *glamour* veio para ficar e até constituiu família: seus filhos nativos — como *glamouroso, glamourizar* e *glamourização* — são dispensados pelos sábios do uso de itálico, embora não estejam livres de uma incômoda variedade de grafias. O *Aurélio* registra *glamouroso*. O *Houaiss*, *glamoroso*.

A confusão não para aí. É agravada pelo fato de que 999 em mil brasileiros (talvez mais) pronunciam *glamur*, e não *glamor*. Os dicionaristas não gostam dessa opção prosódica por uma razão etimológica: a pronúncia *glamur* é fruto de uma interpretação equivocada do vocábulo como francês, o que explica a sonoridade semelhante à de *jour*, quando na verdade ele veio do inglês.

Ora, se nasceu no inglês — argumentam os sábios — seria um atestado de ignorância aprovar uma pronúncia afrancesada. As variações de grafia (*glamouroso, glamoroso*) ainda se admitem porque existem até na língua-mãe: no inglês americano é comum encontrar a forma *glamor*.

A argumentação faz sentido etimológico, mas deixa de levar em conta que, ao migrarem, palavras passam a dever obediência aos falantes do idioma que as recebe. Do contrário, o vocábulo inglês *yacht* teria sido adotado como *iót*, e não como *iate*. É natural que, no processo de aportuguesamento, prevaleça a pronúncia local.

Estará a palavra *glamour* condenada a ser para sempre um caso especial? Não creio. Acho que estamos a caminho de lhe dar "foros de cidade", como dizia Machado de Assis.

À espera do glamur

Um sinal de avanço no processo de naturalização de *glamour* pode ser encontrado no *Dicionário de usos do português do Brasil,* de Francisco S. Borba. Ele também registra apenas *glamour*, com itálico e tudo, mas traz as grafias aportuguesadas *glamurizado, glamurizante, glamurizar* e *glamuroso* — bem ajustadas à fala, como se vê.

Trata-se de uma obra de referência séria, mas, digamos, alternativa, menos compromissada com a tradição do que com o uso contemporâneo. Se não tem o peso institucional de *Aurélio* e *Houaiss*, ganha deles em agilidade. Não duvido que dentro de alguns anos *glamour* acabe aportuguesado como *glamur*.

Sou um que vai achar glamuroso.

O incrível parentesco com a gramática

Não é fácil acreditar nisso, mas a palavra inglesa *glamour* é uma filha natural de *grammar*, isto é, *gramática*. Como assim?

Assim: *gramarye*, uma variação escocesa de *grammar*, virou *glamour* ao ser reintroduzida na corrente principal da língua. Walter Scott, escritor escocês de sucesso na virada entre os séculos XVIII e XIX, fez muito por sua popularização.

Até aí tudo bem, mas falta explicar o desvio semântico. Quem, não sendo maluco, associaria *glamour*, charme ou magnetismo pessoal, com *gramática* (que em última análise saiu do grego *grammatiké*, "ciência ou arte de ler e escrever"), disciplina que quase todo mundo considera árida?

Não é só isso. Mais do que ser vista como encantadora, a gramática conseguiu dar nome ao próprio encanto!





É aí que entramos no túnel do tempo. Um dos sentidos expandidos de *grammar* no inglês medieval era o de “qualquer tipo de conhecimento elevado, especialmente em ciências ocultas”.

O *glamour* se situava no encontro entre o saber e a magia. Ser culto, ilustrado, saber mais do que as pessoas comuns era o que garantia então ao glamouroso seu irresistível magnetismo. A era *Vogue* viria bem mais tarde.

homossexualismo ou homossexualidade?

A questão é uma daquelas em que a língua vira um campo de batalha. O combate pode envolver diversos tipos de argumento — linguísticos, históricos, etimológicos, científicos —, mas eles não passam de armas. O que está em jogo mesmo é uma questão política.

O movimento gay transformou em bandeira a condenação de *homossexualismo*, que em sua origem designava uma patologia, e sua substituição por *homossexualidade*.

Linguisticamente, a questão não é tão simples. O termo *homossexualismo* foi cunhado no ambiente infestado de ideias pseudocientíficas de fins do século XIX e vinha impregnado de conotações médicas. (Incrivelmente, só em 1990 a Organização Mundial de Saúde o excluiu de sua lista de distúrbios mentais.)

Ocorre que a palavra não ficou presa a essa primeira acepção. Além de “condição patológica”, usamos o sufixo de origem grega *-ismo* para indicar,

entre outras coisas, “prática”, “peculiaridade” e “qualidade característica” (*Aurélio*).

Como se vê, o termo *homossexualismo* pode soar inocente e até positivo, como *patriotismo, lirismo* etc. É provável que uma parte dos falantes o use com intenções pejorativas. A maioria certamente não.

Mas os adversários de *homossexualismo* argumentam que nada disso importa, pois o que está em questão é uma luta simbólica. Ao transformar a palavra em ícone da opressão contra os gays, tomando-a ao pé da letra do seu pecado original, provoca-se um estranhamento que desperta consciências.

A esta altura, claro, já entramos faz tempo no terreno da política. O fato é que as duas palavras estão no dicionário, o resto é com você.

Para mim, homossexualidade

Eu fiz minha opção: embora tenha dúvidas sobre a estratégia de criminalizar em nome da etimologia um vocábulo que a maioria da população emprega de forma inocente, adotei o termo *homossexualidade*. Não me custa muito mexer no vocabulário. Bem menos, sem dúvida, do que custa aos homossexuais conviver com uma palavra que consideram insultuosa.

“Casal gay” está certo?

Está. Quem diz — e muita gente diz — que a expressão é um contrassenso, argumentando que *casal* implica necessariamente os dois sexos, externa uma restrição moral ou religiosa embrulhada numa análise linguística pobre.

A acepção mais corrente de *casal* exclui mesmo os gays: “par composto de macho e fêmea, ou homem e mulher” (*Aurélio*). Mas esta é só uma das acepções da palavra, que uma ampliação semântica transformou faz tempo em sinônimo de “par, dupla”, sem referência a gênero: “duas coisas iguais; par, parelha” (*Houaiss*). Atenção para “iguais”.

Não é só. O sentido original de *casal* era casa pequena e rústica ou conjunto de habitações desse tipo. Depois, por extensão de sentido, a palavra passou a nomear também quem ali morava. “No sentido de par de animais de sexos

diferentes, (casal) vem da ideia de viverem eles juntos no mesmo casal", diz o etimologista Antenor Nascentes.

Ou seja, o foco é o endereço, não o gênero. Na Idade Média, quando surgiu o vocábulo, leis e costumes não permitiam aplicá-lo a parceiros do mesmo sexo. Mas não estamos na Idade Média.

As escolhas que cada um faz em sua linguagem pessoal são soberanas, um direito inalienável. Melhor assumi-las do que partir à caça de "erros" que não estão lá, tentando legitimar tecnicamente uma opção que no fundo é política.



jantar
ou janta?

Depende do contexto. *Janta* é um sinônimo menos sofisticado de *jantar*, palavra da qual nasceu por derivação regressiva — o mesmo processo pelo qual, do verbo *ajudar*, se fez o substantivo *ajuda*. Seu uso não está "errado" pelo menos desde 1881, quando estreou em dicionário na primeira edição do *Caldas Aulete*.

O verbo *jantar*, que derivou do latim *jentare* ("almoçar") no início do século

XII, vinha sendo empregado também como substantivo desde o século seguinte. *Janta* surgiria bem depois, como um termo de uso coloquial, popular, familiar, que também pode ser visto como chucro ou canhestro, conforme a situação. *Jantar* é uma versão mais elegante e culta.

Empregado na situação errada, o vocábulo *janta* tem mesmo a capacidade de arquear sobrancelhas. Há ocasiões, porém, em que não só cai bem como é até recomendável.



listrado ou listado?

As duas formas estão corretas, mas *listrado* tem a preferência dos falantes. Nem sempre foi assim, e isso não se dá de modo uniforme em todas as regiões do país, mas tudo indica que *lista* (que é um brasileirismo em sua acepção de *listra*, ou seja, “risca ou faixa em tecido, de cor diferente deste”) está perdendo a guerra.

É curioso observar que, ao ser gravada por Carmen Miranda nos anos 1930, a famosa canção de Assis Valente (“Levava um canivete no cinto e um pandeiro na mão”) chamava-se “Camisa listada”. Desde então, em suas muitas regravações, quase sempre aparece como “Camisa listrada”. Muita gente nem sabe que *lista* pode ter tal sentido e imagina estar diante de um erro.

Trata-se de variações de uma mesma palavra, embora sua carga semântica não seja idêntica: *lista* também pode querer dizer *rol*; *listra* é só listra mesmo.

Ambas são descendentes, pela via do italiano ou do francês, de um termo de origem germânica (*liste* no norueguês antigo, por exemplo) que significava “tira, faixa, apara”. O sentido de rol, enumeração ou catálogo surgiu por metonímia: o que se escrevia em longas tiras de papel acabou batizado com o mesmo nome.

Se *lista* é o vocábulo original, datado do século XIV, a variação *listra* surgiu em meados do XVI. O *r* foi acrescentado por um processo que os especialistas chamam de epêntese. Isso quer dizer que nada tinha a ver com a raiz do vocábulo, mas soava bem. Foi o que transformou, por exemplo, o latim *stella* no português *estrela*.

louro
ou loiro?

Tanto faz. *Louro*, do latim *laurus*, é a forma mais antiga (século XIII) e aquela que em geral os dicionaristas, tanto brasileiros quanto portugueses, consideram preferencial.

No entanto, *loiro*, variação registrada pela primeira vez em 1836, tem uso cada vez mais disseminado no Brasil, a ponto de não ser incomum encontrar quem por desinformação tente corrigir os que adotam *louro*.

As duas formas têm exatamente as mesmas acepções, de "folha do loureiro" a "cor entre o dourado e o castanho-claro" e "pessoa que tem os cabelos dessa cor". (*Louro* como sinônimo de papagaio tem outra origem, meio nebulosa; mas, ao contrário do que muitos imaginam, também admite a variação *loiro*.)

O uso de *louro* ou *loiro* já obedeceu a preferências regionais, mas essas fronteiras andam borradas. Em minha juventude, no Rio de Janeiro, todo mundo só falava e escrevia *louro*. Quando se esbarrava em *loiro*, quase sempre estávamos na presença de um paulista.

Isso mudou. Assim como a pronúncia "futêbol", *loiro* é um dos traços linguísticos que São Paulo tem exportado para o resto do país na esteira de seu domínio econômico e cultural. Meu filho, carioca de nascimento e criação, fala *loiro*.



Tesoira, noute, oiro, cousa…

A oscilação entre os ditongos *ou* e *oi* tem uma longa história em nossa língua. *Noite* era *noute* no português antigo. Machado de Assis gostava de escrever *dous* e *doudo*, formas praticamente caídas em desuso.

Em compensação, a *tesoura*, acredite, já foi chamada exclusivamente de *tesoira*. *Louça/loiça, ouro/oiro, coisa/cousa* e *coice/couce* são outros exemplos de pares em que as duas formas são consideradas corretas.

luau ou lual?

Muita gente, imaginando que a palavra *luau* tem algo a ver com lua ou luar, supõe que sua grafia seja *lual*.

Não é. Longe de ter se formado na língua portuguesa, *luau* é um termo que importamos no século XX do havaiano *lū'au* por intermédio do inglês, idioma em que foi registrado pela primeira vez em meados do século XIX.

E qual é o sentido do havaiano *lū'au*? O primeiro deles, que não chegou até nós, é de um prato típico feito com brotos de taro (um tipo de inhame), frango ou polvo cozidos em leite de coco.

A segunda acepção de *lū'au* surgiu por extensão de sentido: acabaram por ganhar o mesmo nome as festas ao ar livre, em geral na praia, em que era servido o tal prato.

Foi apenas esta acepção que importamos.

De todo modo, não convém descartar a possibilidade de que o falso parentesco com *lua* tenha contribuído para o sucesso que a palavra fez entre nós.

making of

ou making off?

Nem só de português vive a língua brasileira: a dúvida é de inglês, mas isso não a torna menos relevante. *Making of* (nada de *f* dobrado) consagrou-se entre nós com um sentido que, antes de sua importação, costumava ser atendido pela expressão “cenas de bastidores” ou coisa parecida.

Trata-se do registro do processo de produção (*making*) de (*of*) um objeto cultural qualquer — filme, disco, show, ensaio fotográfico etc. Metalinguístico, o *making of* é geralmente um filminho promocional que se debruça sobre a ação de preparar a atração principal, tirando o espectador do auditório e levando-o para dentro da oficina dos artistas. A era do DVD ajudou a consagrá-lo.

Faz décadas que *making of* é figurinha fácil no vocabulário da imprensa cultural brasileira. Com um detalhe embaraçoso: na maior parte dos casos, emprega-se uma degeneração ortográfica, *making off*, que na vida real é outra coisa: substantivação de *to make off*, “fugir, dar no pé”. Fuja dele.

Que tal aprender?

Pode-se discutir — e discutem-se mesmo — as implicações culturais da voracidade anglófila brasileira. Há quem julgue a importação de *making of* servil e desnecessária, pois poderíamos dizer a mesma coisa de outra forma. Para estes, optar por *making of* é tão idiota quanto chamar adolescente de *teen*.

No entanto, o caso aqui é diferente, pois *making of* tem um sentido preciso — de produto acabado que inclui “cenas de bastidores”, mas não se esgota nelas —, e contra a precisão é quixotesco lutar.

Seja como for, é melhor escrever certo: se gostamos tanto de falar inglês, que tal aprender?

menor ou
de menor?

No português culto, quem ainda não atingiu a maioridade é chamado *menor de idade* — ou apenas *menor*, forma abreviada que, a depender do contexto, pode ser suficiente para transmitir a mensagem desejada.

De menor é uma expressão popular brasileira que deve ser evitada. Tem registro no *Houaiss*, no *Aurélio* e até em dicionários portugueses (como brasileirismo), mas quase sempre acompanhada da observação de que é uma expressão informal.

Esse *de menor* não veio do nada. É provavelmente a forma abreviada da expressão *de menor idade*, que tem raízes fundas e bom lastro cultural no idioma: "Fulano é de menor idade", uma forma alternativa de dizer "Fulano é menor de idade".

Embora isso ajude a compreender *de menor*, não altera o fato de que a expressão é identificada pela maioria dos falantes com um uso inculto ou desleixado da língua.



nova york, nova iorque
ou new york?

Muita gente se incomoda com o fato de a cidade de Nova York ser chamada assim pela quase totalidade da imprensa brasileira — em Portugal, prefere-se *Nova Iorque*.

Alegam os incomodados que, por uma questão de coerência, seria preciso ou aportuguesar o nome todo, *Nova Iorque*, ou mantê-lo integralmente no original, *New York*. Há bons professores de português que concordam com isso.

Reconheça-se que a opção entre aportuguesar tudo ou nada é aplicada à maioria dos topônimos, os nomes de lugares. A regra geral é "traduzir" (isto é, adaptar) os famosos, como Milão, Londres, São Petersburgo, Cidade do Cabo, e preservar a grafia original daqueles que são menos familiares — Heildelberg, Salt Lake City, Falluja, Perth. Por que, então, *Nova York* é esse híbrido?

Hoje, porque a forma se consagrou — essa é fácil. No entanto, se quisermos chegar à origem do tratamento diferente, é provável que encontremos por lá a interpretação do nome da cidade como duas unidades com estatutos distintos: *Nova*, um adjetivo, é termo do vocabulário comum e portanto traduzível; já *York*, nome próprio perfeitamente pronunciável do jeito que está, permanece intocado.

Não consigo ver erro nisso.

paraolímpico
ou paralímpico?

Muita gente só se deu conta da novidade quando, a certa altura da cerimônia de encerramento dos Jogos de Londres, em 2012, foi anunciada a realização dos Jogos *Paralímpicos* de 2016 no Rio de Janeiro.

Espera aí: *paralímpicos*?! Os jogos não deveriam ser *paraolímpicos*, como sempre foram?

Não se tratava de erro de digitação. Em novembro do ano anterior, quando fora divulgada a logomarca do evento, o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), assim chamado desde sua fundação, em 1995, tinha aproveitado para anunciar que estava trocando de nome "para se alinhar aos demais países".

Para tanto, deixava um *o* pelo caminho, tornando-se oficialmente o Comitê *Paralímpico* Brasileiro. Na mesma data, estipulou um prazo de dezoito meses para que as entidades a ele filiadas se atualizassem ortograficamente. O que elas fizeram, claro.

Na prática, isso significa que a palavra *paraolímpico* tem seus dias contados.

Normalmente não é tão grande o poder de entidades reguladoras sobre a língua que as pessoas de fato falam. Neste caso, porém, trata-se de um campo ainda em processo de organização e que depende pesadamente da esfera oficial.

Isso nos permite prever que a velha grafia *paraolímpico* não terá a menor chance, embora a forma *paralímpico* não tenha sido adotada de imediato por nossos dicionários ou pelo Volp.

Relação com a paraplegia

Antes que a nova grafia se torne tão natural que a história da palavra vire uma curiosidade de museu, convém recapitular sua trajetória.

A palavra *paraolímpico* foi formada a partir da junção do prefixo de origem grega *para-* (de *paraplegia*) com o adjetivo *olímpico*. Nos anos 1940 e 1950, quando a imprensa começou a usar o nome, os atletas eram apenas cadeirantes. Se hoje não interessa ao movimento paraolímpico enfatizar a relação com a paraplegia que está na origem do termo, mesmo porque abarca muitos outros tipos de deficiência, cabe à etimologia registrar isso.

Desde 1960, quando quatrocentos atletas disputaram em Roma os primeiros — e oficiosos — Jogos Paraolímpicos, o campo paradesportivo caminhou do amadorismo abnegado para o profissionalismo. Compreensivelmente, hoje o site do Comitê Paralímpico Internacional — fundado em 1989, um ano após os Jogos Olímpicos de Seul empregarem oficialmente a palavra pela primeira vez — prefere explorar a riqueza semântica de *para-*: "A palavra *paralímpico* deriva da preposição grega *para* (ao lado) e da palavra *olímpico*. Significa que os Jogos Paralímpicos se realizam paralelamente aos Olímpicos e ilustra o modo como os dois movimentos existem lado a lado".

O comitê internacional é *paralímpico* desde sempre. O português, fundado em setembro de 2008, também já nasceu com essa grafia, contrariando o parecer encomendado na época pelo Instituto do Desporto à linguista Margarita Correia. "Será mais consentâneo com a estrutura da língua portuguesa […] que o termo em causa mantenha a vogal inicial *o* da palavra *olímpico*", opinou ela, adotando uma posição linguisticamente irrefutável.

A palavra que deveria permanecer íntegra é *olímpico*: se fosse o caso de contração, que se criasse *parolímpico*. *Paralímpico* soa simplesmente errado.

Agora é tarde. O Brasil resistiu por muitos anos, mas, sem o apoio de Portugal, ficou difícil conter a onda internacional: vamos de *paralímpico* mesmo. Mas que é esquisito, é.

poço do elevador ou fosso do elevador?

Como o uso abraça as duas formas, não faria sentido tentar separá-las de modo absoluto em termos de correção. No entanto, quando se pensa no problema, fica claro que *poço* (do latim *puteus*) é uma palavra mais indicada do que *fosso* (provavelmente do latim *fossum*, "cavado").

Há uma margem de correspondência semântica entre as duas palavras, que não se parecem só no som. Mas o sentido de *poço* ("cisterna, mina, abismo") investe no movimento vertical, isto é, ele cresce para baixo.

Já o *fosso* ("cova, vala, buraco em torno de castelo") é mais horizontal, tem necessariamente certa extensão, embora possa até ser profundo.

Pergunte ao Google

O uso comum também se inclina por *poço*. No Google, uma pesquisa por "poço do elevador" gera mais de duas vezes o número de páginas convocado por "fosso do elevador".

É possível que, além das semelhanças entre os dois vocábulos, certa associação da ideia de poço com a de água — que em condições normais não frequenta poço de elevador — contribua para a relativa instabilidade da expressão.

pout-pourri ou pot-pourri?

A forma *pout-pourri*, que não existe nem teria como fazer sentido em sua língua de origem, é de longe o erro mais disseminado no Brasil entre as muitas palavras que importamos do francês.

Com o sentido de "obra artística composta de trechos de outras obras", a palavra correta é *pot-pourri*, de *pot* (pote ou panela) + *pourri* (podre). A palavra surgiu em 1564 com o significado de ragu, ensopado de carne com legumes, numa tradução literal do espanhol *olla podrida*.

A ideia de mistureba puxou a expansão metafórica de *pot-pourri*, que pouco mais de um século depois tinha ingressado no vocabulário da literatura e da música com o sentido que terminaria por chegar até nós — aqui, estritamente musical, desafiado nas últimas décadas pela concorrência do inglês *medley*.

No entanto, é difícil encontrar um brasileiro que escreva o correto *pot-pourri* (pronuncia-se "popurri") em vez do equivocado *pout-pourri* (pronuncia-se "pupurri"). Como será que se consolidou um erro desses, uma vez que a palavra *pout* nem existe em francês?

Trata-se de um enigma, mas dificilmente será inocente a mania nacional de adotar termos estrangeiros para enfeitar a linguagem, dispensando-nos do trabalho de verificar onde cantou o galo.



sito ou situado?
à rua ou na rua?

A menos que se queira empregar a fórmula estereotipada que a linguagem burocrática consagrou, deve-se preferir *situado*.

Naquela fórmula, é comum que a preposição seja *a*: "sito à rua tal". Segundo a norma culta, a preposição correta é *em*: "o imóvel está sito (situado, localizado) *na* rua tal".

Em seu *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*, Domingos Paschoal Cegalla sugere que o erro tenha surgido por extrapolação do uso da preposição *a* que se emprega corretamente para indicar distância, posição relativa, como em "sito *na* rua X, *a* cem metros da praça Y".

Ainda que a regência esteja correta, *sito* deve ficar confinado ao patoá (jargão) dos contratos e documentos legais. Nascido como particípio irregular (já caído em desuso) do verbo *situar,* deu um jeito de sobreviver como adjetivo, mas tem existência limitada às fórmulas prontas da linguagem jurídica.

Fora dela, é uma palavra que soa pernóstica e deve ser evitada. Seu sinônimo *situado* é bem mais elegante.



vitrine ou vitrina?

Não se pode dizer que exista o certo neste caso: as duas formas são empregadas. No entanto, é possível — e desejável — fazer uma distinção entre elas.

Diante de palavras importadas do francês, como *vitrine*, o português brasileiro se inclina tradicionalmente pela terminação em *e*, enquanto o lusitano costuma preferir a terminação em *a*. Há flutuações entre falantes dos dois países, mas essas são as inclinações gerais. Isso se verifica também em vocábulos como *cabine*(*a*) e *equipe*(*a*), entre outros.

Infelizmente, em muitos desses casos nossos dicionaristas tomam o partido da inclinação portuguesa. O nome disso é lusocentrismo, o velho vício colonial da subserviência à metrópole. Não é assim que o Brasil gosta de falar, como comprovam bons autores há pelo menos um século.

Não que os lexicógrafos formem um bloco coeso. O *Aurélio*, mais lusófilo, prefere *cabina*, embora traga *cabine* como variante. Pior: até o início deste século, nem sequer reconhecia a existência de *vitrine*, registrando apenas *vitrina*.

O *Houaiss* é menos servil ao modo lusitano de incorporar galicismos: vai de *cabine* e de *vitrine*.

Entre dois Buarques

Se o Chico, que de língua entende um pouco, canta "nos teus olhos também posso ver/ as *vitrines* te vendo passar", mas o *Aurelião* torce o nariz para a palavra, cabe a cada falante decidir com qual Buarque de Holanda prefere ficar.

xicrinha
ou xicarazinha?

Xicrinha é um brasileirismo consagrado, já dicionarizado faz tempo. O *Aurélio* exemplifica seu uso com um verso de Cecília Meireles: "Serviam café numas *xicrinhas* de beiço lascado".

Na verdade, a contribuição brasileira é apenas de grafia. Os diminutivos *xicarazinha* e *xicarinha* são igualmente aceitos em Portugal. *Xicrinha* vem a ser o segundo, com a incorporação da síncope que existe na fala, isto é, "xic'rinha".

A abonação de uma poeta culta como Cecília pode sugerir que *xicrinha* deveria ter livre acesso a textos formais, vazados na língua-padrão, mas não é bem assim. Trata-se de uma palavra com razoável grau de informalidade.

Pode-se abusar dela na linguagem familiar, mas se o contexto for um pouco mais engomado deve-se dar preferência a *pequena xícara* ou, vá lá, *xicarazinha*.



Formiguinhas

Como curiosidade, vale registrar a equivocada ressalva feita pelo consultor A. Tavares Louro, do (bom) site lusitano Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, à própria ideia de aplicar o diminutivo às xícaras: “A xícara é um objecto com forma e dimensão limitadas. Apenas a réplica que serve de brinquedo para as crianças poderá ser designada como xicarazinha, xicarazita, xicarinha, xicarita”.

O argumento de Louro é furado por dois motivos.

O primeiro é a atribuição de valor universal a um traço do português lusitano, em que *xícara* é sempre a pequena, de café, com a de chá sendo chamada de *chávena*.

O segundo erro é supor que não se possa pôr no diminutivo — por ênfase, afetividade ou outra razão expressiva qualquer — o que é pequeno por natureza. *Formiguinhas*, então, nem pensar?



2
COMO É QUE SE FALA?



Mal o digo e já meu dito se conflita
com toda a cisma que, maldita, me maltrata.
Paulo Leminski

A prosódia tem suas armadilhas. Além das inevitáveis variações regionais, há casos em que aquilo que hoje é visto como pronúncia desviante acabará por se impor como a nova norma — ou pelo menos como alternativa aceitável.

Isso não quer dizer que o português seja um idioma de pronúncia especialmente complicada. Os que se revoltam com suas sutilezas sonoras deveriam estudar inglês, língua famosa por sua suposta “racionalidade”, para ver o que é — aí sim — maluco, difícil, labiríntico:

— *Suzy, are you busy*?

“abrupto” ou “ab-rupto”?

Trata-se de uma polêmica bem brasileira. Em Portugal pronuncia-se “abrupto”, com o *br* soando como em *abrir* e *abrigo* — pronúncia que acompanha obrigatoriamente a grafia *abrupto*. A maior parte dos falantes brasileiros concorda, mas…

A controvérsia tem muito de artificial: já teria caído no esquecimento se alguns lexicógrafos e gramáticos não fossem tão apegados a um uso antigo, pedante e praticamente desusado — o da pronúncia “ab-rupto”, que os portugueses chamam de brasileirismo.

Quantos brasileiros você conhece que falam assim?

O Volp reconhece como corretas as duas grafias (e supõe-se que as duas pronúncias): *ab-rupto* e *abrupto*. O dicionário *Houaiss* faz o mesmo, mas dá *ab-rupto* como forma preferencial (!), explicando que “manteve-se a grafia assim consagrada”, embora ela fira o Acordo Ortográfico, como forma de representar a pronúncia “ab-rupto”.

É difícil entender essa opção ultraconservadora do melhor dicionário da língua portuguesa. Até um estudioso como Napoleão Mendes de Almeida, que não podia ser chamado de progressista, considerava absurda a grafia *ab-rupto* por se tratar de uma palavra que — ao contrário de sub-reitor, por exemplo — não surgiu no português, mas veio formada do latim *abruptus*.

A maioria dos dicionários atuais não registra a forma *ab-rupto*, embora alguns continuem recomendando a pronúncia “ab-rupto” assim mesmo, numa incongruência flagrante entre letra e som. Pelo menos o *Houaiss* acrescenta em seu verbete a ressalva de que “a ABL aceita também a grafia sem hífen por sua pronúncia se ter popularizado na língua com o *r* do encontro *br* soando como uma vibrante alveolar”.

Ou seja, soando como em *abrir* e *abrigo*, exatamente como a quase totalidade dos brasileiros fala e escreve na vida real. A língua já fez sua escolha no caso de *abrupto*. Só falta os lexicógrafos se emendarem, deixando de tratar como variante tolerada o que é hegemônico e consagrado dos dois lados do Atlântico.

"gratúito" ou "gratuíto"?

A pronúncia culta de *gratuito* é "gratúito", com a tônica no *u* do ditongo *ui*. Sem discussão. Quem quiser falar corretamente, seguindo a ortoépia (pronúncia recomendada pelos sábios), não pode ter um segundo de dúvida quanto a isso.

O mesmo vale para vocábulos como *fortuito*, *intuito*, *circuito* e *fluido*.

Ocorre que quando tantos falantes, e não apenas no Brasil, insistem numa pronúncia diferente para tais palavras, transformando o ditongo em hiato e enfatizando o *i*, condená-los como simplesmente "errados" seria fácil demais. Melhor tentar compreender o fenômeno linguístico que ocorre aí.

O *Houaiss* anota que "a pronúncia popular 'gratuíto'" é "comum em alguns lugares do Brasil (especialmente São Paulo)" e a atribui à hipercorreção, ou seja, à tentativa de falar bonito que leva o falante culturalmente inseguro a julgar erradas formas corretas. Pode ser isso mesmo.

No entanto, a mesma fonte traz uma informação intrigante: a de que o influente dicionário etimológico de latim dos franceses Alfred Ernout e Alfred Meillet, cuja primeira edição apareceu em 1932, "corrigiu" a pronúncia dos originais latinos *gratuitus* e *fortuitus* para deslocar a tônica para o *i*.

Como se vê, a guerra prosódica que alguns tentam abafar com um simples carimbo de "erro" vem de longe, daquelas eras que antigamente se chamavam priscas. O que torna tudo muito mais interessante.

"ióga" ou "yôga"?

A forma histórica da palavra em nossa língua, adotada desde fins do século XIX, é *ioga* — de gênero feminino, grafada com *i* e pronunciada com o *o* aberto. Mas muita gente que fala e escreve assim tem sido corrigida nos últimos anos. Convém entender o que está por trás dessa guerrinha.

Tem poucas décadas o lobby que vem tentando — e em grande parte conseguindo — lançar um anátema sobre o bom e velho vocábulo *ioga*. A motivação inconfessada dessa campanha é marqueteira.

O mais bem-sucedido empresário brasileiro do ramo, Luis Sérgio DeRose, ou Mestre DeRose, começou a espalhar que o certo é *yoga*, palavra de gênero masculino grafada com *y* e pronunciada com o *o* fechado (ô). Por quê? Ora, porque assim seria no sânscrito, idioma em que o termo nasceu com o sentido de "conexão, união com a divindade".

Hmm, pode ser. No entanto, à parte o fato de que "yôga" soa à beça como inglês, isso sim, o argumento comete a ingenuidade de supor que, ao se aclimatar numa língua estrangeira, palavras devam satisfação irrestrita a seu idioma de berço.

De todo modo, a campanha pelo *yoga* nunca teve nada a ver com linguística: trata-se daquilo que chamam de "diferencial", peça-chave numa nem tão sutil estratégia comercial.

Agora respire fundo…

Dito isso, não convém condenar os adeptos do *yoga*. Campanhas de marketing não são proibidas, e uma das belezas da língua é que, no fim das contas, cabe a cada um decidir o que vai falar. Talvez *yoga* esteja além da consagração em poucas décadas, quem sabe?

A parte chata da história é ver os falantes que optam por um vocábulo clássico, respeitoso com a tradição do português, serem induzidos por quem sabe menos do que imagina a acreditar que incorrem em algum tipo de erro.

muito: por que "muinto"?

O que parece uma dúvida infantil é um dos mistérios persistentes da gramática histórica de nossa língua. “Está à espera de solução o obscuro problema das vogais que se nasalaram sem terem após si *n* ou *m*”, escreveu o gramático Said Ali, o primeiro estudioso brasileiro a usar uma abordagem linguística de bases científicas.

Ou seja: para entender por que *muito* ganhou a pronúncia “muinto”, seria preciso explicar também por que o *assi* do português antigo virou *assim*, o *mai* virou *mãe* e o *mia*, *minha*.

E mesmo assim o caso de *muito* tem traços peculiares. Para começar, a palavra nunca teve a pronúncia nasal indicada graficamente por meio de til ou de qualquer outra forma.

Said Ali anota também que, destoando dos casos acima, sua vogal tônica ainda não era nasal no tempo do poeta Luís de Camões (século XVI), considerado o pai do português moderno. Como sabemos disso? É que Camões rimou *muito* com *fruito* e *enxuito*.

Uma explicação provável para a pronúncia “muinto” é que o *m*, embora vindo antes e não depois das vogais, tenha ainda assim exercido uma influência de nasalização, como ocorreu também em *mãe* e *minha*.

De qualquer forma, o melhor a fazer é relaxar e entender que as relações entre pronúncia e grafia nem sempre são muito certinhas — ou não poderíamos, por exemplo, escrever *fizeram* e falar “fizérão”.

performance,
proparoxítona sem acento

A pronúncia de *performance* como proparoxítona (“perfórmance”), mesmo não existindo acento, explica-se pelo fato de que a palavra não é nativa da língua portuguesa, mas um empréstimo do inglês.

Nossos dicionários, reconhecendo seu uso na língua do dia a dia, a registram, mas sem abrir mão do itálico que, pelo rigor das convenções, deveria

discriminar os vocábulos estrangeiros.

Como termo alienígena não aportuguesado, *performance* tem permissão para soar — mais ou menos — como em sua língua de origem, sem que a grafia precise traduzir tal perfil acústico segundo as regras do português.

A solução oposta, tentar mudar a pronúncia para adequá-la à grafia, teria o defeito grave de ignorar que a fala é sempre anterior à escrita na edificação de qualquer língua.

Precisava importar?

Podemos deixar de lado a discussão sobre ter sido necessária ou supérflua a importação da palavra *performance*, quando tínhamos à nossa disposição desde o início do século XVIII o substantivo *desempenho*, que dá conta da maior parte de seus significados.

Necessária ou não, a importação se deu, como sempre ocorre quando os falantes decidem promovê-la, e agora é tarde. *Performance* tem acepções (um tipo de manifestação artística presencial, por exemplo) que a palavra *desempenho* nem sonha em cobrir.

Com ou sem itálico?

O itálico das palavras estrangeiras não aportuguesadas é recomendado por todos os dicionários e, na maior parte dos casos, ignorado pelos falantes, inclusive pela imprensa. Sensatamente, aliás. Se fôssemos grifar cada *marketing*, cada *shopping*, cada *show*, cada *internet* que cruzam nosso caminho, a poluição gráfica de nossos textos seria cômica.

De uso comum, mas resistentes ao aportuguesamento por razões diversas, essas palavras terminam por habitar uma zona cinzenta.

“plátinum”,
“côndor”
e outras marquetices

Por que tantas empresas oferecem serviços *platinum*, fazendo a palavra soar como proparoxítona (“plátinum”), se o acento não existe?

Pela mesma razão que levou a Petrobras a dispensar o acento agudo no *a* e manter a pronúncia como palavra oxítona (“Petrobrás”).

Algo parecido se deu com o termo *Condor*, nome compartilhado por um grande número de marcas comerciais e paroxítono em todas as bocas (“Côndor”), embora quase sempre o circunflexo esteja ausente da grafia.

Acontece que marcas registradas têm o direito de brincar como bem entendem com a linguagem, da mesma forma que os consumidores têm o direito de antipatizar com certas brincadeiras — e, por extensão, com os produtos associados a elas.

Isso é uma liberdade civil inegociável. Uma instância fiscalizadora da conduta dos gestores de *branding* só seria concebível numa sociedade totalitária de caricatura.

As travessuras linguísticas são variadas, mas a maioria tem a ver com o suposto charme que grafias (e pronúncias) estrangeiras adicionam ao discurso de venda.

Platinum é uma palavra do latim científico que em português, por influência do espanhol, virou *platina*. Ocorre que *platinum* é também a grafia desse termo em inglês, inspiração óbvia da pronúncia “plátinum” preferida por dez entre dez marqueteiros brasileiros.

Condor é um vocábulo da língua portuguesa que tem a tônica na sílaba final. Antes que o importássemos, porém, era um vocábulo espanhol, *cóndor*, derivado do quíchua *kuntur*. Eis a origem provável da pronúncia “côndor” — a menos que estejamos mais uma vez diante de uma influência do inglês, que também foi buscar no espanhol a palavra *condor* e a trata como paroxítona.

Quem quiser considerar constrangedora ou mesmo jeca



essa fetichização do outro, do estrangeiro, pode. Só não faria sentido proibi-la.

Acento, a primeira das perdas da Petrobras

O caso da Petrobras, que até 1997 era Petrobrás (com acento agudo), é um pouco diferente, mas também se relaciona com uma perspectiva estrangeira.

O acento foi derrubado em nome da tese duvidosa de que, sendo inexistente na maior parte dos idiomas do mundo, seria prejudicial à internacionalização da marca.

“récorde”
ou “recórde”?

Para a maioria dos brasileiros a pronúncia é “récorde”, proparoxítona, e não, como recomendam dez entre dez sábios, “recórde”, paroxítona.

Estamos diante de um caso clássico de desobediência civil, em que a língua da vida real vai para um lado e a dos sábios, para o outro.

Recorde, termo adaptado do inglês *record*, pode ser substantivo — significando a melhor marca esportiva, o desempenho a ser superado — ou adjetivo — com sentido equivalente: “tempo recorde”, “velocidade recorde”.

Quanto a isso, estamos todos de acordo. A divergência começa na hora de definir a prosódia da palavra. Em seu *Dicionário de palavras & expressões estrangeiras*, Luís Augusto Fischer observa com irreverência que há “duas pronúncias: a que os gramáticos preferem, *rre-CÓR-dji*, ou a do resto da humanidade, *RRÉ-cor-dji*”.

É mais ou menos isso. Basta trocar, na frase de Fischer, “o resto da humanidade” por “a maioria dos brasileiros” que ela fica perfeita. Em Portugal, a inclinação por “recórde” parece inquestionável. Aqui, ocorre o inverso.

Sempre pronunciei “récorde”. Puxando pela memória, não consigo pensar em ninguém que não o faça. Se, como em tantos casos, nossos dicionários e gramáticas ainda se aferram de maneira um tanto acrítica à preferência lusitana, isso é um problema deles, que precisa ser — e certamente será — corrigido um dia.

O *Houaiss* foi o primeiro a abrir a porta. Esta tímida mas significativa nota constava ao pé do verbete *recorde* na edição de 2001: “Pelo menos no Brasil, ocorre também como palavra proparoxítona: *récorde*”. Mais tarde, o dicionário suprimiu a nota, mas passou a trazer o verbete *récorde* como variação de *recorde*.

Via França

Uma explicação provável para o descompasso: os portugueses tendem a manter a pronúncia que *record* ganhou na França, de onde importaram o anglicismo por tabela, enquanto os falantes brasileiros estabeleceram ligação direta com o idioma de origem, no qual o acento (no caso em que *record* é substantivo, e não verbo) recai na primeira sílaba.

No dia em que a língua brasileira dissolver mais este preconceito, é evidente que a grafia será forçada a seguir atrás: escreveremos *récorde*, com acento. E tudo ficará mais harmônico entre som e traço, como deve ser.

“rorãima”
ou “roráima”?

Dizer que as duas pronúncias estão corretas — ou melhor, que o conceito de correção simplesmente não se aplica a variações desse tipo — é ao mesmo tempo óbvio e frustrante, porque não esgota a questão. Será preciso refletir um pouco sobre a maciça adoção da opção prosódica “Roráima” pelo jornalismo da TV Globo.

Situado entre falantes mineiros e cariocas, cresci ouvindo o estado do Norte ser chamado de “Rorãima”. É como ainda falo, pelo mesmo motivo que me leva

a chamar o *Jaime* de “Jãime” e o *andaime* de “andãime”.

Pode-se até dizer que isso corresponde a uma vocação prosódica dominante no português brasileiro. Em Portugal, *andaime* é “andáime” e *Jaime* é “Jáime”. Aqui, a tendência à nasalização dos ditongos seguidos de *m* ou *n* é tão forte que a maioria de nós ignora a pronúncia recomendada pelos sábios e transforma o adjetivo “ruím” em “rúim”.

Ocorre que uma coisa é identificar uma linha de força, mesmo dominante, e outra bem diferente é tentar transformá-la em regra universal. Sem optar por nenhuma das formas, o *Houaiss* registra que no início do século XX ainda havia três pronúncias de *Roraima* em circulação no país: “Rorãima”, “Roráima” e, acredite se quiser, “Roraíma”.

A última parece ter caído naturalmente em desuso, mas a segunda, um tanto artificialmente, goza de mais saúde do que nunca, de tão martelada pela rede de televisão hegemônica nos últimos anos.

Aí reside meu incômodo com a “Roráima” global. Sob o pretexto de que essa é a prosódia preferida pelos próprios roraimenses (um direito deles que, obviamente, não determina o dever de ninguém), a maior rede de TV brasileira contribui para achatar diferenças regionais em busca de uma impossível pronúncia universal.

“Roráima” não está errado. Errado é imaginar que só se possa falar assim.

Respeitem as variações regionais

Seria absurdo dizer que os “nórdéstinos” estão errados em sua tendência à abertura das vogais pretônicas. Tão absurdo quanto afirmar que a única verdade prosódica está com aqueles sulistas que ainda se apegam ao *l* da palavra *Sul*, em vez de falar “Súu”, como a maioria dos brasileiros.

Explicada por fatores regionais, culturais ou educacionais, a variação prosódica é um fato em qualquer língua. A pronúncia universal não passa de um delírio totalitário.





“subsídio” ou “subzídio”?

A resposta tradicional pode ser encontrada em dicionários e gramáticas normativas: a ortoépia de *subsídio* é com o som de *s*, e não de *z*, como em *subsíndico*, *subsolo* etc.

A regra geral assim determina quando a letra *s* vem depois de consoante. Ou seja: em situações formais, poupa aborrecimento pronunciar “subsídio”.

Ocorre que, numa visão histórica, o desvio generalizado de hoje costuma ser a regra de amanhã. E o fato é que grande parte — provavelmente a maioria — dos brasileiros repudia a pronúncia recomendada e vai de “subzídio” sem titubear.

Pixotada coletiva, mais um sinal da precariedade de nosso sistema educacional? Quem quiser pensar assim não terá escassez de argumentos. No entanto, também é possível ver nessa insistência o sinal de uma nova ortoépia em formação.

Os casos de “obséquio” e “subsistência”

Em defesa da tese de uma nova ortoépia, observe-se que a regra geral mencionada acima já comporta exceções. Cito duas:

Obséquio é pronunciado “obzéquio” há tanto tempo que já ganhou o beneplácito dos sábios.

Subsistência segue velozmente em seu encalço: embora os tradicionalistas ainda insistam na pronúncia “subsistência”, não conheço uma única pessoa que

lhes dê ouvidos. De doutores a analfabetos, dizemos todos “subzistência” e fim de papo.

Se *subsídio* fosse um caso isolado, seria mais fácil sustentar a tese da ignorância coletiva. Como não é, prefiro apostar numa vocação prosódica brasileira que cedo ou tarde terá o aval dos eruditos.

“Trânzito”: por que não “trânsito”?

A dúvida aponta para uma peculiaridade intrigante da prosódia portuguesa. Se o *s* não tem som de *z* nas palavras *pensamento*, *manso* e *imensidão*, por que o pronunciamos assim em vocábulos como *trânsito*, *transação*, *transar*, *transigência*, *transição*, *transamazônico*, entre outros?

O que esses exemplos têm em comum, além da letra *s* com som de *z*, é o fato de serem palavras compostas com o prefixo de origem latina *trans*- (que carrega a ideia de “além de, para lá de, depois de”).

É a permanência de tal noção de composição que faz com que o *s* de *trans*- soe sempre como *z* antes de vogal. *Trans* + *ação* = *transação*, por exemplo. (Observe-se que nunca se usa hífen depois de *trans*-.)

Decomposta a palavra, fica claro por que o *s* ganha som de *z* antes de vogal: também damos um jeito de pronunciar um *z* em “mães e pais”, mas nunca em “mães solteiras”, confere?

A diferença em “transexual”

Sim, há palavras semelhantes em que o *s* tem som de *s* mesmo: *transiberiano* e *transexual* são exemplos. Mais uma vez, é a compreensão da composição que mata a charada.

Isso só ocorre quando o termo ao qual o prefixo se cola começa com a letra *s*: *transiberiano* = *trans* + *siberiano*; *transexual* = *trans* + *sexual*.



3
CASCAS DE BANANA



Qual a palavra que
todos os homens sabem?
Ana Cristina César

Com ou sem crase? Com ou sem vírgula? Com ou sem preposição? Qual preposição? As dúvidas a seguir, todas no esquema ou-isto-ou-aquilo, também foram selecionadas entre as campeãs de audiência em meus consultórios linguísticos.

O que diferencia esta seção é o fato de aqui se concentrarem as cascas de banana gramaticais mais clássicas no caminho dos falantes de português, aquelas pegadinhas que fazem muita gente perder pontos em provas.

Mais uma vez, não basta dizer que isto é certo e aquilo, errado. É preciso explicar por quê!

antes do sol nascer
ou de o sol nascer?

No Brasil, o mundo da escrita profissional, tanto o jornalístico quanto o editorial, toma isto como lei pétrea: deve-se escrever "Acordei antes *de o* sol nascer", sem contração.

Sim, todo mundo junta preposição e artigo ao dizer que "está na hora *da* onça beber água". Isso se perdoa na informalidade da língua falada, mas na hora de escrever a história é outra. Certo?

Se não será fácil mudar tal costume, convém saber que a justificativa gramatical por trás dele é frágil. E que em Portugal autores cultos escrevem "Antes *do* sol nascer" sem pensar duas vezes.

O problema com a contração, segundo a leitura que pegou no Brasil, é que ela não faz sentido por ser a preposição referente a "o sol nascer", uma nova oração, e não a "o sol", que é seu sujeito. Onde já se viu preposicionar sujeito?

A análise sintática está correta, mas mesmo em nosso país os gramáticos mais arejados dizem há tempos que fazer ou não fazer a contração é, no mínimo, uma escolha do freguês. "Antes do sol nascer" se justifica pela eufonia, ponto.

Um caso de hipercorreção consagrada?

Então por que tantos professores, editores e revisores brasileiros continuam a passar a caneta vermelha em frases como "Chegou a hora da onça beber água"?

Talvez a questão seja mais psicanalítica do que gramatical, mas arrisco uma hipótese: a de que nossas taxas catastróficas de analfabetismo e a tradição

bacharelesca da elite letrada nos tornam inclinados a desconfiar da oralidade, da simplicidade, mesmo que às custas de cair na hipercorreção.

baixa estima
ou baixa autoestima?

Deve-se reconhecer que *baixa autoestima* não é o encontro de vocábulos mais harmônico que existe em português. O choque de *baixa* com *auto*, embora semanticamente nada tenha de errado, pode soar desagradável.

Ocorre que a expressão *baixa estima*, de largo emprego com o sentido de "escasso amor-próprio, pouco apreço por si mesmo", é muito pior: um erro constrangedor do qual se deve fugir.

Tão constrangedor quanto disseminado, presente até no texto de gente respeitável, o equívoco de *baixa estima* (que alguns escrevem com hífen e outros sem, mas isso pouco importa) é supor uma oposição entre *auto-*, prefixo de origem grega que indica reflexividade, "aquilo que se volta para si mesmo", e *baixo*.

Ou seja, confundir *auto* com *alto*!

Se o *autorretrato* não se opõe a um certo *baixo retrato*, nem o *automático* ao *baixomático*, a *autoestima* (que teve o hífen abolido no Acordo Ortográfico) não pode ter como antípoda a *baixa estima*.

Sim, sabemos que o uso, soberano, às vezes termina por legitimar desvios gramaticais e semânticos. Posso estar enganado, mas não me parece que *baixa estima*, fruto de uma leitura que chega a ser cômica de tão desleixada, mereça olhar tão compreensivo.

Como o proverbial charuto de Freud, há casos em que um erro é só um erro mesmo.

Quando cabe a baixa estima

É possível falar em *baixa estima*, claro, mas será preciso indicar por quem ou pelo que o sujeito tem pouco apreço, uma vez que por si mesmo é que não é: "Tenho baixa estima por sopa de inhame". A ideia de reflexividade passa longe da frase.

Quanto ao problema de eufonia que existe em *baixa autoestima*, pode-se evitá-lo com sinônimos ou paráfrases: *pouca autoestima*, *falta de autoestima*, *autoestima deficiente*, *problema de autoestima* etc.

chegado ou chego?

Chegado é o único particípio do verbo *chegar* que a norma culta admite no Brasil e em Portugal. Existem verbos de duplo particípio, chamados abundantes, como *aceitar* (aceitado e aceito) e *gastar* (gastado e gasto), mas *chegar* não pertence ao clube.

O particípio *chego* é uma criação popular documentada por linguistas em diferentes regiões de nosso país, em frases como "Quando distribuíram as senhas, eu ainda não tinha chego". Em versão substantivada, *chego* também tem forte presença na língua oral informal, numa expressão como "dar um chego", isto é, "dar um pulo, uma passada" em algum lugar. Mesmo assim, *chego* não encontra acolhida entre os gramáticos nem tem tradição de uso pelos chamados bons autores.

Caso semelhante é o de *trago*, particípio informal de *trazer*, de uso igualmente corriqueiro em frases como "Perguntei se ela tinha trago [trazido] o presente" — e também condenado na norma culta.

Ela tinha falo? (Opa!)

Registram-se outras criações populares parecidas, ainda que menos disseminadas, como *perco* (particípio de *perder*) e *falo* (particípio de *falar*), no

Brasil, e *caço* (particípio de *caçar*) em Portugal.

Vale notar que existe uma regularidade na formação desses particípios irregulares sem pedigree: como ocorre com os (legítimos) *aceito*, *gasto*, *pago* e outros, a forma do particípio popular coincide com a do presente do indicativo da primeira pessoa do singular: eu chego, eu trago, eu perco, eu falo, eu caço…

Não é improvável que, com o tempo, algumas dessas formas emergentes acabem encontrando abrigo na língua culta. O mundo dos particípios irregulares sempre conviveu com uma boa dose de instabilidade.

Pego, particípio irregular do verbo *pegar*, é aceito pelos gramáticos no Brasil, mas não em Portugal. Pode ser que um dia *chego* siga seus passos, mas hoje isso não parece perto de ocorrer.



dar à luz
ou dar a luz?

A locução consagrada é *dar à luz*. Se houver complemento, emprega-se sempre com objeto direto, sem preposição: “Ela deu à luz um menino”.

Trata-se de uma expressão cristalizada, sinônimo e eufemismo do verbo “parir” (“expulsar do útero”), do latim *parere*, que costuma soar grosseiro quando se refere a seres humanos. Como *parir*, *dar à luz* pode ter — e com frequência tem — emprego intransitivo.

Dar a luz é uma variante sem lastro cultural, baseada em interpretação que, do ponto de vista da pura gramática, pode até ser defendida: em “dar a luz a uma criança”, a luz é metáfora de vida e faz papel de objeto direto, com a criança como objeto indireto.



Ocorre que não estamos falando de uma construção aberta a interpretações alternativas, mas de uma locução tradicional que se usa em substituição a um verbo preciso. *Dar à luz* é a única forma encontrada nos bons autores, antigos ou modernos.

de encontro a
ou ao encontro de?

A expressão *ir de encontro a* significa ir *contra* alguma coisa. *Encontro* neste caso não tem sentido de convergência ou união, mas de choque, colisão. Isso vale tanto para uma divergência de opiniões ("A pena de morte vai de encontro às minhas mais profundas convicções") quanto para um encontrão físico ("A roda do carro se soltou e foi de encontro à vitrine da loja").

Parecida na forma, a expressão *ir ao encontro de* tem sentido quase perfeitamente oposto: guarda a conotação positiva que falta à sua quase sósia. Seu significado pode ser tanto o de concordar ("Fico feliz de constatar que suas ideias vêm ao encontro de tudo aquilo em que sempre acreditei") quanto o de atender, contemplar ("O auxílio-moradia vem ao encontro de antigas reivindicações da categoria") ou mesmo o de buscar, perseguir ("Depois de anos de um casamento fracassado, decidiu ir ao encontro da felicidade").

A questão derruba muita gente porque, convenhamos, a diferença entre *ir de encontro a* e *ir ao encontro de* é uma pegadinha e tanto: basta que as preposições *de* e *a* troquem de lugar para que o sentido vire de cabeça para baixo.

descendência
ou ascendência?

O erro é tão difundido entre falantes de variados graus de instrução que, não fosse o fato de atentar violentamente contra a lógica, talvez acabasse um dia perdoado pelo uso. Isso nunca vai ocorrer porque, quando uma pessoa afirma que tem *descendência* portuguesa (ou alemã, ou italiana etc.), o significado incontornável das palavras comunica ao ouvinte que ela gerou uma prole lusitana (ou alemã, ou italiana etc.), e não que seus antepassados tinham tal nacionalidade.

O correto é dizer "Tenho *ascendência* portuguesa". *Ascendência*, linha traçada pelas gerações que vêm antes de um indivíduo, é o antônimo de "descendência", linha traçada pelas gerações que vêm depois dele.

Para quem julgar a frase meio pedante — o que ela pode ser em certos contextos — existem opções mais simples como "Sou descendente de portugueses" ou "Meus antepassados eram portugueses".

ensino a distância
ou à distância?

As duas formas dessa locução adverbial são usadas: *a distância* e *à distância*. No primeiro caso temos simplesmente a preposição *a*. No segundo, que considero preferível, temos a mesma preposição *a*, mas ela leva um acento grave.

Este, a depender da interpretação, pode indicar crase (contração com o artigo definido *a*) ou ser apenas diferencial, empregado em nome da clareza.

Os autores clássicos dão preferência à primeira forma quando a distância não é especificada ("Nuvens escuras se avolumavam a distância") e à segunda quando se trata de uma distância precisa, isto é, acompanhada de artigo definido: "À distância de vinte metros, a fera o encarava".

A edição do *Houaiss* de 2001 sugere usar acento também no primeiro caso sempre que "a sua falta comprometer de algum modo a clareza da frase" e dá o seguinte exemplo: "A sentinela vigia à distância". Se a ideia a ser comunicada é a de que a sentinela está distante daquilo que vigia, a ausência do acento pode sugerir erroneamente que a distância é *aquilo* que ela vigia.

A meu ver, a eliminação desse tipo de ambiguidade basta para recomendar o uso da locução adverbial *à distância* em todas as situações, seja a distância especificada ou não. Parece ser esta a inclinação contemporânea.

Se não há ambiguidade na expressão *ensino a distância* quando *ensino* é claramente substantivo, ela se instala se falamos em *ensinar a distância*: ensinar de longe ou, poeticamente, ensinar o próprio distanciamento?

Seria absurdo usar acento no segundo caso e não no primeiro, pois o método de ensino é o mesmo. *À distância* acaba com a confusão.

À mão, à força etc.

Há outras locuções adverbiais em que o acento é sempre recomendado como forma de evitar ambiguidade: *à mão* é o caso clássico. "Que mão?", podem perguntar os que estranham o artigo definido embutido na crase. Ocorre que *lavar à mão* é uma coisa e *lavar a mão*, outra bem diferente.

O gramático Evanildo Bechara não vê nesse caso contração de preposição e artigo, mas "a pura preposição *a* que rege um substantivo feminino no singular, formando uma locução adverbial que, por motivo de clareza, vem assinalada com acento diferencial". O mesmo raciocínio justifica o emprego do acento grave em locuções adverbiais como *à força*, *à míngua* e *à noite*.

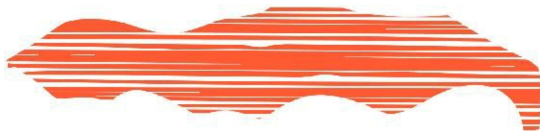
É uma forma interessante de encarar a questão — suficiente, aliás, para abonar a preferência por *à distância*. Mas há outro enfoque possível, em que o

artigo definido se faz presente e existe, sim, crase. A que mão nos referimos quando dizemos *à mão*? À mão genérica, ora. À mão como ideia, ao ideal platônico de mão. Pronto, eis o artigo.

Cuidado com o masculino!

Naturalmente, a ambiguidade e a necessidade de eliminá-la (com crase ou com acento diferencial) só ocorrem porque *distância*, *mão*, *força*, *míngua* e *noite* são substantivos femininos. Em expressões como "terminar a tarefa a jato" e "talhar a canivete", o gênero masculino dos substantivos *jato* e *canivete* não permite confundir preposição com artigo, motivo pelo qual se dispensam medidas adicionais para esclarecer o sentido da mensagem. Usar o acento nesses casos (*à jato*, *à canivete*) é um erro comum.

E já que falamos nisso: quando o artigo definido masculino se impõe, é óbvio que não existe crase, mas a contração *ao*: "Vimos relâmpagos ao longe".



era uma vez
ou eram uma vez?

Trata-se de uma anomalia gramatical consagrada: a expressão *era uma vez* é invariável, ou seja, devemos dizer "Era uma vez três porquinhos".

Anomalia por quê? Porque o verbo *ser* — que neste caso é intransitivo, com o sentido de "existir" — tem como sujeito *três porquinhos*, enquanto *uma vez* é locução adverbial. A construção poderia ser parafraseada assim: "Existiram certa vez…".

Mas, se o sujeito é plural, por que o verbo fica no singular? Ocorre que *era uma vez* tornou-se uma expressão cristalizada, vindo a dispensar a concordância. Não se trata de transgressão contemporânea, dessas que muita gente gosta de atribuir à "decadência da língua". A irregularidade foi praticada alegremente por autores clássicos e sancionada por gramáticos conservadores.

Estudiosos como Evanildo Bechara e Adriano da Gama Kury atribuem a invariabilidade do verbo à "atração fortíssima que exerce o numeral *uma* da locução *uma vez*" (palavras do segundo). Eu acrescentaria, como hipótese, a possibilidade de uma influência do sinônimo *haver*, este sim um verbo invariável.

De todo modo, isso só vale quando a expressão que abre a narrativa é *era uma vez*. Histórias iniciadas pelo verbo *ser* sem a locução adverbial *uma vez* exigem a concordância com o sujeito: "Eram quarenta ladrões".

faltar ao respeito
ou com o respeito?

Empregam-se as duas construções. Ambas são consideradas corretas, mas a primeira, *faltar ao respeito*, tem um pouco mais de lastro na tradição da língua.

Como se sabe, *faltar ao respeito* — como também *faltar com o respeito* — significa desrespeitar, desacatar: "Meu filho, não me falte ao respeito"; "Ela faltou com o respeito ao chefe".

há anos
ou a anos?

Depende. Quando nos referimos a um tempo passado, isto é, anos (ou meses, dias, horas) *atrás*, empregamos o verbo *haver*, que indica tempo decorrido. Sendo impessoal, *haver* não sofre flexão de número: tanto faz que se

trate de uma hora ou de quinhentos anos, fica sempre no singular. Tais casos são reconhecíveis por permitir a substituição do verbo *haver* por *fazer*, que nesta acepção também é impessoal: "Faz cinco anos que…".

No entanto, se a frase se referir a um momento futuro, o verbo *haver* não cabe (e *fazer* também não). Imagine-se o seguinte exemplo: "A cerca de cinco anos de me aposentar, confesso que já estou contando os dias". Este *a* não é um verbo, claro, mas uma preposição que indica a posição do falante em relação a algo — neste caso, distância no tempo.

Complicando um pouco

É justamente a "distância no tempo" que confunde muita gente. Afinal, quando falamos do passado também indicamos uma distância no tempo, não?

Sim, mas com uma diferença importante. *Há* leva a ação para o momento referido tanto nos casos em que ela se esgota nele — "Há cinco anos, ingressei no mercado de trabalho" — quanto naqueles em que, continuando até hoje, nele teve início: "Há cinco anos trabalho mais de dez horas por dia".

Enquanto isso, a preposição *a* cria sempre uma baliza temporal futura, pouco importando que a ação esteja no presente ("Estou a cinco anos de me aposentar"), no passado ("Ele teve o azar de cair de cama a dois dias do vestibular") ou ainda no futuro ("Amanhã estaremos a um mês exato do casamento"). Todos esses casos têm em comum uma baliza que está no futuro em relação à ação indicada pelo verbo.

marcha a ré
ou marcha à ré?

Tanto faz. *Marcha a ré* e *marcha à ré* são formas igualmente corretas, a oscilação entre elas obedece a uma questão de uso, e não de gramática.

Mas como é possível ambas estarem corretas, se uma tem crase e a outra

não? Simples: o substantivo feminino *ré*, descendente do latim *retro* e nascido no vocabulário náutico com o sentido original de “parte de trás do navio”, pode vir acompanhado ou desacompanhado do artigo definido.

Quando temos o artigo *a*, este e a preposição *a* se contraem em *à ré* — em oposição simétrica à também craseada expressão *à frente*. Ocorre que o artigo pode ser omitido, a exemplo do que se dá com outras expressões náuticas como *a bombordo* e *a estibordo* (e não *ao bombordo* e *ao estibordo*). Neste caso, temos *a ré*.

Consta que em Portugal admitem apenas *à ré* — expressão que não costuma ser empregada em referência à marcha, aliás, preferindo-se *marcha-atrás*.

Aurélio, mas pode chamar de Salomão

No Brasil, as preferências dos dicionaristas se dividem entre *marcha a ré* e *marcha à ré*. O *Houaiss* registra apenas a versão sem crase. Francisco Borba, apenas a versão com crase.

O *Aurélio* resolveu o dilema de forma salomônica. Como denunciou o gramático Domingos Paschoal Cegalla, o mais popular dicionário brasileiro, em sua edição de 1986, “grafou a expressão sem crase no verbete *marcha* e com crase no verbete *ré*”. (Em 1999, tinha unificado tudo em *a ré*.)

Conclui Cegalla, sensatamente: “Ambas as grafias são corretas”. Mesmo tendo o hábito de escrever *marcha à ré*, sou obrigado a concordar.

“muito pouco”, “muito boa
tarde”: está certo?

Há quem implique com a expressão *muito pouco*, perguntando com ingenuidade:

— Como pode ser pouco, se é muito?

Também há aqueles (talvez os mesmos) que não se conformam ao ouvir algo como *muito boa tarde*.

Não há nada errado com nenhuma dessas expressões.

No caso de *muito pouco*, trata-se de um par de advérbios em que o primeiro intensifica o segundo, dando-lhe grau superlativo. *Muito pouco* equivale a *pouquíssimo*. Imagine-se a seguinte construção: "Ela come muito pouco". *Pouco* é um advérbio que se refere ao verbo *comer*, enquanto *muito* é um advérbio que intensifica *pouco*.

Muito boa tarde é uma construção ainda mais simples, na qual o advérbio *muito* intensifica o adjetivo *boa*, que por sua vez qualifica o substantivo *tarde*. Quem a emprega está desejando ao interlocutor "uma tarde muito boa", só isso.

pátria em chuteiras ou de chuteiras?

A famosa expressão criada por Nelson Rodrigues, o maior nome da crônica esportiva brasileira, é "pátria em chuteiras". Isso não quer dizer que haja um problema gramatical com "pátria de chuteiras". Na verdade, esta última versão, mesmo ligeiramente infiel à fórmula rodriguiana, é provavelmente a que mais combina com a língua brasileira.

A crônica "A pátria em chuteiras", que dá título a uma das coletâneas de crônicas esportivas de Nelson organizadas por Ruy Castro para a Companhia das Letras, foi publicada no jornal *O Globo* no dia 2 de junho de 1976 e dizia, já em seu parágrafo de abertura, o seguinte: "Pergunto: — para nós, o que é o escrete? Digamos: — é a pátria em calções e chuteiras, a dar rútilas botinadas, em todas as direções. O escrete representa os nossos defeitos e as nossas virtudes".

Deve-se reconhecer que a construção "em calções e chuteiras" combina com o estilo do autor, equilibrado entre o jocosamente erudito e o elegantemente popular. Na verdade, está em harmonia com a comicidade de "rútilas botinadas".

O fato é que, se o cronista tivesse escrito “de calções e chuteiras”, ninguém estranharia. Afinal, dizemos que alguém está “de tênis”, “de chinelo”, “de sunga”, “de vestido de alcinha” etc.

E a Alemanha com isso?

A tristíssima verdade é que, depois do 7 a 1, nunca houve tanta gente disposta a, diante do dilema *de chuteiras* ou *em chuteiras*, responder:

— Nem uma coisa nem outra!

perda ou perca?

Na norma culta, o substantivo relativo ao verbo *perder* é *perda*, provavelmente derivado do latim vulgar *perdita*. Sobre isso não cabe discussão.

Ocorre que a forma *perca*, surgida regressivamente a partir do verbo, é de uso tão frequente no português popular, informal, que a maioria dos dicionaristas se sente no dever de registrá-la, ainda que anotando tratar-se de forma “não preferencial”.

Em Portugal e na África, gramáticos e professores chegam a dizer que *perda* e *perca* são palavras igualmente corretas, devendo-se apenas observar o contexto em que se emprega cada uma — a primeira em situações formais, a segunda em situações informais.

No Brasil, o quadro é um pouco diferente. Vista com menos condescendência, a forma popular *perca* costuma ser tratada como erro grosseiro mesmo, qualquer que seja o contexto. Convém evitá-la.

Verbo pode

É claro que estamos falando do substantivo. Não há nada errado ou controverso com *perca* quando a palavra é a forma assumida pelo verbo *perder* em certas pessoas do presente do subjuntivo ("O juiz está fazendo todo o possível para que nosso time perca o jogo") ou ainda no imperativo ("Perca cinco quilos em duas semanas!").

por entre, por sobre: quando as preposições se encontram

Existem os que estranham tal uso, mas do ponto de vista da tradição não há nada de condenável no emprego de duas preposições seguidas, como em *por entre* e *por sobre*.

Logo no primeiro capítulo de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, lemos que "a imaginação dessa senhora também voou *por sobre* os destroços presentes até às ribas de uma África juvenil" (grifo meu).

Não se trata de dizer que Machado e os inúmeros autores que usaram tais construções liquidem o assunto. Ocorre que autoridades desse tipo são exatamente aquelas que costumam ser invocadas por quem só consegue compreender a língua em termos de certo e errado.

Será que se trata, então, de uma redundância tolerada pela norma culta, como a da negação dupla ("não vejo ninguém") que tanto revolta os que tentam submeter a língua aos rigores da lógica matemática?

Não seria absurdo interpretar dessa forma o *por entre* e o *por sobre*. No entanto, prefiro a leitura do gramático Domingos Paschoal Cegalla, que nega haver redundância no encontro de preposições, lembrando que cada uma desempenha um papel: *por* indica movimento e *sobre* ou *entre*, posição.

"porque" ou "por que"? uma armadilha bem brasileira

1. “Não entendo porque *o governo não acordou mais cedo para o problema.”*

2. “Você pensa que está a salvo da crise só por que *é funcionário público?”*

O uso equivocado de *porque* e *por que* nas frases acima (sim, eles deveriam trocar de lugar) se deve a uma das armadilhas mais traiçoeiras do português brasileiro.

Aprendemos na escola uma regrinha simples: *por que* é usado em construções interrogativas e *porque*, conjunção explicativa ou causal, em construções afirmativas. Como regra geral, vale. O problema é achar que o ponto de interrogação liquida a questão: se existe, é *por que*; se não existe, *porque*. Não é bem assim — ou nem sempre é assim.

A primeira frase não tem ponto de interrogação, mas é interrogativa — interrogativa indireta é como a classificam. O macete aqui é fazer o *teste da razão*: usamos duas palavras separadas quando for possível substituir *por que* por *por que razão*: “Não entendo *por que* [razão] o governo não acordou mais cedo para o problema”.

Repare que também se usa *por que* numa construção semelhante, mas não interrogativa: “Isso explica por que [razão] tantos eleitores do governo se sentem traídos”.

O exemplo 2 traz o problema oposto: temos uma interrogação clara, mas a oração introduzida pela conjunção *porque* não faz parte dela. O verbo que se interroga é *pensar*, enquanto *é funcionário público*, fato inquestionável, pertence a uma possível resposta que a frase antecipa:

— Por que você pensa que está a salvo da crise?

— Porque sou funcionário público.

É por isso que aquele *teste da razão* dá negativo aqui: “só *por que razão* é funcionário público” não faz sentido. Portanto, escrevemos “só *porque* é funcionário público”.

O teste do inglês

Para quem fala inglês, outro truque útil é traduzir por *why* e *because*. No exemplo 1, temos *why*, "por que". No 2, *because*, "porque". Simples assim.

O exemplo português

Estamos falando de uma armadilha bem brasileira. Em Portugal é diferente: simplificaram, usam *porque* tanto na pergunta quanto na resposta. Menos uma pegadinha.

Nossa gramática bem que podia ir atrás, mas no momento isso não parece estar no horizonte.

propor-se fazer
ou propor-se a fazer?

Tanto faz. Quando é pronominal, com o sentido de "tencionar, ter o propósito de", o verbo *propor* pode ser acompanhado ou não da preposição *a*. Está correto dizer "Ele se propôs parar de fumar". Não menos correto seria dizer "Ele se propôs *a* parar de fumar".

Em seu *Dicionário de verbos e regimes*, Francisco Fernandes, depois de registrar exemplos das duas regências colhidos em textos cultos, observou que a construção sem preposição era a preferida dos "puristas". Mas acrescentou: "Tal preceito, entretanto, nem sempre é observado". Detalhe significativo: o dicionário de Fernandes foi lançado em 1940.



que eu gosto

ou de que eu gosto?

Na língua culta, o correto é dizer “alguém de que [ou de quem] eu gosto”. Isso porque o verbo *gostar*, sendo transitivo indireto, exige a preposição *de*.

O mesmo não ocorreria se o verbo fosse, digamos, *adorar*, transitivo direto. Neste caso bastaria empregar o pronome relativo *que*: “alguém que eu adoro”.

É claro que a preposição, se for exigida, varia de caso a caso. Quando o verbo é, por exemplo, *morar*, a preposição é *em*: “a cidade em que eu moro”.

Dito isso, vale observar que a linguagem informal costuma abolir as preposições em casos como este, contentando-se com o pronome relativo: “alguém que eu gosto”, “a cidade que eu moro”.

O oral e o escrito

Na comunicação oral, sobretudo em situações informais, a abolição das preposições em construções desse tipo é comum — e pode até ser recomendável em certos contextos, por denotar um relaxamento sintático que traduz intimidade e conforto com o interlocutor. Por escrito, contudo, não se deve abrir mão delas.



quite
ou quites?

Depende de quem está quite ser um sujeito singular ou plural. Eu estou *quite*. Nós estamos *quites*.

Quite é o particípio irregular do verbo *quitar*. Significa quitado, isto é, "livre de dívida, de obrigação" e ainda "que se satisfez" e "empatado, igualado". *Quitar* existe em português desde o século XIII e deriva, por meio do latim medieval *quitare*, do latim clássico *quietare*, ou seja, "aquietar".

Até hoje é perceptível a ligação entre as duas ideias: quem quita uma dívida — isto é, salda um compromisso, remite uma obrigação — livra-se de uma aflição e portanto se aquieta, sossega, além de sossegar o credor. Quando se diz: "Estamos quites [um com o outro]", a mensagem é: "Não devo mais nada a você nem você a mim".

A ideia de livrar(-se) de uma obrigação, de um laço, de um constrangimento, fez com que o verbo *quitar* adquirisse também a acepção — pouco usada — de "esquivar-se de, apartar-se de". Essa noção se mantém presente com mais força no francês *quitter* ("abandonar") e no inglês *to quit* ("desistir, largar"), todos da mesma família latina.

Estamos kits?!

Não é raro encontrar por aí, até no texto de gente culta, esta forma erradíssima de *quite*. *Kit* é outra coisa. Palavrinha inglesa não aportuguesada, mas de grande circulação entre nós, carrega o sentido de "jogo de elementos que atendem juntos a um mesmo propósito ou utilidade", nas palavras do *Houaiss*, que data dos anos 1950 sua adoção por aqui.

Essa acepção se desenvolveu por metonímia a partir do núcleo semântico original, que era mais prosaico: tomado provavelmente do holandês medieval *kitte* ("estojo de madeira") em fins do século XIII, o vocábulo inglês *kit* ganhou o sentido de conjunto de objetos pessoais no século XVIII e o de coleção de ferramentas no XIX.

"rápida e eficientemente":
e o acento?

Quando enfileiramos dois advérbios terminados em *-mente* e, por economia, optamos por suprimir o sufixo do primeiro a fim de evitar uma repetição de sonoridade desagradável, o que ocorre com o acento?

A dúvida é comum — e pertinente. Sabe-se que, ao receber o sufixo que os transforma em advérbios, esses adjetivos perdem seus acentos: escrevemos *rapidamente*, *cinicamente*, *somente*, *licitamente*, *anacronicamente* etc.

Ocorre que, nos casos em que uma série de dois ou mais advérbios terminados em *-mente* leva o falante a usar o sufixo apenas no último, os acentos nos vocábulos que conservam a feição original são fundamentais à boa leitura.

Escrevemos "rápida e eficientemente" porque a forma "*rapida* e eficientemente" levaria a primeira palavra a ser lida como paroxítona, em vez de proparoxítona. Isso iria de encontro ao espírito da coisa, como observa Evanildo Bechara em sua *Moderna gramática portuguesa*: "Estes advérbios em *-mente* se caracterizam por conservar o acento vocabular de cada elemento constitutivo, ainda que mais atenuado".

Suprimir não é preciso

Registre-se que a economia do *-mente*, mesmo sendo consagrada, não é obrigatória. Por ênfase, pode-se optar pela reiteração mesmo. Bechara cita um exemplo colhido em *Dom Casmurro*, de Machado de Assis: "Depois, ainda falou gravemente e longamente sobre a promessa que fizera".

ter a ver
ou ter a haver?

A dúvida é um clássico, mas sua solução é simples: o certo é *ter a ver* (*com*), uma expressão consagrada que significa "ter relação ou semelhança (com), dizer respeito (a)". Como ocorre com muitas locuções, sua carga

semântica vai além da soma das partes.

Ter a haver é outra coisa: quer dizer "ter a receber" e é uma fórmula de sabor antiquado que se emprega apenas na linguagem contábil. Erra quem imagina que uma expressão tenha alguma coisa a ver com a outra.

Ter que ver

Uma antiga polêmica (hoje esvaziada, ainda bem) envolve o uso da preposição *a* nessa locução. Os puristas pregavam que a construção correta seria *ter que ver*, alegando que *ter a ver* (como "ter muito *a* fazer", "ter uma missão *a* cumprir" etc.) é uma construção de inspiração galicista, quer dizer, influenciada pelo francês.

Tudo indica que o francês teve, sim, influência nesse emprego da preposição *a*. E qual é o problema? Embora *ter que ver* também seja uma locução encontrada por aí, a forma *ter a ver* é mais usada e está além da consagração.

todo dia
ou todo o dia?

Depende do sentido que se busca expressar. Existem as duas formas, mas elas não querem dizer a mesma coisa. *Todo dia* significa "todos os dias", enquanto *todo o dia* equivale a "o dia inteiro".

Quando vem desacompanhada de artigo, a palavra *todo* é um pronome indefinido e pode ser substituída por "qualquer" ou "cada". Vem a ser o antônimo de "nenhum": "Todo ser humano nasce livre", "Todo dia ela faz tudo sempre igual" etc.

No outro caso, muda a classe gramatical. Se for seguida de artigo definido, a palavra *todo* é um adjetivo que indica completude, inteireza: "Revirou-se na cama por toda a noite", "Todo o ano de trabalho foi destruído pela geada" etc.

Ambiguidade lusitana

O que foi dito acima vale apenas para o português brasileiro. Em Portugal é frequente o uso do artigo definido mesmo quando *todo* é sinônimo de "qualquer" ou "cada". Neste caso, deixa-se apenas ao contexto a tarefa de eliminar a ambiguidade existente entre *todo o dia* (todos os dias) e *todo o dia* (a totalidade de determinado dia).

todo mundo
ou todo o mundo?

É considerado facultativo o uso do artigo definido na expressão *todo* (*o*) *mundo* quando ela tem o sentido de "todas as pessoas". Para Domingos Paschoal Cegalla, Antonio Houaiss e outros estudiosos, as duas formas estão corretas: *todo o mundo* e *todo mundo*.

Se o *Houaiss* não faz distinção entre elas, Cegalla anota que *todo o mundo* "deve merecer a preferência". Preferência, diz ele, não exclusividade.

Só que o português brasileiro contemporâneo vai no sentido contrário. Generalizando um pouco, podemos afirmar que, de algumas décadas para cá, *todo mundo* — inclusive escritores clássicos, referenciais — fez uma opção clara pela forma *todo mundo*. É minha opção também.

Veja-se o que fez Carlos Drummond de Andrade em seu poema dramático "Todo Mundo e Ninguém", do livro *Discurso de primavera e algumas sombras* (1977). Trata-se de uma adaptação de um trecho do *Auto da Lusitânia*, peça teatral escrita pelo português Gil Vicente em 1531.

No texto original os personagens principais eram Todo o Mundo, um ricaço, e Ninguém, um pobretão. Drummond manteve seus nomes e perfis, mas tratou de desaparecer com o artigo de Todo (o) Mundo para modernizá-lo.

O ponto de vista da gramática histórica

Por que o artigo está caindo? Para entender isso precisamos recuar na história da expressão.

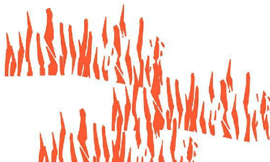
Em sua origem, a ideia de *todo o mundo* como *todas as pessoas* partia de uma hipérbole (*o mundo inteiro*), um exagero semelhante ao que se encontra na expressão *um mundo de gente*, que significa uma grande quantidade de pessoas.

Ora, o artigo definido era — e continua sendo — obrigatório quando *todo o mundo* quer dizer o mundo inteiro: "As consequências do aquecimento global estão sendo sentidas em todo o mundo".

O sumiço do artigo se dá num contexto em que a velha locução, já distante da ideia de *o mundo inteiro*, cristaliza-se com seu novo sentido de "todas as pessoas, toda a gente" — seja de um conjunto amplo e indefinido, seja de um grupo restrito e conhecido.

Evidentemente, o planeta como um todo não tem nada a ver com uma frase como "Hoje todo mundo tem tatuagem" ou "Todo mundo na minha sala passou de ano".

Existe, como se vê, uma funcionalidade maior a trabalhar pela supressão do artigo em *todo mundo*: diferenciar de forma clara, a partir da grafia, duas expressões que se distanciaram semanticamente.



vez: a primeira que
ou a primeira em que?

Prefira-se *a primeira vez que*, sem preposição.

Embora a língua falada costume abrir mão das preposições *em*, *por* e *de* como acompanhante do pronome relativo *que*, ela é indispensável na norma culta escrita: "o dia *em que* nasci", "a crise *por que* passamos", "o assunto *de que* lhe falei".

Existe, contudo, um elemento capaz de mudar a regra desse jogo, dispensando a preposição antes do *que*: a palavra *vez*, justamente.

É o que vemos em Eça de Queirós (*O primo Basílio*): "Era a primeira vez que Jorge se separava de Luísa". E em Machado de Assis (*Memorial de Aires*): "A última vez que me escreveu [...] não lhe esqueceu dizer que 'agradecia as lembranças mandadas'".

Segundo Domingos Paschoal Cegalla, isso se dá porque estamos falando de "expressões adverbiais fixas" — *a primeira vez que*, *a última vez que*, *toda vez que*, *cada vez que* — nas quais a palavra *que* deixa de ser interpretada como pronome e passa a ser "geralmente considerada conjunção".



vírgula entre sujeito
e predicado: pode?

A lição de nunca interpor uma vírgula entre sujeito e predicado é boa, mas comporta exceções que confundem muita gente.

Mais do que uma possibilidade à disposição de quem escreve, a vírgula entre sujeito e predicado chega a ser a forma preferível — embora não obrigatória — de lidar no português moderno com construções em que verbos colidem.

“Quem ama, cuida.” “Quem não faz, leva.” “Quem não sabe, ensina.” São incontáveis os exemplos desse tipo em nossa paisagem linguística, tanto em ditos populares quanto na obra de autores clássicos.

Para aqueles pouco inclinados à análise sintática, tais construções se distinguem pelo encontro de dois verbos: *ama*/*cuida*, *faz*/*leva*, *sabe*/*ensina*. O uso da vírgula entre eles — sendo o primeiro parte do sujeito oracional e o segundo parte do predicado — é tão consagrado que a maioria dos falantes acharia estranho pronunciar as frases acima sem uma pausa no meio.

Isso não quer dizer que a vírgula seja sempre obrigatória. Quando o verbo se repete, é indispensável (“Quem pode, pode”), mas construções semelhantes também podem ser encontradas sem ela: “Quem ama não mata”.

Quem ama cobra?

Sim, estamos no terreno das opções autorais. Eis o erro fundamental dos patrulheiros da vírgula entre sujeito e predicado: o de tratar a pontuação como um conjunto de regras inflexíveis, quando sua função básica é contribuir para a clareza do texto — o que em muitos casos inclui uma margem de manobra para o autor.

É em nome da clareza que, como já destacou o professor gaúcho Cláudio Moreno, consultor gramatical do jornal *Zero Hora*, a vírgula torna-se indispensável numa frase como “Quem ama, cobra”, na qual evita que se insinue no entendimento do leitor uma disparatada paixão por ofídios.



4
CUIDADO COM AS PATRULHAS!



Cientistas esquartejam
Púchkin e Baudelaire.
Exegetas desmontam
a máquina da linguagem.
A poesia ri.
Ferreira Gullar

Todo mundo conhece os patrulheiros da língua, personagens de grande sucesso nas redes sociais. O que pouca gente sabe é que a maioria dos "erros" que eles apontam com prazer sádico no discurso alheio nem sequer são erros.

Grande parte da sensação difusa de que o português é uma língua dificílima — praticamente impossível! — seria bastante atenuada se os sabichões, antes de encher a paciência dos falantes com suas denúncias vazias, parassem para estudar e refletir um pouco.

anexo, em anexo, no anexo

Pode-se empregar qualquer uma das formas acima. Do ponto de vista gramatical, não há nada errado com nenhuma delas. No entanto, quem optar por *em anexo* ou *no anexo* deve estar preparado para enfrentar resistências. Convém estar munido dos argumentos abaixo.

Conselheiros gramaticais influentes, como Napoleão Mendes de Almeida e Domingos Paschoal Cegalla, condenaram *em anexo* com a alegação de que *anexo* é apenas adjetivo, o que torna "um francesismo" seu emprego adverbial. O mesmo ocorreria em "espúrias locuções como *em absoluto*, *em definitivo*, *em suspenso* […] *em aberto*" (*Dicionário de questões vernáculas*, de Mendes de Almeida).

Seria possível rebater tal alegação com base apenas em seu caráter purista, há muito atropelado pela dinâmica da língua: influência francesa (ou de qualquer outro idioma) não é crime em si. Mas não será preciso lançar mão dessa carta.

É curioso ter escapado àqueles estudiosos que *anexo* não é apenas adjetivo, mas também — pelo menos desde 1378 — um substantivo que tem o sentido de "aquilo que se anexou; aditamento, apenso, suplemento". Ou seja: basta interpretar *em anexo* e *no anexo* como construções formadas por preposição + substantivo para que elas se revelem tão inatacáveis quanto "em campo", "no envelope", "em casa" ou "na gaveta" — que de francesas não têm nada, claro.

Entre as duas, soa mais natural a forma com artigo (*no anexo*), mas a opção *em anexo* também é aceitável, como seria "em arquivo à parte", por exemplo.

Um erro, enfim!

Sim, é claro que *anexo* pode ser adjetivo também. Isso faz com que seja igualmente correto escrever "Envio anexo o relatório solicitado" — a forma que os puristas e os patrulheiros inspirados por eles dizem ser a única admissível.

Mas atenção: sendo adjetivo, *anexo* deve concordar em número e gênero com o substantivo a que se refere. É aí que encontramos finalmente um erro de verdade, aliás comum: dizemos "Envio as planilhas no *anexo* [substantivo]", mas "Envio *anexas* [adjetivo] as planilhas" — e nunca "Envio *anexo* as planilhas".

antes de mais nada

Antes de mais nada (que significa "em primeiro lugar") é mais uma expressão do português que, embora tenha uma história nobre, vem sofrendo com a patrulha de quem tenta enquadrar a língua em moldes literais demais. "Antes de nada é depois de tudo?", riem os podólatras da letra.

A maior prova de que a locução faz sentido é o fato de ser compreendida por qualquer um. Muitas vezes é peculiar a lógica do idioma, um dos traços daquilo que se chama com algum romantismo de "espírito da língua" — com o qual é sempre sábio estar em comunhão, não em guerra.

Antes de mais nada significa (e tem sonoridade melhor que) "antes de tudo", numa inversão entre os polos positivo e negativo que só estranhará quem se recusar a aceitar que *pois não* exprime concordância e *pois sim*, negação.

Claro que cada um fala como quiser e tem o direito de banir *antes de mais nada* do seu discurso. Pode até fazê-lo por razões irrepreensíveis: se busca objetividade e concisão, essa locução pode mesmo parecer palavrosa. O problema começa quando se tenta transformar tal decisão em lei universal.

Ao corrigir seus semelhantes com o argumento de que a expressão "não tem lógica", o sujeito demonstra ignorância sobre como funcionam as línguas. Julga-se sabido, mas é apenas sabichão.

De Camilo a Clarice

Entre os autores consagrados que uma rápida busca revela terem usado *antes de mais nada* está o português Camilo Castelo Branco, que durante grande parte do século XIX foi considerado um prosador-modelo.

A lista inclui ainda Machado de Assis, Rui Barbosa, Carlos Drummond de Andrade e Clarice Lispector. No fim das contas, trata-se de uma escolha simples entre ficar na companhia deles ou abraçar os fiscais do literalismo.

correr atrás do prejuízo

Essa frase feita costuma receber críticas de gente apegada demais ao pé da letra.

— Ora, bolas — dizem. — Só um louco persegue o prejuízo, o que as pessoas normais fazem é fugir dele!

Bobagem. Não há nenhum erro lógico na expressão *correr atrás do prejuízo*. O equívoco dos que a condenam é não levar em conta que também se corre atrás — e como! — daquilo que se quer destruir, estraçalhar, derrubar, anular.

Como o leão no encalço da gazela ou o lateral direito nos calcanhares do ponta-esquerda driblador.

Mas que é chavão, é

Ao transformar uma interpretação linguística tão estreita em padrão-ouro da “correção”, esses patrulheiros incorrem em crime de literalismo. Melhor observar que *correr atrás do prejuízo* não passa de um clichezão, uma frase feita que, dependendo do contexto, deve realmente ser evitada.

“devagarinho”: existe diminutivo de advérbio?

Sim, é possível haver diminutivo de certos advérbios. Alguns exemplos: “Entre devagarinho [ou devagarzinho]”, “Acordou cedinho”, “Foi e voltou rapidinho”, “Fique juntinho de mim”, “Tratarei do seu problema agorinha mesmo”.

Nessas construções os advérbios *devagar*, *cedo*, *rápido*, *junto* e *agora* são intensificados pelo diminutivo. Sob essa forma, o que temos é o grau superlativo: “muito cedo”, “muito rápido” etc.

Superlativos mais óbvios, como *cedíssimo* e *rapidíssimo*, são igualmente admitidos. Comparativos também, é claro: “Você come mais depressa do que eu”.

Concluímos assim que, ao enfatizar a invariabilidade dos advérbios, muitos professores de português cometem uma simplificação indevida que acaba por confundir os alunos e dar munição (de festim) aos sabichões.

A invariabilidade é uma coisa que varia

A intenção costuma ser boa. É verdade que advérbios não sofrem flexão de gênero e número: não se diz “taças *meias* cheias”. No entanto, a exposição dessa regra deve ser sempre acompanhada da ponderação de que muitos advérbios, especialmente os de modo, podem sofrer variação de grau, como se adjetivos fossem. Gramáticas normativas como as de Evanildo Bechara e Celso Cunha & Lindley Cintra consideram isso pacífico.

No caso dos diminutivos de advérbio, os sábios costumam apenas fazer a ressalva de que devem se restringir à linguagem familiar ou informal. De fato, seria impróprio escrever “cedinho” ou “agorinha” no relatório da firma ou num requerimento ao tribunal.

Deve-se levar em conta, porém, que tal uso é antigo e documentado na obra de autores acima de qualquer suspeita. Está muito mais perto do espírito profundo da língua do que de uma transgressão.

dois pesos e duas medidas

Não há nada errado com a expressão *dois pesos e duas medidas*, que denuncia, como se sabe, uma injustiça e uma desonestidade — o julgamento de atos semelhantes segundo critérios diversos, conforme seus autores sejam mais ou menos simpáticos a quem julga.

Essa é a forma clássica da expressão, que tem origem bíblica e é empregada em diversas línguas: em inglês, para citar apenas um exemplo, fala-se em *two weights and two measures*.

As críticas à expressão que circulam há algum tempo são fruto da sabichonice que costuma turvar os debates sobre a língua. Segundo tal corrente, a expressão "correta" seria *um peso e duas medidas*, pois só esta enfatiza o fato de estarmos diante de um mesmo mérito (um peso) e dois julgamentos diferentes.

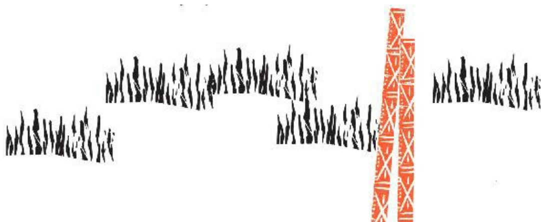
Se, tomado isoladamente, o argumento parece fazer sentido, em termos históricos é um baita equívoco. A expressão não se refere a duas medições para o mesmo peso, mas a dois pesos (g) e dois metros (m), artimanhas de comerciante desonesto que rouba tanto na farinha quanto no tecido.

Deuteronômio

Os que condenam a expressão se esqueceram de combinar com a Bíblia, onde se lê, no Deuteronômio (25,13-6), a passagem que está na origem da popularidade de *dois pesos e duas medidas* (a tradução é da *Bíblia de Jerusalém*):

> *Não terás em tua bolsa dois tipos de peso: um pesado e outro leve. Não terás em tua casa dois tipos de medida: uma grande e outra pequena. Terás um peso íntegro e justo, medida íntegra e justa, para que*

os teus dias se prolonguem sobre o solo que Iahweh teu Deus te dará. Porque Iahweh teu Deus abomina a todos os que praticam estas coisas, todos os que cometem injustiça.



engenheiro elétrico,
engenheiro eletricista

Engenheiro elétrico é a forma popular e dicionarizada; *engenheiro eletricista*, aquela pela qual vêm se batendo as entidades que representam tais profissionais.

Têm esse direito, mas seria recomendável que ancorassem a campanha num argumento menos tolo do que "engenheiro não pode ser elétrico porque não dá choque".

O que ocorre nesse caso, na corrente principal da língua, é simples: o profissional herda o adjetivo que distingue sua atividade, algo que todo mundo entende, sem a necessidade de lhe acrescentar novas sílabas em nome da hipercorreção.

Provam isso o engenheiro mecânico e o engenheiro eletrônico, por exemplo.

Ao pé da letra

“Engenheiro não é elétrico porque não dá choque”?

Ressalvados casos terminais de apego ao pé da letra, não passa pela cabeça de ninguém que o gerente financeiro seja feito de cifrões, passa? Ou que o físico nuclear seja radioativo.

Quem aí acha que o jornalista esportivo é necessariamente um atleta, que o programador visual precisa se vestir de forma chamativa (embora muitas vezes o faça) ou que o guarda-florestal corre risco de desmatamento?

felicidade,
felicidades

Tanto faz. Escolha a forma que quiser e seja feliz.

A condenação a flexões consagradas como *saudades* e *felicidades* se baseia no argumento de que essas palavras exprimem “noções abstratas” e, portanto, não são numeráveis.

Trata-se de uma regra furada. Contrariada por séculos de uso, foi questionada até por um bastião do conservadorismo gramatical como Napoleão Mendes de Almeida, que observou estar ocorrendo com *saudade* algo semelhante ao que se dera com *parabém* e *pêsame*, palavras cujo singular caiu em desuso.

A regra de não levar para o plural substantivos que exprimem “noções abstratas” é inaplicável de saída. Como a maioria das palavras, tais substantivos tendem a certo esparramamento semântico sobre a superfície das coisas. Não existe um dique capaz de separar abstração e concretude com tanta segurança.

Felicidades pode querer dizer “votos de felicidade”, por exemplo. E não é difícil perceber que saudades podem ser enumeradas: de você, das crianças, dos nossos passeios dominicais, da infância, da comida da vovó… Essas e outras expansões do sentido nuclear das palavras são tão banais — e incontroláveis —

que tendem a passar despercebidas.

Claro que ninguém está obrigado a usar *saudades* e *felicidades*. A fidelidade à forma singular (que não caiu em desuso como no caso de *parabém*) é uma opção legítima.

Mas que parar de corrigir os outros sem razão seria uma boa ideia, seria.

mídia, média

Corre por aí um discurso de condenação à opção da língua brasileira pela palavra *mídia*, que, sendo singular e tendo pronúncia indisfarçavelmente anglófona, provaria nosso subdesenvolvimento cultural. Bacana, por respeitar o latim em que tudo começou, seria a solução portuguesa, “os média”.

Será?

Posição tão categórica não resiste a um minuto de reflexão desapaixonada sobre o problema linguístico de *media/média/mídia*, que de simples não tem nada. O que vemos no Brasil e em Portugal são soluções diversas baseadas em diferentes interpretações do termo de origem. Ambas têm vantagens e desvantagens.

Sim, *media*, como se sabe, é uma palavra do latim, plural de *medium*, “meio”. Ocorre que seu sentido de “meios de comunicação de massa” nunca existiu em latim: trata-se de uma encarnação dramaticamente nova, com nova carga semântica, forma reduzida de *mass media* — uma expressão nascida no vocabulário publicitário americano nos anos 1920 e, décadas mais tarde, exportada para diversas línguas.

Basta abrir mão do purismo para reconhecer que isso torna a *media* tão inglesa quanto latina. Se um pouco mais isto, por filiação linguística, ou um pouco mais aquilo, por contexto histórico-cultural, vai depender do freguês. Portugal fez a opção de tratar a palavra como latina; o Brasil, como inglesa.

É claro que tais escolhas — se assim podemos chamar processos coletivos, tácitos e incontroláveis como esses — nunca são inocentes. O português luso tem sem dúvida menos abertura para a influência anglófona (e mais para a francófona) do que o brasileiro, que muitas vezes chega mesmo às raias do servilismo diante de modismos vocabulares *made in USA*.

Não me parece que seja o caso de *mídia*, que considero uma palavra mais funcional do que *média*.

Por que "mídia" é melhor

Os críticos de *mídia* baseiam seu ataque em dois argumentos: o de que é ridículo aportuguesar a palavra com uma grafia que imita a pronúncia da língua inglesa; e o de que é pura ignorância tratá-la como substantivo feminino singular (*a mídia*), em vez de masculino plural (*os média*).

Ambos caem por terra quando se compreende que o português brasileiro importou uma palavra do idioma de Marshall McLuhan, não da língua de Cícero.

Por que caem por terra? Porque é comum que em empréstimos do gênero se preserve a pronúncia original, como ocorre com *xampu* (do inglês *shampoo*) e *sutiã* (do francês *soutien*).

Quanto à interpretação de *media* como substantivo singular, trata-se de um desenvolvimento natural provocado por seu sentido de "conjunto de meios", algo que ocorre também (ainda que de forma não exclusiva) no inglês. O gênero feminino me parece autoexplicativo.

Se, apesar de tudo isso, *mídia* não é mesmo uma solução das mais elegantes, deve-se reconhecer que o português *média* (ou *media*, sem aportuguesamento e com grifo, como prefere a maioria dos dicionaristas lusos) também apresenta problemas.

O primeiro deles é justamente essa indefinição: quando se lança um acento para aclimatar o vocábulo, cria-se uma anomalia — "os média" desrespeita a regra da flexão de número em português.

Quando se resolve isso mantendo o termo em latim, engessa-se a língua, fechando a porta à incorporação de uma palavra presente em grande número de neologismos e cada vez mais importante para a compreensão do mundo.

É por isso que considero *mídia* uma solução mais funcional, ainda que esteticamente meio desajeitada. Para um sentido único, grafia única. E ninguém corre o risco de que lhe sirvam um café com leite por engano.

namorar
ou namorar com?

Nunca estiveram em falta na galeria dos tipos humanos aqueles que gostam de dar palpite furado tanto na vida amorosa quanto na língua dos outros. No caso do verbo *namorar* os dois gostos se fundem num só, produzindo esta pérola de sabichonismo: "*Namorar com* não existe!".

Namorar é uma palavra que deriva de *enamorar* (en + amor + ar) com a perda do fonema inicial, um fenômeno linguístico chamado aférese — mas isso é detalhe técnico. O que importa é saber que, dependendo do uso, o verbo pode ser transitivo direto, transitivo indireto ou mesmo intransitivo.

Direto: "Ele a namorou".

Indireto: "Ele namorou com ela".

Intransitivo: "Eles namoraram".

Pode ser até pronominal, com o sentido de encantar-se — "namorou-se dela" —, mas tal uso é raro. Normalmente, para dizer isso, opta-se por *enamorar-se* mesmo.

Namorando o atraso

De onde vem o ensinamento errado — que às vezes aparece até como pegadinha em provas de português — de que *namorar* só pode ser transitivo direto? Do passado distante.

Uma grave desatualização ou apego excessivo à famigerada "norma-padrão" explica a bobagem. O verbo *namorar* surgiu no século XIII e tudo indica que só passou a ser aceito no português culto como transitivo indireto de cem anos para cá.

No entanto, convém repetir o que diz o *Aurélio*, um dicionário que está longe de ser conhecido como avançadinho: "O uso de *namorar* com esta regência [*namorar com*] é perfeitamente legítimo, moldado em *casar com* e *noivar com*".

Não se trata de uma liberalidade brasileira. O dicionário da Academia das Ciências de Lisboa também admite a regência *namorar com*.

negar
duas vezes

"Não vejo ninguém." "Não sobrou nenhum." "Não sabemos nada."

São numerosos — e aguerridos — os falantes que não se conformam com a negação dupla, um traço tradicional do português. Sua implicância parte da suposição equivocada de que as línguas naturais devam ser regidas pela lógica matemática. Ou seja, de que duas palavras negativas só podem gerar uma proposição positiva.

Trata-se de uma impressão de leigos. Línguas naturais não são "ilógicas", mas têm lógica própria, e quem as estuda sabe que a negação reiterada numa construção como "Não tenho nada" sempre foi compreendida como reforço.

Não se trata de uma excentricidade do português. O mesmo ocorre em francês (*ne... pas*) e até no inglês popular (*I can't get no satisfaction*), entre outros idiomas. A suposta ilogicidade é uma falsa questão.

No português medieval, ensina o grande Said Ali, a dupla negação já representava uma economia, pois "os escritores antigos, e ainda alguma vez os quinhentistas, empregavam sem restrições a negação dupla, e até tríplice, com efeito reforçativo".

Pois é: negação tríplice ("Ninguém não fez nada"), eis aí uma construção que se deve evitar.

"Nada sou…"

Nada disso quer dizer que a negação dupla seja obrigatória, é claro. Na era moderna passou a ser vista como elegante a negação sucinta, como nestes versos de Fernando Pessoa:

Nada sou, nada posso, nada sigo.
Trago, por ilusão, meu ser comigo.

Mas o gênio português também sabia a hora de recorrer sem culpa a uma boa, velha e esparramada negação dupla:

Não sou nada.
Nunca serei nada.
Não posso querer ser nada.



num,
em um

Em crônica no jornal *O Globo*, Caetano Veloso diz que só ele continua escrevendo *num* e *numa* no Brasil. Observa que, embora todo mundo use a contração ao falar, parece estar prevalecendo entre nós a ideia de que escrevê-la é errado.

Sendo um usuário pesado e consciente de *num* e *numa*, tanto em livros quanto em textos jornalísticos, me ocorre de saída considerar falsa a questão.

Na maior parte das vezes essa contração — sem ser obrigatória, claro — me soa mais eufônica, mais condizente com o ritmo da frase, além de mais "natural" e próxima da língua falada. Além disso, frequenta o português escrito desde o século XVI e leva a assinatura de autores canônicos dos dois lados do oceano. O que resta para debater?

A resposta é óbvia: resta o fato de que, de algum tempo para cá, o *num* vem sendo cada vez menos empregado no português brasileiro escrito. Encontro em fóruns da internet o argumento de que a contração é "informal" demais, incompatível com textos apurados.

(Esqueceram de avisar isso a Fernando Pessoa, ou ele não teria iniciado sua excelente tradução de "O corvo", de Poe, com este belo e nada informal verso: "Numa meia-noite agreste, quando eu lia, lento e triste".)

Parece que estamos diante de um traço geracional: por alguma razão — que merece investigação mais profunda, mas provavelmente vizinha da hipercorreção e ligada à pouca importância da leitura no ensino de português nas escolas — as novas gerações brasileiras estão abandonando o consagrado *num* na hora de escrever. É pena.

O falado e o escrito

Se for verdade que essa contração está caindo em desuso, restará lamentar o retrocesso cultural representado por seu abandono.

Sem forçar a barra, e levando-se em conta que língua escrita e língua falada não coincidem perfeitamente em idioma algum, sempre será progressista trabalhar para encurtar a distância entre elas.

Sim, existem áreas imensas em que a distância permanecerá inalterada. Mas ampliá-la é andar para trás.

pleonasmo: será mesmo?

A caça ao pleonasmo vicioso é um passatempo com grande número de adeptos no país. Muitas vezes as armas se voltam para os alvos errados.

AZEITE DE OLIVA: Se levarmos em conta apenas a etimologia, seremos tentados a dizer que a expressão é redundante: as palavras *azeite* e *azeitona* são obviamente relacionadas, e *oliva* vem a ser um sinônimo de *azeitona*. Ocorre que o sentido de *azeite*, tendo nascido nos olivais, passou por uma quase imediata expansão, tornando-o um termo genérico para "óleo de origem vegetal ou mesmo animal". O azeite de dendê é só um destes, mas já bastaria para justificar a expressão *azeite de oliva*.

PREFEITURA MUNICIPAL: Além de consagrada pelo uso na língua falada e no vocabulário político-administrativo brasileiro, a locução é funcional, pois a palavra *prefeitura* tem outros sentidos. Muitas grandes universidades têm prefeituras, que podem ser encontradas também na hierarquia da Igreja católica. Essa polissemia é normal: bem antes de ganhar no Brasil do século XIX a acepção hoje dominante (correspondente em Portugal a "presidente da câmara municipal"), a palavra *prefeito* herdara do latim *praefectus* o sentido mais genérico de "administrador, chefe". No Império Romano tardio, *prefeitura* era cada uma das quatro grandes divisões, maiores que a maioria dos países atuais, do território a ser administrado: Gália, Itália, Ilíria e Oriente.

AUTOANALISAR-SE: Trata-se de um verbo pronominal, como *suicidar-se* e *queixar-se*. Isso quer dizer que, em estado de dicionário, o pronome vem incorporado a ele. Ninguém pode autoanalisar, suicidar ou queixar outra pessoa, ou seja, tais ações são sempre reflexivas, direcionadas ao próprio sujeito. Em tese, portanto, pode-se argumentar que é dispensável o pronome oblíquo, ao contrário do que ocorre com verbos que podem ser pronominais ou não, como *vestir* e *casar* (o estilista veste-se, mas também veste a modelo; os noivos casam-se, mas o padre os casa). Ocorre que o uso não caminhou nesse sentido. Há verbos que já tiveram um emprego pronominal hoje praticamente esquecido (*acordar-se*) e também aqueles em que o uso acabou por tornar facultativo o pronome: *arrepender*(*-se*), *deitar*(*-se*) e *casar*(*-se*) são exemplos de ações que, mesmo quando reflexivas, frequentemente dispensam o *se*, sobretudo na linguagem informal: "arrependeu do crime", "deitou na cama", "casei com fulana". Mas *autoanalisar-se* permanece íntegro. Melhor relaxar.

"EU, PARTICULARMENTE": Andam mesmo abusando da expressão *eu, particularmente* (ou *eu, pessoalmente*). Modismo à parte, eu (particularmente?) não concordo com quem a considera um pleonasmo vicioso, como se o advérbio *particularmente* estivesse sempre embutido no pronome *eu*. Dependendo do contexto, a expressão pode ser funcional por indicar um segundo nível de opinião, mais pessoal, contra outro que se poderia chamar de público. Quem diz "Eu, particularmente, sempre dirigi bem depois de tomar dois ou três chopes" pode,

sem cair em contradição, emendar: “Mas apoio a Lei Seca”. Da mesma forma, o deputado que defende a adesão de toda a bancada a uma posição tomada por seu partido pode acrescentar que, “particularmente”, pensa um pouco diferente, mas considera a lealdade um valor maior. São só dois exemplos. A vida é cheia de situações assim.

risco de vida,
risco de morte

A pressão social pelo uso de *risco de morte*, expressão emergente, como se houvesse algo errado no consagrado *risco de vida* que herdamos de nossos tataravós, é uma questão com que se defronta qualquer pessoa menos distraída no Brasil de hoje. É também o maior exemplo de vitória do besteirol sabichão que temos na língua.

A questão é relativamente recente. Quando Cazuza cantou, em 1988, “o meu prazer agora é risco de vida” (na canção “Ideologia”), ainda não passava pela cabeça de ninguém corrigi-lo. Mais tarde, professores de português que exerciam o cargo de consultores em redações conseguiram convencer os chefes de determinados jornais e TVs de sua tese tolinha. “Como alguém pode correr o risco de viver?”, riam.

Era um equívoco. Julgavam ter descoberto uma agressão à lógica embutida no idioma, mas ficaram na superfície do problema, incapazes de fazer uma análise linguística mais sofisticada e compreender que risco *de* vida é risco *para* a vida, ou seja, risco *de* (perder a) vida. O que, convenhamos, nem teria sido tão difícil.

Muita gente engoliu desde então o *risco de morte*. De tanto ser martelada em certos meios de comunicação, inclusive na TV Globo (que no entanto já revogou sua obrigatoriedade, nem tudo está perdido), a nova forma foi adotada por multidões de falantes desavisados. O que era previsível, mas não deixa de ser constrangedor.

O instinto da linguagem

Não se trata de dizer que *risco de morte* seja, como alegam seus defensores a respeito de *risco de vida*, uma expressão “errada”. Não é. De gabinete, sim, mas não errada. Pode-se usá-la sem risco para a adequada comunicação de uma mensagem.

Se seus adeptos se contentassem em fazer tal escolha de forma discreta, sem apontar agressivamente o dedo para quem não concorda com ela, a convivência das duas formas poderia ser pacífica.

Se não pode ser pacífica é porque *risco de morte*, mais que um caso linguístico, apresenta-se como um problema cultural, criação artificial de gente que mal ouviu o galo cantar e saiu por aí exercitando o prazer de declarar ignorante quem — mergulhado no “instinto da linguagem” do qual fala o linguista canadense-americano Steven Pinker — já nasceu sabendo mais do que eles.

ter de,
ter que

Tanto faz. Não existe uma forma mais correta ou sequer preferencial entre *ter que* e *ter de*. Trata-se de duas opções à disposição do falante, que provavelmente estará sujeito (quase sempre está) a algum tipo de inclinação regional, familiar ou educacional por uma ou outra.

Isso não muda o fato de que elas dizem a mesma coisa — ou seja, “estar obrigado a” — e de que ambas têm tradição de uso por bons autores.

Nem sempre foi assim. Um olhar histórico sobre a expressão revela que *ter de* não é apenas anterior a *ter que*, mas já foi considerada pelos gramáticos a única forma culta, ao passo que a outra, derivada dela, era (mal)vista como “popular”.

Até o século XVII, ensina o gramático Said Ali, usava-se exclusivamente nesses casos a forma *haver de*, hoje antiquada e sobrevivente apenas em clichês como “hei de vencer”. Do século XVIII em diante, foi ganhando espaço o *ter de*.

Note-se que as observações acima, publicadas em livro por Ali em 1921,

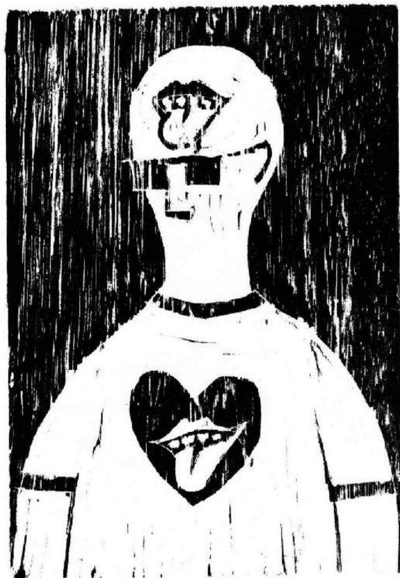
ainda nem consideravam a possibilidade do *ter que*. E bem poderiam fazer isso — para não dizer que *teriam que* fazer isso. Afinal, Machado de Assis, para ficar num exemplo suficiente, chegou a empregá-lo, embora preferisse *ter de*. Rui Barbosa foi atrás.

O moderno e o castiço

O *Houaiss* explica que o *ter que* vem sendo usado "modernamente" em lugar de *ter de*, que ele chama de "castiço".

Tal uso cria uma irregularidade gramatical: o emprego do pronome relativo *que* numa função anômala — prepositiva para o *Houaiss*, conjuntiva na visão de Sousa Lima — que denunciaria uma contaminação do *ter de*. Mas isso é detalhe técnico.

O fato é que ninguém tem que falar *tem de*, assim como não tem de falar *tem que*. Tendo a preferir esta forma, mas tenho de reconhecer que, no combate à praga da proliferação do *que* que assola o português, a alternativa dita castiça é muitas vezes uma mão na roda.



5
A LÍNGUA SE REINVENTA



Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro
Oswald de Andrade

É sempre tensa a narrativa que tem como adversários o português vivo — aquele que se fala e se escreve no dia a dia — e a língua que gerações de sábios, baseados nos autores clássicos, fixaram como modelo. Se o uso é soberano, como falar em "erro"? Mas se não houver algum respeito à tradição, como deter a entropia?

No fim das contas o falante arisco precisa de jogo de cintura e, sim, de uma dose de hipocrisia. Fica atento às ocasiões em que, sobretudo por escrito, a forma popular possa ser usada contra ele. Ao mesmo tempo evita o ridículo de pronunciar numa conversa informal algo tão alienígena (no Brasil) quanto "Cheguei a casa".

No mais, vai sonhando com o dia em que serão menos distantes a língua da cabeça e a do coração.




chamar a atenção, à atenção

As duas formas estão corretas e são rigorosamente intercambiáveis.

Chamar a atenção de (*alguém*) é a expressão mais empregada no Brasil, enquanto *chamar* (*alguém*) *à atenção*, que pode ser considerada uma construção mais clássica, agrada ao paladar dos portugueses. (Entre as muitas locuções que envolvem a palavra *atenção*, estamos falando apenas das que têm o sentido de "repreender, advertir, censurar".)

As preferências nacionais são tão arraigadas que até bons lexicógrafos ignoram a construção privilegiada do lado oposto do Atlântico. O *Houaiss* registra apenas a forma *chamar a atenção de* — a mesma que volta e meia vemos estigmatizada como "erro" por análises lusófilas.

Já o dicionário da Academia das Ciências de Lisboa considera exclusiva, com o sentido de "fazer um reparo, uma crítica", a forma *chamar* (*alguém*) *à atenção*, de construção similar à de expressões como *chamar à ordem* e *chamar à razão*.

Agora preste atenção

Uma espiada nos mecanismos por trás dessas locuções ajuda a compreender tanto sua diferença quanto sua alma comum. É legítimo supor que a acepção de "repreender" surgiu como expansão semântica de outra, esta mais colada ao sentido original de *atenção*: *chamar a atenção* como sinônimo de "alertar, fazer notar, lembrar, apontar".

Ora, esta última locução é empregada de forma idêntica em Portugal e no Brasil: "Chamou a atenção do filho para os estudos" é uma frase sobre a qual não

paira controvérsia. E que também pode ser formulada de forma um pouco diferente, sem prejuízo semântico: “Chamou o filho à atenção para os estudos”.

Como ninguém ignora, a distância entre “apontar, alertar” e “repreender, criticar” é pequena, questão de ênfase: para não fugir do nosso exemplo, basta que o tal filho esteja pouco disposto a encarar os estudos.

Isso deixa claro por que as formas *chamar a atenção* (*do filho*) e *chamar* (*o filho*) *à atenção* chegaram, em seu desenvolvimento semântico, exatamente ao mesmo lugar.

chegar em casa, a casa

A resposta depende do grau de abertura de cada um sobre o que é certo e errado. O problema é que os árbitros normalmente consultados nessa hora, gramáticos e lexicógrafos, têm feito corpo mole há décadas na hora de reconhecer a mudança na regência do verbo *chegar* operada pelo português brasileiro.

“Cheguei a casa” é uma construção naturalíssima — em Portugal. Assim mesmo, sem crase, com a ausência do artigo indicando que se trata da própria casa do sujeito. No Brasil os falantes mantêm o artigo ausente, mas preferem há muitas gerações outra preposição: “Cheguei em casa”.

No primeiro caso temos a regência clássica recomendada pelos sábios, com a preposição *a* pondo em relevo o ato de alcançar uma meta, concluir um percurso. Na segunda construção, a preposição *em* dá o percurso por encerrado: o sujeito, tendo chegado, já está lá. Nuances.

Linguistas modernos tiram isso de letra com o argumento de que a regência verbal, entre outros traços da língua, não é decidida pelos guardiões da tradição, mas pelos próprios falantes.

Quando se leva em conta que o escritor brasileiro Lúcio Cardoso, para citar só um exemplo, já escrevia uma frase como “Cheguei em casa ainda sob o domínio dessas ideias” em seu clássico *Crônica da casa assassinada*, de 1959,

fica difícil perdoar a insistência da gramática conservadora em rejeitar uma construção tão consolidada em nosso idioma — inclusive no registro culto.

Uma regência conflagrada

O fato é que a tensão em torno da regência de *chegar* está longe de se dissolver. *Chegar em casa* é uma expressão tão habitual que normalmente se faz vista grossa para ela, mas não contam com a mesma tolerância frases como “Cheguei *na* festa atrasado” ou “Chego *em* São Paulo amanhã”.

Nesses casos, mais próprios da linguagem coloquial, sobram autoridades dispostas a considerar simplesmente errado o emprego da preposição *em*.



como era de (se) esperar

Aqui estamos mais uma vez no fogo cruzado entre a velha gramática normativa e a nova linguística.

Segundo a primeira, dedicada à perpetuação de um sistema de regras fixado há tempos e com ambição de validade para todo o universo da lusofonia, a única construção correta nesses casos é aquela sem o pronome *se*.

Portanto, para usar a língua-padrão e se pôr a salvo de críticas conservadoras, o falante deve optar por “um bom lugar para viver” e “como era

de esperar", para ficar em dois exemplos. O argumento é o de que o verbo no infinitivo já é impessoal, dispensando o reforço da indeterminação do sujeito representado pelo pronome *se*.

A linguística moderna conta uma história diferente. Com olhar atento ao que as pessoas de fato falam (e não só as que "falam errado", como sugere uma visão preconceituosa, mas também aquelas com alto nível de educação formal), mostra que no português brasileiro, inclusive entre falantes cultos, faz tempo que as construções com o *se* antes do verbo no infinitivo são normais.

Em seu livro *Português ou brasileiro*, o linguista Marcos Bagno colhe na imprensa e na literatura (de Clarice Lispector) exemplos fartos do uso do *se* antes de verbo no infinitivo para concluir que, "na sintaxe brasileira, aumenta progressivamente a tendência a não se deixar nenhum verbo sozinho, desacompanhado de seu sujeito, mesmo quando esse verbo é um infinitivo tradicionalmente classificado de *impessoal*".

A conclusão é sagaz e ajuda a entender por que uma antologia de Luis Fernando Verissimo, organizada e lançada em 2001 por uma então futura integrante da Academia Brasileira de Letras, Ana Maria Machado, intitulava-se *Comédias para se ler na escola* — e não *Comédias para ler na escola*, como os tradicionalistas dizem ser obrigatório.

Conclusão: estamos diante de mais uma daquelas situações ambíguas em que o falante consciente, depois de se informar, deve decidir seu próprio caminho.

Duro de mudar

Isso não nos autoriza a cair na intolerância oposta, como Bagno passa perto de fazer. Se ninguém mais tira o pronome da expressão *como era de se esperar*, considerá-lo sempre obrigatório, tratando a forma tradicional como simples "entulho normativista", deixaria de levar em conta que os dois usos coexistem — inclusive na fala popular.

Não fosse assim, já teríamos dado um jeito de corrigir uma locução como *osso duro de roer*. E dificilmente aquela série cinematográfica de sucesso se chamaria *Duro de matar*.

entre eu e eles,
entre mim e eles

"Sinto que entre eu e meus companheiros de geração existe um abismo."

Segundo a tradição normativa, a frase acima está errada. O pronome deveria ser oblíquo: "Sinto que entre *mim* e meus companheiros de geração…".

Caso encerrado? Não tão depressa. Ocorre que a letra fria da lei vem derretendo faz tempo. Já nos anos 1950 o filólogo Silveira Bueno defendia o uso do pronome reto em tais casos como "radicalmente português", isto é, fiel ao espírito profundo do idioma:

> *Proíbe-se, no português clássico e moderno, que se empreguem as formas retas dos pronomes pessoais em função complementar* […]. *Tal proibição, que é dogma da gramática e do ensino oficial tanto em Portugal como no Brasil, encontra numerosas exceções no português arcaico e, em nossa pátria, é de todo transgredida na língua familiar e viva da sociedade.*

Vivemos uma fase de transição. Embora continue recomendável seguir o velho mandamento para não perder ponto em provas, a norma culta contemporânea tem, pelo menos no caso do português brasileiro, se encarregado de flexibilizá-lo.

Evanildo Bechara admite — com a ressalva de que não se trata da "língua exemplar" — o uso do pronome pessoal reto "em coordenações de pronomes ou com um substantivo introduzidos pela preposição *entre*: entre eu e tu; entre eu e o aluno, entre José e eu". Ou seja, exatamente o caso da frase ali de cima.

Reconhece Bechara: "Um exemplo como *Entre José e mim* dificilmente sairia hoje da pena de um escritor moderno".

hétero,

heterossexual

Hétero, com acento mesmo, é uma novidade — já nem tão nova — que o português brasileiro inventou como forma reduzida de *heterossexual*. Trata-se de uma palavra que pode ser empregada como adjetivo ou como substantivo de dois gêneros — não existe *hétera*.

Em textos formais deve-se evitar a versão abreviada: *heterossexual* continua sendo a forma clássica da palavra. Em todos os demais casos, seu uso no português brasileiro está consagrado. O *Aurélio* ainda não se rendeu, mas o *Houaiss* e o *Dicionário de usos do português do Brasil*, de Francisco S. Borba, sim.

Em seu *Guia de uso do português: Confrontando regras e usos*, a respeitada linguista Maria Helena de Moura Neves anota o seguinte: "A forma *hétero* (acentuada) vem sendo usada como substantivo e como adjetivo, valendo por *heterossexual*".

A forma *hetero*, sem acento, também circula por aí, mas não goza do mesmo prestígio. Seus defensores alegam que ela é mais fiel à pronúncia do elemento grego *hetero-*, que entra na composição da palavra *heterossexual* e que significa "outro, diferente".

No entanto, parece ocioso lutar contra a interpretação dominante de *hétero* como palavra proparoxítona, uma vez que se trata da primeira vez que esse elemento ganha existência autônoma.

Traduzindo…

Vale observar que *hétero* é o melhor equivalente do inglês *straight* disponível em nossa língua, com o mesmo equilíbrio difícil entre informalidade (que *heterossexual* não tem) e seriedade.

Assim aparece na tradução de um artigo do escritor americano Gore Vidal sobre o subtexto homoerótico do filme *Ben-Hur*, feita por Paulo Henriques Britto e publicada em 1995 pela *Folha de S.Paulo* — fragmento citado por Maria Helena Neves como abonação de *hétero*: a frase "*had turned straight as a die*"

virou “havia se tornado o mais hétero dos héteros”.



hilário,
hilariante

A adoção maciça do adjetivo *hilário* (“que provoca riso”) pelos falantes brasileiros, sobretudo os jovens, é um fenômeno mais ou menos recente, datado talvez de três décadas para cá e influenciado pelo inglês *hilarious*.

A tradição culta sempre preferiu seus sinônimos *hilariante* ou o quase desusado *hílare*. Isso leva muita gente, de professores de português a patrulheiros amadores, a tratar *hilário* como uma gíria vira-lata de criação recente, substituto inculto do “correto” *hilariante*.

Ocorre que o adjetivo *hilário* não é uma gíria vira-lata nem foi criado recentemente. Falando sobre sua família, gerada pelo grego *hilarós* (“alegre, risonho”) por meio do latim *hilarus*, o *Houaiss* o cita entre os vocábulos “introduzidos no vernáculo a partir do século XIX”. *Aurélio* e *Michaelis* também registram a palavra.

Como nome próprio (inclusive de santo), saído da mesma matriz greco-latina com o sentido original de “alegre”, sua adoção entre nós é ainda mais antiga.

Resumindo: em redações e outros contextos formais, prefira *hilariante*, uma palavra à prova de controvérsia. Mas quando vierem lhe dizer que *hilário* “não existe”, pode cair na risada.

A lição de Otto

Fico imaginando se os professores de português que sublinham *hilário* em vermelho nas redações de seus alunos fariam o mesmo com a crônica (do livro *Bom dia para nascer*, de 1993) em que o mineiro Otto Lara Resende, fino cultor do idioma, escreveu a seguinte frase: "A resposta não podia ser mais hilária, como se diz hoje".

O leitor atento pode ponderar que Otto, com seu "como se diz hoje", está, ao mesmo tempo que emprega a palavra, guardando uma irônica distância dela. É verdade.

Também é verdade que seu "hoje" foi há mais de vinte anos.

óculos:
singular, plural

Óculos (do latim *oculus*) era um substantivo plural quando estreou no português em princípios do século XVII e assim se conserva até hoje na língua culta. Já faz tempo, porém, que uma curiosa discordância de número ("um óculos") é popular.

O fato de ser difundida não a torna menos errada. No entanto, quando um desvio normativo é tão comum, vale a pena tentar entender a lógica alternativa que o comanda. Não se trata de "justificar", mas de compreender.

Óculos é representante de um tipo de substantivo que os gramáticos classificam como *pluralia tantum*, expressão latina que significa "apenas plurais". São palavras que levam o plural em sua formação, embora se refiram a coisas singulares — na verdade, pares simétricos. Além dos óculos, entram nessa categoria as *calças*, as *cuecas*, as *tesouras*…

A língua popular, especialmente a que se fala no Brasil, não gosta muito de *pluralia tantum*. Afinal, se o objeto é um só, por que não o singularizar? A *calça*, a *cueca* e a *tesoura* são formas que os falantes encontraram — todas já dicionarizadas e admitidas na língua culta — de driblá-lo.

Por que a palavra *óculos* não tomou o mesmo rumo? Provavelmente

porque, enquanto ninguém imagina a peça de vestuário de um perneta ao ouvir falar em “uma calça” nem a metade inútil de um instrumento cortante ao ler sobre “a tesoura”, “o óculo” sugeriria um monóculo, metade do objeto referido. A solução foi abraçar a discordância numérica: “o óculos”.

Mas onde já se viu singularizar o plural? Bom, há indícios de que foi exatamente o que fizeram com o substantivo *pires*, que ninguém estranha. Não duvido que um dia *óculos* tenha o mesmo destino.

“perguntado sobre”

É comum encontrar na imprensa uma construção parecida com esta: “Perguntado sobre a acusação de desvio de verbas, o deputado Fulano negou tudo”.

Ocorre que, embora o verbo *perguntar* admita a voz passiva, esta é considerada incorreta na frase acima. Por mais que se encontre tal forma na linguagem informal e até mesmo em textos publicados, trata-se de algo condenável na norma culta.

Isso porque “o deputado Fulano” não é objeto direto do verbo *perguntar*: perguntaram-lhe (sobre) alguma coisa, isto é, perguntaram *a ele*. Não foi ele o “perguntado”. (A voz passiva está correta em uma frase como esta: “Responda ao que lhe foi perguntado”.)

Tudo indica que, além de disseminada na língua falada, essa construção tem raízes mais fundas. No português antigo, *perguntar* já foi empregado no papel em que até hoje se usa *inquirir* ou *interrogar*: “Perguntaram *o* deputado sobre a acusação de desvio de verbas”. Neste caso, “o deputado” era objeto direto, o que tornava correta a voz passiva. Mas tal forma caiu em desuso.

Enquanto a regra não muda…

A frase pode ser reformulada para evitar o problema: “Ao lhe perguntarem

sobre a acusação…”, por exemplo. Se for o caso de manter a construção, deve-se preferir um verbo como *inquirir*, *interrogar* ou mesmo *questionar*: “Inquirido (ou interrogado, ou questionado) sobre a acusação…”.

pontual

Muita gente implica com o adjetivo *pontual* quando ele é empregado em frases como “Este é um problema pontual”. Ironizam:

— Ah, então é um problema que não se atrasa?

É direito de cada falante decidir o que considera desagradável aos seus ouvidos. O que não se pode discutir é que a língua, não sendo estática, nunca para de criar novas realidades que muitas vezes as autoridades da área, nada pontuais, só vão assimilar com uma ou duas gerações de atraso. A ampliação semântica de *pontual* é um desses casos.

A primeira e mais usada acepção da palavra — que herdamos do latim medieval *punctualis* — é de fato a que se refere à precisão no tempo: pontual é o que chega na hora marcada. Contudo, está consolidado no português contemporâneo o sentido de “evento isolado, tópico, de alcance restrito, não representativo do todo”. De onde veio isso? Do inglês? De nossa imensa ignorância coletiva?

Não parece se tratar de nenhum dos casos. *Pontual*, em tal acepção, não pode ser considerado um anglicismo semântico pela razão simples de que *punctual* tem na língua de Shakespeare o mesmo significado básico de cumpridor de horário.

É mais provável que se trate de um sentido figurado, desdobrado simultaneamente em diversas línguas pelo poder da metáfora: a transferência da ideia de ponto do tempo para o espaço, ainda que um espaço abstrato e puramente mental.

Recuperou-se assim, na mão inversa, a analogia que esteve na origem do sentido tradicional da palavra, nascida de *punctum*, “ponto”, termo

decididamente espacial.

O registro no "cartório"

Para quem, ainda assim, só acredita que as palavras *existam* quando um dicionário de prestígio as registra, uma notícia importante: o *Houaiss*, que não contemplava o novo sentido de *pontual* em sua primeira edição, atualizou-se. Hoje informa o seguinte, entre outras acepções: "Que se reduz a um ponto ou a um detalhe do todo; tópico".

"posto que é chama":
vinicius bebeu?



> *Que não seja imortal, posto que é chama*
> *Mas que seja infinito enquanto dure.*

É provável que o poeta Vinicius de Moraes tivesse, sim, tomado algumas doses de "cachorro engarrafado" — isto é, de uísque, que ele chamava de "o melhor amigo do homem" — quando escreveu sua obra-prima "Soneto de fidelidade", que termina com os versos acima.

Não se deve ver nisso nada além de um cálculo estatístico que leva em conta a baixa frequência de momentos de sobriedade em sua vida. No estilo ao mesmo tempo rigoroso e fluido do soneto, um dos mais perfeitos da língua portuguesa, não se percebe traço de embriaguez.

No entanto, Vinicius contrariou frontalmente a gramática tradicional com seu uso de *posto que* como conjunção explicativa (ou causal, dependendo do autor). O sentido dos versos é claro: o amor não é imortal, *visto que* é chama, isto

é, *por* ser chama, mas o poeta deseja que, enquanto durar, tenha brilho infinito.

Só que Vinicius optou por não usar o *visto que*, que, além de caber na métrica, agradaria aos conservadores da língua. Foi mesmo de *posto que*, uma locução conjuntiva controversa.

Os gramáticos tradicionais atribuem a *posto que* valor exclusivamente concessivo, o mesmo de *embora*, como na seguinte frase: "Gosto dele, posto que seja meio antipático". Para eles, qualquer uso diferente é erro e pronto.

O português brasileiro ignora há muitas décadas essa análise e insiste em empregar *posto que* com papel explicativo. Isso não se dá por ignorância, ou não só por ignorância: encontra acolhida entre falantes cultos e parece se basear numa análise alternativa da expressão. Regras mudam.

Nenhuma novidade nisso. Um exemplo de como o reino das conjunções sempre foi movediço é o uso que o padre Antônio Vieira e outros autores antigos faziam da conjunção *segundo* — hoje empregada apenas em papel conformativo, como sinônimo de "conforme" — com sentido causal: "Mais nascimentos havíamos mister, *segundo* são muitas as mortes" (grifo meu).

Deliberadamente ou não, Vinicius de Moraes, um dos mestres do português brasileiro, tomou o partido da língua viva — o que no caso dele faz o maior sentido — e deu ao pessoal da linha dura gramatical uma dor de cabeça infinita (enquanto durar): se abonações literárias sempre foram as cartas mais valiosas de seu jogo, numa mesa de pôquer o "Soneto de fidelidade" seria um *royal straight flush*.

responder a pergunta,
à pergunta

Para simplificar um caso que não é tão simples, como já veremos, convém dizer logo: quem quiser seguir o padrão culto da língua e evitar dores de cabeça deve tratar *responder* como verbo transitivo indireto e preferir "responder *à* pergunta" (ou *a* quem faz a pergunta).

Esse é o uso clássico, com o qual qualquer um estará a salvo da sanha corretora de chefes e professores. Contudo, certa instabilidade sintática torna frequente o emprego de *responder* como transitivo direto numa construção como "responder a pergunta".

Ao contrário do que pode parecer, essa instabilidade não se restringe à língua informal, ao português coloquial. O conservador *Dicionário de verbos e regimes* de Francisco Fernandes declara sua predileção pela regência clássica, mas informa que o respeitável gramático Carlos Góis considerava opcional escrever "responder a carta" ou "responder à carta".

A posição de Góis era uma dissidência no mundo da gramática tradicional, mas parece indicar que o verbo está caminhando faz tempo para um lugar já ocupado por *atender*, que pode ser transitivo direto ou indireto segundo o gosto do freguês: "atender ao chamado" ou "atender o chamado" são formas igualmente aceitas.

Quando se diz que "a pergunta foi respondida", uma frase de uso corrente, a voz passiva deixa clara a interpretação do verbo como transitivo direto.

Direto, indireto ou intransitivo?

Na forma clássica, é claro que também se intui o transitivo direto na mesma frase: responder o quê? Isso ou aquilo, que sim ou que não, mas sempre *à* pergunta.

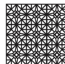
A possível confusão vem do fato de *responder* ser neste caso um verbo transitivo direto *e* indireto: "Estou respondendo ao leitor [indireto] que a preposição é necessária [direto]".

Note-se que *responder* pode ser intransitivo também, como na seguinte frase: "Chamei, mas ninguém respondeu".

“sequer” sem advérbio de negação

Segundo as gramáticas normativas, que ainda são as grandes balizadoras do certo e do errado em questões de língua, o advérbio *sequer* não pode prescindir jamais do auxílio de um advérbio de negação como *não*, *nem* ou *nunca*.

Ocorre que *sequer* tem passado por uma clara transformação e aparece dispensando advérbios de negação o tempo todo no português da vida real. E agora?



Há duas formas de encarar a questão, à escolha do freguês. Uma é lamentar a decadência do idioma e lutar para que *sequer* tenha apenas o uso autorizado pelos sábios. A causa está provavelmente perdida de antemão, mas costuma dar a seus defensores alguma medida de conforto moral.

O segundo caminho, mais condizente com a linguística moderna, é reconhecer que as línguas vivas são organismos em constante evolução.

Dessa nova perspectiva, parece natural e até saudável — segundo um princípio de elegância e concisão — que de tanto ser usado em construções de sentido negativo, e no português moderno quase exclusivamente nelas, *sequer* já tenha incorporado a negação.

Quem acha que posturas desse tipo logo nos conduzirão à barbárie deve ler ou reler um poeta que dificilmente poderia ser considerado um visigodo do idioma: Carlos Drummond de Andrade começou com um *sequer* desacompanhado de advérbio de negação o poema “O mito”, publicado no ano de 1945 em *A rosa do povo*:

Sequer conheço Fulana,
vejo Fulana tão curto,
Fulana jamais me vê,
mas como eu amo Fulana.

“Nunca jamais escreverei assim!”

Ao incorporar um sentido negativo que a princípio não estava lá, *sequer* tem pelo menos um predecessor ilustre: no português antigo, *jamais* desempenhava o papel subalterno de ajudante de advérbios de negação. Isso significa que era correto dizer o seguinte: “Nunca já mais [ou jamais] escreverei assim”.

Veja-se que não se tratava de negação dupla — não ainda. Foi de tanto auxiliar a negação que *jamais* acabou promovido a sinônimo de “nunca”.

vende-se casas,
vendem-se casas

A interpretação de “vendem-se casas” como uma frase que se encontra na voz passiva sintética, à qual corresponderia “casas são vendidas” na voz passiva analítica, ainda é dominante entre gramáticos e professores de português. Em outras palavras: se você estiver fazendo uma prova, não hesite em escrever “vendem-se casas”.

No entanto, tal regra é denunciada por muitos linguistas como um exemplo de arbitrariedade — ou aversão ao método científico de compreender a língua — da gramática normativa.

Sustentam eles que faz mais sentido interpretar o *se* como índice de indeterminação do sujeito. E argumentam que em “precisa-se de vendedores” o *se* é precisamente isso, como a própria gramática normativa admite: o verbo transitivo indireto não permite que se imagine um absurdo “vendedores são precisados”, certo?

Ocorre que a ideia é a mesma em “precisa-se” e “vende-se”, ou seja, *alguém* precisa, *alguém* vende! Fica assim explícito o caráter arbitrário de uma análise que, diante de construções tão evidentemente semelhantes como “vende-se casas” e “precisa-se de vendedores”, aplica a cada uma um critério diferente — *casas* vira sujeito, mas *vendedores* é objeto indireto — e decreta que apenas a segunda está correta.

A lição de Millôr

O linguista Marcos Bagno, um dos mais combativos do país na denúncia desse tipo de regra gratuita, chama uma frase como “vendem-se casas” de “pseudopassiva sintética”. Mas é interessante notar que até um gramático tradicional como Evanildo Bechara, filólogo de plantão da Academia Brasileira de Letras, aceita a tese do *se* como índice de indeterminação em sua *Moderna gramática portuguesa*.

Bechara diz que “vende-se casas” é uma frase “de emprego *ainda* antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos” (grifo meu), mas reconhece que “ambas as sintaxes são corretas”.

Essa questão do “emprego *ainda* antiliterário” merece ser desdobrada. Acredito que Bechara quis alertar o leitor de sua gramática para o risco de usar tal construção em textos formais, pois ainda há lá fora um exército de professores, chefes e revisores dispostos a passar a caneta vermelha na frase.

Essa cautela eu também recomendo, mas o que vejo no campo “literário” é justamente a tendência de acatar cada vez mais a interpretação do *se* como índice de indeterminação do sujeito em construções como “vende-se casas”. Millôr Fernandes uma vez me repreendeu por não escrever assim. “Simplifiquei”, disse.

Se já ganha há algum tempo esse tipo de sanção culta, podemos ter certeza de que tal uso não demorará a ser pacífico. Mas cuidado com as provas!

“você”, sujeito
indeterminado



O uso de *você* para indicar um agente genérico é consagrado na linguagem familiar, informal, coloquial: “Você trabalha a vida inteira e, no fim, recebe essa merreca da previdência”. Trata-se de uma forma comum no discurso oral.

Em situações mais formais deve-se dar preferência à construção na terceira pessoa do singular com o pronome *se*: “Trabalha-se a vida inteira e, no fim, recebe-se essa quantia irrisória da previdência”. Este é o uso preferido na linguagem escrita.

Há outras formas de indicar um sujeito genérico, com gradações quanto à indeterminação (pode incluir o falante? E o ouvinte?). Em sua *Gramática de usos do português*, Maria Helena de Moura Neves menciona vários desses usos, daqueles que são comuns na língua culta (“Jogaram alguém na piscina”) aos que têm registro mais popular (“Lá tira título de leitor, documento”).

Maria Helena não inclui em sua lista o brasileiríssimo *neguinho*, ultimamente estigmatizado como politicamente incorreto e desde sempre tão informal que chega perto de fazer o *você* genérico parecer cerimonioso: “Neguinho trabalha a vida inteira e, no fim, recebe essa merreca da previdência”.












6
CUIDADO COM OS MODISMOS!



Não te doas do meu silêncio:
Estou cansado de todas as palavras.
Não sabes que te amo?
Manuel Bandeira

Modismos vocabulares são contagiosos em qualquer parte do mundo. Num país como o nosso, com índices tão altos de analfabetismo funcional e tão baixos de leitura, as barreiras imunológicas frangam mais. Se algum instinto de manada é quase inevitável na língua, abrir o olho para os excessos é zelar pela inteligência coletiva.

Certos modismos se fundam em erros grosseiros, outros são apenas tolos ou se desgastam pela repetição. Todos se encaixam no que o escritor inglês George Orwell tinha em mente quando disse que, "se o pensamento corrompe a linguagem, a linguagem também pode corromper o pensamento".

Contra o resfriado dos vícios de expressão, refletir sobre a linguagem é a melhor vitamina.

assertivo,
mas errado

Serei o mais assertivo possível: o adjetivo *assertivo* não tem nada a ver com *acertar*. Nunca teve, nunca terá. Sim, a língua é viva e está em constante mudança, mas isso não dá licença a ninguém para tratá-la como lixo.

Será que esse "lixo" ficou assertivo demais?

Assertividade é um termo descendente do latim *assertum*, "asserção, afirmação, proposição". *Acerto* pertence à família de *certus*, "decidido, resolvido". Dois clãs romanos muito diferentes — consta que nunca se visitavam e talvez nem trocassem bom-dia.

Assertivo é o que afirma algo. No vocabulário da linguística, define aquela proposição pela qual o declarante assume responsabilidade. No da psicologia, *assertividade* ganhou ares de virtude como sinônimo de segurança, firmeza nas atitudes e palavras.

Daí para o vocabulário dos recursos humanos, e deste para o patoá corporativo que circula em uma infinidade de empresas, foi um pulo. Um pulo no abismo.

Porque *assertividade*, nomeando uma qualidade valorizada no mundo do trabalho como imprescindível ao "líder", logo passou a ser tratada como palavra mágica, mosaico de virtudes sensacionais entre as quais se destaca a capacidade de… acertar, claro!

Tremendo erro.




Qual dos dois está certo?

É possível cometer um equívoco grotesco com a maior assertividade do mundo:

— A Terra é plana, ponto final.

Como também é possível estar certíssimo e cheio de dedos, vacilações, gagueiras, ou seja, ser a pessoa menos assertiva num raio de duzentos quilômetros:

— Mas, chefe, será que a gente não deveria considerar apenas como exercício, veja bem, só para não ser apanhado no contrapé, considerar de repente a possibilidade de, sei lá, a Terra ser, tipo assim, redonda?

— Sugestão recusada. Próximo item da pauta.

diferenciado
e diferente

O diferenciado se diferencia ao mesmo tempo do indiferenciado e do diferente. Pode-se diferir do diferenciado, e até difamar seu diferencial; ficar indiferente a ele, dificilmente. Já a dor do diferente, esta indeferimos com a maior indiferença.

Diante do diferente, o que mais importa é ser igual aos iguais: o indiferenciado vira abrigo, calor e inclusão.

“Seu diferente!”, o xingamento, dedo em riste, é lançado contra tudo aquilo (cor, classe, sexualidade, cultura) que se quer discriminar, com perfeita indiferença pelas consequências morais ou físicas desse anátema.

Ser igual aos iguais só se torna indesejável quando surge o diferenciado. Ah, o diferenciado! O diferenciado consegue operar a mágica de se diferenciar sem deixar o círculo de abrigo, calor e inclusão do indiferenciado.

Pelo contrário: o diferenciado mora em seu núcleo, intensamente admirado pela massa indiferenciada. O diferenciado é o melhor dos iguais. Tem sentido tão positivo que, em evolução recente, virou até eufemismo cômico na boca de quem quer disfarçar o preconceito contra o diferente.

Não surpreende que tantos queiram ser diferenciados e quase ninguém queira ser diferente.

incluso
e incluído

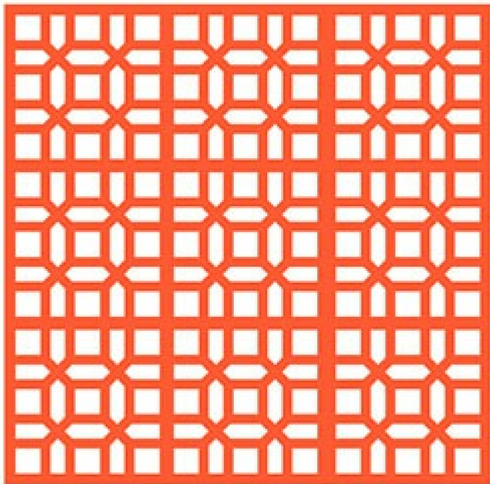
As duas palavras existem e são sinônimas, mas não idênticas. *Incluído* é um adjetivo clássico, elegante; *incluso*, que com o sentido de “incluído” já foi uma joia do vocabulário jurídico-burocrático, ganha cada vez mais espaço na fala.

Para entender suas diferenças é preciso recuar um pouco na história.

Incluir é um daqueles verbos que os gramáticos chamam de abundantes, como *aceitar*, *eleger* e *gastar*. Isso significa que têm dois particípios: um regular (*incluído*, *aceitado*, *elegido*, *gastado*) e outro irregular (*incluso*, *aceito*, *eleito*, *gasto*).

Não existe uma regra que abarque todos os empregos de todos os verbos abundantes. Como diretriz geral, vale ter em mente que o particípio regular é mais usado na voz ativa (“ter gastado, ter aceitado”) e o irregular, na passiva (“ser ou estar gasto, ser ou estar aceito”).

O caso de *incluso* (do latim *inclusus*) tem algumas peculiaridades. Muitos



gramáticos não o colocam entre os particípios irregulares porque, embora ele esteja dicionarizado desde o século XV, via-se excluído da linguagem comum até alguns anos atrás. Quando aparecia, quase sempre vinha ao lado do substantivo *siso*, para designar aquele dente que não despontou.

Incluso com o sentido de *incluído* era, como *sito* (particípio irregular de *situar*), um traço da língua empolada falada por advogados. Não é mais. Em algum momento indefinido, provavelmente perto do fim do século XX, passou a circular com desenvoltura na linguagem do comércio e da burocracia: "pilhas não inclusas"; "frete incluso"; "imposto incluso".

A princípio isso soava um tanto pernóstico (ainda soa um pouco), mas a moda pegou. Pegou tanto que já há relatos de professores de português que — absurdamente, claro — tratam *incluído* como erro.

Quando se admite "incluso"

Convém prestar atenção: se você gosta de *incluso*, tome cuidado para usá-lo apenas como adjetivo ou, vá lá, em construções na voz passiva.

Exemplo: é considerado correto dizer que "A gorjeta *está* inclusa na conta" e aceitável, embora menos comum, que "A gorjeta *foi* inclusa na conta". Mas nunca diga que "O garçom *tinha* incluso a gorjeta na conta" — neste caso, deve-se dizer que ele "tinha incluído".

Incluído tem a vantagem de poder ser empregado em todas essas construções.

"inputaram" um corpo estranho na sua língua

Inputar é o limite. No dia em que esse verbinho emergente do informatiquês — mas já espalhado para muito além dele — for escrito com *m*, até podemos conversar.

A grafia *imputar* já tem dono, é verdade: pertence a um respeitável verbo de origem latina que significa "atribuir responsabilidade". Mas talvez ele tope dividi-la com o recém-chegado.

Transformado em *imputar*, pode ser que o bárbaro *inputar* se tornasse tão aceitável quanto o vitorioso *deletar*, anglicismo de valor que significa "apagar no computador" (a precisão costuma vencer).

Mas *inputar*, não. Este deve ser refutado. Que *inputem* tranquilamente professores, governantes e empresários, só podemos lastimar.

É bobagem tentar impedir o fluxo migratório entre línguas, sobretudo quando o idioma pátrio se vê diante de outro em flagrante delito de submissão cultural — hoje ao inglês, como ao francês um século atrás.

Nesses casos, a língua dominante não pode ser detida, vem no pacote ciência-indústria-letras-cultura-diversão. Não adianta ser *contra* ela. Seria tão insensato quanto ser contra um fenômeno da natureza, uma tempestade, peito aberto contra a força dos ventos: “Não passarão!”.

Sendo assim, viva o marketing, o show, o ranking, o sundae, o rock, o shopping *and all*. Já são de casa. Mas é imprescindível defender uma última trincheira, ainda que simbólica, um núcleo mínimo de orgulho. Não deixar que lhe quebrem a espinha. Esse limite é o *inputar*.

Trata-se do fim da linha. Para passar, só pagando pedágio. *Inputar* incorre em crime de lesão espiritual contra o português, com seu *n* antes do *p*.

“Antes de *p* e *b* só se usa *m*!”, ressoam lições imemoriais, giz na lousa, os joelhos da professora, o sol lá fora.

A pena é mudar de grafia, entubar um *m* que o emascule. Assim:

Imputar (*verbo*)
1. Do latim imputare. *Atribuir* (*a alguém*) *a responsabilidade de algo.*
2. Do inglês to input. *Inserir, incluir* (*especialmente dados*).
Cumpra-se.

latente não quer dizer evidente

O emprego do adjetivo *latente* com o sentido de “evidente, claro, indiscutível” é um erro tornado mais embaraçoso pelo fato de que a palavra significa… o contrário disso!

Quando afirmamos que alguma coisa está latente, queremos dizer que ela ainda não se manifestou: permanece oculta, adormecida, em estado potencial. Pode vir à tona a qualquer momento, mas ainda não veio. Trata-se de um termo ligado ao verbo latino *latere*, “estar escondido”.

É provável que o erro se deva a uma confusão entre *latente* e *patente* — este, sim, um adjetivo que significa "claro, evidente, manifesto".

lindo de morrer ou lindo de viver?

Lindo de morrer é a expressão consagrada. *Lindo de viver*, um modismo vocabular tolinho que — vale a torcida — deve morrer logo.

Ao afirmar que algo ou alguém é *lindo de morrer*, queremos dizer que é tão bonito que se poderia morrer por ele. Claro que ninguém espera o cumprimento da ameaça. O nome disso é hipérbole, o mesmo exagero encontrado numa expressão como *morrer de rir* ou *morrer de susto*. (Felizmente, não consta que haja uma campanha a favor de *viver de rir* e *viver de susto*. Na era dos modismos politicamente corretos, talvez seja questão de tempo.)

Como achado poético não há nada errado em *lindo de viver*. Na canção "Copacabana Boy", Rita Lee diz: "O Rio continua lindo, lindo/ lindo de morrer/ lindo de viver". Tem sua graça.

De todo modo, a cantora não tem nada a ver com essa invencionice: a responsável pelo sucesso de *lindo de viver* foi Hebe Camargo. A apresentadora de TV pode não ter criado a expressão, mas fez dela uma assinatura. "Quem morre não vê a lindeza que existe", explicava.

Até aí, com boa vontade, entende-se. Comunicadores gostam de bordões. O problema começa no momento em que se toma essa bijuteria vocabular como a expressão "correta" e se passa a corrigir quem usa a fórmula consagrada.

A lógica por trás de *lindo de viver* é a do eufemismo, ou seja, a determinação de não mencionar a morte. O preço pago em expressividade, porém, é alto demais. A expressão espalhada por Hebe deixa a hipérbole sem sentido: viver não é atitude extrema, pelo contrário, é o esperado, o desejável.

Em resumo, trata-se de uma bobagem. Quem gosta dela tem o direito de empregá-la, com base no princípio sagrado de que o uso que cada um faz da sua

língua é pessoal. Mas deve saber que, assim como julga os outros, também será julgado por isso.

O caso do sapatinho

— Querido, esse sapatinho de bebê não é lindo de viver? Pensei em comprar pro filhinho da Lívia.

— Concordo: lindo de morrer.

— De morrer, não. De viver!

— Lindo de viver não existe, meu amor.

— Ih, lá vem você!

— Eu me recuso a usar eufemismo de hipérbole. Ou é eufemismo ou é hipérbole. A pessoa tem que escolher.

— Não estou nem aí pra sua cartilha de português, sabichão.

— Entendo. Você prefere a cartilha da Hebe.

— Pensa um pouco: você acha que eu ia dar um sapatinho lindo de morrer pra um bebê, uma pessoa que está começando a vida? Que tipo de mensagem eu estaria passando, hein?

— Está vendo? Agora você está morrendo de raiva de mim.

— Estou mesmo. Odeio esse seu lado pedante.

— E por que não diz que está vivendo de raiva?

— Não enche.

— Sabe por quê? Porque não faz o menor sentido, querida! Porque a ideia da hipérbole é justamente criar um absurdo que intensifique a mensagem, que dê colorido à expressão. Colorido às vezes até literal: azul de fome, verde de ciúme e tal. Se a ideia deixa de ser absurda pra ser razoável, fofinha, a expressão perde o sentido. Quer dizer o seguinte: esse sapatinho é tão lindo que você poderia morrer por ele.

— Não acho tão lindo assim. Não morreria por ele, nem perto disso. Vamos embora.

— Ei, não vai comprar?

— Desisti. Seu papo matou a beleza dele.

— Tudo bem.

— Às vezes você é tão chato que eu tenho vontade de cortar os pulsos, sabia?

— Parabéns, querida! Essa é a ideia!

literalmente,
mas nem tanto

“Estou literalmente frita”, diz a moça que acabou de perder o emprego, sem saber que desperta na imaginação de seu interlocutor quadros terríveis de violência medieval. Teriam os perpetradores de tal barbaridade usado azeite, manteiga ou óleo de girassol?

Nenhuma das alternativas acima, claro. A moça desempregada quer dizer que está *figuradamente* frita, mas erra o advérbio e acaba usando um que tem o sentido oposto. O máximo que se pode dizer em sua defesa é que tem a companhia de multidões.

Não é de hoje que o advérbio *literalmente* vem sendo usado — e não só em português — de forma liberal demais, como se seu papel fosse o de intensificar, frisar. Em inglês esse desvio semântico é tão comum e antigo que alguns estudiosos já negam que esteja errado.

Sorry, para mim não cola. Se não faltam advérbios talhados para intensificar ou frisar uma ideia, *literalmente* está sozinho com sua função. Quer dizer “ao pé da letra” e indica que uma palavra ou expressão *não* deve ser compreendida, naquele caso, em sentido figurado. Deixá-lo virar geleia seria um erro grave.

De modo geral, o emprego correto de *literalmente* se dá em duas situações:

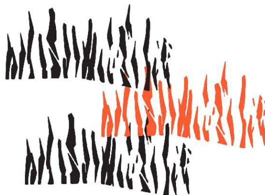
1. Para destacar que uma transcrição ou tradução é meticulosamente fiel ao original.

2. Quando — quase sempre com intenções cômicas, espirituosas — uma expressão que poderia ser compreendida em sentido figurado aparece em sua acepção mais básica, literal.

Alguns exemplos de uso adequado do advérbio, todos no campo da comédia ligeira: “O bombeiro hidráulico entrou pelo cano — literalmente”; “Escassez de seringas na saúde pública é o fim da picada — literalmente”; “Brasileiro vai para o espaço — literalmente”.

Como se vê, mesmo como recurso cômico o *literalmente* é de eficácia duvidosa. Tem sua hora, mas recomenda-se usar com parcimônia. A mesma parcimônia que devemos exercitar diante da moça “literalmente frita” e sinceramente aflita, contendo o impulso de lhe perguntar sobre a manteiga e o óleo de girassol.

Lições de português têm hora.



logo menos: eu, hein?

O caso de *logo menos* é curioso. Para quem não o conhece, trata-se de uma gíria, locução informal utilizada principalmente por jovens. Baseia-se na expressão *logo mais* — uma velha criação do português brasileiro que significa "mais tarde [mas ainda hoje]" — para intensificá-la. *Logo menos* aponta para um futuro imediato, ainda mais próximo do que *logo mais*.

O problema é que, tomado isoladamente e analisado termo a termo, não faz sentido algum.

Sua origem provável é a expressão informal *logo mais*, *logo menos*. Aqui, o par *mais/menos* dá coerência à frase e se encarrega de indicar certa imprecisão de tempo, a mesma que está presente em *mais dia, menos dia*.

Ocorre que *logo menos* vira maluquice quando se lança em carreira solo. Mas não sejamos ranzinzas. Como se trata de gíria, vale. Mesmo porque, sendo uma locução tão semanticamente desajeitada, tudo indica que não terá fôlego para durar mais do que alguns verões.

melhor idade
ou melhoridade?

Nem uma coisa nem outra. *Melhoridade* não existe, é apenas a grafia errada de *melhor idade*, que por sua vez é uma expressão tolinha. Convém evitar ambas.

Que muita gente ache conveniente trocar a palavra *velhice* pelo eufemismo *terceira idade*, entende-se (embora eu prefira a franqueza de *velhice* mesmo). A lógica do eufemismo é atenuar o que se supõe soar desagradável ou ofensivo. Tem o seu lugar. No momento em que o primeiro homem das cavernas avisou aos companheiros que ia "ali na moita", a civilização avançou toda uma era.

O problema é que, quando se erra a dose, o eufemismo fica doentio, conspirando contra a inteligência e a favor da mistificação, como prova o "crescimento negativo" do economês.

Melhor idade cai nessa categoria. Eufemismo de eufemismo, essa expressão condescendente é um nó de hipocrisia concentrada que deve ser evitado a qualquer custo.

Ninguém acha — nem os jovens nem os velhos — que a velhice seja a *melhor idade*. Ela pode e deve ser uma idade bela e digna, mas em nome dessa dignidade é preciso combater o modismo da infantilização dos idosos que *melhor idade* traduz à perfeição.

"Vamos dobrar a perninha, fofinha!"

— Agora vamos segurar na borda da piscina, dobrar a perninha e levantar o pezinho.

— Mas eu calço trinta e nove…

— Isso mesmo, fofinha!

— Fofinha, minha amiga? Fofinha!? Você acha que eu estou gorda?

— De jeito nenhum, queridinha. Você está uma belezoca, uma linducha. Mas, olha, vamos concentrar no exercício. Que tal empinar mais o bumbunzinho?

— Escuta aqui, instrutora, vamos esclarecer uma coisa.

— Que foi, coisinha mais preciosa da fessora?

— É que eu tenho uma mania, sabe? Faz uns sessenta anos que não suporto ser tratada feito criança.

— Mas quem está tratando você como criança, amorzinho?

— Você. E eu não sou seu amorzinho, sou sua aluna de hidroginástica.

— Ai que gracinha, fazendo beicinho, toda orgulhosa! Desculpe, queridinha. Fui treinada assim.

— Assim como? Treinaram você para tratar os alunos feito idiotas?

— Só os da melhor idade, como tuzinha.

— Ah, entendi. Então presta atenção: pra começo de conversa, se existe uma idade melhor do que as outras, é a sua e não a minha. A minha é um negócio bem complicado.

— O que é isso, fofolete?!

— Bem complicado. Velhice não é moleza, não. Agradeceria se você fizesse o favor de não piorar tudo, sua… imbecilzinha!

— Hã? Como você me chamou?

— Imbecilzinha.

— Quem você pensa que é, sua vaca?

— Aleluia!

— Estou indo dar queixa à direção.

— Uhu, beleza! Demorou!

no aguardo:
isso existe?

Uma praga de *no aguardo* anda infestando a língua. Convém tomar cuidado, nem que seja por educação: antes de entrar nos aspectos propriamente linguísticos da questão, vale refletir por um minuto sobre o que há de rude numa fórmula de comunicação que poderia ser traduzida mais ou menos assim:

— Estou esperando, vê se responde logo!

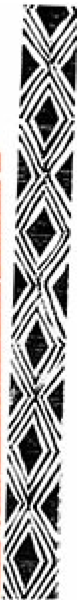
Quanto à famigerada *existência*, bem, o substantivo *aguardo* existe acima de qualquer dúvida. O dicionário da Academia das Ciências de Lisboa não o reconhece, mas isso se explica: estamos diante de um brasileirismo, um termo que tem vigência restrita ao território nacional. Desde que foi dicionarizado por Cândido de Figueiredo, em 1899, não lhe faltam registros no cartório da lexicografia.

Como a simples constatação de existência e correção gramatical não dá conta de tudo o que existe no reino das palavras, vale observar que sinônimos como “espera” e “expectativa” superam *aguardo* com folga em elegância.

Essa constatação vale sobretudo para a linguagem escrita formal: seu uso coloquial é razoavelmente inofensivo.

Derivação regressiva





Aguardo é um substantivo formado por derivação regressiva a partir do verbo *aguardar* (não confundir com o verbo *aguardar* quando conjugado no presente do indicativo, na primeira pessoa do singular).

Tal processo, que já era comum no latim, é o mesmo por meio do qual, por exemplo, do verbo *chorar* se extraiu o substantivo *choro*.

O meio é a mensagem

Onde terá ido parar um clichê consagrado da polidez como “Agradeço antecipadamente sua resposta”? Resposta possível: foi aposentado ao lado de outros bordados verbais do tempo das cartas manuscritas, porque o meio digital privilegia mensagens diretas e não tem tempo a perder com frescura.

O que equivale a dizer que, sendo o meio a mensagem, como ensinou o teórico da comunicação Marshall McLuhan, a internet é casca-grossa por natureza. Será?

“por conta de”:
cuidado com o abuso

A locução prepositiva *por conta de* não é um novo animal na floresta da

língua. Faz anos que professores de português, conselheiros gramaticais e outros profissionais encarregados de zelar por uma versão limpa e correta do português falado no Brasil vêm advertindo o público dos riscos de abusar dela. Não adiantou.



Se *a nível de* é uma praga que, de tão ridicularizada, entrou em declínio, *por conta de* está em alta. Quem separar uns minutos para folhear revistas e jornais, navegar na internet ou ouvir TV e rádio encontrará uma grande variedade de frases sintaticamente mancas, construções rebarbativas e outras bobagens com *por conta de* no meio.

Nem sempre essa locução prepositiva agride a gramática e o bom senso. Com sentido causal, sinônimo de "por causa de" ou "devido a", dicionários de qualidade como *Houaiss* e *Aulete* (embora não o *Aurélio*) já a reconhecem como um brasileirismo legítimo. Nesse caso, o problema é apenas o desgaste provocado pela repetição excessiva, que pode tornar difícil acomodar a expressão num texto de estilo apurado.

Como costuma ocorrer com modismos linguísticos bem-sucedidos demais, a questão se complica quando a expressão fetichista transborda do seu nicho gramatical e passa a atuar como predadora de outras espécies. Mais do que empobrecer o vocabulário do falante, esse espalhamento instaura um vale-tudo em que a muleta linguística faz o papel de curinga chamado a remendar às pressas raciocínios esfarrapados. É o momento em que a inteligência coletiva paga a conta.

Da deselegância à maluquice

Os danos seriam menores, computados apenas no placar da elegância, se os ataques se restringissem às preposições simples e curtas — como *com*, *contra*, *por* e *de* — que são as primeiras vítimas de *por conta de*. Estes exemplos foram colhidos no noticiário on-line:

"Corintianos fazem piada por conta da derrota do Santos" (*com*)*;*

"Atriz Y está deprimida por conta de separação" (*com*)*;*

"Moradores protestam por conta de situação da estrada" (*contra*)*;*

"Escritor X é processado por conta de plágio" (*por*)*;*

"... morreu por conta de câncer" (*de*).

A locução do momento comete nesses casos um crime típico do bacharelismo brasileiro: a enrolação palavrosa — a mesma que já levou muita gente a acreditar que soava sofisticada ao proferir tolices como "passar mal *a nível de* estômago". Diante do que vem em seguida, porém, isso pode ser considerado secundário.

Fortalecido pelas primeiras vitórias, *por conta de* logo se aventura em regiões mais distantes de seu habitat, passando a exterminar e substituir espécies linguísticas com as quais não tem a mais pálida semelhança. É o caso da preposição *sobre*: "O craque analisou a equipe adversária, mas por conta da queda do treinador preferiu não fazer comentários". E de repente atingimos o ponto culminante na escala da falta de noção: *por conta de* aparece formando com *mesmo* uma barroca locução conjuntiva concessiva, em substituição a um simples *apesar*: "Mesmo por conta da epidemia de dengue, as pessoas continuam deixando recipientes com água no quintal".

Preposições mutantes

Onde estarão errando os opositores de *por conta de* para serem ignorados até por cultores da variedade culta da língua? Seu equívoco parece residir no

excesso de rigor e não na leniência — extremos que, como sabe quem educa filhos, podem produzir resultados igualmente negativos.

Ao condenar indiscriminadamente o uso dessa locução prepositiva, que como vimos tem seu lugar, os críticos abrem o flanco a uma acusação desmoralizante de ultraconservadorismo.

O sentido causal de *por conta de* está acima de contestação. Tem origem clara — e castiça — em *à conta de*, locução prepositiva pouco usada hoje. *À conta de* quer dizer "por causa de, a pretexto de", informa o *Aurélio*, dando como exemplo uma frase de frei Vicente do Salvador, autor do clássico *História do Brasil* (1627): "à conta de defenderem a jurisdição de el-rei, totalmente extinguiam a da Igreja".

Para transformar *à conta de* em *por conta de*, basta uma troca de preposição tão simples quanto a que levou o *para* do início desta frase a superar *por* como indicador de "efeito a atingir", numa das evoluções marcantes do português antigo para o moderno analisadas por Said Ali em seus estudos pioneiros de gramática histórica.

Enquanto a expressão *por conta de* puder ser trocada por *em razão de*, *em decorrência de*, *por causa de* ou *devido a* (que também já foi malvista, mas hoje goza de boa reputação), estaremos diante de uma defensável escolha de sabor coloquial. Mas cuidado com os excessos!



sinalizar: mais um
"a nível de" na área

Vou sinalizar com a maior clareza: melhor abrir o olho com o verbo *sinalizar*. Estamos diante de um modismo vocabular avassalador.

Antigamente, quando havia compromisso firmado com algum evento futuro, conjugavam-se verbos como *garantir*, *prometer*, *afirmar*, *assegurar*, *planejar*.

Não existindo compromisso, mas razoável certeza de determinado desdobramento, ia-se de *apontar*, *anunciar*, *indicar*, *assinalar*, *atestar*, *prever*, *deixar claro*.

Quando a segurança era menor, preferia-se o uso de *sugerir*, *acenar com*, *dar a entender*, *insinuar*. Para certezas menores ainda: *especular*, *ventilar*…

Hoje ficou mais fácil: *sinalizar* resolve todos os problemas. Se ele passa a motoniveladora sobre os matizes que dão precisão e colorido à linguagem, paciência.

Isso deve ser a sinalização de alguma coisa. E boa é que não é.





A regência pira

A regência também vem se sofisticando para acompanhar o sucesso da palavra. Normalmente o verbo é tratado como transitivo direto ("sinalizou isto ou aquilo"), mas não é incomum que venha acompanhado da preposição *para*. Sinalizar *com* também já é um clássico. Mais estranhos são os casos em que a preposição é *sobre*!

Seria um equívoco conservador dizer que todos os novos usos de *sinalizar* estão simplesmente "errados" (bom, alguns estão). Embora as acepções dicionarizadas do verbo sejam quase todas coladas na sinalização literal — a que é feita com bandeiras, placas, cores, símbolos —, empregos figurados e expansões semânticas não são apenas inevitáveis em línguas vivas. São saudáveis também.

O que não é saudável é o modismo que deixa todo mundo falando igual, que atenta contra a diversidade vocabular e a elegância de pensamento, que aplaina sutilezas de sentido, que instaura a repetição e o tédio e que — para resumir — torra a paciência da nação.

Fica a sinalização, quer dizer, o toque.

“possui alguma dúvida?
fale conosco!”

O uso de *possuir* no lugar de *ter* é um dos vírus do momento. Dia desses, na página de uma famosa rádio de música clássica no Facebook, lia-se que Mozart escreveu a ópera *Idomeneo* quando “possuía 25 anos de idade”. Um recente artigo acadêmico da área de pedagogia, escrito por doutores, afirma que alguém “possui uma dúvida”. São só dois exemplos — as ocorrências beiram o incontável.

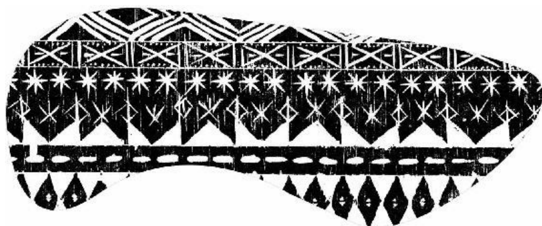
Na raiz do modismo está a ideia torta de que *possuir* é um verbo mais bacana, mais nobre do que o humilde *ter*. O mesmo raciocínio que leva muita gente, principalmente quando escreve, a preferir palavras pomposas: *esposo* em vez de *marido*, *automóvel* por *carro* etc.

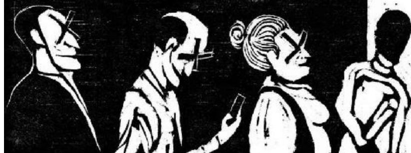
Só esse cacoete bacharelesco, velha mania nacional, já seria chato, mas as frases ali de cima têm um defeito pior. *Possuir* é sinônimo de “ter”, mas não é idêntico a ele. Sinônimos perfeitos não existem: mesmo quando o sentido deles coincide em todas as acepções (não é o caso aqui), restam as conotações, a aura de cada palavra. Nessas horas, o ouvido é nosso melhor guia.

Possuir envolve posse. É um verbo mais solene, mais pesado, mais duradouro. Possui-se um bem ou valor (casa, carro, diploma). Possui-se um atributo que defina a personalidade do possuidor (inteligência, beleza, dom). *Não* se possui algo tão trivial quanto uma dúvida ou tão provisório quanto uma idade. Isso não *possui* (opa!) cabimento.

Em tais casos a palavra adequada é *ter*, um verbo leve, contingente e versátil. Ninguém vai estranhar se você disser que tem um violão, embora também pudesse dizer que o possui. Mas experimente dizer que possui calafrios

quando vê a língua ser maltratada assim…




ADMITX-SX
TEMXS VAGXS
BALCONISTX
ATENDENTX
GERENTX
CONTABILISTX

7
A GUERRA DOS SEXOS



uma mulher não gostava de dizer
"uma mulher"
o que ouvia era "mamu"
Angélica Freitas

Masculino? Feminino? Tanto faz? Nenhuma das alternativas acima? Os casos conflituosos de gênero têm ajudado a esquentar os debates sobre a língua.

Nem sempre o que está por trás deles é uma discussão política. Para citar só um exemplo, o destino ambíguo de termos importados que não têm gênero em sua língua de origem, como (o? a?) selfie, passa longe de considerações ideológicas.

Na maioria dos casos, contudo, a lógica do questionamento é a que se convencionou chamar de “politicamente correta” — que mesmo tendo méritos é vulnerável à acusação de privilegiar a luta simbólica como compensação e disfarce para a impotência diante dos problemas reais.

ambíguxs, ambígu@s e ambígues

Todo mundo já deve ter esbarrado com esta travessura politicamente correta de grande sucesso em redes sociais (mas não só nelas): um *x*, uma arroba ou um *e* como substitutos da vogal *o* naqueles plurais que englobam os gêneros masculino e feminino.

Como se sabe, nossa língua não herdou do latim o gênero neutro. A tradição manda o masculino quebrar o galho nesse papel, abarcando os dois gêneros. (Machismo ancestral? Parece não ser tão simples, como veremos.)

Como provocação, tomada de posição política, expressão iconoclasta da liberdade de moldar a língua, o *x*, a arroba e o *e* valem. O ativismo que envolve seu emprego não se limita à denúncia da suposta desvalorização do feminino embutido na regra do plural. Prega também a inclusão de quaisquer gêneros alternativos — no sentido de orientações sexuais — já inventados ou ainda por inventar.

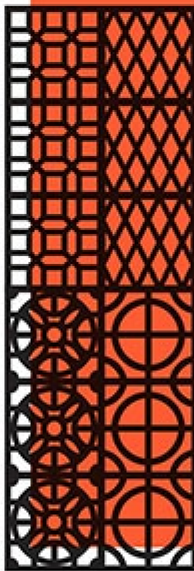
Digamos que até aí esteja valendo. Nem só de gramática vive o homem (e a mulher e os transexuais e todo o etc. do mundo). Pinta o bigode na Mona Lisa quem quiser, pois entre outras coisas a língua é isso mesmo: uma caixa de Lego para o falante e um campo de batalha simbólica para diferentes grupos de interesse.

O problema começa quando os cultores da novidade tentam fazer dela, inclusive em ambientes acadêmicos, uma proposta de intervenção gramatical. É importante dizer que esse *x*, essa arroba e esse *e* têm tanto valor gramatical quanto um emoji, um coraçãozinho que significa “amo”, um *blz* no lugar de *beleza*. Ou seja, nenhum.

Amigxs, *amig@s* e *amigues* são signos agramaticais que invertem a ordem natural dos fatores de qualquer língua, começando escritos para depois serem

orais — e, pior, só *amigues* não fracassa antes de atingir a oralidade.

Por razões profundas e puramente linguísticas, nada a ver com ideologia (nem com a gramática normativa), acredito que esse tipo de plural esteja condenado a ser um modismo esquecido em futuro não muito distante.



Quanto ao "machismo ancestral"…

Gênero gramatical é uma coisa, sexualidade é outra. No entanto, ainda que consideremos natural o embaralhamento ingênuo dessas categorias, há evidências na gramática histórica de que o machismo não é a explicação (pelo menos não a única) para o papel neutro assumido pelo gênero masculino na língua portuguesa.

Com a palavra, o linguista Aldo Bizzochi:

> [...] *a razão pela qual usamos o gênero masculino para nos referir a homens e mulheres não é ideológica, mas fonética. Em latim, havia três gêneros — masculino, feminino e neutro —, cujas terminações mais frequentes eram* us*,* a *e* um*. O chamado gênero complexo, que agrupa substantivos de gêneros diferentes, era indicado em latim pelo neutro.*
>
> *Quando, por força da evolução fonética, as consoantes finais do latim se perderam, as terminações do masculino e do neutro se fundiram, resultando nas desinências portuguesas* o *e* a*, características da maioria das palavras masculinas e femininas, respectivamente. Ou seja, o nosso gênero masculino é também gênero neutro e complexo. Portanto, não há nada de ideológico, muito menos de machista, na concordância nominal do português.*

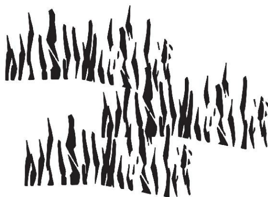
Brasileiras e brasileiros

A revolta contra o papel neutro do gênero masculino na língua portuguesa — que acabaria dando em coisas como *todxs* e *amig@s* — teve uma expressão pioneira no modismo do desdobramento de gêneros: "Brasileiras e brasileiros", por exemplo, como não se cansou de repetir o ex-presidente José Sarney em seus discursos.

O modismo tem até nome: linguagem inclusiva. Tem também um princípio de aparato legal a protegê-lo, tornando seu uso obrigatório em algumas esferas da administração pública. Basicamente, trata-se de uma bobagem populista — daí seu sucesso com políticos, cultores por excelência desse tipo de coisa.

Há casos em que pode ser adequado, nem que seja por delicadeza, discriminar os dois gêneros de um grupo. Proibido certamente não é. No entanto, acredito que melhor do que encher nossa língua de cacos, redundâncias e pedidos de perdão, como se fôssemos todos(as) advogados(as) gagos(as), seria combater as discriminações reais onde elas de fato causam dano à sociedade.

De preferência em linguagem limpa e clara.



dengue

Dengue, a doença, costumava ter gênero feminino exclusivo muitos anos atrás, mas os falantes vêm se acostumando com a ideia de que é uma palavra de

gênero ambíguo, aqui feminina e logo adiante masculina.

Não se trata exatamente de “tanto faz”. Por exemplo: para dicionários como o *Houaiss* e o da Academia das Ciências de Lisboa, *dengue* é uma palavra feminina e ponto final; para o popular *Aurélio*, *dengue* é substantivo masculino — e não se fala mais nisso.

Na soma, pode-se dizer que temos um substantivo de dois gêneros, mas para cada uma das partes o caráter ambíguo da palavra permanece curiosamente no armário.

Em casos como esse, vale a regra clássica: cada falante decide o seu caminho. Eu decidi o meu. Para mim, a doença sempre foi e continuará sendo *a* dengue.

A faceirice e a moléstia

Dengue é uma palavra do início do século XIX que tem duas acepções básicas: “faceirice, manha, charme feminino” e “moléstia infecciosa”.

No primeiro caso é inquestionavelmente masculina, o *dengue* (ou *dengo*). O sentido de doença, que tudo indica ser posterior, altera ou não o gênero da palavra, dependendo do dicionário que você consultar e do jornal que você ler.

Não é a única indefinição que cerca o vocábulo. Na etimologia também falta consenso: *dengue* pode ter vindo do espanhol *dengue* (que ninguém sabe de onde teria vindo) ou ter origem africana, no quimbundo *ndenge* (“recém-nascido, criança que faz manha”).

Há até um dicionário, o *Michaelis*, que prefere imaginar duas palavras distintas: se é dengue-faceirice, é vocábulo masculino de origem africana; se é dengue-doença, é vocábulo feminino de origem espanhola.

Há algo de reconfortante no esquema simples do *Michaelis*, mas ele deixa de levar em conta que já no espanhol do século XVIII o vocábulo *dengue* queria dizer “melindre, trejeitos afetados” — sentido que provavelmente esteve na raiz do nome da doença, numa referência à prostração das vítimas.

obrigado, obrigada

Na falta de pesquisas linguísticas que quantifiquem o fenômeno, vale a memória auditiva: não parecem ser poucas as brasileiras que, nos últimos tempos, têm recorrido a *obrigado* — no masculino mesmo — como fórmula de agradecimento.

Do ponto de vista da tradição, trata-se simplesmente de um erro, um sinal de desleixo com o idioma. A maioria dos falantes nunca parou para pensar nisso, mas o sentido de nossa mais consagrada fórmula de agradecimento é "fico-lhe obrigado", isto é, "passo, a partir deste momento, a ser seu devedor". Logo se vê que *obrigado* é um adjetivo. Como tal, exige que a ele se apliquem as flexões cabíveis de número e gênero: *obrigada*, *obrigados*, *obrigadas*.

Acontece que o caráter de adjetivo vem se perdendo faz tempo na palavra *obrigado* quando a empregamos com o sentido de "grato". Hoje o termo costuma ser usado como interjeição, o que torna natural que seja compreendido como invariável.

O que de certo ponto de vista é um erro indiscutível também pode — e deve — ser encarado como uma mutação linguística em curso.

Obrigado eu ou obrigado você?

A resposta consagrada e preferível, como se sabe, é *de nada*. Das duas variantes aí de cima, a única correta — ainda que deselegante — é *obrigado eu*. Embora se encontre muito na língua falada o *obrigado você*, trata-se de uma construção que diz o oposto do que o falante acredita dizer.

O particípio do verbo *obrigar* (do latim *obligare*, "ligar por todos os lados, ligar moralmente") expressa o reconhecimento de uma dívida. A dívida de quem recebe um favor com a pessoa que o presta — ambos, dessa forma, ligados, atados por um laço moral. A frase completa seria "fico-lhe obrigado".

Isso deixa claro que *obrigado você* acaba sendo uma involuntária grosseria,

a reafirmação de algo que o interlocutor acaba gentilmente de dizer: “Isso mesmo, cara, você está obrigado a mim”.

Obrigado a *você*, sim, seria aceitável: “Eu é que fico obrigado *a* você”. *Obrigado eu*, forma reduzida de *obrigado fico eu*, pode soar meio desajeitado, mas tem a vantagem de não significar o contrário do que se imagina.

personagem

O substantivo *personagem*, que um dia foi exclusivamente feminino, é cada vez mais — sobretudo no Brasil — compreendido como aquilo que chamam “comum de dois”, uma palavra invariável que pode ser masculina ou feminina conforme o caso.

Barbarismo? Erro crasso? Seria preciso ser extremamente conservador para condenar a esta altura algo que autores cultos vêm empregando há décadas e que todos os principais dicionários brasileiros e portugueses já aceitam: *personagem* é um substantivo de dois gêneros.

Se não cabe acusar de incorrer em erro quem, fiel ao uso clássico, diz que Bentinho é “uma personagem”, tampouco faz sentido condenar quem opta pelo uso moderno e distingue entre “o personagem Bentinho” e “a personagem Capitu”.

Influência do francês?

Vinda do francês *personnage* — e portanto descendente do latim *persona*, inicialmente “máscara de teatro”, onde fomos buscar nosso substantivo *pessoa* —, a palavra teve seu gênero exclusivamente feminino defendido com ardor pelo influente gramático brasileiro Napoleão Mendes de Almeida em seu *Dicionário de questões vernáculas*.

Para Napoleão, *o personagem* não passava de um francesismo, influência do francês *le personnage*. Talvez fosse mesmo. Como em tantas outras questões

em que o purismo foi atropelado pela marcha da história, cabe perguntar: e daí?

poeta
ou poetisa?

Não é de hoje que o substantivo *poeta* passa por uma transformação. Existente em português desde o século XIV (derivado do latim *poeta*, vindo por sua vez do grego *poietes*, "autor, criador"), nasceu masculino e manteve tal condição por séculos. Ainda hoje aparece assim nos dicionários: uma mulher que escreve versos, diz a tradição, deve ser chamada de *poetisa*.



Acontece que a língua real não se conforma com isso há décadas. Tanto no Brasil quanto em Portugal, o uso tem puxado a palavra para um lugar unissex, isto é, de substantivo de dois gêneros. Um lugar em que ela se plantou de modo tão sólido que admira não ter sido abençoado ainda por gramáticos e dicionaristas. Deve ser questão de tempo — e de bom senso.

A compreensão cada vez mais disseminada de *poetisa* como termo pejorativo, ou pelo menos de conotações condescendentes, caminhou ao lado dos avanços do feminismo no século XX. Poetas mulheres que competiam de igual para igual com os homens no jogo das letras passaram a rejeitar a distinção de gênero. Isso se deu em duas etapas.

Na primeira, o impulso foi na direção do masculino como gênero neutro, como se o eu lírico não tivesse sexo: "Não sou alegre nem sou triste: sou poeta", escreveu Cecília Meireles no poema "Motivo", o mesmo em que se declara "*irmão* das coisas fugidias" (grifo meu). Uma geração depois de Cecília, a portuguesa Sophia de Mello Breyner Andresen completava o percurso,

reivindicando para a palavra o gênero feminino.

Hoje é raro encontrar uma poeta de verdade que se apresente como poetisa. O feminino clássico da palavra ainda se sustenta com as credenciais de "correto" em certos círculos, mas costuma ser associado ao beletrismo na acepção menos favorável deste termo. Está claramente em declínio.

presidente
ou presidenta?

É curioso notar que, embora sejam semelhantes os impulsos de emancipação feminina a que respondem, a palavra *poeta* aspira à indiferenciação enquanto *presidente* busca na fala de muita gente — a começar pela própria Dilma Rousseff — o caminho oposto.

Como em tantas questões da língua, aqui convém abandonar logo de saída as noções estreitas de certo e errado. Não está errado usar *presidenta* como feminino de *presidente*, assim como não está errado tomar *presidente* como palavra de dois gêneros, invariável. Esta é a forma dominante, aquela uma variação emergente abraçada com fervor por Dilma e seus correligionários — mas que já foi reconhecida por nossos principais lexicógrafos.

Esquecida a ideia primária de erro, a discussão fica mais interessante. A lógica desse tipo de embate na língua costuma ser muito mais política do que técnica.

Os argumentos a favor de *presidente* como substantivo e adjetivo de dois gêneros costumam se concentrar em duas frentes, ambas fortes. A primeira é a tradição dos bons autores, que sempre se inclinaram maciçamente por essa forma. A segunda é etimológica: vinda do latim *praesidentis*, particípio presente do verbo *praesidere* ("tomar assento à frente"), a palavra seria invariável desde a origem. Se são invariáveis até hoje termos como *assistente* e *dependente*, de formação correlata, e a ninguém ocorre dizer que tem uma *assistenta* ou uma *dependenta*, por que precisaríamos da palavra *presidenta*?

Do lado oposto, porém, os argumentos também são consideráveis. Descobrimos que os tais bons autores podem ser invocados com sinal trocado.

Parente, por exemplo, também é um termo unissex, mas isso não impediu a palavra *parenta* de ter amplo uso desde a infância do português, inclusive na obra de Machado de Assis (encontramos certas "qualidades de senhora e de parenta" em *Memorial de Aires*, por exemplo). Etimologia, afinal, nunca foi uma camisa de força que constrangesse as mudanças da língua.

E se, como diz o jornalista Marcos de Castro em seu curioso livro *A imprensa e o caos na ortografia*, de 1998, falar em "a presidente" for "machismo puro, vigente na velha gramática como em tudo no passado"? Em outros termos: só não se usava *presidenta* porque a sociedade não admitia que uma mulher presidisse coisa alguma.

No fim das contas, cabe ao falante julgar os méritos de cada palavra e fazer sua escolha — exatamente como na política. Ou fazer sua escolha de forma inconsciente, de orelhada — o que também ocorre com frequência, infelizmente, na política.

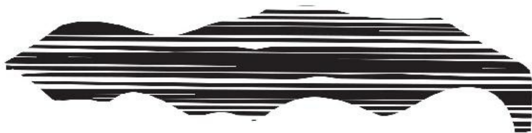
Para mim, presidente!

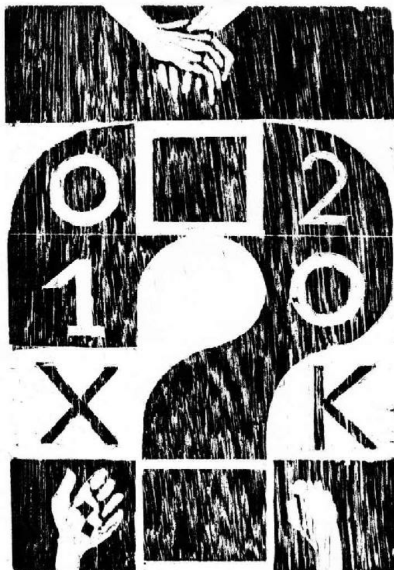
Não vale dizer que fiquei em cima do muro: no meu dicionário pessoal, *presidente* é uma palavra de dois gêneros — nada de *presidenta*. Acho que tem sonoridade melhor, além de combater o surto politicamente correto que ameaça povoar o mundo de (argh!) *gerentas*, *atendentas* e *adolescentas*.



selfie

— Vamos fazer uma selfie, querida?
— Nem pensar. Só se for um selfie.
— Hein?
— Selfie fêmea eu não transo. Só macho. Nada contra, questão de gosto.
— Não entendi. E desde quando selfie tem sexo?
— Tudo tem sexo em português, cara.
— Ah, entendi. Você está brincando.
— Estou nada. Só queria entender por que selfie tem gênero feminino para você.
— Sei lá, nunca pensei nisso. Falo a selfie, só isso.
— Mas por quê?
— Deve ser porque é uma foto, e foto é uma palavra feminina.
— Mas também pode ser um retrato, não pode?
— É, pode.
— E retrato é masculino.
— É.
— Tudo bem, não importa. Vamos fazer a sua selfie.
— Hã, deixa pra lá. Passou a vontade.
— Nem vem, seu bobo! Ajoelhou, tem que rezar.
— Mas eu não…
— Pronto, fiz! Nossa, você saiu emburrado.
— Mas você está linda.
— Acha mesmo?
— Supergata. Vamos de novo? Dessa vez eu vou falar cheese.
— Um cheese ou uma cheese?




O
2
1
O
X
K

8
DÚVIDAS NUMÉRICAS



4 x 7
28 noves fora
ou a onça me devora
ou no fim vou rir melhor
Cacaso

O senso comum nos ensina desde pequenos a separar o mundo dos números do mundo das palavras: quem é bom em português vem para cá, quem é bom em matemática vai para lá, cada um destinado ao seu caminho profissional único e intransferível — do lado de lá da cerca matemáticos e engenheiros, aqui jornalistas e filósofos.

O esquema pode ter sua funcionalidade social, mas esquece que poetas também pagam contas. E que o mundo dos números, das medidas, das grandezas precisa — como tudo — ser bem traduzido em palavras.

Nem sempre é fácil. Nem uma coisa nem a outra.

1,6 milhão ou 1,6 milhões?

A dúvida é clássica: escrevemos *1,6 milhão* ou *1,6 milhões*? Singular ou plural? A resposta é simples: fica sempre no singular aquilo que vem após um número decimal iniciado por um. Isso vale para substantivos (“1,5 quilo”, por exemplo) e também para numerais, como no caso de “1,6 milhão”.

A chave é o algarismo que está antes da vírgula: só a partir de dois é que ele leva a concordância para o plural: “2,5 milhões”, “5,7 quilos” etc.

A dúvida não é descabida, uma vez que “1,6 milhão” contém, além do primeiro e óbvio milhão, uma fração (6/10) do segundo… milhão, pois é.

Ocorre que um número como esse, quando o escrevemos por extenso, torna-se “um milhão e seiscentos mil”, certo? Eis o milhão singular.

Bilhão: mil milhões ou um milhão de milhões?

A acepção “brasileira” de *bilhão*, que na verdade é usada também nos Estados Unidos e em outros países, considera esse numeral equivalente a *mil milhões*. Mas, na maior parte do mundo, *um bilhão* corresponde a *um milhão de milhões*.



A diferença é de três zeros: em vez de um seguido de nove zeros, ou 109, como no Brasil, o bilhão francês, inglês ou alemão tem doze zeros, equivalendo a 1012. Como se vê, longe de ser um detalhe desprezível, trata-se de uma discrepância abissal que pode provocar mal-entendidos sérios.

A confusão tem história

A palavra (então grafada *byllion*) surgiu no francês em fins do século XV como "alteração arbitrária de *million*", segundo o *Trésor de la langue française*. Pelos séculos seguintes, seu sentido original de *um milhão de milhões* alternou-se no idioma natal com o de *mil milhões*.

Em 1949, a IX Conferência Internacional de Pesos e Medidas, realizada em Paris, tentou acabar com a bagunça aprovando a chamada "regra dos 6N", segundo a qual são necessários seis zeros — e não três — para passar do milhão ao bilhão, mais seis para ir do bilhão ao trilhão, e assim por diante.

Naturalmente, a discrepância numérica entre as duas nomenclaturas cresce na proporção da grandeza: o *quatrilhão* dos seguidores dos 6N (1024) é chamado por aqui de *septilhão*.

O Brasil e os Estados Unidos também estavam entre os signatários da convenção de 1949, mas no caso deles a regra não colou. Hoje, por influência americana, até no inglês britânico a cizânia vai se instalando.

década de 70
ou década de 1970?

Com a chegada de um novo século surgiu a necessidade — que aparentemente não ocorria a ninguém enquanto transcorria o século XX, como se ele fosse eterno — de situar as décadas de forma historicamente precisa, a fim de evitar mal-entendidos.

Até então bastava falar em *anos 30* para todo mundo pensar logo na quarta década do século XX. No entanto, novos anos 30 não demorarão a chegar — e agora?

A solução que o uso tem adotado é escrever *anos 1930* ou *década de 1930*. Isso gera alguma controvérsia, mas creio que os argumentos contrários — sobretudo a *década de 1930* (ou 1940 ou 1950…) — sejam ingênuos e preciosistas diante da funcionalidade da expressão: "Todo mundo sabe que 1970 é um ano, não uma década!".

O fato de apontarmos uma década não nos impede de empregar a série numeral completa. O ano de 1974 traz diversas informações além do ano, evidentemente: milênio, século e década. Todo mundo entende que nos referimos a um ano e não a um século ou a um milênio porque a série termina de forma precisa. Pois bem: quando se fala em *década de 1970*, a série termina na dezena.

Quando começa e quando acaba?

Para complicar a conversa, existe uma discrepância entre o rigor matemático e a percepção popular sobre décadas e séculos. Sim, é verdade: a década de 1970 compreende o período que vai do primeiro dia de 1971 ao último dia de 1980, do mesmo modo que o século XX foi de 1901 a 2000.

Acontece que o senso comum repele essa ideia, por motivos compreensíveis, preferindo se guiar pelos marcadores de dezenas, centenas e milhares. Daí a grande festa do milênio ter se dado em todo o mundo entre 1999 e 2000, e não um ano depois, como recomendaria o rigor.

Daí também a percepção generalizada de que a década de 1970 começou no primeiro dia de 1970, terminando em 31 de dezembro de 1979.

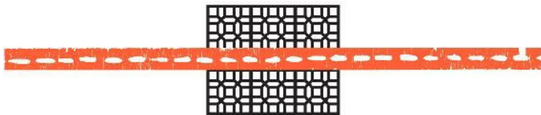
De todo modo, um início e um fim precisos dificilmente estão nos planos de quem emprega uma expressão como *década de 1970*, bastando que ela situe um período aproximado da história — o que de fato faz.

Quem quiser evitar essa controvérsia pode, aí sim, optar pela fórmula *anos 1970*, suficientemente flexível para driblar a ortodoxia do calendário.

As décadas no tempo

A necessidade de nomear períodos é tão antiga quanto a história, mas parece razoável supor que, em contraste com a velha importância de anos e séculos como marcadores de tempo, a grande popularidade das décadas seja recente.

Teria começado a crescer no século XIX e se consolidado em meados do XX, quando a cultura de massa e tudo o que ela envolve — moda, consumo, "cultura jovem" — consagraram uma série de rubricas pop capazes de conjurar para cada década uma atmosfera específica de comportamento, roupas, canções, gírias, design. Antigamente essas coisas mudavam mais devagar.



duzentas mil pessoas
ou duzentos mil pessoas?

Os numerais cardinais não sofrem, em geral, flexão de gênero, mas há exceções importantes, que usamos todos os dias sem pensar duas vezes: *um*/*uma*, *dois*/*duas* e as centenas acima de cem — *duzentos*/*duzentas*, *trezentos*/*trezentas* etc.

Agora vem a parte que engana muita gente: a flexão se aplica a tais elementos mesmo que eles estejam presentes em números de maior vulto. Assim, do mesmo modo que dizemos "dois mil reais" (porque *real* é substantivo masculino), mas "duas mil cabeças de gado" (porque *cabeça* é substantivo feminino), dizemos "duzentos mil brasileiros", mas "duzentas mil pessoas".

O milhão e os coletivos numerais

A flexão de gênero sofrida pelos numerais *um*, *dois* e centenas acima de cem não resiste ao poder do *milhão*. Está errado falar em “duas milhões de assinaturas” ou “quinhentas milhões de pessoas”. Prevalece o gênero masculino de *milhão*, como ocorre também com *bilhão*, *trilhão* e assim por diante.

Isso se dá porque *milhão*, que gramaticalmente é um numeral mesmo, se aproxima dos substantivos *cento* e *milhar*, masculinos, ou *dúzia* e *dezena*, femininos, que são chamados de “coletivos numerais” por seu papel de quantificação. Estes, como *milhão*, *bilhão* e o resto da turma, fazem valer seu próprio gênero sobre o dos elementos quantificados: “dois centos de mariolas”, “dois milhares de folhas”, “uma dúzia de ovos”.



mega ou megas?

A questão é atual, polêmica e ainda sem solução satisfatória. Quando empregamos — e empregamos o tempo todo — *mega* como forma reduzida de *megabyte*, a palavra ganha ou não ganha um *s* ao ir para o plural? A mesma dúvida se aplica, naturalmente, a *giga*, *tera* etc.

A resposta resumida é: *mega* ou *megas*, escolha o seu plural e faça bom proveito. Nenhum dos dois está inteiramente errado e nenhum dos dois está inteiramente certo — bem-vindo à língua real, aquela que as pessoas falam no mundo que fica do lado de fora dos dicionários e gramáticas.

Há argumentos linguísticos de ambos os lados, mas estamos no terreno da informalidade. Um sábio carrancudo diria que o plural certo é *megabaites* (sim, de preferência na versão aportuguesada), sem abreviar nada, e fim de papo. Mas convém deixá-lo para lá.

Os defensores de “dez mega”, que uma busca no Google sugere serem maioria entre os ditadores de regras, têm a convicção admirável de estar do lado correto da guerra. Alegam que *mega*, por ser um prefixo e não um substantivo, não pode de forma alguma ser flexionado.

Isso faz sentido, mas só até certo ponto. Sendo um prefixo (significando “um milhão de vezes” ou, no caso da informática, um pouquinho mais), *mega* também não deveria ser usado isoladamente.

Ao aparecer isolado, é natural que passe a ser interpretado como substantivo, da mesma forma que o prefixo *quilo* (que significa “mil vezes”) é compreendido desde o século XIX — e dicionarizado também — como forma abreviada de *quilograma*. O plural de *quilo* é indiscutivelmente *quilos*, pois não?

Será que *mega* seguirá os passos de *quilo*? Ou manterá sua invariabilidade de prefixo? O único árbitro em casos desse tipo é o uso, e tudo indica que precisaremos de mais algum tempo para que ele se decida por uma das formas.

Até lá, tudo o que podemos fazer é evitar corrigir o próximo sem entender direito o que está em jogo.

meio-dia e meio ou meia?
pouco ou pouca?

Para resumir uma conversa em que muita gente se perde, a flexão de gênero correta no primeiro caso é *meio-dia e meia*; no segundo, *meio-dia e pouco*.

Confuso? Um pouco, à primeira vista, mas vamos às razões. A expressão *meio-dia e meia* contém uma elipse, isto é, uma palavra subentendida. Estamos falando, evidentemente, do substantivo *hora*. Portanto, devemos dizer *meio-dia e meia* (hora). *Meia*, adjetivo que corta a hora pela metade, é obrigatoriamente flexionado.

No caso de *meio-dia e pouco*, uma marcação de tempo mais imprecisa, estamos diante de uma palavra, *pouco*, que pode ser interpretada como substantivo masculino ("pequena quantidade de algo") ou como um pronome indefinido que concorda com substantivo oculto (*tempo*). Em ambos os casos, fica no masculino.

milionário: por que não "milhonário"?

Não escrevemos *milhonário* e *bilhonário* porque essas palavras não derivam diretamente das formas *milhão* e *bilhão*.

Para a formação de *milionário* e *bilionário*, a língua recorreu ao étimo das palavras originais — respectivamente, o italiano *milione* (por meio do francês *million*) e o francês *billion*.

O recurso ao étimo é característico da formação erudita de vocábulos. Tome-se o exemplo da palavra *leite*, vinda, por via vulgar, do latim clássico *lactis*. Quando se chama de *lácteo* um produto feito com leite, estamos retomando o étimo por um caminho culto.

Tal processo é comum e explica que de *milhão* se tirem termos como *milionário* e *milionésimo*, e de *bilhão*, *bilionário* e *bilionésimo*.

O caso de "bilião"

Se o *milhão* é *milhão* em qualquer lugar onde se fale português, a mesma solidez não tem a grafia dos vocábulos *bilhão*, *trilhão*, *quatrilhão* etc.

Em Portugal, embora os lexicógrafos registrem as duas formas, é mais comum o uso de *bilião*, *trilião*, *quatrilião* (ou *quadrilião*) e assim por diante. Mesmo no Brasil, os dicionários se dividem: o *Houaiss* registra *bilião* como forma preferencial, à qual o verbete *bilhão* remete; o *Aurélio* faz o inverso.

Ponto para o *Aurélio*. Uma vez que o francês *billion* foi formado a partir de *million*, e sendo *milhão* uma forma que ninguém discute, é estranho o *Houaiss* anotar que “tem sido aceita também a grafia *bilhão*, mas *bilião* é mais compatível com o étimo e com os derivados eruditos do tipo *bilionário*, *bilionésimo*”. Como se *milhão* também não fosse graficamente infiel ao étimo e não tivesse “derivados eruditos” como *milionário* e *milionésimo*.

Em resumo: no Brasil escrevemos *bilhão* (e *trilhão* etc.) por paralelismo óbvio e correto com *milhão* — o mesmo paralelismo existente em seu idioma de origem. Está certo que haja outra forma, mas considerá-la superior só faria sentido por um critério lusocêntrico.

quilo
ou kilo?

Quilo, é claro. O símbolo é kg, mas a palavra correspondente a ele em português é *quilograma*, abreviada na linguagem comum como *quilo* (o mesmo nome do prefixo de origem grega *quilo-*, que significa “mil”).

Não haveria motivo para confusão quanto a isso. Ocorre que, em 2012, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) publicou um documento estapafúrdio. Nele, saindo de sua jurisdição, afirmava *introduzir* a “mudança da grafia do prefixo *quilo* para *kilo* e, consequentemente, do nome da unidade de massa *quilograma* para *kilograma*”.

A marra ortográfica do Inmetro foi ignorada por quem de fato pode legislar sobre a língua. Normal, pois se trata de um tiro de festim. Tanto o Volp quanto os dicionários continuam registrando apenas as formas *quilo*, *quilograma*, *quilômetro* etc.

Nem karatê nem eski

O malfadado documento é a tradução autorizada da oitava edição (de 2006) do Sistema Internacional de Medidas. Até aí, tudo certo. O problema é que, já na introdução, assinada pelo presidente do Inmetro, João Alziro Herz da Jornada,

ficam evidentes os erros de avaliação — e de processamento de informação — que provocaram a derrapada.

Jornada invoca o Acordo Ortográfico, dizendo que a mudança se baseia “na reinserção das letras *k*, *w* e *y* no alfabeto português (Anexo 1, Base 1, 2º parágrafo, Alínea C do Acordo)”. Acrescenta que “o Acordo cita, na mesma Alínea, como exemplo desta nova grafia, a unidade *kilowatt*”.

O primeiro erro é supor que a integração da letra *k* ao alfabeto bastaria para que uma palavra consagrada na linguagem comum como *quilo* virasse *kilo*, apagando séculos de história da língua. Trata-se de um delírio tecnocrático. Obviamente, a possibilidade do uso do *k* (em “casos especiais”, segundo o Acordo) não significa sua obrigatoriedade. *Caratê* não passou a ser grafado *karatê*, *esqui* não virou *eski* etc.

O segundo erro é ainda mais embaraçoso: acreditar que, se fosse o caso de revisar a grafia de *quilo* à luz da nova ordem ortográfica, tal trabalho ficaria a cargo do… Inmetro! Como a coisa pegou mal, um funcionário do instituto, Paulo Roberto da Fonseca, veio a público para contemporizar: “A mudança não será compulsória, admitindo-se a dupla grafia”.

Errado de novo: não há dupla grafia. O aluno que escrever *kilograma* na redação vai levar canetada vermelha, e de nada adiantará invocar o Inmetro nessa hora. Ortografia é uma coisa, metrologia é outra.

Subsídios para a defesa

Como atenuante para o mico, reconheça-se que o texto do Acordo Ortográfico, ao tratar do uso do *k* “em siglas, símbolos e *mesmo* em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional” (grifo meu), cita realmente entre as últimas *kilowatt*, dando margem a certa confusão.

É provável que o faça por ser *kilowatt* um termo de uso técnico que se mantém distante da corrente principal da língua. No caso de palavras menos difundidas ou mais recentes, dicionários podem registrar tanto a forma aportuguesada quanto a estrangeira — isso ocorre com *quilobaite* e *kilobyte*, por exemplo.

De todo modo, não poderia ser mais significativo que na mesma linha do texto do Acordo, a propósito do símbolo “kg”, apareça um explícito

“quilograma”.

sete mil: por que não “sete mis”?

A palavra *mil* não sofre flexão de número porque não é um substantivo, mas um numeral cardinal.

Essa diferença de classe gramatical é determinante: para expressar uma quantidade equivalente com plural, seria preciso recorrer ao substantivo *milhar*, que os gramáticos classificam como coletivo numeral: “sete milhares de reais”. O mesmo raciocínio vale para pares de numeral (invariável) e substantivo (variável) como *dez* e *dezena*, *cem* e *centena*, *doze* e *dúzia* etc.

O plural de numerais cardinais só é usado a partir do milhão (bilhão, trilhão etc.). Isso se dá porque a classificação de tais palavras apresenta maior complexidade: embora tenham um inegável papel cardinal na contagem, exigem a presença de preposição antes do substantivo quantificado (“dois milhões *de* reais”), exatamente como ocorre com os coletivos numerais (“duas dúzias *de* ovos”). O *Houaiss* aponta sua “natureza substantiva”.

Mis, sim!

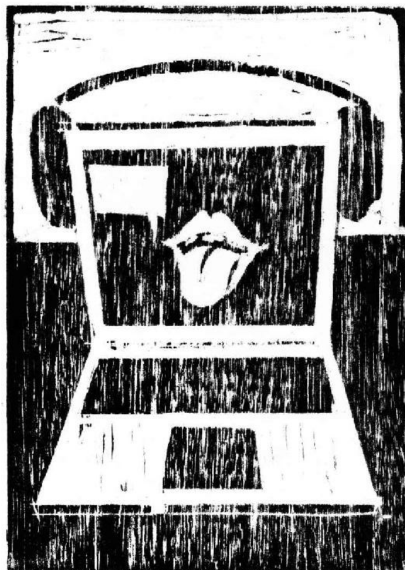
Cumpre registrar que *mil*, como qualquer numeral cardinal, pode ser tratado como substantivo em certos casos — e aí seu plural passa a ser concebível. Trata-se de um uso raro.

Exemplificando: o numeral *nove* é invariável, mas isso muda quando o tomamos como substantivo na expressão “a prova dos noves” (os noves = os números 9).

Num caso desse tipo, o plural de *mil* seria *mis* ou *miles*. Sobre tal questão existe entre os estudiosos de português uma discussão bizantina, mas a maioria parece se inclinar por *mis* mesmo.

Vale repetir com a maior ênfase possível: isso não se aplica à expressão de uma quantidade como "sete mil", mas apenas a construções em que *mil* seja substantivo. Como esta: "O danado tirou nota mil em diversos quesitos. Na soma dos mis, acabou em primeiro lugar no concurso".





9
PALAVRAS EMERGENTES



Aprendi novas palavras
e tornei outras mais belas.
Carlos Drummond de Andrade

Boa parte das palavras desta seção veio do inglês, no pacote do vocabulário tecnológico — ou dele derivado — que desabou sobre nossa língua nos últimos vinte anos. Há também as que se nutriram no jargão corporativo antes de ganhar a linguagem comum e até as que se formaram no próprio português para dar conta de novos aspectos da vida contemporânea.

O que todas têm em comum é o fato de, sendo inexistentes ou pouco frequentes em nosso vocabulário até então, terem ascendido nos últimos tempos ao estrelato dos termos que nos ajudam a compreender o mundo.

avatar

Ao migrar da cultura analógica para a digital, a palavra *avatar* se revestiu de novos sentidos e ganhou uma circulação com a qual, até então, nem podia sonhar.

O termo é antigo e tem origem religiosa: nasceu no sânscrito *avatara* ("descida do céu à terra") para designar cada uma das formas humanas ou animais assumidas pelo deus hindu Vixnu ao visitar a humanidade. Avatar era a materialização de uma força espiritual, o modo como ela se deixava ver.

Foi com esse sentido que se materializou tardiamente nas línguas ocidentais: seus primeiros registros são de 1784 em inglês, 1800 em francês e, por influência deste, 1871 em português. A expansão de sentido que sofreu inicialmente nesses novos idiomas foi restrita e meio vaga: *avatar* virou uma metáfora erudita para "metamorfose" ou "transfiguração", sobretudo no vocabulário dos poetas.

Nada prenunciava a explosão de popularidade pela qual a palavra passaria na virada do século XX para o XXI, e que teve como ponto culminante o longa-metragem de 2009 chamado, justamente, *Avatar*. Desde meados dos anos 1980, ela vinha sendo empregada na ficção científica cyberpunk, nas experiências de realidade virtual, nos RPGs (eletrônicos ou não) e, por fim, em salas de bate-papo na internet.

Ainda se discute quem foi o pioneiro desse uso contemporâneo de *avatar*. Há quem aposte num game de 1985 chamado *Habitat* e quem prefira dar crédito a escritores de ficção científica como William Gibson ou Neal Stephenson. Talvez seja mais razoável falar em criação coletiva.

O certo é que seus sentidos se multiplicaram, mas com uma base comum: *avatar* é a representação do jogador, do usuário, do internauta num novo ambiente. Como se ele fosse Vixnu a baixar na terra.

bizarro

O expressivo adjetivo *bizarro* passa por uma onda de revalorização no português brasileiro, provavelmente impulsionado pelas notícias bizarras — ou seja, extravagantes, estranhas, incomuns, de difícil explicação — que se tornaram uma editoria de grande visitação na maior parte dos portais eletrônicos. É uma palavra divertida que está na boca dos jovens, o que deve lhe garantir vida longa.

Bizarramente, o termo *bizarro* desembarcou em nossa língua em fins do século XVI com sentido bem diferente, hoje em desuso. Queria dizer — como também no espanhol, onde fomos buscá-lo — garboso, fogoso, valente, elegante ou nobre.

Foi no francês *bizarre* que se consolidou já no século XVI, por caminhos obscuros, o significado de "extravagante, singular" que acabaria exportado para o inglês e, no fim das contas, também para o português.

Claro que os puristas tentaram banir esse uso. No distante ano de 1938, o português Vasco Botelho de Amaral, inimigo mortal de estrangeirismos, pontificava: "Em português tem o significado de nobre, distinto, garboso, generoso, valente, varonil, viril. É galicismo corrente no sentido de esquisito, excêntrico, extravagante, especial, caprichoso, desusado".

Já se vê que a metamorfose semântica de *bizarro* está caindo de madura. Os puristas perderam a batalha porque o movimento da história estava contra eles. Na dinâmica das línguas vivas, o tempo é seu maior inimigo.

Bizarro mesmo é haver ainda hoje professores de português que continuam embarcando na canoa furada dos puristas. Se não fosse a acepção nascida na França, *bizarro* seria entre nós uma palavra de museu.

A cólera ou a barba

Não é só nas variações de sentido que o adjetivo *bizarro* confunde os estudiosos. Sua origem também não é pacífica, com duas teses disputando a preferência dos etimologistas.

A hipótese mais aceita é a de que nasceu no italiano *bizzarro*, que quer dizer "colérico", isto é, cheio de *bizza*, "cólera". Mas há quem defenda uma origem francesa a partir do basco *bizar*, "barba", com a explicação de que soldados espanhóis barbudos pareciam estranhos aos franceses.

É ou não é bizarra a etimologia?



conteúdo

Faz algum tempo que está na moda falar em *conteúdo*. A palavra, derivada do verbo *conter*, descende do latim e é quase tão velha quanto o português. Nasceu com sentido prosaico (como em "o conteúdo de uma garrafa") e não é de hoje que se apresenta expandida em acepções figuradas: "Esse livro diverte, mas não tem conteúdo" — significando que lhe falta substância, informação séria, sentido profundo.

Nada disso dá conta da aura mágica do novo *conteúdo*, que brilha com

intensidade cada vez maior no discurso dos estrategistas moderninhos da comunicação desde fins do século XX. Nesse universo, a palavra passou a designar um tipo de informação que cabe em variados *continentes*, isto é, várias formas.

Funciona assim: se você é um jornalista, roteirista ou escritor realmente moderno, um *profissional de conteúdo*, o que você produz deve se prestar a ser veiculado com a mesma qualidade em qualquer meio, da internet à TV, passando por jornais e revistas (estes cada vez menos), mensagens de celular, livros, cartazes colados em postes, sinais de fumaça etc. Sai mais barato, entendeu? Como se fosse possível existir conteúdo no vácuo, sem uma forma correspondente.

O engraçado é que, como a linguagem adora desmentir os que abusam dela, quem mais fala em conteúdo quase sempre não tem muito.

deletar

O verbo *deletar* aparece no *Houaiss* com a data de 1975 e uma recomendação: "sugere-se utilizar equivalentes vernáculos, como *apagar*, *suprimir*, *remover*". Em sua primeira edição, de 2001, a ênfase do dicionário era maior: "Palavra a evitar, por APAGAR, SUPRIMIR, REMOVER". Com maiúsculas e tudo!

Bobagem. Tudo indica que *deletar*, um aportuguesamento brasileiro do verbo inglês *to delete*, veio para ficar.

Não basta a existência de sinônimos em português para transformar um estrangeirismo em crime de lesa-cultura. *Deletar* é uma das principais estrelas de um pacote de anglicismos vindo na esteira da revolução digital. Impresso nos teclados, por extenso ou na abreviação *DEL*, o verbo estrangeiro (nascido no século XV com o sentido simples de "apagar") já desembarcou aqui com jeitão especializado.

Apagar, que até então tinha funcionado bem como sua tradução, tornou-se impreciso por não dar conta do contexto tecnológico em que a palavra se inseria, omitindo a informação fundamental de que, ao deletar alguma coisa, nós a

apagamos *no computador*. O aportuguesamento pariu uma palavra mais precisa, e contra a precisão é inútil lutar.

“So what?”

Em oposição ao nariz torcido dos puristas, circula por aí o argumento curioso de que *deletar*, longe de ser um estrangeirismo, é de casa. Isso porque o inglês foi buscar *delete* na forma substantivada, *deletum*, do verbo latino *delere* (“apagar, destruir”). Pois é: a mesma palavra que há meia dúzia de séculos deu no desusado verbo português *delir* (“dissolver, diluir, desbotar”).

Os dados históricos estão corretos, mas o raciocínio é torto. Ancestrais comuns não eliminam a estrangeirice dos estrangeirismos, *deletar* é anglicismo mesmo. A defesa que pede é outra, bem mais simples: e daí?

disruptivo

Esse adjetivo, que há alguns anos vem se consolidando no mundo e no Brasil como palavrinha mágica da vez no vocabulário tecnológico-corporativo, tem feito na linguagem algo parecido com a inovação que surgiu para qualificar no mundo dos negócios: cria novos valores (sentidos) e novos mercados (falantes), minando ideias que pareciam solidamente estabelecidas.

Por exemplo: a ideia de que *disruptivo* não passa de um anglicismo besta e dispensável, sinônimo de “revolucionário, agitador, subversivo, agente de ruptura da ordem”.

Por ser isso a princípio, a palavra passou décadas sendo ignorada pela maioria dos dicionaristas da língua portuguesa (ainda que reconhecida por um nome de peso como José Pedro Machado), contentes em registrar apenas o substantivo do qual ela deriva: *disrupção* (“fratura, interrupção do curso normal de um processo”, além de acepções restritas ao vocabulário da engenharia, que não vêm ao caso).

Assim caminhávamos, sem sombra de disrupção, até meados da década de 1990. Foi quando o americano Clayton M. Christensen, professor de Harvard, deu início à publicação de uma série de livros de gerenciamento que transformaria o inglês *disruptive* de adjetivo negativo empregado sobretudo para qualificar manifestantes baderneiros no maior fetiche vocabular deste princípio de século XXI.

Falando em *Tecnologias disruptivas*, nome de seu livro de 1995, e dois anos depois em "inovação disruptiva", no título *O dilema da inovação*, Christensen começou por dar à palavra um peso que ela nunca tivera: o de conceito. Deixou de fazer sentido desqualificar o anglicismo como supérfluo. *Disruptivo* ganhou um significado preciso — ou algo perto disso.

No mundo dos negócios descrito por Christensen, a inovação disruptiva vai além da inovação revolucionária. Esta representa um salto de grande impacto (num produto ou serviço, por exemplo), mas não subverte o mercado. Disruptiva é a tecnologia ou a inovação que, introduzida por empresas menores para um público menos exigente e até então desassistido pelas gigantes do mercado com seus produtos sofisticados de alto custo, altera definitivamente as regras do jogo e leva Davi a derrotar Golias.

Isso, claro, dá conta de grande parte do que vem ocorrendo mundo afora na esteira do tsunami digital. E explica por que Christensen é considerado um dos ideólogos de cabeceira do Vale do Silício.

Assim nasceu uma palavra-ônibus

É improvável que, nos anos 1990, o autor pudesse ter previsto o que viria a seguir: a febre vocabular que transformou *disruptivo* de conceito mais ou menos preciso de gerenciamento em vocábulo novamente vago, palavra-ônibus de carga semântica difusa mas insanamente positiva — radical, esperta, desejável.

Hoje, ser disruptivo é tudo de bom: estar sintonizado com o futuro, surfar a onda que virá, derrubar velhas estruturas analógicas carcomidas. Se talvez não contasse com a fetichização de seu bem achado adjetivo, é certo que Christensen tampouco a repudiou. Pelo contrário: o autor publica um título atrás do outro, liderando uma onda de reformismo institucional *disruptivo*. Salve-se quem puder.

drone

Adotada sem grifo pela quase totalidade da imprensa brasileira, a palavra inglesa *drone* candidata-se a entrar na pauta de importação de nosso idioma sem adaptação de grafia.

Embora a pronúncia em sua língua de origem (algo como “drrôun”) seja enrolada para os lusoparlantes, a grafia é simples e o sentido que carrega, concentrado. “Avião não tripulado” é uma tradução longa demais.

Em todo caso, o processo de importação ainda está em curso. *Drone* não é por enquanto uma palavra tão conhecida do grande público — e o mesmo se pode dizer da tecnologia que ela nomeia. Muitos jornalistas ainda adotam a correta precaução de explicar do que se trata (em geral usando o termo *drone* entre parênteses, após a expressão *avião não tripulado*).

O filho do zangão

Drone é um vocábulo que tem raízes fundas no inglês, existente desde a Idade Média com a grafia *dran*. Em seu sentido clássico tem tradução simples: “zangão, macho da abelha”.

Numa expansão figurada da ideia de zangão — ou de seu zumbido, outra acepção de *drone*, esta surgida no século XVI —, a palavra serviu nos anos 1940, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, para batizar a nova tecnologia dos *unmanned aerial vehicles* (UAV), “veículos aéreos não tripulados”.



escopo



Quando é empregada com o sentido de "abrangência, alcance, área abarcada", a palavra *escopo* é fruto de uma tradução preguiçosa do inglês. Um equívoco, porém, que circula com força suficiente para se impor.

Registrado em português desde 1677, o substantivo masculino *escopo* tem dois sentidos clássicos: o literal de "meta, alvo" e o figurado de "intuito, objetivo". O termo é descendente do grego *skopós* (por meio do latim *scopus*) e ligado à ideia de visão, mirada. Etimologicamente, o escopo é parente do telescópio, do microscópio e de outros vocábulos com a mesma terminação.

Ocorre que o inglês, que no início do século XVI foi buscar a palavra *scope* no italiano *scopo* (mais uma vez, "meta"), conferiu-lhe de saída um sentido diferente: o de alcance, extensão.

Não fica claro como isso ocorreu, mas provavelmente deu-se outra interpretação à ideia de visão, com a troca do foco fechado num objetivo pela amplitude do campo visual. O fato é que, em inglês, *scope* nunca significou meta. Apesar da origem comum, formava com *escopo* uma armadilha para tradutores, um daqueles casos de "parece mas não é".

Armadilhas desse tipo são curiosas: quando multidões de tradutores caem na arapuca, ela deixa de ser considerada assim. Se a nova acepção é sem dúvida um estrangeirismo semântico, basta olhar em volta para constatar que os falantes a adotaram. Alguns dicionários vieram logo atrás.

Línguas mudam o tempo todo, e o erro também é um de seus motores.

Outras "traduções preguiçosas"

Os linguistas falam em estrangeirismo semântico quando uma palavra já existente no vernáculo ganha novo sentido por influência de outro idioma.

As acepções novatas podem ser vistas como deselegantes e até denotar um domínio linguístico precário. Os menos tolerantes chegam — com certa razão — a apontar no fenômeno sinais de subserviência cultural.

Nada disso impede a vitória dos estrangeirismos semânticos quando um número expressivo de falantes os adota. Eis alguns casos semelhantes ao de *escopo* que se encontram em estágios variados de aceitação, uns dicionarizados, outros não, mas todos candidatos a um futuro pacífico entre nós:

Realizar com o sentido de "compreender, dar-se conta de" (*to realize*);

Planta na acepção de "instalação industrial" (*plant*);

Painel como "grupo de pessoas reunidas para um debate público" (*panel*);

Assumir com o sentido de "presumir, supor" (*to assume*).

Não, eu não gosto de nada disso. Consolo-me com o fato de que não sou — ninguém é — obrigado a empregar tais palavras em suas acepções anglófilas.

Mas é como na velha tirada sobre as bruxas: que elas existem, existem.



fundamentalismo

A palavra surgiu no seio do protestantismo americano para nomear a onda conservadora que, no início do século XX, se opunha a diversos movimentos modernizadores propondo um retorno aos "fundamentos" religiosos — entre eles, em posição de destaque, o apego ao sentido literal das escrituras. Isso foi só o começo.

Fenômeno típico do nosso tempo, *fundamentalismo* logo passou a nomear movimentos semelhantes surgidos no islamismo, no judaísmo e no catolicismo. De modo figurado, terminou por ir além dos limites da fé: há quem chame — obviamente com intenções críticas — de “fundamentalismo de mercado” o liberalismo econômico mais agressivo.

Quando uma palavra passa a ter emprego genérico demais, é raro que a inteligência coletiva se beneficie. Mesmo assim, deve-se reconhecer que os fundamentalismos do parágrafo acima têm pelo menos dois traços em comum: a adesão plena a uma verdade “revelada” e a determinação de não perder tempo negociando tal verdade com o que a vida tem de complexo, relativo, contingente — ou seja, aquilo que o humanismo secular nos legou de mais precioso.



gentrificação

A forma aportuguesada do inglês *gentrification* tem sido vista no noticiário com frequência crescente e parece a caminho de se firmar em nosso vocabulário.

O principal mérito do substantivo *gentrificação* (ato ou efeito de *gentrificar*), que importamos do inglês, é o de nomear de forma sucinta um fenômeno complexo. A tradução “enobrecimento urbano”, favorecida por alguns estudiosos, precisa de dois vocábulos para dar o mesmo recado.

Na definição do *Aulete*, que largou na frente entre os dicionários brasileiros no registro da palavra, *gentrificação* é “processo de recuperação do valor imobiliário e de revitalização de região central da cidade após período de degradação; enobrecimento de locais anteriormente populares [Processo criticado por especialistas em planejamento urbano e urbanismo]”.

A definição é competente, embora a referência às áreas centrais das cidades, onde o fenômeno é mais frequente, possa dar a impressão errônea de que a *gentrificação* se limita a elas. Chega ao luxo de registrar de passagem o que o processo tem de controverso.

A *gentrificação* é polêmica porque sempre tem prós e contras: de um lado, investimento em infraestrutura, revitalização econômica e redução da criminalidade; do outro, valorização súbita e excessiva dos imóveis, aumento do custo de vida e expulsão de parte dos moradores antigos para vizinhanças distantes.

Raízes no século XIX

O verbo inglês *to gentrify* é derivado de *gentry*, "nobreza, fidalguia", uma velha palavra oriunda via francês do latim *gentilis*, isto é, "da mesma família ou raça".

Nosso vocábulo *gentil* tem a mesma raiz e, antes de se firmar com o sentido de "delicado, elegante, fino", queria dizer "fidalgo, de boa linhagem". A pouco usada palavra *gentil-homem* (do francês *gentilhomme*), isto é, "cavalheiro", guarda vivo esse sentido.

O dicionário *Oxford* informa que desde o século XIX o adjetivo *gentrified* era usado para se referir a pessoas que, tendo origem humilde, haviam *subido na vida*, como se diz. Mas foi só nos anos 1960 que a palavra *gentrification* ganhou, inicialmente no meio acadêmico, a acepção urbanística que importamos.

google

A empresa americana de buscas on-line que se tornou um gigante da comunicação digital é figurinha tão fácil na paisagem cultural contemporânea que sua marca registrada foi incorporada pela linguagem comum.

Em 2006, o dicionário *Oxford*, bíblia vocabular da língua inglesa,

reconheceu o verbo *to google*, que significa procurar uma informação por meio de um mecanismo de busca na internet — qualquer mecanismo de busca, ainda que a superioridade tecnológica do Google não recomende nenhum outro.

O fenômeno é banal na história das línguas, como prova aquela velha anedota brasileira: "Me dá uma brahma da Antarctica". A princípio inconformado, o Google (que alguns chamam estranhamente de *a* Google — eu, hein?!) chegou a acionar seu departamento jurídico e a fazer campanhas na tentativa de conter o uso *indevido* do nome. Inútil, claro. Nem mesmo uma empresa tão poderosa pode controlar a língua.

No Brasil, a grafia exótica tem retardado a saudável avacalhação linguística da palavra *Google*, embora haja registros esporádicos do verbo *googlar* (ou mesmo *guglar*). É mais comum o uso da expressão *dar um Google*.

Brincadeira de criança

De onde vem a palavra *Google*? A inspiração declarada para o nome da empresa, como consta em seu site, é o termo *googol*, lançado nos anos 1930 pelo matemático americano Edward Kasner para batizar o imenso número 10100, que também pode ser representado pelo algarismo um seguido de cem zeros.

Detalhe curioso: segundo Kasner declarou na época, a palavra foi inventada a seu pedido por um sobrinho de nove anos, Milton Sirotta.

halloween

O grosseiro slogan nacionalista ("Halloween é o cacete") que há alguns anos tenta combater o suposto "entreguismo cultural" da comemoração do Dia das Bruxas americano por uma parcela da classe média brasileira deixa de levar em conta, entre outras coisas, que o sucesso internacional do Halloween é um fato enraizado na cultura popular globalizada.

Não, eu também não simpatizo com o modismo. Mas declarar guerra ao

gosto de tantas crianças por se vestirem de bruxas e vampiros, como se tais entidades fossem alheias ao repertório cultural dos pequenos no século XXI, é uma atitude purista, além de inútil.

Faz mais sentido tentar incorporar o saci-pererê ao elenco das fantasias de Halloween do que embarcar na causa inglória de transformá-lo em mártir cultural de um país ao qual não faltam folguedos de raiz incomparavelmente mais relevantes.

Alguém falou em Carnaval?

Todos os santos,
todos os demônios

Goste-se ou não da festa, o sincretismo religioso e cultural está inscrito desde sempre na história do Halloween. A palavra é uma abreviação escocesa da expressão (do inglês antigo) *All Hallow Even*, isto é, “véspera de Todos os Santos”.

Então estamos falando de uma data católica? Sim e não.

O dia de Todos os Santos, que era comemorado em 13 de maio, foi transferido para 1º de novembro pelo papa Gregório III (731-41). Sua motivação para tanto nunca foi declarada, mas muitos historiadores atribuem a mudança ao desejo de Roma de dar roupagem cristã a uma festa pagã de origem celta, o Samhain, cuja popularidade se recusava a diminuir na Grã-Bretanha evangelizada.

Foi assim que o 31 de outubro, consagrado às bruxas, véspera do Ano-Novo no antigo calendário celta, virou o Halloween, “véspera de Todos os Santos”. Se não pode vencê-los, junte-se a eles.

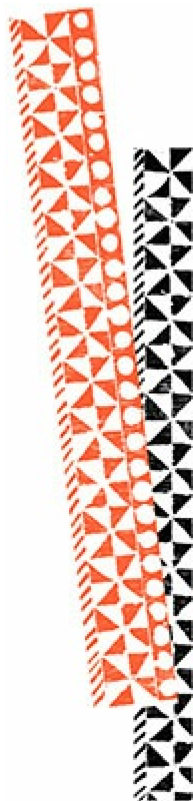
incumbente

Tem origem no inglês *incumbent* o termo *incumbente* quando empregado com o sentido de "mandatário que concorre à reeleição" — oposto, portanto, a *desafiante*. Estamos diante de um estrangeirismo semântico, isto é, uma ampliação de sentido provocada em vocábulo castiço por influência estrangeira.

Convém explicar. A palavra *incumbente*, derivada do latim *incumbens, incumbentis* (particípio presente do verbo *incumbere*), é dicionarizada em português desde princípios do século XX. Suas acepções vernaculares são basicamente três: "que incumbe ou dá incumbência; que compete a; inclinado para baixo".

Os dicionários ainda não registram a acepção que se tornou comum em nosso jargão político. Esta surgiu por contágio de *incumbent*, palavra nascida na língua de Shakespeare no século XVI e que, tendo vindo da mesma fonte latina, ganhou sentido diferente, o de "pessoa que detém um cargo eclesiástico", mais tarde estendido para "detentor de qualquer cargo público".

Como se vê, ocorre uma inversão. Em português *incumbente* era compreendido como aquele ou aquilo que *dá* a alguém uma incumbência, uma obrigação ou um dever. Em inglês, *incumbent* é quem recebe tal responsabilidade sobre os ombros.



Abaixo a xenofobia!

Reconhecer que o *incumbente-mandatário* é um anglicismo semântico não significa, evidentemente, negar sua existência. Faz alguns anos que a literatura política o abraça. Deve ser questão de tempo sua adoção pelos dicionários.

Em artigo publicado na *Folha de S.Paulo* em 2006, Delfim Netto empregou a palavra quatro vezes em oito parágrafos, em frases como esta: “Nos países sem controle social, como o Brasil, ele [o processo de reeleição sem desincompatibilização] desequilibra o processo eleitoral a favor do incumbente”.

Se falta pedigree à palavra, sua funcionalidade é inegável. “Situacionista” não é um sinônimo adequado, por se referir a qualquer candidato do partido do governo, e não apenas àqueles que concorrem à reeleição.

Candidato-mandatário seria uma alternativa, com a desvantagem de acavalar dois substantivos, enquanto *incumbente*, sendo também adjetivo, permite construções mais elegantes. De resto, a xenofobia nunca foi boa conselheira.

mensalão

A entrevista do deputado Roberto Jefferson publicada pela *Folha de S.Paulo* naquela segunda-feira, 6 de junho de 2005, marcou um fato raro no mundo das palavras: o momento exato em que nascia uma nova acepção, um novo sentido.

No caso, um sentido destinado a fazer tanto sucesso que hoje deixa num pálido segundo plano a acepção até então exclusiva de *mensalão* — “recolhimento facultativo que pode ser efetuado pelo contribuinte para antecipar o pagamento do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual”, segundo o site da Receita Federal.

Pouco antes de Jefferson detonar sua bomba, *mensalão* já tinha circulação restrita fora do jargão tributário, como gíria brasiliense para um novo esquema de corrupção centrado na compra — prática antiga, mas consta que nunca tão literal e regular — de apoio parlamentar pelo governo federal. Tinha feito uma breve aparição no *Jornal do Brasil* em 2004, mas faltava ganhar as ruas, a corrente principal da língua.

A cordialidade, sempre ela

É razoável supor que a aparência bonachona contribuiu para o sucesso do termo *mensalão*. Fascinado pela intimidade de diminutivos e aumentativos, o português brasileiro se dá bem com ambivalências desse tipo, entre a familiaridade complacente e a rejeição irônica.

O sociólogo Sérgio Buarque de Holanda sabia o que estava falando quando chamou o brasileiro de "cordial" no clássico *Raízes do Brasil*. Não quis dizer, como muitos acreditam, que somos "gente boa", e sim que tendemos a nos pautar pelo coração, pela afetividade, pela emoção, em nossas relações com aliados e também com inimigos.

Se a ambiguidade do tom é inevitável, o duplo sentido mais explícito de *mensalão* exige perícia do falante. É curioso que as duas acepções se relacionem com o dinheiro público, mas em sentidos opostos: uma no momento (legítimo) da arrecadação, a outra na ponta (criminosa) da malversação.



nick

Não é fácil a vida dos tradutores. A palavra inglesa *nickname* significa "apelido, alcunha", mas sua forma abreviada que a internet consagrou, *nick*, não tem tradução. *Nick* é *nick* — e talvez um dia vire *nique*. Isso faz algum sentido?

Faz. Estamos diante de palavras que nomeiam duas realidades distintas. O apelido, ou seja, o velho *nickname* analógico, costuma grudar no cidadão e acompanhá-lo por longos períodos, quando não pela vida toda. O *nick* é leviano, provisório, brincalhão.

Digamos que um sujeito chamado José Carlos tenha o apelido de Zeca e

costume frequentar debates na blogosfera com o *nick chuchukao90*. Por mais que se afeiçoe à sua alcunha digital, nada impede Zeca de, no calor tipicamente cheio de insultos de alguma discussão on-line, entrar no mesmo debate com o nome de *18inches* ou *Hermione*, para apoiar ou mesmo detonar os argumentos de sua identidade original.

Problema nenhum, porque nenhum deles é o Zeca. São todos *nicks*.

Tudo começou com um erro de revisão

É engraçado o mal-entendido que está na origem da palavra *nickname*. Ela surgiu no inglês arcaico como *ekename*, isto é, "extensão do nome, outro nome".

De acordo com o dicionário *Merriam-Webster*, foi no século XV que um erro de divisão tipográfica transformou *an ekename* em *a nekename*.

Pois é. Se o próprio nome *nickname* é, de certa forma, um *nickname*, toda a leviandade dos *nicks* está perdoada.

oportunizar

Embora apareça na mais recente edição do *Aurélio*, o verbo *oportunizar* não consta do *Houaiss*, do *Michaelis* ou do Volp, além de ser uma lacuna no dicionário da Academia das Ciências de Lisboa. Devemos concluir então que o *Aurélio* se enganou e que *oportunizar* não existe?

Não tão depressa. Em uma das questões de português do Enem, há poucos anos, lá estava o danado do verbo — não entre as respostas, mas na própria pergunta, e não como palavra questionável, mas como parte natural da formulação.

A imprensa também vem adotando *oportunizar* há anos, e desde 2002 o termo merece registro no *Dicionário de usos do português do Brasil*, de Francisco S. Borba. O lusitano *Priberam* também a reconhece, embora, curiosamente, seja

impreciso em sua definição: “tornar oportuno”.

Está certo que a palavra seja formada por *oportuno* + *-izar*, mas semanticamente ela não equivale a “tornar apropriado ou conveniente”. Como demonstram os próprios exemplos colhidos pelo lexicógrafo na imprensa portuguesa (“A proposta é oportunizar aos alunos uma saída”), o sentido de *oportunizar* é “propiciar, proporcionar uma oportunidade de, oferecer”.

“Propiciar” é melhor

Então *oportunizar* existe? Sem dúvida. Daí a recomendar seu uso vai uma distância. A existência que tem esse verbo ainda é a de uma palavra de formação recente, meio bárbara, desprovida de lastro culto. Seu sinônimo *propiciar* ganha de sete a um a partida da elegância e mesmo, dependendo do contexto, da correção pura e simples.

Apesar de tudo, existência não é atributo que se negue àquilo que, gostemos ou não, existe.

proativo

Se ainda restasse alguma dúvida de que a língua está viva — e se mexendo! — bastaria pensar no adjetivo *proativo* (que muita gente escreve erradamente com hífen e acento, *pró-ativo*).

Até alguns anos atrás ele não fazia falta a ninguém. Hoje é difícil imaginar um profissional de recursos humanos ou administração de empresas que consiga viver sem ele.

Uma pessoa proativa, como se sabe, enxerga longe e antecipa-se aos problemas, agindo para contorná-los antes mesmo que apareçam os primeiros sintomas. Uma qualidade de grande valor, sem dúvida.

Fomos buscar a palavra no inglês *proactive*, que também é relativamente

recente: surgiu nos anos 1930 como termo especializado no jargão dos psicólogos. O sentido atual, oposto a "reativo", só ganhou seu primeiro registro em 1971, segundo o dicionário etimológico de Douglas Harper. Anteontem, portanto. No Brasil, o *Houaiss* data o vocábulo de 1993.

Fetichização e abuso à parte, parece fora de questão a funcionalidade de *proativo*: *ativo* não dá conta de seu sentido preciso. Mesmo assim há quem se apegue ao caráter recente da palavra para declarar sua futilidade, dizendo que vivemos muito bem sem ela por séculos.

O argumento não vale: também vivíamos muito bem sem profissionais de RH, por exemplo.

randômico

Não adianta protestar — embora não se tire de ninguém tal direito — contra esse adjetivo. Sim, é verdade que estamos diante de um anglicismo desnecessário e adaptado a tapa, formado a partir do adjetivo *random*. O problema é que não produz resultados práticos espernear contra palavras que um grande número de pessoas decide usar.

Random surgiu em inglês em meados do século XVII com o sentido de "que não tem objetivo ou propósito definido", uma palavra com raízes germânicas plantadas na ideia de uma corrente que flui impetuosamente, sem respeitar limites.

A tradução de *random* em bom português sempre foi um termo de nobres raízes latinas: *aleatório*, ou seja, "casual, fortuito, que se deixa ao acaso". Palavra do século XVIII, *aleatório* traz como bônus um eco claro da famosa frase do general romano Júlio César ao decidir desafiar o Senado: *Alea jacta est* ("A sorte está lançada").

Criação recente — certamente do século XX, embora a data seja imprecisa — e empregado a princípio apenas no vocabulário dos estatísticos, o adjetivo *randômico* já está dicionarizado. O resto é com você.

refrescância

Refrescância é um neologismo brasileiro criado por publicitários — tudo indica que nos últimos anos do século XX, embora não exista certidão de nascimento oficial — para vender pasta de dente. Ainda hoje é uma palavra que tem gosto especial pelo mundo dos produtos de higiene corporal, desodorantes incluídos.

A princípio os dicionaristas, conservadores por natureza e definição, foram relutantes em dar à palavra, digamos, documentos oficiais. Isso não a impediu de cair no gosto dos falantes e ser empregada na linguagem comum em diversas situações.

Até poucos anos atrás, era impossível encontrar *refrescância* em qualquer dicionário. Não é mais assim. O primeiro a acolhê-la foi o *Dicionário de usos do português do Brasil*, de Francisco S. Borba, lançado em 2002. O verbete *refrescância* ganhou a definição de "sensação de frescor" e um exemplo pinçado num texto da *Folha de S.Paulo* sobre marketing: "Refrescância e proteção. É esse o binômio que orienta toda a comunicação da Kolynos". (A marca está fora do mercado de pastas de dente desde 1997.)

Por sua proposta de flagrar os usos correntes no português brasileiro atual, o dicionário de Borba é liberal por definição. Ganhou um aliado de maior peso institucional quando o *Houaiss*, numa de suas últimas atualizações, passou a registrar o vocábulo, com datação de "cerca de 2000": "qualidade do que é refrescante; frescor, fresquidão". O *Aulete* também já o reconhece.

Refrigério refresca menos

A lógica da criação do termo *refrescância* é evidente: numa analogia com pares de vocábulos como *beligerante*/*beligerância* e *adolescente*/*adolescência*, de *refrescante* se fez *refrescância*. Tratava-se de uma licença poética (ou publicitária) que desprezava o termo *refrescamento*, detentor de acepção idêntica ou no mínimo semelhante: "ato ou efeito de refrescar(-se)".

Outros substantivos tradicionais que poderiam dar conta do recado eram *frescor*, *frescura* e os embolorados *fresquidão* e *refrigério*. Por razões variadas, nenhum deles deve ter sido considerado tão refrescante quanto *refrescância*.

spam

À primeira vista parece maluquice, mas tudo indica ser verdade: o lixo comercial que entope as artérias da internet, ameaçando sufocar o próprio e-mail como alternativa viável de troca de mensagens digitais, foi buscar seu nome numa marca de comida enlatada.

A palavra *Spam* nasceu em 1937 para nomear a presuntada em lata que o industrial americano J.C. Hormel lançou em meio a uma espalhafatosa campanha de marketing. A própria marca registrada foi escolhida num concurso entre os consumidores. *Spam* era a forma reduzida de ***Sp**iced **ham***, “presunto temperado”.

O modo como migrou do mundo dos alimentos para o dos computadores não é tão claro, mas um elo importante da cadeia parece ser o fato de que, durante o racionamento provocado pela Segunda Guerra Mundial, a presuntada Spam tornou-se onipresente nos lares britânicos. Isso fazia com que fosse ao mesmo tempo reverenciada (por ser um dos poucos alimentos disponíveis) e desprezada (pela mesma razão).

A presença inflada do Spam no imaginário de mais de uma geração britânica foi satirizada num famoso esquete de 1970 do grupo humorístico inglês Monty Python: num restaurante popular, uma atendente (Terry Jones travestido) tenta empurrar a um casal de fregueses pratos que, a cada novo item do cardápio, ficam mais cheios de Spam. “Mas eu não gosto de Spam!”, desespera-se a freguesa (Graham Chapman, também travestido).

O quadro tem o típico humor nonsense do grupo, que sempre fez sucesso com os geeks, os malucos da comunidade informática. Pois foi entre estes que a palavra *spam* começou a circular nos anos 1980 com o sentido de entulho virtual que tentam nos empurrar, informação indesejada e sem valor — como os pratos de Spam do Python.

Há diversos registros do emprego de *spam* com tal sentido (e já com a minúscula dos substantivos comuns) em salas de bate-papo da época. Ainda não era a acepção comercial, robotizada e catastrófica que viraria uma praga invencível, mas estava no meio do caminho — e ladeira abaixo.

tablet

A palavra *tablet* (pronuncia-se "táblet") penetrou no vocabulário dos brasileiros há poucos anos, vinda do inglês. Chegou junto com a engenhoca eletrônica que nomeia, na esteira do sucesso do iPad, da Apple.

Poderia ter sido traduzida como *tablete*, vocábulo já existente em nossa língua, mas não foi. Talvez porque a palavra *tablete* esteja identificada demais com toletes de margarina para soar bem em campo tão tecnologicamente avançado.

A verdade é que *tablete* também não estaria livre da acusação de ser um estrangeirismo. Oriundo do francês *tablette*, o termo nos chegou em algum momento do século XX para dar conta do sentido de "medicamento ou alimento em forma de placa retangular".

O dicionário português *Priberam* já registra *táblete* como forma aportuguesada de *tablet*. É provável que os brasileiros façam o mesmo em breve.

A "tabula" e a tabuleta

Se fôssemos puristas malucos à procura de um bom vocábulo vernáculo para substituir *tablet*, logo encontraríamos *tabuleta*. Esta é uma palavra com antiguidade suficiente (data do século XV) para apaziguar os nacionalistas do idioma, além de apresentar uma perfeita correspondência etimológica com o inglês *tablet*.

Todos esses termos são descendentes do latim *tabula* ("tábua, mesa, tabuleiro, quadro, painel de madeira"). *Tablet* é um vocábulo que o inglês, que já

tinha *table* (“mesa”), foi buscar ainda no início do século XIV no francês antigo *tablete* (hoje *tablette*), diminutivo de “tábua, superfície de madeira”. Tabuleta, pois é.

terceirização

O substantivo *terceirização* é um neologismo brasileiro relativamente recente, surgido entre os anos 1980 e 1990 como tradução engenhosa do inglês *outsourcing*. Sua lógica deve ser buscada na ideia de “contratação de terceiros”. Se o neologismo administrativo data de fins do século XX, é bem mais antiga a acepção, inclusive jurídica, de *terceiro* como “outro, pessoa que está do lado de fora de uma relação” — no caso, a relação de trabalho que uma empresa mantém com seus funcionários.

trollar

O substantivo *troll* e o verbo *trollar* ocupam hoje, em português, aquela terra de ninguém em que neologismos, estrangeirismos e termos de gíria em geral podem ser ao mesmo tempo negados — uma vez que, do ponto de vista dos lexicógrafos, “não existem” — e afirmados cotidianamente pelos usuários. É provável que, no fim, vençam os usuários, obrigando os dicionaristas a recorrer a algum artifício como adaptação de grafia ou recomendação de itálico a fim de salvar as aparências.

Nem sempre é assim: a aceleração dos fluxos globais de comunicação provocada pela internet exacerbou a adoção de modismos linguísticos bobinhos que não duram mais que dois verões. *Troll* e *trollar*, porém, não estão nesse caso.

Importados do inglês, onde teriam surgido no jargão micreiro entre o fim dos anos 1980 e o início dos 1990, são termos de grande utilidade para nomear um personagem — e seu comportamento — tão onipresente quanto

espalhafatoso da fauna digital.

O *troll* é o encrenqueiro da internet, o sujeito que, em grupos de discussão e frequentemente sob a proteção do anonimato fornecida por um *nick* (pseudônimo digital), dispara ofensas, sustenta argumentos descabidos ou anuncia conclusões definitivas nas quais muitas vezes nem ele mesmo acredita, com o intuito de levar o interlocutor a perder a paciência e baixar o nível da discussão, desmoralizando-se.

Se você não passou os últimos anos em outra galáxia, já deve ter cruzado com hordas de *trolls* por aí. Talvez tenha até, num surto de revolta moral, mordido a isca de um ou dois deles. Eu confesso que já.

Caça e pesca

A ideia de isca é fundamental para a compreensão da formação dessa gíria em inglês. O verbo *to troll*, vindo do francês arcaico *troller*, existe desde fins do século XIV no idioma de Mark Zuckerberg.

Tinha a princípio o sentido de "andar a esmo (em busca de caça)", mais tarde ampliado para "pescar com linha em movimento" e "servir de isca, atrair". Nos anos 1960 virou gíria gay, "sair em busca de sexo casual".

No entanto, é interessante notar como o substantivo homônimo *troll*, "anão ou gigante mitológico escandinavo", que a princípio não tinha relação alguma com o verbo, acabou por se incorporar ao novo sentido da palavra.

O nome daquelas criaturas humanoides gigantescas e repulsivas da trilogia *O senhor dos anéis* também ajuda a desenhar o perfil desse personagem acanalhado que é o *troll* internético. Fuja dele.

tsunami

O gigantesco maremoto que partiu da costa da Indonésia para matar mais

de 230 mil pessoas em catorze países da Ásia, em dezembro de 2004, marcou o momento em que, com a força de ondas gigantes, a palavra japonesa *tsunami* invadiu o português para ficar.

O sucesso de *tsunami* (de *tsu*, "porto" + *nami*, "onda") deveu-se a uma conjunção de fatores. O principal é a adoção da palavra pelo inglês, que lhe deu circulação internacional. Mas não foi pequena a contribuição do surto local de desinformação sobre o significado da palavra *maremoto*, tradução de *tsunami* e existente em português desde 1600.

Maremoto e *tsunami* são o mesmo fenômeno: a extraordinária agitação do mar provocada por tremores de terra ou erupções vulcânicas. Em 2004, não faltaram na imprensa explicações — furadíssimas — que justificavam o uso de *tsunami* com o argumento de que *maremoto* significaria apenas "terremoto submarino" ou mesmo "movimento periódico das marés"!

Esquecemos Lisboa?

O problema é que *maremoto* é uma palavra em refluxo em nosso vocabulário. Paciência. Sem xenofobia, isso me parece ter como único aspecto lamentável a traição à memória coletiva da língua.

Foi chamado de *maremoto*, e não de *tsunami*, aquilo que arrasou Lisboa em 1755, ajudando a elevar o Marquês de Pombal à grandeza definitiva quando lhe perguntaram, diante do cenário desolador: e agora?

— E agora? Enterram-se os mortos e alimentam-se os vivos.

tupperware, tapoé

Claro que dava para simplificar, mas não simplificamos, e agora talvez seja tarde: Tupperware, marca registrada da mais bem-sucedida linha de recipientes plásticos de alta vedação usados para conservar alimentos na cozinha, virou um nome tão familiar que passou a sonhar com uma promoção a substantivo

comum, seguindo o caminho de outras marcas mais famosas — gilete, chiclete, xerox, durex etc.

Até aí, tudo bem. Criada em 1946 pelo industrial americano Earl Tupper (que se limitou a juntar seu sobrenome com *ware*, "coletivo de artefatos da mesma categoria"), a marca foi popularizada nas décadas seguintes por um sistema agressivo de venda porta a porta. Hoje os produtos que nomeia são comercializados em cerca de cem países.

O problema é que, destoando das marcas citadas acima, *tupperware* não é, nem na grafia nem na pronúncia, uma palavra de aclimatação simples em português.

A forma acústica que parece estar vencendo a guerra entre nós, "teipuer", é embaraçosa: inventa um *tape*, "fita", com sua sonoridade que o videoteipe tornou de uso corrente, onde não há fita alguma. Na escala da anglofilia equivocada, o malformado "tapeware" fica apenas um degrau abaixo do *making off* (com *f* dobrado).

A pronúncia correta em inglês é algo como "táper-uér". Mas quem disse que devemos fidelidade à forma original de uma palavra tão enrolada? No momento em que um estrangeirismo adentra nosso vocabulário, precisa estar preparado para tudo — questão de soberania.

Uma solução que respeite o espírito de nossa língua será sempre preferível a uma que finja falar inglês sem falar de fato. É por isso que acho simpática a encontrada numa loja: *tapoé*. Uma pequena obra-prima de aportuguesamento que tem minha torcida na luta contra o *teipuer*.

wiki

A esta altura do pagode digital, todo mundo que tenha um mínimo de experiência com a rede mundial de computadores sabe o que é a Wikipedia. E mesmo quem ainda vive apenas num mundo analógico dificilmente terá conseguido escapar das polêmicas notícias sobre o WikiLeaks. Nada disso torna menos enigmático para a maioria o significado daquilo que esses dois sites, entre outros, têm em comum: a palavra *wiki*.

No mundo da computação, *wiki* virou nome genérico de websites colaborativos, cujo conteúdo pode ser modificado pelo usuário. O termo foi criado em 1994 pelo programador americano Ward Cunningham, que desenvolveu o primeiro software *wiki* e o batizou de WikiWikiWeb.

As iniciais dialogam com o "www" de "*world wide web*" (rede mundial de computadores), mas Cunningham jura que sua inspiração foi mais prosaica: limitou-se a copiar o nome dos ônibus expressos do aeroporto de Honolulu, Wiki-Wiki, expressão regional havaiana que significa "rapidinho". Cunningham queria destacar a rapidez e a simplicidade de seu programa.

De interesse restrito a programadores em seus primeiros anos, o conceito e suas aplicações tiveram uma explosão de popularidade a partir de 2001, quando foi lançada a Wikipedia. Desde então, uma grande quantidade de empreendimentos digitais tem usado a palavra como elemento de composição para criar suas marcas — como, a partir de 2006, o WikiLeaks. Em 2007, o verbete *wiki* estreou no dicionário *Oxford*, o mais importante da língua inglesa.



10
POR QUÊ? POR QUÊ?



Ó menina, vai ver nesse almanaque
como é que isso tudo começou.
Chico Buarque

Este é um armazém de charadas linguísticas avulsas, aquelas curiosidades que os espíritos demasiado sérios chamam de “cultura inútil”. Por que o *ç* não está no alfabeto? Por que escrevemos *estender* com *s* e extensão com *x*? Por que chamamos os imigrantes sírios e libaneses — e seus descendentes — de “turcos”?

Inútil, será mesmo? Talvez para quem não reconhece, como diria um reclame médico de antigamente, os mui salutares efeitos intelectuais e anímicos de ampliar nossa consciência da língua em que nos falamos.

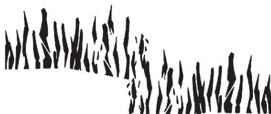
absolutamente:
por que nega?

Bom, não nega sempre. O advérbio *absolutamente*, que como se sabe significa "totalmente, inteiramente, de modo absoluto", tem uma ambiguidade em seu uso quando aparece isolado.

No Brasil, está consolidado seu emprego como advérbio de (enfática) negação: "Se eu imaginava que ela se ofenderia com meu comentário? Absolutamente! Agi de modo inocente". O advérbio nesse caso é compreendido como sinônimo de "de modo algum", ficando subentendida a negação: *absolutamente* é *absolutamente não*.

Em Portugal o uso é o oposto: *absolutamente* é *absolutamente sim*. Como ocorre também com o inglês *absolutely*, trata-se de uma confirmação ou aquiescência enfática. Exemplo: "E você ainda me pergunta se eu aceito o cargo de direção? Absolutamente! Tenho me preparado para isso desde que entrei na empresa".

Convém observar que tal ambivalência existe apenas se a palavra aparece desacompanhada. *Absolutamente* não tem carga positiva ou negativa quando é apenas um advérbio que escolta outras palavras: seu papel é intensificar tanto o bom quanto o ruim, do "absolutamente irresistível" ao "absolutamente insuportável".



caixa-preta: por que

o nome, se é laranja?

Por que os equipamentos que gravam dados dos voos comerciais, obrigatórios na aviação internacional desde os anos 1950, chamam-se caixas-pretas se são pintados de laranja-cheguei?

Tudo indica que o nome foi herdado de outro equipamento, com funções diferentes, que era usado na Segunda Guerra Mundial pela Royal Air Force, a força aérea britânica: um radar que permitia ao piloto "ver" através das nuvens ou no escuro.

Diversos itens eletrônicos empregados na aviação da época eram acondicionados em caixas pretas literais, mas foi esse radar, então uma maravilha tecnológica cujo funcionamento nem os próprios pilotos compreendiam, que entrou para o jargão dos aviadores com o nome de *black box*.

Na década seguinte, quando os gravadores de dados — um de conversas na cabine, outro de registros técnicos do voo — se tornaram obrigatórios na aviação comercial, a cor e a inviolabilidade do equipamento o levaram a herdar o nome.

Só nos anos 1960 as caixas-pretas passaram a ser pintadas de laranja fosforescente, como forma de facilitar sua localização por equipes de resgate, mas o nome já tinha pegado.

Hoje, como se sabe, *caixa-preta* é uma expressão usada também em sentido metafórico para designar tudo aquilo cuja lógica de funcionamento seja inacessível ao observador.

ç: por que não está
no alfabeto?

Embora a resposta seja simples na superfície, acaba mexendo com questões complicadas. O *c* acompanhado da cedilha não está no alfabeto porque não é uma letra, mas a junção da letra *c* com o sinal diacrítico (distintivo) cedilha. Ou seja: o motivo de não haver *ç* no alfabeto é o mesmo de lá não estar *ã*.

Os sinais diacríticos do português são a cedilha, os acentos gráficos, o til e, até pouco tempo atrás, o hoje extinto trema. O papel deles é alterar a pronúncia normalmente atribuída às letras, dando-lhes novo valor fonético. Isso ocorre porque não é perfeita a correspondência entre os fonemas (sons da língua oral) e as letras que usamos para codificá-los por escrito. As vogais, por exemplo, são sete no mundo dos sons e apenas cinco no das letras: *e* e *o* correspondem cada um a dois fonemas, um aberto e um fechado.

Curiosamente, o espanhol, língua que inventou a cedilha no século XI, não a usa mais. A palavra vem provavelmente de *zedilla*, diminutivo de *z*. A cedilha era um *z* pequeno — e foi mesmo pelo *z* que o idioma de Julio Cortázar acabou por substituir o *ç*, cabendo ao português e ao francês garantir sua sobrevivência.

Até o século XV ou XVI, era comum em nossa língua o uso de *ç* em início de palavras: *sapato sujo* aparecia frequentemente grafado como *çapato çujo*!



Diferença sonora? Onde?

É interessante observar que a distinção fonética que motivou a adoção do *ç* no português antigo ficou na poeira da história.

“Qualquer que fosse a causa da primitiva distinção entre as referidas letras”, escreveu Said Ali, estudioso da gramática histórica, “certo é que *s* ou *ss* (entre vogais), *ç* ou *c* (antes de *e* ou *i*) representam, em português moderno, um só fonema, a sibilante surda”.

estender, extensão:
por que grafias diferentes?

Esta é uma inconsistência ortográfico-etimológica da língua — uma entre muitas. As formas gráficas de nossas palavras passaram por flutuações ao longo da história, desde que as deformações populares do latim vulgar começaram a dar origem aos dialetos ibéricos, alguns dos quais se cristalizaram no português.

Neste caso um descompasso de datas explica o fato de *estender* desrespeitar a grafia latina de *extendere*, enquanto *extensão* respeita a de *extensionis*.

Estender desembarcou em nossa língua ainda na infância, no século XIII, quando, nas palavras de Said Ali em sua *Gramática histórica*, "a reminiscência do latim teria influído, porém em medida assaz limitada. Os antigos escritores não tinham preocupação etimológica".

Já *extensão* é fruto do português do início do século XVIII, "o das academias literárias", como diz o filólogo — um idioma consolidadamente moderno, atento à cultura francesa e consciente da etimologia.

É interessante observar que, por coincidência ou mais do que isso, uma disparidade semelhante ocorre em francês, que no século XII transformou o latim *extendere* no verbo *étendre* e, no início do XIV, havia derivado de *extensionis* o substantivo *extension* — inicialmente grafado *estension*!

O çapato ezquerdo

Quando se leva em conta que, no português antigo, a grafia de *sapato* chegou a ser *çapato* e a de *esquerdo*, *ezquerdo*, tem-se uma boa ideia do grau de instabilidade que, em alguns casos, acabou por se refletir na ortografia contemporânea.

Um caso curioso é o dos verbos *espremer* (do século XIV) e *exprimir* (do século XV): os dois saíram da mesma matriz latina, *exprimire*, que tinha tanto o sentido de "apertar com força, extrair" quanto o de "pronunciar, enunciar claramente".

Na partilha semântica da romanização, cada uma das duas palavras de nossa língua ficou com metade da herança.

gol, gols: por que

esse plural estranho?

Gols, o plural de *gol*, é uma anomalia do português brasileiro. O *Houaiss* o chama de “barbarismo consagrado pelo uso”.

Em Portugal não existe esse problema porque a palavra inglesa *goal*, ao ser importada, ganhou uma vogal final para se aclimatar. O plural de *golo*, claro, é *golos* — tudo conforme o espírito da língua.

Ao optar pela grafia *gol* como forma de reproduzir em nossa língua o som do vocábulo original, o português brasileiro instituiu, para começo de conversa, um ligeiro descompasso entre grafia e prosódia.

Basta pensar em exemplos como *futebol*, *sol*, *arrebol* e *espanhol*: palavras terminadas em *ol* são pronunciadas com *o* aberto (ou vice-versa, com a fala vindo antes da escrita). As exceções são apenas duas: álcool e *gol*. No primeiro caso, porque a sílaba tônica é deslocada. No segundo porque… porque…

Ora, porque é assim que se fala em inglês!

Dessa primeira esquisitice deriva a segunda: o plural *gols*, também ele um espelho do idioma original, é um caso único em português. A flexão de número gramaticalmente correta seria *gois* ou, quem sabe, *goles*. Seria — só que, como se sabe, ninguém fala assim, e a língua é sempre feita pelos falantes.

Pode-se encarar o plural *gols* como um solecismo disseminado ou um charmoso capricho do português brasileiro. O que não se pode é deixar de reconhecer sua vitória por goleada.

inato e nato: por que
não são opostos?

A impressão de “língua sem lógica” que algumas pessoas têm ao constatar que *inato* não é antônimo de *nato* deriva de duas suposições equivocadas. A primeira é a de que o prefixo *in-*, que herdamos do latim, só possa ter o papel negativo que desempenha em vocábulos como *inábil*, *inválido* e *infeliz*. Na verdade são duas as fontes latinas do prefixo, e é à segunda (a mesma que deu em nossa preposição *em*) que se filia *inato*. O segundo erro — vá lá, um meio erro — é imaginar que os adjetivos *nato* e *inato* tenham exatamente a mesma carga semântica. Não têm, embora a diferença entre eles seja sutil.





Nato veio do latim *natus* (“nascido”); *inato*, do latim *innatus* (“nascido em ou com”), quer dizer, “congênito, que nasceu com alguém”. Embora haja casos em que as duas palavras são intercambiáveis, o que se vê na maioria das ocorrências modernas é a aplicação de cada uma delas a um aspecto da mesma proposição.

Imagine-se um pianista tão talentoso que desperte o seguinte comentário: “Esse nasceu para tocar piano”. Pois bem: é um pianista *nato*. Seu talento, que nasceu com ele, é *inato*.

Outra forma de compreender isso é considerar que *nato* qualifica em geral um ser vivo, tipicamente uma pessoa; *inato*, uma condição, faculdade ou característica. O raciocínio vale até para uma frase como “Fulano é um talento nato” — na qual a palavra *talento* ocupa, por metonímia, o lugar da própria pessoa talentosa.

Não tão depressa…

A vida seria menos complicada se pudéssemos encerrar esse papo aqui, mas não podemos. É preciso registrar que *nato* tem também a acepção menos comum de… *inato*, pois é.

Está correta uma frase como “Ele tem um dom nato para mentir”. A recíproca, porém, não vale: “Ele é um mentiroso inato” é erro mesmo.

Dito isso, e para embolar ainda mais a melodia, só falta acrescentar que existe também a palavra *inato* com prefixo negativo, cujo sentido é “não nascido” — uma história inteiramente diferente. Mas esta é de uso bem raro.

morto e não matado:
por quê, se o mataram?

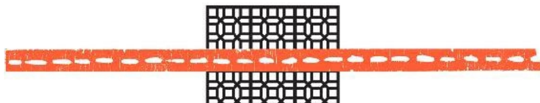
Porque *morto*, nesse caso, é particípio do verbo *matar*, e não de *morrer* — por incrível que pareça.

Para entender como isso foi possível é preciso dar um passeio pelos séculos de formação do português moderno, quando muitos verbos foram personagens de uma guerra entre o particípio regular e o irregular.

O particípio regular, geralmente usado na voz ativa, é aquele que se forma com as terminações -*ado* e -*ido*. O particípio irregular, quase sempre empregado na voz passiva, é, na maior parte dos casos, herança do particípio passado do latim.

No caso dos verbos *matar* e *morrer*, os particípios regulares são respectivamente *matado* e *morrido*. No entanto, por uma lógica que tudo indica ser a do eufemismo, o particípio irregular é *morto* (do latim *mortuus*) para ambos.

Em sua *Gramática histórica da língua portuguesa*, Said Ali aposta na intenção de suavizar uma expressão considerada grosseira (*matado*) como explicação para a dupla jornada de *morto*. Escreve ele: “É singular a aversão que sempre manifestaram os escritores portugueses pelo particípio derivado naturalmente do verbo *matar*” (grifo meu). E em seguida: “a gente letrada cristã, quinhentista e seiscentista, conservou-se fiel à tradição de pedir o particípio emprestado ao verbo morrer, dando-lhe significação ativa”.



A guerra dos abundantes

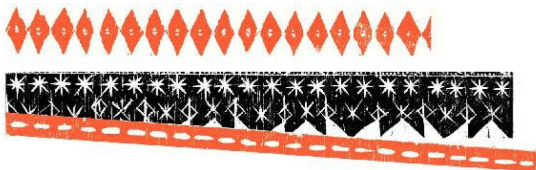
A disputa surda entre os dois tipos de particípio ao longo dos séculos teve resultados variados. Houve casos em que o particípio irregular perdeu e acabou desalojado do papel de verbo. *Cinto*, que já foi particípio de *cingir*, virou substantivo. *Absoluto*, nascido como particípio de *absolver*, sobreviveu apenas no papel de adjetivo.

Em compensação, muitos particípios irregulares ganharam espaço à medida que a história do português ia amadurecendo, a ponto de fazer o particípio regular de certos verbos soar deselegante.

Os autores modelares do português antigo só escreviam *elegido*, por exemplo. Foi no século XVI que *eleito* passou a ter preferência, sobretudo na voz passiva ("ser eleito"), caso em que é praticamente exclusivo. *Ganhado* reinou absoluto por mais tempo, passando só no século XIX a enfrentar a concorrência de *ganho*.

Os verbos que têm dois particípios são chamados de abundantes. Alguns exemplos clássicos (na ordem regular-irregular) são *pagado* e *pago*, *pegado* e *pego*, *aceitado* e *aceito*, *gastado* e *gasto*, *entregado* e *entregue*.

Em geral, o regular é mais usado na voz ativa ("ter gastado") e o irregular, na passiva ("ser gasto, estar gasto"), mas há casos em que o emprego de um ou outro é indiferente, ou antes uma decisão de estilo.



obsessão e obcecado:
por que grafias diferentes?

A diferença de grafia, uma palavra com *s* e a outra com *c*, tem uma explicação simples: ao contrário do que muita gente supõe, o adjetivo *obcecado* não guarda relação etimológica com o substantivo *obsessão*. Trata-se de duas famílias diferentes de palavras, com semelhanças de sentido e forma que tornam comum a confusão.

O substantivo ao qual se liga o adjetivo *obcecado* é *obcecação*, enquanto o adjetivo que corresponde ao substantivo *obsessão* é *obsesso* (ou, em determinados casos, *obsessivo*). Ocorre que tanto *obcecação* quanto *obsesso* são vocábulos pouco empregados. Na prática, *obcecado* e *obsessão* acabam de fato formando um par — o que não está propriamente correto, mas tampouco traz prejuízo para a comunicação na maioria dos casos.

Isso se dá porque *obcecação*, do latim *obcaecationis* ("tornar cego, obscurecer a razão"), e *obsessão*, do latim *obsessionis* ("ação de sitiar, assédio"), convergem na linguagem comum, partindo de pontos diferentes, para o mesmo foco semântico: o da ideia fixa.

Para os obcecados pela precisão

Se as semelhanças de som e sentido aproximam essas palavras na maioria dos contextos presentes na linguagem comum, é importante notar que elas não se confundem sempre.

Quando uma maior precisão técnica é exigida, aparece a distância: *obcecação* tem o sentido médico de cegueira parcial; *obsessão*, a velha acepção religiosa de assédio ao espírito exercido por demônios e a moderna acepção psicopatológica de neurose obsessivo-compulsiva.

Nesses casos seria um erro estabelecer qualquer relação, mesmo informal, entre o substantivo *obsessão* e o adjetivo *obcecado*.

picareta: por que chamamos assim o enganador?

Para o etimologista Silveira Bueno, o único em quem encontrei uma tese sobre o assunto, o motivo é simples: o *picareta* teria vindo diretamente da *picareta* por sentido figurado. Ou seja: a acepção de "pessoa embusteira, aproveitadora, que recorre a expedientes acanalhados para se dar bem", brasileirismo consagrado mas de datação imprecisa, seria uma extensão do primeiro sentido da palavra, existente em português desde o século XVI — o de "instrumento próprio para cavar a terra e revolver pedras".

E como se chegou a isso? Por metáfora, é o palpite de Bueno, com base na ideia de que o *picareta* "em tudo mete a cara para cavar dinheiro, emprego". Ele seria então o cavador. Ponto final?

Não. A segunda resposta possível é menos simples, mas talvez mais completa. Embora esteja fora de questão que o picareta-enganador é uma extensão de sentido da picareta-instrumento, a hipótese que lanço aqui é a de que essa ampliação semântica não se deu por metáfora, e sim por influência da palavra *pícaro*, que quer dizer justamente "ardiloso, trapaceiro, velhaco".

Hoje de uso restrito aos estudos literários, o pícaro ou personagem picaresco (termos do século XVII) já gozou na linguagem comum de uma circulação proporcional à do gênero de literatura popular que representava. E é um sinônimo praticamente perfeito de *picareta*.

Uma curiosidade adicional: embora *pícaro* seja considerado por muitos estudiosos uma palavra de origem obscura, há quem acredite que o espanhol, do qual a importamos, a retirou da mesma matriz de onde saiu *picareta*: o verbo *picar*.

sebo: por que a loja de livros usados tem esse nome?

A menos que algum estudioso desencave um documento de época que nunca veio à luz, a pergunta acima não tem uma resposta definitiva, do tipo que se possa escrever na pedra. *Sebo* como sinônimo de alfarrábio, ou seja, loja de livros usados, é um brasileirismo que surgiu informalmente, a princípio como gíria.

Sobre sua origem tudo o que há são especulações. Isso não nos impede de, por eliminação, chegar a uma resposta provavelmente correta.

A TEORIA INGLESA: A tese de que a palavra *sebo* foi formada pelas sílabas iniciais da expressão inglesa *SEcond-hand BOok* ("livro de segunda mão") parece mais falsa do que promessa de candidato. Seria defensável se houvesse em inglês, mesmo que apenas num vilarejo esquecido do País de Gales, a palavra *sebo* com o mesmo sentido. Não há.

Seria necessário imaginar a existência em algum ponto da história de um estabelecimento comercial brasileiro, anglófono e com peso cultural suficiente para dar origem a uma acepção popular — e do qual, apesar dessa popularidade, não restasse registro algum.

Na praia da etimologia fantasiosa prefiro a tese que deriva *sebo* das iniciais S.E.B.O. (Suprimentos Econômicos para Bibliófilos Obsessivos). Soa melhor, não soa? O único problema é que acabo de inventá-la.

A TEORIA DA VELA: A história da velha vela de sebo que escorre sobre as páginas do livro não chega a ser exatamente delirante, mas também reluto em comprá-la — mesmo a preço de sebo. O maior problema aqui é cronológico: tudo indica que a acepção livreira de *sebo* entrou em circulação em meados do século XX, quando a leitura à luz de velas já era história antiga.

A TEORIA ARCAICA: Pode-se procurar a origem de *sebo* em alguma curva do caminho erudito que o etimologista brasileiro Silveira Bueno encontrou para explicar o sentido da palavra *sebenta*, que em Portugal é sinônimo de

"apostila, caderno de apontamentos das lições dadas em sala de aula".

O estudioso remete *sebenta* ao verbo do português arcaico *assabentar*, isto é, "instruir", o que é interessante. Mas Silveira Bueno em momento algum sugere que se recorra à etimologia de *sebenta* para explicar *sebo*. Além do fato de a primeira palavra ser portuguesa e a segunda, brasileira, apostilas usadas nunca foram itens característicos de tal tipo de comércio.

A TEORIA VENCEDORA: Resta de pé, assim, a hipótese mais simples: a de que essa acepção de *sebo* (do latim *sebum*, "gordura") tenha surgido como metonímia brincalhona a partir da ideia irrefutável de que livros muito manuseados ficam ensebados, sujos, engordurados.

Com poucas exceções, a simplicidade costuma ser um bom norte para quem navega no mar alto da etimologia. Essa tese eu compro sem susto — pelo menos até alguém descobrir num sebo um volume sebento no qual fique provado que S.E.B.O. não era uma ideia tão maluca, afinal.

siglas no plural:
se eua, por que pms?

No mundo das siglas, as convenções não são muito sólidas e têm variado de modo significativo nas últimas décadas. Por exemplo: quando publicou em 1972 seu *Novo guia ortográfico*, o gramático gaúcho Celso Pedro Luft ainda recomendava o uso de pontos entre as iniciais: E.U.A., U.R.S.S. etc.

Mero entulho gráfico nesse contexto, os pontos caíram em desuso na maioria dos casos sem que ninguém lamentasse sua morte: encontramos, por exemplo, EUA e URSS no *Grande manual de ortografia* que, atualizado pelas novas regras, saiu em 2013 com o nome do falecido Luft (Angela França assina a revisão). Nem poderia ser diferente, pois a queda dos pontos é matéria pacífica, como se constata pela leitura da imprensa tanto no Brasil quanto em Portugal.

O caso dos plurais é um pouco mais controverso. Houve um tempo, até meados do século XX, em que era comum encontrar o plural de siglas formado pela duplicação das iniciais: EE.UU. (Estados Unidos), por exemplo. Em

espanhol ainda é assim. Em português, tal convenção se mantém viva apenas em determinados contextos, como o das formas de tratamento (que também conservam os pontos): se V.A. (Vossa Alteza) vier no plural, deve-se escrever VV.AA.

Na língua do dia a dia, temos uma simplificação baseada no senso comum: o acréscimo de um *s* no fim da sigla. No entanto, isso ocorre apenas quando é necessário indicar mais de uma unidade de algo. AA (Alcoólicos Anônimos) e EUA dispensam o truque porque são entidades singulares, ainda que contenham em seu nome palavras no plural. Ou seja, já é plural aquilo que a sigla abrevia. O *s* aqui nada teria de funcional.

Mas é funcional, por exemplo, em PM (Polícia Militar ou policial militar) e CD (compact disc). Sobretudo no Brasil, tem prevalecido a convenção — endossada pelo mesmo Luft, entre outros — de que siglas que nomeiam coisas inicialmente singulares, mas numeráveis, vão para o plural com o acréscimo de um *s* minúsculo no fim: PMs, CDs etc.

Alguns gramáticos conservadores, principalmente em Portugal, consideram isso um erro e recomendam escrever "os PM" e "os CD". No entanto, a solução é funcional, como foi dito, e parece caminhar para a consagração.

turcos: por que chamamos sírios e libaneses assim?

Turco como sinônimo de árabe, especialmente sírio e libanês, é um brasileirismo informal. Revela descuido com as particularidades da cultura alheia, mas não é gratuito. Para entender sua motivação temos que embarcar numa viagem que começa na Idade Média e vai até a segunda década do século XX, marcos de nascimento e morte do Império Otomano.

Sob a liderança da dinastia otomana, os turcos da região da Anatólia chegaram a exercer sobre diversos povos vizinhos um domínio que incluía, em seu auge, não apenas o Oriente Médio, mas o norte da África e o sudeste da Europa. Em 1453 tomaram Constantinopla (hoje Istambul, maior cidade da Turquia) e decretaram o fim do Império Romano do Oriente, também conhecido como Bizantino, e para muitos historiadores o fim da Idade Média.

A decadência do Império Otomano começou no século XIX e se agravou rapidamente até sua extinção em 1922. No núcleo do ex-império foi criada então a República da Turquia. No entanto, quando começaram a chegar ao Brasil grandes levas de imigrantes árabes, sobretudo libaneses e sírios, entre o fim do século XIX e o início do XX, suas terras ainda eram dominadas pelos otomanos. Fugir da opressão turca era um dos motivos que os empurravam para o Novo Mundo, o que torna o fato de ficarem conhecidos aqui como turcos uma ironia e uma crueldade da história.

Por que isso aconteceu? A explicação óbvia está nos documentos de viagem — otomanos, pois é — que os recém-chegados traziam.

Jorge Amado e a carnavalização

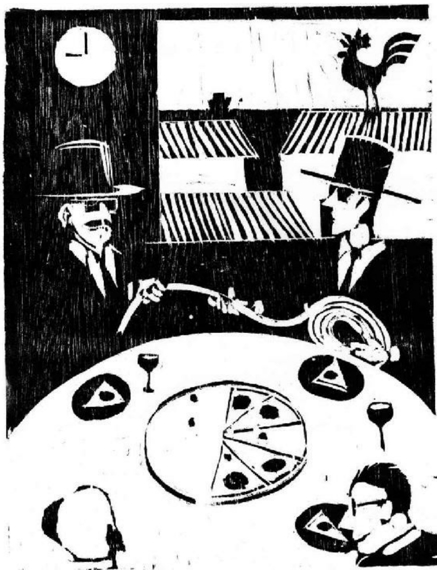
Em sua novela *A descoberta da América pelos turcos*, Jorge Amado expõe o caso assim:

> *Os primeiros a chegar do Oriente Médio traziam papéis do Império Otomano, motivo por que até os dias atuais são rotulados de turcos, a boa nação turca, uma das muitas que amalgamadas compuseram e compõem a nação brasileira.*

Ao modo festivo típico da segunda fase de sua obra, o escritor baiano, na mesma frase em que registra a inadequação vocabular — não muito diferente, como processo linguístico, daquela que transformou *paraíba* em sinônimo pejorativo de nordestino em geral — dá um jeito de assimilá-la e celebrá-la.

A “boa nação turca” não é propriamente turca, mas isso deixa de ter importância no momento em que ela se funde à “nação brasileira”, vista como capaz de dissolver esses e outros conflitos.





11
ONDE CANTOU O GALO



Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
João Cabral de Melo Neto

A origem das locuções tradicionais — expressões idiomáticas, frases feitas, ditados — apresenta desafios muitas vezes intransponíveis. É comum que esses ditos fiquem sem registro até estarem consolidados como novas unidades de sentido, quando frequentemente o sentido por trás do sentido já se perdeu.

A viagem fraseológica desta seção tem como cicerones os estudiosos que escreveram os livros clássicos da matéria (a maioria só encontrável em sebos): Luís da Câmara Cascudo, Antenor Nascentes, Antônio de Castro Lopes, João Ribeiro, Raimundo Magalhães Júnior.

Quanto aos verbetes que lidam com criações mais recentes, que os mestres não tiveram tempo de estudar — bom, neste caso a culpa é minha mesmo.

acabar em pizza

Emblema brasileiro da impunidade, *acabar em pizza* é um caso raro na fraseologia: uma expressão idiomática consagrada, usada em todo o país, já dicionarizada — e cuja história é recente o bastante para que os protagonistas sejam identificados e tenham devidamente avaliado seu papel na criação de um modismo linguístico.

A primeira parte da história é manjada. Dá conta de que o "inventor" da expressão — ou, o que é mais provável, seu primeiro propagador — foi o radialista esportivo paulistano Milton Peruzzi, um palmeirense que, entre os anos 1950 e 60, não se cansava de falar em "terminar em pizza" ou "assar uma pizza" quando queria informar a seus ouvintes que um conflito qualquer nos bastidores do clube acabara em reconciliação.

Foi só o começo. Peruzzi, até que se prove o contrário, lançou um regionalismo simpático, profundamente identificado com São Paulo (o resto do país não conhecia a expressão) e em tudo paralelo ao carioquismo *acabar em samba*. Inclusive num aspecto fundamental: a ausência de sentido político ou crítico.

Acabar em pizza ainda não era um problema. Pelo contrário, celebrava-se na expressão o suposto talento brasileiro para os desfechos festivos, a busca de convergência, o poder da amizade e outros clichês do gênero.

Foi durante a crise da deposição de Fernando Collor que a expressão se transformou no que é hoje: a mais acabada e concisa crítica ao vício nacional da acomodação e da impunidade nos momentos em que a guerra política ameaça de fato ferir os poderosos.



De Brasília para o Brasil

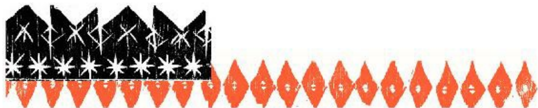
Pode-se precisar até o dia em que o duplo fenômeno — explosão de popularidade e metamorfose semântica — se deu: 31 de julho de 1992.

Foi quando uma secretária chamada Sandra Fernandes de Oliveira, paulista de Araraquara, depôs na CPI que investigava as atividades do tesoureiro de Collor, PC Farias. Sandra desmontou sozinha a chamada “Operação Uruguai”, bolada pela turma do presidente para vender à nação a mentira de que sua fortuna pessoal não provinha da corrupção, mas de um empréstimo feito no país vizinho. É impossível superestimar a importância daquele depoimento. Sem ele, talvez Collor tivesse cumprido seu mandato até o fim.

A importância linguística não é menor. “Se isso realmente acabar em pizza, como querem alguns, acho que é o fim do país”, disse a secretária ao microfone da CPI. Usava uma expressão familiar, com a qual costumava comentar com sua irmã mais velha as brigas feias — sempre seguidas de reconciliações gastronômicas — que tinha com um namorado.

Foi uma comoção. Benito Gama, presidente da CPI, repreendeu-a duramente pelo que considerou ser um exemplo de linguagem inadequada. Ulysses Guimarães, feliz da vida, saiu ecoando aquela história de pizza. O eco se espalhou pelo país por meio de incontáveis colunistas, repórteres, chargistas. O desenhista Paulo Caruso foi um dos primeiros a dar materialidade à pizzaria simbólica, desenhando um estabelecimento lotado de políticos atracados com suas fatias de massa, queijo e tomate.

O resto é história. Uma história que, uma vez conhecida, não deixa dúvida sobre os motivos de *acabar em pizza* — e não *acabar em samba*, expressão que já andou sendo defendida por alguns paladinos da cultura carioca — ter virado a febre que virou.



arranca-rabo

O pesquisador e folclorista potiguar Luís da Câmara Cascudo garante que a palavra composta *arranca-rabo* ("briga, conflito"), considerada pela maioria dos dicionários nacionais um brasileirismo, tem na verdade "proveniência portuguesa" e se enraíza numa prática existente há "mais de 3 mil anos":

> *Cortar, arrancar, decepar a cauda dos animais, notadamente os equinos, era troféu guerreiro de valia inestimável. Catorze séculos antes de Cristo, o fidalgo Amenemheb, oficial do faraó Tutmés* III, *vangloriava-se de ter, no combate de Kadesch, no Oronte, cortado a cauda da montada do rei inimigo.*

Se acabou por cair no esquecimento em Portugal, a ponto de os dicionários de lá ignorarem o verbete, a carga simbólica guerreira do arranca-rabo teria sido reavivada na cultura brasileira pelos cangaceiros:

> *Arrancar o rabo ao cavalo de sela do chefe adversário era proeza comentada. Os velhos cangaceiros, antigos e recentes, Jesuíno Brilhante, Adolfo Meia-Noite, Antônio Silvino, Lampião, pelo Nordeste, não esqueciam de infligir ao gado das fazendas depredadas o bárbaro suplício, humilhando os proprietários.*

Acrescentar algo? Entrar num arranca-rabo com Câmara Cascudo? Eu, não!



arroz de festa

A expressão *arroz de festa*, como se sabe, quer dizer sobretudo "pessoa que é vista em todas as festas". Acabou ampliada para designar quem se faz sempre presente, e não apenas em ocasiões festivas — um sinônimo de "figurinha fácil".

O papel do arroz na história é curioso: a expressão nasceu do arroz-doce. Não encontrei o *arroz de festa* propriamente dito em livros de referência sobre expressões tradicionais brasileiras, mas as pistas sobre sua origem são claras. Com o mesmo sentido de "pessoa que aparece em tudo quanto é festa", Antenor Nascentes registra uma locução antiga que vai caindo em desuso, *arroz-doce de função*.

Câmara Cascudo traz o verbete *arroz-doce de pagode*, com exemplo colhido num livro de 1920 do escritor Valdomiro Silveira: "Foi arroz-doce de quanto pagode de truz se fez pelo sertão do Tietê". Nas palavras do estudioso, isso vinha do fato de o arroz-doce ser "gulodice indispensável e preferida ao paladar português, fidalgo e plebeu, e brasileiro, desde o século XVI". Ou seja, algo que não podia faltar em festa alguma — no que se assemelhava àquele convidado infalível.

Para completar, o *Houaiss* registra "aquele que não falta a festas" como sentido figurado do próprio arroz-doce. "Peru de festa" é uma variação também presente na maioria dos dicionários.

Como faz tempo que o arroz-doce não é mais uma guloseima obrigatória em festas, compreende-se que a fórmula original da expressão vá se perdendo

na memória dos falantes, deixando em seu lugar, simplesmente, *arroz de festa*.



até aí morreu o neves

Não, a frase feita *até aí morreu o Neves* nada deve à morte, em 1985, do presidente eleito Tancredo Neves. Sendo uma expressão velha de séculos, poderia, na melhor das hipóteses, ser considerada premonitória.

O fato é que nenhum dos estudiosos da fraseologia da língua portuguesa sabe que Neves é esse. O sentido da frase é pacífico: diz-se *até aí morreu o Neves* quando se quer dizer algo como "E daí? O que você diz não traz novidade nenhuma".

Sua origem, no entanto, é um breu.

A única tese que encontrei sobre isso é do filólogo brasileiro João Ribeiro no livro *Frases feitas: Estudo conjetural de locuções, ditados e provérbios*. A hipótese vale pela ousadia de ensaiar uma explicação para algo tão obscuro.

Depois de ressalvar que "não há na história ou na lenda nenhum Neves famoso que eu conheça" e que "pode ser que [a frase] tenha origem em algum entremez, *vaudeville* ou comédia", Ribeiro apresenta o que chama de "conjetura". A de que *até aí morreu o Neves* tenha surgido como variante de outra expressão clássica da língua portuguesa, *morreu Inês* (na versão mais usada hoje, *Inês é morta*), que significa "agora é tarde demais".

Mas quem é Inês?

Inês, ao contrário de Neves, sabe-se quem é: a fidalga Inês de Castro, a "rainha morta", amante do futuro rei de Portugal d. Pedro I (não confundir com o nosso), assassinada em 1355 a mando do pai deste, d. Afonso IV.

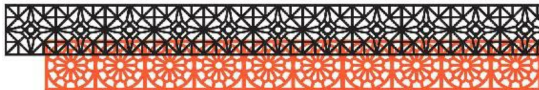
A tragédia de Inês teve por séculos uma presença gorda na literatura, na lenda e na imaginação popular. De acordo com a curiosa especulação de Ribeiro, um mal-entendido — motor clássico de invenções linguísticas — poderia ter transformado *morreu Inês* em *morreu o Neves*.

Antenor Nascentes disse que a tese de Ribeiro "não parece muito provável". Talvez tenha razão, mas prefiro ser menos categórico. O fato de ser a única disponível não recomenda descartá-la depressa demais.

bode expiatório

A expressão é empregada, como se sabe, para designar aquele que paga pelos pecados de outro, ou seja, expia-os. Ela tem origem bíblica e penetração em diversas línguas: em inglês fala-se em *scapegoat*; em francês, em *bouc émissaire*. Um sinônimo menos usado em português, registrado pelo filólogo Antenor Nascentes, é "bode emissário".

Essa ideia de emissário nos remete à origem da expressão: no Levítico (16,20-3), livro do Antigo Testamento, fala-se do costume arcaico de, no Yom Kippur, o dia da expiação, lançar sobre a cabeça de um bode vivo "todas as iniquidades dos filhos de Israel, e todos os seus delitos e pecados", para em seguida levar o bicho até o deserto e lá abandoná-lo para morrer. Esse bode, chamado Azazel, era o emissário do ritual de purificação, aquele que era enviado em missão suicida para purgar os pecados de todo um povo.



carradas de razão

O substantivo *carrada*, que hoje estaria praticamente em desuso se não tivesse vaga cativa nessa expressão, é uma palavra do século XVI formada a partir de “carro”. *Carrada* é aquilo que um carro ou carroça consegue transportar, ou seja, uma carga completa. Como se vê, *carradas de razão* é uma expressão figurada de sentido enfático. Emprega-se para dizer que alguém tem razão à beça, está cheio de razão.

Tudo indica que importamos de Portugal a expressão já pronta, mas o português brasileiro também teria os elementos para forjá-la. O viajante francês Auguste de Saint-Hilaire atestou em 1817 o uso corrente do termo *carrada* em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, como medida usada no transporte de mercadorias.

cheio de nove horas

O indivíduo *cheio de nove horas* é aquele “cheio de frescura, de manias, de idiossincrasias, de salamaleques”, numa associação que à primeira vista parece misteriosa: por que nove horas?

Bom, à segunda vista o mistério permanece. À terceira também está lá, firme.

A verdade é que seria difícil desvendá-lo sem o conhecimento de que o limite das nove horas da noite era “a hora clássica do século XIX, regulando o final das visitas, ditando o momento das despedidas”. Qualquer um que teimasse em ficar na rua depois disso poderia ser “apalpado e revistado” pela polícia, e “apenas os boêmios, notívagos impenitentes, teimavam em afrontar os perigos da noite, da polícia, dos ladrões e capoeiras esfaimados”.

Quem nos esclarece sobre o velho costume é o imprescindível Câmara Cascudo no livro *Locuções tradicionais do Brasil*. O mesmo que explica o que isso tem a ver com a expressão idiomática:

> *Criou-se no século XIX a figura sestrosa, cerimoniática, meticulosa, do Cheio de Nove Horas, criatura infalível em citar regras, restrições, limites às alegrias dos outros, memorialista dos pecados alheios, fiel*

lembrete aos códigos e regulamentações, imperativas e dispensáveis, complicando as cousas simples.

chorar pitanga

Como ocorre na maioria dos casos, nem chorando muita pitanga o estudioso conseguirá ter certeza sobre a origem dessa velha expressão. Mas algumas suposições parecem melhores que outras.

Tradicionalmente, a locução é mais encontrada em negativas enfáticas: "Nem que ele chore pitanga lhe emprestarei dinheiro". Mas pode ocorrer também em outros tipos de construção: "Você fica aí chorando pitanga em vez de agir".

Existem duas teses sobre a origem de *chorar pitanga*. A mais antiga, do filólogo oitocentista Antônio de Castro Lopes, é também, a meu ver, a mais fraca:

> *Na língua guarani o vocábulo* pitang *ou* mitang *significa menino, criança.* […] *não seria portanto de admirar que desde os tempos primitivos do descobrimento do nosso país se tivesse empregado esta frase híbrida, "chorar como pitang" (aportuguesando, pitanga), isto é, chorar como criança. No anexim há apenas a omissão da palavra* como*, que o povo por corruptela suprimiu.*





Pode ser, quem sabe? Acho mais provável, pela simplicidade, que haja verdade na tese apresentada por Luís da Câmara Cascudo em seu *Locuções tradicionais do Brasil*: a de uma variação da imemorial expressão portuguesa

chorar lágrimas de sangue, por ser "o fruto globular" parecido com uma lágrima avantajada e, como o sangue, "de linda carnação rubra".

Em resumo: *chorar pitanga* seria, numa variação poética e hiperbólica, chorar uma lágrima de sangue daquelas bem gordas.

A pitangueira é coisa nossa

Se a origem é incerta, não há dúvida de que *chorar pitanga* é um brasileirismo, uma expressão exclusiva de nosso país. Natural: a própria pitangueira (*Eugenia uniflora*) é nativa daqui e deve seu nome ao tupi *pitana* ("avermelhado"), segundo Antônio Geraldo da Cunha.

Pode-se garantir também que a expressão é antiga. Na ausência de uma data precisa, tal ideia é confirmada por Castro Lopes numa historieta incluída em seu livro *Origens de anexins*, de 1893, em que certo personagem se surpreende e desata a rir quando ouve alguém empregar a locução:

— Ah! Ah! Ah! É boa. Há muito que não ouço este anexim.

Na mira de Machado

O nome do tal livro de Castro Lopes, *Origens de anexins*, soa datado porque *anexim* virou palavra rara. Trata-se de um sinônimo antigo de "provérbio, máxima, dito popular", e está longe de ser o único aspecto antiquado da obra do erudito.

O latinista Antônio de Castro Lopes se notabilizou por ser um purista militante e uma usina quixotesca de neologismos cultos, que cunhava lá com seus botões e propunha em substituição aos inúmeros vocábulos importados do francês — idioma imperialista do momento — que circulavam então entre nós. Em suas crônicas, Machado de Assis o chamava ironicamente de "nossa Academia Francesa".

A maioria dos neologismos de Castro Lopes foi para o lixo da história, o que era previsível, pois línguas vivas não costumam se dar bem com criações de gabinete. *Cinesíforo* (chofer), *ludâmbulo* (turista), *runimol* (avalanche) e *focale* (cachecol) são alguns deles.

No entanto, o homem também marcou seus golzinhos. Certas invenções suas viraram palavras raras, mas dicionarizadas: *lucivelo* (abajur), *nasóculos* (pincenê) e *preconício* (reclame, propaganda), por exemplo. E houve até as que atingiram o estatuto pleno e glorioso de termos de uso corrente, como *cardápio* (menu) e *convescote* (piquenique).

conto do vigário

A expressão brasileira *conto do vigário*, nome de um golpe criminoso que acabou por nomear trapaças genéricas e dar origem às palavras *vigarista* e *vigarice*, não tem nada a ver com um estelionatário de batina.

O vigário entrava na história como personagem, ajudando a dar ares respeitáveis à lorota do trapaceiro. Eis como Antenor Nascentes descreve um *conto do vigário* clássico em seu *Tesouro da fraseologia brasileira*:

> *Modalidade de furto na qual o ladrão conta à futura vítima* (*o otário*) *uma história complicada de grande quantidade de dinheiro* (*originalmente entregue pelo vigário de sua freguesia*)*, ali presente dentro de um embrulho* (*o paco*)*, dinheiro este que ele deseja confiar provisoriamente, por comodidade ou necessidade, a uma pessoa honesta em troca de algum dinheiro miúdo de que precisa no momento.*

crime do colarinho branco

A história dessa expressão nasce nas primeiras décadas do século XX e passa por duas línguas. Vamos começar pelo fim: no Brasil, o fator determinante para a consagração de *crime do colarinho branco* foi o grande sucesso do apelido midiático da lei federal nº 7492, de 1986, que tem como alvo os crimes contra o

sistema financeiro.

Trata-se de uma tradução literal do inglês *white-collar crime*, expressão cunhada em 1949 pelo criminologista Edwin Sutherland para designar fraudes e outras tramoias de funcionários graduados — especialmente em instituições financeiras — que se aproveitam de sua posição para desviar dinheiro.

No entanto, nem só de crime vive o colarinho branco. Antes dessa associação, a palavra composta *colarinho-branco*, também traduzida do inglês *white-collar*, já era usada para nomear "trabalhadores assalariados ou autônomos (profissionais liberais, executivos, funcionários públicos, empregados de escritório etc.) que, dado o caráter de suas funções, se vestem geralmente com certo grau de formalidade" (*Houaiss*).

No inglês, a expressão *white-collar workers* — registrada pela primeira vez em 1919, num livro do romancista Upton Sinclair — se opõe a *blue-collar workers*, designação do pessoal de uniforme, mais mal remunerado, encarregado de trabalhos braçais.

O código de cores é bem americano: em muitas empresas dos Estados Unidos, ao longo do século XX, era comum que o nível hierárquico dos funcionários fosse indicado por jalecos brancos e azuis. O colarinho azul, contudo, não migrou para o vocabulário do português.

da água para o vinho

A expressão idiomática *mudar da água para o vinho* é encontrada tanto no Brasil quanto em Portugal. Tem origem no Evangelho de João, o único que contém o episódio das bodas de Caná, no qual Jesus transforma água em vinho depois que, numa festa de casamento, este acaba antes da hora.

Sendo assim, entende-se que a expressão tenha nascido para expressar uma transformação radical para melhor, sentido que até hoje me parece dominante:

— Nem reconheci o Orelha, está bem vestido, sorridente, até bonito. A Dedé conseguiu mudar aquele ali da água para o vinho.

Ocorre que, com o tempo, o uso costuma provocar alterações — às vezes até da água para o vinho — no sentido de palavras e expressões idiomáticas. Hoje não é raro encontrar *da água para o vinho* empregado por aí para qualificar qualquer mudança substancial, profunda, mas sem juízo de valor:

— Depois da primeira hora de exibição, o filme, que até então era uma divertida comédia, muda da água para o vinho e vira uma tragédia perturbadora.

dar trela

A expressão *dar trela*, empregada em Portugal pelo menos desde princípios do século XVI, é semanticamente próxima de *dar corda* ou *dar linha*. Tem diversos sentidos figurados ligados à ideia de conceder atenção, crédito, licença ou liberdade: deixar a conversa correr solta e longamente; dar folga; afrouxar o controle; permitir que alguém "tome confiança" etc.

O sentido literal de *dar trela* explica claramente o figurado. Sim, soa um tanto obscuro, mas apenas porque o substantivo é pouco usado hoje: trela é "tira de couro ou de metal com que se prendem os cães, sobretudo os de caça" (*Aurélio*).

Dar trela, já se vê, é conceder mais liberdade ao bicho.

fechar-se em copas

A locução *fechar-se em copas* tem duas acepções no *Houaiss*: "tornar-se silencioso, calado" e "tornar-se aborrecido, zangado". Mais precisa é a definição de Antenor Nascentes: "Não dizer o que sente, ficar calado, abster-se, guardar segredo". Basta acrescentar a isso a ideia de "sair estrategicamente de cena, retirar-se" para que a carga semântica da expressão tal como a usamos hoje fique redonda.

A origem de *fechar-se em copas* comporta alguma controvérsia, mas provavelmente está num velho jogo de cartas. Segundo Antenor Nascentes, o famoso dicionarista português Francisco Júlio de Caldas Aulete a considerava uma expressão tirada do voltarete, jogo de baralho em voga no século XIX.

A tese da expressão oriunda da mesa de jogo soa mais plausível do que sua alternativa, que Nascentes expõe assim: “Há quem julgue corruptela de *meter-se nas encóspias*. Encóspias, peças com que os sapateiros alargam as botas quando lhes põem a sola, é palavra menos conhecida; daí a substituição”.

fim da picada

Embora a origem precisa de *fim da picada*, como a da maioria das expressões idiomáticas, esteja envolta em brumas, pode-se afirmar com segurança que a *picada* em questão é a trilha aberta no mato a golpes de facão, que *pica* árvores, galhos e folhas para abrir caminho. Nada tem a ver, como alguns imaginam, com a gíria *pico*, a agulhada dos usuários de drogas injetáveis.

A picada combina mesmo é com o ambiente rural e a simplicidade das imagens (pau, pedra, toco, caco de vidro, sol) que Tom Jobim colecionou em sua clássica canção “Águas de março”:

É a lenha, é o dia, é o fim da picada
É a garrafa de cana, o estilhaço na estrada

Curiosamente, os principais dicionários brasileiros dão pouca atenção a *fim da picada*, uma expressão onipresente e usada até por Carlos Drummond de Andrade. No *Houaiss* e no *Aurélio*, a locução aparece no pé do verbete *fim*, como variante de *ser o fim*.

É este *ser o fim* que o *Aurélio* — multiplicando-se em palavras para tentar dar conta de uma expressão-ônibus, que tem sentido necessariamente difuso — define como “ser (uma coisa) extremamente desagradável, imprudente, penosa, absurda etc.; ser (alguém) muito desagradável, exigente, inconveniente, mal-educado, desonesto, burro, chato etc.”.

Bem superior é a solução do dicionário da Academia das Ciências de Lisboa, que arquiva a expressão idiomática *ser o fim da picada* na gaveta do verbete *picada* e a define simplesmente como "ser o limite extremo do que se considera admissível ou tolerável".

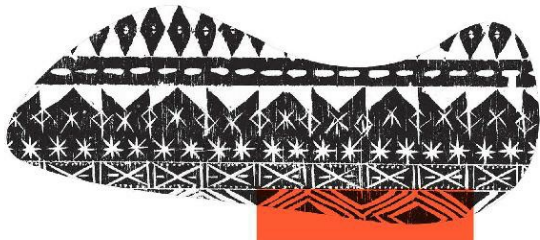
Pois. O fim da picada nada mais é que o fim da linha, o ponto além do qual já não se pode ou não se admite avançar.

gatos pingados

"Quando finalmente começou o espetáculo, só havia na plateia uns gatos pingados."

Expressão de imensa popularidade, *gatos pingados* como sinônimo de *poucas pessoas* tem origem incerta, perdida no tempo. Isso costuma abrir a porta para teses mirabolantes, como veremos. Quem quiser que as compre.

Acho mais razoável supor que a expressão se referisse em sua origem a gatos torturados com pingos de óleo fervente, prática que nunca foi rara em Portugal, no Brasil e num grande número de países de diversas línguas.



Note-se que uma das acepções do verbo *pingar*, hoje em desuso, era

justamente “supliciar, deixando cair sobre o corpo pingos de um líquido fervente” (*Houaiss*). Pingavam-se escravos. Pingavam-se gatos. Pingavam-se outros animais também, a depender do gosto doentio do freguês, mas a espécie felina ocupa desde a antiguidade o posto de vítima preferencial do sadismo humano — pelo menos entre os quadrúpedes, uma vez que seria difícil tirar do próprio homem o primeiro lugar nessa disputa.

Para dar conta do sentido de *gato pingado* (que alguns dicionaristas registram como palavra composta, *gato-pingado*) como “membro de um conjunto de poucas pessoas”, basta levar em conta o fato de que gatos torturados ficam arredios, avessos ao contato humano. Esgueiram-se solitários pelos cantos, tentando se fazer invisíveis.

Como diz aquele ditado que é mais uma criação popular de tema felino, “gato escaldado [isto é, queimado com água fervente] tem medo [até] de água fria”. É possível ainda que a ideia de escassez associada figurativamente ao verbo *pingar* tenha atuado como reforço.

A origem da acepção lusitana de *gato-pingado* como “agente funerário” permanece misteriosa, mas talvez não seja descabido relacioná-la ao preconceito social contra profissionais que, por lidarem com a morte, estariam condenados ao ostracismo.

Gato escondido, rabo de fora

Circula por aí a seguinte história rocambolesca, citada até pelo sério site lusitano Ciberdúvidas da Língua Portuguesa:

> *No Japão existiria uma tortura que consistia em despejar pingos de óleo fervente sobre a pele de um infeliz. Os recipientes de onde se despejava o óleo tinham a requintada forma de gatos, num toque decorativo tão oriental. Eram os gatos “pingados”.*

Em outro endereço do bazar internético encontramos o endosso à tese da tortura japonesa acompanhado do passo que faltava para chegar ao sentido de *gatos pingados* como conjunto de poucas pessoas: “Como o suplício tinha uma assistência reduzida, tal era a crueldade, a expressão *gatos pingados* passou a denominar pequena assistência sem entusiasmo ou curiosidade para qualquer evento”.

É verdade? Nunca se sabe. No entanto, sem a citação de uma fonte sequer — e sem a tentativa de explicar como uma tortura japonesa teria penetrado tão resolutamente na língua portuguesa, e apenas nela! — fica difícil conter o ceticismo.

Toques exóticos e rebuscados como recipientes de óleo com "requintada forma de gatos" costumam denunciar o falso etimologista tão inapelavelmente quanto o rabo de fora denuncia o gato escondido. Isso se dá sobretudo quando o elemento pitoresco, ao suprir um dos elos lógicos do raciocínio (por que gatos?), mascara uma possibilidade bem mais sensata.

lavagem de dinheiro

Lavagem de dinheiro é uma tradução da expressão inglesa *money laundering* que começou a circular no Brasil nos anos 1970. Tudo indica que em sua origem havia uma associação metafórica simples: a ideia de legalizar — ou seja, limpar — o dinheiro ilegal, sujo.

Em Portugal se diz *branqueamento de capitais*, tradução da expressão francesa *blanchiment de capitaux*, que tem o mesmo sentido.

A lenda é melhor

Uma história saborosa, mas provavelmente furada, dá conta de que *money laundering* surgiu nos Estados Unidos na época da Lei Seca (1920-33), quando o comércio clandestino de bebidas alcoólicas, vendidas dose a dose, fazia girar um grande número de moedas.

Como forma de legalizar as montanhas de dinheiro metálico, o crime organizado teria investido em redes de lavanderias, que também trabalhavam com moedas. Ou seja: *money laundering* seria uma expressão ao mesmo tempo figurada e literal.

Interessante, não? O que a tese das lavanderias nas mãos de criminosos

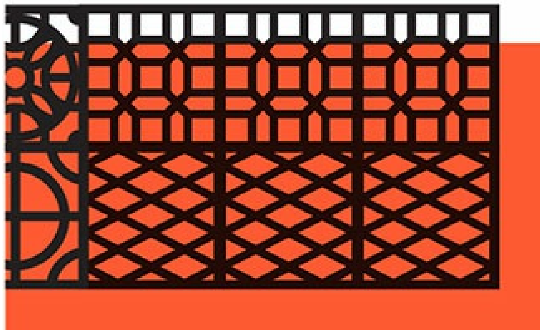
esconde, como costumam fazer as lendas, é justamente o que a desqualifica: o fato de que o primeiro registro da expressão na imprensa americana só ocorreria décadas mais tarde, em 1961, segundo o dicionário etimológico de Douglas Harper.

Como explicar tanta demora? A mesma fonte anota que apenas em 1973, com o escândalo de Watergate, *money laundering* veio a se tornar uma expressão de uso disseminado.

mico!

— Ai, pai, que mico!

Uma das gírias preferidas dos adolescentes brasileiros desde fins do século XX — permanência que explica o fato de não ser exclusiva dos adolescentes — tem seu aspecto curioso menos na origem do que no desenvolvimento semântico que levou o macaquinho de rabo comprido a significar "situação embaraçosa ou vexatória" (*Aurélio*).



Dicionarizada pela primeira vez em 1789, a palavra *mico* foi importada do espanhol *mico*, que já contava então com dois séculos de existência. Tivera como matriz um termo indígena caribenho, *meku* ou *miko*, que designava uma espécie de primata pequeno, ou seja, um mico mesmo, segundo o filólogo Joan Corominas.

Reconstruir a passagem da acepção zoológica ao sentido informal de "vexame" envolve algum risco, mas tudo indica que o *Houaiss* está certo ao identificar como passo intermediário o mico-preto do velho jogo de cartas infantil.

Mico Preto começou sua carreira como marca registrada. Nesse jogo perde quem, no fim, tem na mão a carta do macaquinho. Fez tanto sucesso que virou substantivo comum e acabou dando num verbo informal de ampla circulação, *micar*, que significa ficar com um título ou propriedade que já não tem aceitação no mercado e também, por extensão, simplesmente fracassar.

O passo seguinte na formação semântica da gíria seria ligado à vergonha de terminar o jogo com o mico na mão. Conexão hipotética, mas bastante provável. Quem jogou sabe: todo mundo morria de rir do coitado.

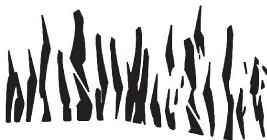
outros quinhentos

Outros quinhentos, ou seja, "outra história, outro assunto, algo não relacionado ao debate atual", é uma expressão curiosa. Que número é esse? E a que unidades se refere?

Câmara Cascudo vai buscar sua origem no português medieval. Tudo teria começado com um costume jurídico então vigente na Península Ibérica: fixar em quinhentos soldos (moeda antiga) a indenização que um agressor condenado pagava por injúria. Para tanto, porém, era necessário que o ofendido fosse um membro da nobreza.

Como escreve o autor, "a partir do século XIII os fidalgos de linhagem na Península Ibérica podiam requerer satisfação de qualquer injúria, sendo condenado o agressor em quinhentos soldos. Quem não pertencesse a essa hierarquia alcançava apenas trezentos".

A discriminação social é curiosa, mas não vem ao caso. O surgimento da expressão popular prende-se ao fato de que, condenado uma vez a desembolsar quinhentinhos, o agressor poderia incorrer na mesma pena de novo, caso voltasse a insultar a vítima. Nas palavras saborosas de Câmara Cascudo: “Compreende-se que outra qualquer vilta, vitupério sem razão, posterior à multa cobrada, não seria incluída na primeira. Matéria para novo julgamento. Outra culpa. Outro dever. Seriam, evidentemente, outros quinhentos”.



ouvir cantar o galo

O galo, dizem, cantou no Rio de Janeiro colonial, provavelmente numa madrugada da segunda metade do século XVIII. Consta que era um galo de briga, um campeão famoso pela eficiência com que estraçalhava os adversários na rinha, então situada no Campo de Santana. A memória dos homens não registrou o nome do bicho, mas seu dono seria um certo Mestre Malaquias, alfaiate de renome.

Quem conta a história é o filólogo brasileiro Antônio de Castro Lopes em seu livro *Origens de anexins*. Um dia, o campeão da rinha desapareceu, deixando o alfaiate “triste, saudoso e acabrunhado”. A um aprendiz chamado Braz, que morava com ele, Malaquias chegou a prometer recompensa equivalente a um ano de salário se encontrasse o bicho. Uma madrugada, o tal Braz acordou o patrão. Estava agitado. Segue a narrativa:

> *— Sô mestre, eu ouvi cantar o galo.*
>
> *— Hein? — disse Malaquias, levantando-se, porque já estava amanhecendo o dia. — Mas onde está, onde está? — perguntou cheio de alegria.*
>
> *— Eu ouvi cantar o galo — responde o aprendiz —, mas não sei onde.*

Além de ser demitido no ato, o pobre Braz viu sua patetice dar origem a um dito popular que, nas corretas palavras do autor, é "aplicável aos que, referindo ou querendo explicar os fatos, ignoram as circunstâncias indispensáveis e essenciais".

E quem quiser que conte outra.

Um cacarejo distante

A tese do galo de Malaquias soa vaga e romântica, mas é a única disponível sobre a origem dessa frase feita tão presente no português brasileiro. O fato de Castro Lopes tê-la registrado em fins do século XIX — no meio do caminho entre nosso tempo e o passado nebuloso em que o galo teria cantado pela primeira vez — garante-lhe algum valor. Se a história não foi exatamente assim, parece ter sido essa, pelo menos, a história sobre a história que corria de boca em boca.

No caso de expressões idiomáticas, isso é muitas vezes o máximo que se pode ambicionar.

para inglês ver

Não existe uma explicação acima de controvérsia para a expressão *para inglês ver* ("só para constar, para enganar incautos, sem efeito real"). A mais aceita foi apresentada por João Ribeiro em seu livro *A língua nacional.* Diz que no tempo do Império as autoridades brasileiras, fingindo ceder às pressões da Inglaterra, tomaram providências de mentirinha para combater o tráfico de escravos — um combate que nunca houve, que era encenado *para inglês ver*.

Antenor Nascentes enumera outras teses. Uma delas (de Mário Sette) diz respeito aos trajes de linho que os ingleses usavam em Pernambuco, diferentes dos de casimira preferidos pela população local — o que levava certos brasileiros

gozadores, sempre que viam um nativo trajando linho, a dizer que ele só se vestia assim *para inglês ver*.

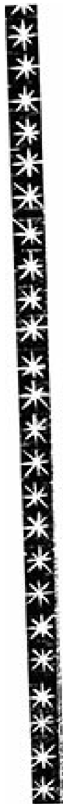
Fico com João Ribeiro.

O que faz d. João VI no tombadilho?

Entre as teses enumeradas por Nascentes, a mais rica em detalhes — provavelmente rica demais para ser levada a sério, mas o estudioso anota que Gilberto Freyre e Afonso Arinos lhe deram crédito — é apresentada por Pereira da Costa em seu *Vocabulário pernambucano*:

> *Tocando na Bahia na tarde de 22 de janeiro de 1808 a esquadra que conduzia de Lisboa para o Rio de Janeiro a fugitiva família real portuguesa, e não desembarcando ninguém pelo adiantado da hora, à noite, a geral iluminação da cidade, acompanhando-a em todas as suas sinuosidades, apresentava um deslumbrante aspecto. D. João, ao contemplar do tombadilho da nau capitânia tão belo espetáculo, exclama radiante de alegria, voltando-se para a gente da corte que o rodeava: "Está bem bom para o inglês ver", indicando com um gesto o lugar em que fundeava a nau* Bedford*, da Marinha de guerra britânica, sob a chefia do almirante Jervis, de comboio à frota real portuguesa.*

pé na jaca







Pode-se afirmar com certeza quase absoluta que uma expressão idiomática quase esquecida, *meter o pé no jacá* (ou *estar com o pé no jacá*), está na origem de *meter o pé na jaca* — que, como se sabe, significa em primeiro lugar "passar do ponto na bebida, tomar um porre", embora sua carga semântica tenha se ampliado para abarcar tipos não alcoólicos de excesso e desregramento.

Pois é: tudo indica que a jaca, fruto da jaqueira, entrou nessa história como mal-entendido, por mera semelhança sonora. O fato é que entrou e vai ser difícil tirá-la de lá, mesmo porque o *pé na jaca* é hoje dominante — e pouca gente sabe o que é *jacá*.

Jacá, do tupi *aya'ka*, é "cesto trançado de taquara ou cipó" (*Houaiss*). A origem de idiomatismos raramente é assunto pacífico, mas neste caso as teses não costumam diferir muito da que é exposta pelo músico Henrique Cazes em seu livro *Suíte gargalhadas*, reunião de historietas reais protagonizadas por personagens da música popular brasileira:

> *A origem dessa denominação do pileque remonta aos tempos em que os bares tinham, na parte da frente, cestos com frutas e legumes. Era o modelo botequim-quitanda. E era nos cestos de palha, chamados jacás, que ficavam os artigos à venda. Quando alguém bebia demais, ao sair, enfiava o pé no jacá.*

A relativa obscuridade em que mergulhou a palavra *jacá* bastaria para explicar a metamorfose ocorrida desde então. Mesmo assim, registre-se que a imagem de um pé enfiado numa jaca gorda e visguenta, com seu cheiro nauseante, é expressiva à beça. Se a fruta é fruto de um mal-entendido, bendito seja.

pino (a pino)

O *pino* da expressão *sol a pino* é simplesmente o ponto mais

elevado do sol, o zênite, acepção que deu por extensão na de ponto mais alto em geral, auge, cume. A curiosidade relacionada a essa palavra não está em sua acepção de zênite, empregada de forma simplesmente literal na expressão *sol a pino*, e sim na origem. Trata-se de um termo oriundo do latim *pinus*, "pinheiro".

Estamos diante de uma expansão de sentido metafórica: o vocábulo nascido para nomear uma árvore ereta e delgada passou a designar "qualquer objeto longo e reto" e também, pela grande altura do pinheiro, a servir de referência para aquilo que se ergue muito acima do chão. O verbo *empinar* tem a mesma origem.

Para adicionar um pouco de poesia (etimológica) à explicação: *sol a pino* é nada mais que um sol empinado.

pôr a mão no fogo

Luís da Câmara Cascudo liga a expressão *pôr a mão no fogo* a uma tortura medieval — ou não propriamente uma tortura, em sua intenção declarada, mas uma prova a que se submetiam os réus, embora o resultado terminasse sendo o mesmo:

> *Quem alegava inocência submetia-se a pegar numa barra de ferro aquecida ao rubro e caminhar com ela na mão por alguns metros. Envolvia-se a mão em estopa, selada com cera, e três dias depois abria-se a atadura. Se a mão estivesse ilesa, sem sinal de queimadura, era evidente e provada a inocência. Se tivesse queimadura, provada estava a culpabilidade e era imediata a punição pela forca.*



O maior requinte de crueldade dessa prática medieval — uma entre tantas numa época especialmente imaginosa na indução de sofrimentos atrozes — era, claro, o fato de que todos os que a ela se submetiam saíam queimados. O fogo (ou o ferro em brasa) não faz distinção entre inocentes e culpados.

De todo modo, o pesquisador cita o caso famoso de uma senhora portuguesa chamada Marina, "esposa de Estêvão Gontines", que em 1324, acusada de adultério, teria conseguido agarrar o ferro em brasa sem nada sofrer. Ou assim corria a lenda, que no século XIX viria a inspirar o romance *Balio de Leça*, do escritor português Arnaldo Gama.

Firmada desse modo a associação entre a inocência e a blindagem contra queimaduras, foi preciso apenas ampliar um pouco o sentido da expressão. A ausência de culpa própria se estendeu à ausência de culpa alheia, e *pôr a mão no fogo* por alguém passou a ser uma forma de protestar confiança cega na inocência ou nas boas intenções de tal pessoa.

por um triz

Não é pacífica a origem da palavra *triz*, que significa "quase nada, algo ínfimo, insignificante", mas a tese mais aceita vai buscá-la no grego *thríks*, "fio de cabelo".

É nisso que apostava, por exemplo, o filólogo português José Pedro Machado. A semelhança semântica entre as locuções *por um triz* e *por um fio* reforça a hipótese.

pra cachorro (e pra burro)



Pra cachorro, locução adverbial genuinamente brasileira que significa “muito, em grande quantidade ou com grande intensidade”, chama a atenção pela ausência nos clássicos da nossa fraseologia.

A aridez bibliográfica nos deixa a princípio no mato sem cachorro — para permanecer no campo das expressões idiomáticas. Cheguei a considerar a possibilidade de estarmos diante de um eufemismo, com *cachorro* tomando o lugar de um palavrão, como ocorre em *pra caramba*, de sentido idêntico.

Não convém descartar por completo a hipótese eufemística, mas ela perde força quando levamos em conta uma expressão sinônima: *pra burro*. Nesta, que é pelo menos tão difundida quanto *pra cachorro*, o nome do animal de carga não parece substituir palavrão nenhum.

Na verdade, o cachorro e o burro são apenas dois elementos num padrão popular com grande número de variações: outros exemplos, entre tantos, são *pra danar*, *pra dedéu*, *pra cacete* e até (como aprendo no *Dicionário do Nordeste* de Fred Navarro) *pra peste*. O que pode sugerir uma formação meramente expressiva em que *cachorro*, como *dedéu*, tenha algo de gratuito. Será perda de tempo procurar dar conta de seu sentido?

Acredito que não. Encontro a hipótese que finalmente me parece satisfatória para explicar *bom pra cachorro* numa dissertação acadêmica do linguista Fabiano Santos Saito, da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), sob o título nada atraente de *Algumas expressões idiomáticas hiperbólicas do português brasileiro e suas relações com os frames de avaliação e massa quantificada*.

A tese favorecida por Saito, que tem a vantagem de explicar tanto o cachorro quanto o burro, é a de que o sentido de “em grande quantidade” brotou na cultura rural brasileira da ideia de uma grande quantidade de comida, um excesso, uma sobra da qual até os animais da casa se beneficiavam.

Ou seja, *comida pra cachorro* e *comida pra burro* poderiam ser desdobradas como “comida que sobrou para cachorro comer” e “comida que sobrou para burro comer”. Desse núcleo, pela ideia de fartura, o sentido da expressão teria se expandido para muito além da mesa.

sair à francesa

Sair à francesa é uma locução que, como se sabe, significa “ir embora (tipicamente, de algum evento social) sem se despedir de ninguém e com a maior discrição possível, tentando não se fazer notar”. A parte curiosa da história é o fato de, na França, a locução que expressa tal ação ser *filer à l’anglaise*, isto é, “sair à inglesa”. Afinal, são os franceses ou os ingleses que costumam ir embora de festas discretamente ou mesmo, para o gosto de alguns, de forma rude?

Antenor Nascentes garante que tudo começou com o espanto dos franceses diante dos hábitos menos cerimoniosos adotados do outro lado do Canal da Mancha. “O inglês é um povo prático; dispensa cerimônias”, anota o filólogo brasileiro. Segundo ele, o espanto dos franceses com a saída *à l’anglaise* não demorou a virar fascínio, como é típico da relação de amor e ódio entre aqueles dois países: “Este costume inglês […] foi moda em França no século XVIII e da França passou a outras nações”.

Teria surgido assim o deslocamento geográfico que deu origem à nossa locução *sair à francesa.*

sete chaves

As chaves que garantem a máxima segurança, segundo o dito popular, são sete porque este é um número especial, associado desde a antiguidade com o misticismo, a magia, a transcendência, a sabedoria superior.

As chaves são sete como sete são as maravilhas do mundo antigo e as maravilhas do mundo moderno, os dias do Gênesis, os sábios da Grécia, os pecados capitais, as cabeças da Hidra, os anões da Branca de Neve, as vidas do gato, as léguas da bota etc.

Ou seriam quatro?

Seduzida pelo sete desde tempos imemoriais, a imaginação popular pode ter dado um jeito de engordar um pouquinho o número de chaves para tornar mais expressiva a locução. Há indícios de que a princípio, no português medieval, dizia-se *trancado/guardado a quatro chaves*. É o que nos conta Câmara Cascudo:

> *As arcas de segredo, destinadas a guardar documentos, ouro, joias, desde o século XIII em Portugal, eram de madeira sólida e com quatro fechaduras de ferro. Cada chave competia a um alto funcionário, às vezes o próprio rei pertencia ao número dos chaveiros. Seria possível abri-la somente com a presença e a colaboração dos quatro claviculários.*

Pode ser que as tais arcas de quatro chaves tenham tido mesmo algum papel na formação da expressão portuguesa. No entanto, referências a *sete chaves* existem em relatos populares de fundo mágico de diversos países.



tim-tim por tim-tim

A interjeição *tim-tim* (grafia francamente ridícula que o Acordo Ortográfico instituiu em substituição a *tintim*, que lástima) e a locução adverbial *tim-tim por tim-tim* (idem) têm em comum apenas o fato de serem onomatopeias, isto é, imitações de sons naturais.

Que sons? No caso da interjeição, o ruído de copos se chocando. No da locução adverbial, o tilintar de moedas.

Mas o que moedas têm a ver com *tim-tim por tim-tim*, que significa "minuciosamente, nos mínimos detalhes"? Em fins do século XIX, Castro Lopes expôs a seguinte tese, que seria acolhida por João Ribeiro, Antenor Nascentes e a maioria dos estudiosos de expressões populares (releve-se a grafia *tentim*, caída em desuso):

> *Quem conta uma história ou narra um acontecimento tentim por tentim, faz como o que conta dinheiro de ouro ou prata, moeda por moeda; as quais, à medida que vão caindo umas sobre as outras, vão produzindo um som semelhante a estes monossílabos tim, tim; tim tim.*

Ou seja: quem conta uma história *tim-tim por tim-tim* o faz com vagar e cuidado, como se contasse moedas, sem deixar escapar nenhuma.

Outras teses

O tilintar de moedas como explicação para *tim-tim por tim-tim* é só uma tese. Plausível, mas não comprovada.



O próprio Castro Lopes oferece uma explicação alternativa, deixando no ar que por esta se inclinam suas simpatias: a de que tudo teria começado no advérbio latino *pedetentim* ("pé ante pé, de mansinho").

E há quem derive a interjeição *tim-tim* de *tsing-tsing*, expressão de idêntico

sentido, isto é, também onomatopaica, mas oriunda do inglês *pidgin* falado na China. Convenhamos que soa um tanto viajante.

vaquinha

Como nasceu fazer uma vaquinha, expressão idiomática de sucesso que significa, como se sabe, “recolher contribuições em dinheiro para totalizar determinada quantia”?

Um dia, diante da pergunta enviada por um leitor e surpreendido pelo silêncio de dicionaristas e estudiosos de ditos populares, arrisquei pôr de pé uma teoria que me pareceu engenhosa.

Era furada — como veremos. Conto a história desse fracasso porque ela me parece ilustrativa das armadilhas que aguardam os investigadores de expressões idiomáticas.

Partindo de duas acepções populares brasileiras para *vaca*, ambas dicionarizadas, cheguei à seguinte hipótese: tudo teria começado com a vaca do jogo do bicho (que inclui a dezena 00), origem provável da gíria carioca *vaca* como apelido da velha nota de cem cruzeiros.

A princípio restrita ao Rio de Janeiro, mas nascida num tempo em que a então capital federal exportava moda para todo o país, a vaca logo teria se tornado sinônimo informal de dinheiro e, antes de cair em desuso (juntamente com a nota), deixado sua marca na expressão *fazer uma vaquinha* — na origem, segundo minha tese, “juntar cem cruzeiros”.

Poderia fazer sentido se a vaquinha fosse uma instituição brasileira, e não, como descobri depois, internacional.

Pecuária pecuniária

Na velocidade da internet, minha satisfação com a teoria da nota de cem

cruzeiros durou menos de um dia. Só até outros leitores me escreverem para informar que o mesmo animal desempenha papel semelhante em espanhol.

De fato, o dicionário da Real Academia Espanhola registra como corrente na América Central, na Colômbia, no México, no Uruguai e na Venezuela a acepção de *vaca* como “dinheiro que se reúne entre várias pessoas para compartilhar determinado gasto”. E parece que isso não ocorre só no espanhol americano: houve quem me escrevesse de Barcelona para dizer que lá a palavra *vaca* também carrega tal sentido. Como é evidente, sem jogo do bicho e sem nota de cem cruzeiros.

Adeus, minha tese bonitinha, tão rapidamente avacalhada!

A *vaquinha* permanece misteriosa, mas de agora em diante convém direcionar a investigação para o que podem ter em comum o português e o espanhol. O latim, por exemplo.

A palavra latina que significava “gado, rebanho”, *pecu*, ganhou por extensão o sentido de “dinheiro” — ideia que, se hoje parece estranha, era natural num tempo pastoril em que a riqueza de uma pessoa se media pelo número de cabeças de gado que possuía.

Tal relação deixou marcas em diversas línguas ocidentais e está por trás da semelhança entre as palavras *pecuária* e *pecuniário*, por exemplo. Não é ainda toda a explicação para o surgimento de *fazer uma vaquinha*, mas parece provável que dessa vez estejamos pelo menos no pasto certo.

ver navios

É pacífico que a expressão *ficar a ver navios*, que significa “não obter o que esperava” (*Houaiss*), surgiu em Portugal, como indica a construção *a ver*. No português brasileiro, a mesma ideia seria mais provavelmente expressa por *vendo*.

No mais, a expressão tem a origem nebulosa dos ditos antigos. Como um navio que azula no horizonte.

Luís da Câmara Cascudo apresenta duas teses sobre *a ver navios*. A primeira é uma referência “à lenda do rico Pedro Sem, mercador no Porto, cujos barcos naufragaram à sua vista quando desafiava Deus a fazê-lo pobre”. No entanto, a hipótese que mais agrada ao estudioso — e também a mim — é a que faz da expressão mais um dos filhotes culturais do Sebastianismo, a velha crença popular (tanto lusitana quanto brasileira) na volta triunfal de d. Sebastião, o rei de Portugal que morreu jovem na batalha de Alcácer-Quibir em 1578:

> *Creio mais lógico constituir referência aos sebastianistas que iam ao Alto de Santa Catarina, em Lisboa, esperar a vinda da nau que traria o “Encoberto”. “Está a ver navios no Alto de Santa Catarina!” era a imagem desses devotos, teimosos e fiéis ao rei.*

virar casaca

Embora esteja consagrada no vocabulário esportivo, *virar casaca* (“trocar de time, bandear-se para o inimigo”) é uma expressão anterior à existência do futebol. É no campo da política que está sua origem, como comentário mordaz sobre a versatilidade oportunista que leva algumas pessoas a mudar de convicção ao sabor das conveniências.

Tudo indica que importamos a locução do francês *tourner casaque*, “mudar de partido político”. Subentende-se aí a referência às cores de cada partido estampadas nas vestes do correligionário, claro. Mas por que se diz *virar* e não, simplesmente, *trocar de casaca*?

Aí é que está a graça. Segundo a enciclopédia *Larousse*, porque aqueles que “tinham tomado a precaução de forrá-la com as cores do partido inimigo” só precisavam, na hora do aperto, virar a casaca do avesso.

O primeiro virador?

Câmara Cascudo acrescenta a esse quadro, sem depositar muitas fichas na veracidade da informação, a história do rei da Sardenha que teria dado origem — ou pelo menos publicidade — à expressão: “Contam que Carlos Emanuel III de Savoia, defendendo seu ameaçado patrimônio territorial, aliava-se aos

franceses ou aos espanhóis, conforme a utilidade, usando alternadamente as cores nacionais desses países em sua casaca de gala”.








AGUARDENTE DE CANA
"FORALL"
IND. BRAS. DESDE 1500

12
A ORIGEM MENTIROSA DAS PALAVRAS



Nessa época que os sábios não ensinam,
A pedra dura, os montes argilosos
Criariam feixes de cordões nervosos
E o neuroplasma dos que raciocinam!
Augusto dos Anjos

"Se a lenda é mais saborosa que a verdade, publique-se a lenda.” Eis uma máxima adequada a quem vê graça em jogar tênis sem rede.

Sempre existiram lendas etimológicas, histórias engraçadinhas e desprovidas de fundamento sobre a origem de palavras e expressões. No entanto, a internet, com sua facilidade de publicação e compartilhamento, inaugurou uma era de ouro do besteirol.

Embora certas bobagens sejam tão difundidas que acabem reproduzidas em livrinhos de divulgação da matéria, é no meio eletrônico que “etimologistas” amadores dão uma circulação inédita a velhas lendas. Ou criam novas. A brincadeira pode ser menos inocente do que parece.

aguardente, a mais idiota das lendas

Circula pela internet, num número alarmante de páginas, uma história sobre a origem da cachaça — e das palavras *aguardente* e *pinga* — que exala um bafo de falsidade perceptível a quilômetros de distância. Desmascará-la é um serviço de utilidade pública, e não apenas em nome da etimologia. Seu sucesso se deve tanto à ignorância sobre questões de linguagem quanto — o que é bem pior — ao apelo insidioso de uma visão do Brasil que tem raízes no paternalismo racista da casa-grande diante da senzala.

A lenda

> *Antigamente, no Brasil, para se ter melado, os escravos colocavam o caldo da cana-de-açúcar em um tacho e levavam ao fogo. Não podiam parar de mexer até que uma consistência cremosa surgisse. Porém, um dia, cansados de tanto mexer e com serviços ainda por terminar, os escravos simplesmente pararam e o melado desandou! O que fazer agora?*
>
> *A saída que encontraram foi guardar o melado longe das vistas do feitor. No dia seguinte, encontraram o melado azedo* (*fermentado*). *Não pensaram duas vezes e misturaram o tal melado azedo com o novo e levaram os dois ao fogo. Resultado: o "azedo" do melado antigo era álcool, que aos poucos foi evaporando e formou no teto do engenho umas goteiras que pingavam constantemente: era a cachaça já formada que pingava, por isso o nome* (PINGA).
>
> *Quando a pinga batia nas suas costas marcadas com as chibatadas dos feitores ardia muito, por isso deram o nome de* ÁGUA ARDENTE. *Caindo em seus rostos e escorrendo até a boca, os escravos perceberam que, com a tal goteira, ficavam alegres e com vontade de dançar. E sempre que queriam ficar alegres repetiam o processo.*

Hoje, como todos sabem, a AGUARDENTE *é símbolo nacional!*

O textinho é apócrifo. A maioria das páginas em que aparece o atribuem ao Museu do Homem do Nordeste, do Recife. Isso é só mais uma de suas mentiras, como já esclareceu num fórum internético a coordenadora geral da instituição, Vânia Brayner:

> *Caros, sinto informar-lhes que esta história nunca foi contada pelo Museu do Homem do Nordeste, em nenhum de seus escritos, exposições ou qualquer documento. Nós, que fazemos o Museu do Homem do Nordeste, estamos numa verdadeira saga na internet tentando descobrir de onde saiu essa história... do Museu, tenham certeza, não foi.*

Os furos

Comecemos pelas inconsistências históricas. A aguardente (coisa e palavra) já existia quando se começou a fabricar cachaça no Brasil. A data precisa é incerta, mas, embora a destilação já fosse conhecida na antiguidade, pesquisas situam o início da destilação de álcool em torno do século XII. Por mais que se aprecie a contribuição nacional à cultura da aguardente, o fato é que seu surgimento deve tanto à cana-de-açúcar quanto a invenção da televisão deve a Roberto Marinho.

Os primeiros registros do vocábulo *aguardente* em português datam do século XV, antes de Cabral pisar aqui. Em espanhol, *aguardiente* era termo usado desde 1406. Até hoje um dicionário como o da Academia das Ciências de Lisboa informa que essa bebida é obtida pela "destilação do vinho, do bagaço de uvas, de cereais, ou de outro produto vegetal doce". Nossa cana não ganha nem citação nominal, ofuscada pela bagaceira.

O latim medieval *aqua vitae* ("água da vida"), nome que os alquimistas davam à aguardente e que teve descendentes em diversos idiomas, pode ter tido uma participação na formação do vocábulo, mas o sentido literal de *aguardente* está mais próximo do holandês *vuurwater*, "água de fogo". O fato é que a ligação entre álcool e água aparece em inúmeras culturas (as palavras *vodca* e *uísque* também compartilham essa ideia), o que torna difícil dizer como começou.

Já o termo *pinga*, outro cuja etimologia o texto finge iluminar, surgiu muito tempo depois, registrado pela primeira vez em 1813. A princípio tinha a acepção de "gole, trago" — por meio da ideia de algo que apenas se pinga no copo, em

pequeno volume — e só depois, por extensão, virou sinônimo de cachaça.

(A propósito, a etimologia da própria palavra *cachaça*, termo existente desde o século XVII, destaca-se nessa bobajada pela ausência. Ótimo pretexto para passarmos ao largo dela: mais do que obscura, ela é um cipoal de teses antagônicas do qual me parece impossível destilar uma gota de consenso.)

A perversidade

Expostos os erros históricos, fica mais fácil perceber no textinho em questão aquele rebuscamento desnecessário da etimologia fantasiosa.

Se a aguardente arde na garganta, e como arde, por que imaginá-la irritando feridas abertas por chicotadas?

Se a pingamos no copo, por que descrevê-la pingando do teto após uma estranhíssima evaporação acidental?

Simples: porque assim temos um retrato perverso do Brasil, essa terra inocente onde a aguardente foi descoberta por puro acaso, como se o mundo tivesse acabado de começar, e onde escravos retratados como preguiçosos, desleixados, trapaceiros e — claro — cachaceiros compensavam tantos defeitos com sua musicalidade inata de bons selvagens: ai, que "vontade de dançar"!

Vai ser difícil tirar dessa aí o título de lenda etimológica mais idiota de todos os tempos.



"aluno" não quer dizer
"sem luz"

Aluno é uma palavra de origem latina que significa SEM LUZ. *Pedagogicamente não deve ser mais utilizada, pois, segundo Paulo Freire, toda criança traz consigo uma bagagem, portanto ela não é um papel em branco onde o professor vai escrever novos conteúdos.*

Esse texto apareceu num fórum internético, no qual foi considerado a melhor resposta à seguinte questão: “Qual é a origem da palavra aluno?”.

Reproduzo-o aqui porque, com sua marra politicamente correta, ele dá uma boa ideia da razão pela qual essa velha e furadíssima lenda etimológica tem vivido um momento de ouro nos últimos anos, circulando pela internet — inclusive em sites supostamente respeitáveis — em formulações parecidas com esta, que transcrevo de forma literal: “A palavra *aluno* tem origem no latim, onde *a* corresponde a ‘ausente ou sem’ e *luno*, que deriva da palavra *lumni*, significa ‘luz’. Portanto, aluno quer dizer sem luz, sem conhecimento”.

Não é nada disso. *Aluno* veio do latim *alumnus*, “criança de peito, lactente, menino” e, por extensão de sentido, “discípulo”. O verbo ao qual se liga é *alere*, “fazer aumentar, nutrir, alimentar”.

Adubo ideológico

Uma consulta simples a qualquer dicionário etimológico resolveria a questão. Curiosamente, isso parece estar fora do alcance de muita gente envolvida em atividades pedagógicas, campo em que a bobagem tem vicejado.

O adubo que nutre a desinformação é ideológico: a falsa etimologia pretende denunciar a visão estreita da pedagogia que se recusa a ver o estudante como um igual do professor, alguém que tem tanto a ensinar quanto a aprender, coisa e tal.

O irônico é que, com professores assim, isso acaba sendo verdade, ainda que pelas razões erradas.

bicho-carpinteiro

Há mais de um século esse bichinho bate ponto na expressão *ter* (*ou estar com*) *bicho-carpinteiro*, que significa "ser muito inquieto, não parar no lugar". Faz pouco tempo que os reformadores da fraseologia começaram a espalhar a seguinte tese fraudulenta: "O certo é ter *bicho no corpo inteiro*".

Errado. Às vezes atribuído ao professor de português Pasquale Cipro Neto, que já negou sua autoria, o dislate do *bicho no corpo inteiro* parte da ignorância de um fato da língua: existe mesmo uma criatura chamada bicho-carpinteiro.

"Mas que bicho é esse que é carpinteiro, um bicho pode ser carpinteiro???", pergunta no quarto de espelhos da internet o falso Pasquale, que os deselegantes três pontos de interrogação bastariam para denunciar. Bicho-carpinteiro é o nome popular e genérico de "diversas espécies de besouros, especialmente das famílias dos buprestídeos e cerambicídeos, que durante o estágio larvar brocam troncos e cascas de árvores" (*Houaiss*).

Como se vê, a ideia da velha expressão é propor uma metáfora: a de que, como as árvores sob a casca, a pessoa irrequieta tem sob a pele as larvas desses insetos a se remexer, fazendo cócegas e não a deixando sossegada.

cadáver: carne
dada aos vermes?

Correndo o risco de ser estraga-prazeres, cumpro a obrigação de informar que uma tese de grande circulação sobre a origem da palavra *cadáver* não tem a menor sustentação histórica.

Estamos falando da lenda que afirma ser o termo latino *cadaver*, no qual o português foi buscar esse substantivo no início do século XVII, oriundo da reunião das sílabas iniciais da expressão *caro data vermibus*, isto é, "carne dada aos vermes". Engenhoso, mas…

As provas de que isso não passa de invencionice são duas. Para início de conversa, a etimologia séria traça limpamente a genealogia de *cadaver* até o verbo *cadere*, "cair, cair no combate, morrer". O que faz da palavra uma parente do substantivo *queda* e do adjetivo *cadente*, este mais empregado ao lado do substantivo *estrela* para designar corpos celestes que, caindo, riscam a noite.

Já no grego *ptoma*, “cadáver”, se encontrava a mesma associação entre a morte e a queda.

A segunda evidência — como se mais alguma fosse necessária — é o fato de que a supostamente famosa expressão latina *caro data vermibus* nunca foi encontrada em nenhum registro histórico. Tudo indica que nasceu na imaginação de algum autor mais recente, cujas intenções talvez fossem apenas humorísticas, antes de ganhar o mundo.

Reconheço que neste caso a lenda, além de não fazer mal a ninguém, é mais saborosa do que a verdade. Mas lenda é, o que se há de fazer?



chulé, shoeless

Uma imaginosa tese que circula por aí, repetida até por certos nomes do ramo, sustenta que a informal e popularíssima palavra *chulé* — “mau cheiro característico dos pés sujos” (*Michaelis*) — seria derivada do adjetivo inglês *shoeless*, que significa “descalço”.

Não há um único etimologista respeitável que acredite nisso.

São várias as razões para o descrédito que cerca a tese *shoeless*. Basta mencionar duas delas: a palavra é dicionarizada desde 1881 e provavelmente já circulava bem antes disso, quando era mínima a influência do inglês sobre nossa língua; e a correspondência de sentido entre os dois termos é tênue, oblíqua — como se sabe, em pé descalço e arejado não se forma chulé.

O problema é que a origem de *chulé* é obscura. O brasileiro Antenor Nascentes e o português José Pedro Machado viram sua matriz numa palavra do cigano ou romani: *chulló* ou *chullí*, “gordura de porco rançosa”.

Silveira Bueno, também brasileiro, discordou: “A nosso ver, *chulé* é do mesmo grupo de *chulo*, *chula*, alterado na gíria do povo, sob a influência de *pé*,



cuja terminação acentuada se fez sentir em chulé".

Poeticamente

Como os estudiosos não chegam a um acordo, os defensores de *shoeless* encontram terreno fértil para espalhar sua lenda. O poeta Glauco Mattoso chegou a compor uma quadrinha brincalhona sobre isso:

> *Qualquer que seja a gíria ou dialeto,*
> *ninguém o termo tem para "chulé".*
> *"Shoeless" até tentaram ver se fé*
> *ganhava como um étimo indireto.*

crasso: o general e o erro

De acordo com uma tese de sucesso, o adjetivo *crasso* — que significa "grosseiro" e ganha a vida quase exclusivamente como auxiliar do substantivo *erro* — teria origem num sobrenome ilustre da Roma antiga. No caso, o do ricaço, general e político Marcus Licinius Crassus, ou Marco Licínio Crasso, membro do primeiro triunvirato romano ao lado de Pompeu e Júlio César. Os erros grosseiros teriam ganhado esse nome em referência aos graves equívocos de estratégia militar cometidos por Crassus ao perder em 53 a.C. a batalha de Carras, que lhe custou a vida.

A história é pitoresca, como costumam ser as lendas que enriquecem o acervo da etimologia romântica. No entanto, não goza do menor prestígio com os estudiosos de verdade. A origem de *crasso*, segundo eles, é simplesmente o adjetivo latino *crassus*, que a princípio queria dizer apenas "gordo, espesso" e que só adquiriu por figuração, ainda em latim, o sentido de "grosseiro, tosco, rude". Trata-se da mesma palavra que está na raiz do substantivo *graxa* (que a princípio queria dizer "feito de

gordura”).

Se o adjetivo *crassus*, que já era empregado pelo dramaturgo Plauto quase um século antes de Marco Licínio Crasso nascer, goza de todos os atributos para ter dado origem ao nosso *crasso*, inclusive na acepção de grosseiro, uma possível participação do general no sucesso da expressão *erro crasso* poderia ter no máximo papel coadjuvante. No entanto, mesmo assim precisaria ser confirmada por fontes históricas — que nunca apareceram.

coitado não tem a ver com coito

Coitada da palavra *coitado*: parece condenada a viver para sempre com um mal-entendido etimológico. Segundo uma tese romântica tão difundida quanto persistente, *coitado* era de início uma palavra grosseira (“submetido a coito”) que aos poucos foi ganhando aceitação social, à medida que sua raiz era esquecida.

Parece fazer sentido, mas não faz.

Os etimologistas ensinam que *coitado*, antes de virar adjetivo e substantivo, era o particípio de um verbo arcaico, *coitar* (“atormentar, desgraçar, infligir sofrimento a”). Vindo do latim vulgar *coctare* e parente distante do verbo *coagir*, *coitar* caiu em desuso, mas deixou sua marca em *coitado*, isto é, “atormentado, vítima de dor ou desgraça”.

O substantivo *coito* não tem nada a ver com isso. Também nasceu no latim, mas no verbo *coire*, que significa literalmente “ir com”, ou seja, “fazer sexo com”, uma ideia que ainda encontra eco na língua de hoje, numa expressão popular: “Ela vai com qualquer um”.

E o biscoito, hein?

Há quem, para aumentar a desinformação, jogue no mesmo pacote de *coitado* e *coito* o substantivo *biscoito*, recorrendo à ideia de algo que, indo ao

forno quente, é submetido a coito, ou seja, ferrado — e duas vezes!

Trata-se de mais uma semelhança enganadora. *Biscoito* veio do latim *bis* + *coctum*, "cozido duas vezes". Esse *coctum*, particípio de *cocere* ("cozinhar"), não tem relação nem com *coctare* nem com *coire*.



crise =
perigo + oportunidade?

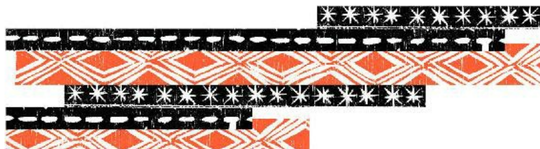
Toda crise é, segundo aquilo que o dicionário de lugares-comuns chamaria de "milenar sabedoria chinesa", uma mistura de perigo e oportunidade, certo? Errado.

A ideia faz sucesso porque é reconfortante. Num país propenso a crises em série como o Brasil, não seria um consolo pensar que estamos afundados até o pescoço em excelentes oportunidades?

Infelizmente, não é verdade que a palavra chinesa *weiji*, "crise", seja um ideograma formado pelo casamento do preocupante *perigo* (*wei*) com o promissor *oportunidade* (*ji*). Filólogos de mandarim não se cansam de denunciar o equívoco, mas ele tem sido duro na queda.

Embora signifique oportunidade quando se junta a *hui* para formar *jihui*, o ideograma *ji*, sozinho, nada tem de positivo. Entre seus sentidos está o de momento crucial. Bingo: "momento crucial de perigo" é uma boa definição de crise e uma tradução sóbria de *weiji*.

Dizem que a culpa original pelo sucesso do mal-entendido é do presidente americano John Kennedy, que gostava de repetir a lenda em seus discursos. Desde então, consultores empresariais, autores de livros de autoajuda e outros profissionais do lero-lero se revezam na missão de impedir que essa pérola erudita de plástico caia no esquecimento.



cuspido e escarrado

Quase todo mundo conhece a tese segundo a qual a ancestral expressão portuguesa *cuspido e escarrado*, usada para enfatizar a semelhança de uma pessoa com outra, teve origem numa corruptela, num desvirtuamento de palavras mais elegantes promovido pela ignorância do povo. A locução original seria *esculpido em Carrara*, isto é, cinzelado no nobre mármore da região italiana de Carrara pelas mãos hábeis de um artista.

Um número bem menor de pessoas conhece a contestação que os estudiosos brasileiros de expressões populares costumam fazer dessa tese. Em vez de *esculpido em Carrara*, alegam eles, a expressão corrompida pela fala popular foi *esculpido e encarnado*, isso sim. O filólogo Antenor Nascentes colheu essa hipótese no primitivo gramático português Duarte Nunes de Leão e lhe deu impulso em seu *Tesouro da fraseologia brasileira*. Nascentes é a fonte provável do sucesso que a tese "esculpido e encarnado" faz hoje entre praticamente todos os divulgadores da matéria, do Mário Prata do livro *Mas será o Benedito?* ao Reinaldo Pimenta de *A casa da mãe Joana*.

Se todo mundo conhece a tese "esculpido em Carrara" e um número menor — mas prestigioso — de pessoas prefere a tese "esculpido e encarnado", pode-se afirmar com segurança que quase ninguém está familiarizado com a verdadeira origem da expressão *cuspido e escarrado*, que de corruptela não tem nada.

Esse buraco em nossa autoconsciência linguística é estranho, uma vez que evidências acachapantes se oferecem a quem se dispõe a pesquisar o tema. Basta olhar em volta, para outras línguas, em vez de agir como se o mundo tivesse sido inventado na Península Ibérica.



Tout craché, spitting image

O primeiro registro conhecido da ligação entre o cuspe e a semelhança física ocorre no francês do século XV, segundo o *Trésor de la langue française*, com a expressão *tout craché*, "totalmente cuspido". As razões dessa associação têm algo de nebuloso, mas, de acordo com o mesmo dicionário, relacionavam-se provavelmente "ao fato de que a ação de cuspir pode simbolizar o ato da geração", numa associação simbólica entre o cuspe e a ejaculação.

O dicionário *Oxford* aposta numa explicação semelhante para o sucesso de uma expressão correlata em inglês, esta do início do século XVII: *spit and image* ("cuspe e imagem"), que a partir do século XIX deu origem à variante *spitting image*. "Talvez proveniente da ideia", anota o dicionário, "de uma pessoa ter sido criada a partir do cuspe da outra, tão grande é a semelhança entre elas."

Se não há dúvida entre os etimologistas de que o inglês foi buscar *spit and image* no francês *tout craché*, o mesmo se pode dizer com certeza do português *cuspido e escarrado*. A contribuição lusófona a essa história se limitou a acrescentar o escarro ao cuspe, como reforço expressivo — reforço que no Nordeste às vezes assume a forma de *cagado e cuspido*.

O alcance internacional da expressão expõe a inconsistência de todas as outras hipóteses.

esgotado no esgoto?

Esta lenda etimológica não tem defensores renomados, mas circula informalmente com alguma desenvoltura, alimentada por — e alimentando por

sua vez — uma crença difusa na podridão que se esconderia no subsolo da linguagem.

Estamos falando da tese de que o prosaico adjetivo *esgotado*, isto é, “exausto”, nasceu com o sentido de “sujo de (ou mergulhado no) esgoto”. Uma tese indiscutivelmente falsa.

Prima da lenda que atribui à palavra *coitado* o sentido de “submetido a coito”, a teoria “esgotado-esgoto” guarda uma peculiaridade: neste caso as duas palavras são, sim, parentes. O erro está apenas em derivar uma da outra.

A verdade é que ambas saíram do verbo *esgotar*, uma palavra de meados do século XVI formada em nossa própria língua com os elementos *es* + *gota* + *ar* e o sentido original de “esvaziar até a última gota”.

Quando se diz que uma pessoa está esgotada, a mensagem transmitida é simplesmente a de que ela se exauriu, se esvaziou — de energia, de ideias. Nada a ver com estar no *esgoto*.

A palavra *esgoto*, aliás, surgiu bem depois, talvez no século XIX, como forma regressiva de *esgotamento*, para batizar o sistema de canos pelo qual a sujeira de um local é esvaziada “até a última gota”.

forró, “for all”

Em matéria de lenda esta é a clássica das clássicas, aquela à qual muitos se agarram mesmo depois que lhes demonstram sua falsidade. Mais do que informação, seria necessário lançar mão de algum tipo de psicanálise cultural que desse conta dessa obsessão de, contra todas as evidências, inventar uma origem anglófona para termo tão identificado com a cultura nacional.

Não, a palavra brasileira *forró* não veio do inglês *for all*, expressão que teria sido usada pelos engenheiros ingleses que rasgaram ferrovias Brasil afora entre fins do século XIX e meados do XX ou, segundo a versão mais popular da lenda, pelos militares americanos lotados na base de Natal durante a Segunda Guerra. Em comum, as duas versões têm a disposição dos forasteiros de, num trabalho de

relações-públicas com os nativos, dar festas “abertas a todo mundo” (*for all*).

Na vida real, *forró* é uma palavra que já estava dicionarizada em 1913 (por Cândido de Figueiredo, clássico da lexicografia). Como situar sua criação depois disso é simplesmente absurdo, lá se vão pelos ares os americanos de Natal.

Restam os engenheiros ingleses, que aqui estiveram primeiro, mas estes também ficam mal quando se constata que os estudiosos sérios veem em *forró* um DNA bem mais simples, mais sensato, menos romanesco: é a forma reduzida de *forrobodó* (“festa popular” e, por extensão, “confusão, briga”).

Forbodó, faux bourdon

Forrobodó é um termo existente também em Portugal e registrado em dicionário desde 1899 — pelo mesmo Cândido de Figueiredo. Nas artes nacionais foi imortalizado em 1911 como nome de uma opereta da compositora carioca Chiquinha Gonzaga.

A não ser como piada (há quem fale em *for all but dogs*, “para todos menos cachorros”!), a etimologia de *forrobodó* exclui resolutamente qualquer contribuição da língua inglesa. No entanto, não é consensual.

O dicionário da Academia das Ciências de Lisboa fala em formação expressiva, aquela em que o som vai na frente e o sentido corre atrás. O pesquisador Nei Lopes menciona, em seu *Dicionário banto do Brasil*, a possibilidade de um “hibridismo banto-português”.

Aposto minhas fichas na tese exposta pelo gramático Evanildo Bechara: estamos diante de uma variação do vocábulo galego *forbodó*, ligado ao francês *faux bourdon*, “cantochão, canto monótono”.

gringo não vem de
“green, go home”

Certas lendas etimológicas se alimentam da mais pura irracionalidade. Por exemplo: a tese de que a palavra *gringo* derivou da expressão *Green, go home!* ("Verde, volte para casa!"), que os nativos do México, de Porto Rico ou mesmo do Nordeste teriam o costume de gritar para soldados americanos trajados de oliva em alguma ocasião entre as muitas em que estes lhes pisaram os calos. Há outras lendas em torno da palavra, mas esta é a mais difundida no Brasil.

Sabemos que a historinha não tem fundamento pela razão simples de que a palavra *gringo* é mais antiga do que qualquer invasão americana de que se tenha notícia. Talvez mais antiga do que o próprio país cujos habitantes os mexicanos — agora sim — chamavam de *gringos* na guerra entre as duas nações, entre 1846 e 1848.

Foram os ecos dessa guerra que popularizaram a palavra por toda a América Latina, mas ela já era velha de quase um século. (No Brasil, ressalvadas variações regionais, *gringo* designa o estrangeiro em geral, "especialmente quando louro ou ruivo", como anota o *Houaiss*.)

No entanto — e aí entra a irracionalidade —, quem se apega de verdade a uma lenda etimológica odeia ser contrariado pelos fatos. É comum que rechace sem sequer examiná-lo um argumento como o de que a palavra *gringo*, "estrangeiro", constava do *Diccionario Castellano* de P. Esteban de Terreros y Pando, publicado em 1787. E que nasceu, num momento situado em torno de 1765 pelo etimologista catalão Joan Corominas, como variante da palavra espanhola *griego*, isto é, "grego", no sentido de "linguagem incompreensível". Ou seja: o castelhano *gringo* nomeou primeiro a língua enrolada e depois, por extensão, o estrangeiro que a falava.

Isso é grego!

Difundida durante séculos pela Igreja católica em sua campanha pró-latim, a ideia do grego como idioma ininteligível se faz presente também numa expressão que ainda hoje se usa com frequência em português: *falar grego*, isto é, falar de modo incompreensível.

Um provérbio latino medieval é sua perfeita tradução: *Graecum est; non potest legi* ("É grego, não se pode ler").

larápio, l.a.r. appius

Houve em Roma um pretor que dava sentenças favoráveis a quem melhor pagava. Chamava-se ele Lucius Antonius Rufus Appius. Sua rubrica era L.A.R. Appius. Daí chamar-lhe o povo larappius*, nome que ficou sinônimo de gatuno.*

Quem conta essa historinha é um certo Arthur Rezende, autor de um velho livro chamado *Frases e curiosidades latinas*. A tese de que a palavra *larápio* — sinônimo de ladrão, gatuno, ladravaz, ratazana — derivou das iniciais e do sobrenome daquele Lucius Antonius, magistrado venal, é uma das mais saborosas e mais desacreditadas lendas etimológicas que circulam em português.

Um filólogo brasileiro respeitável, Antenor Nascentes, cometeu a temeridade de registrá-la em seu dicionário. Mesmo não comprando sem reservas a versão de Rezende e resguardando seu prestígio com a tradicional fórmula italiana de ceticismo (*se non è vero*...), Nascentes fez muito pela disseminação do que tudo indica ser uma mentira deslavada.

Mistério perfeito

O envolvimento de Nascentes com a lenda de L.A.R. Appius lhe valeu críticas de colegas como o português José Pedro Machado e o brasileiro Silveira Bueno, que não tinham dúvida sobre a inconsistência da tese.

Como explicar que a palavra tenha ganho seu primeiro registro em português apenas em 1812 — e que, em todos os séculos interpostos entre a vida do tal magistrado e o momento do *fiat lux* vocabular, o nome de Appius não apareça em um único documento histórico? Faria sentido imaginar o romano safado como um personagem fictício criado em fins do século XVIII? Mas por que um conto tão influente não teria deixado traço em livro algum?

A parte chata é que, fora a imaginosa tese do pretor corrupto, que não fica em pé, não há mais nenhuma. A origem da palavra *larápio* é um perfeito mistério.



quem tem boca vai a roma

Esta é uma lenda que tudo indica ser recente, fruto da sabichonice que corre solta na internet. Isso não a impede de enganar gente à beça.

Naquele afã de corrigir o mundo que leva à disseminação de bobagens como *risco de morte* para substituir *risco de vida*, começou a circular há algum tempo a tese de que o provérbio "Quem tem boca vai a Roma" está simplesmente errado.

O correto seria, uau, "Quem tem boca *vaia* Roma". É o que garantem, muitas vezes com cômica gravidade, incontáveis sites amadorísticos. Um exemplo:

> *Hoje, na nossa cultura, é comum vermos pessoas dizendo, equivocadamente: "Quem tem boca vai a Roma". É um adágio que tem seus méritos. Valoriza as pessoas esforçadas e que não se envergonham de perguntar. Afinal, quem pergunta e questiona consegue ir aonde bem quiser. Todavia, não podemos deixar de dizer que a forma correta desse ditado é: "Quem tem boca vaia Roma". É justamente isso que as pessoas faziam em relação aos "deslizes" dos imperadores e as formas de governo que definhavam o Império: vaiavam Roma.*

Em alguns desses textos, atribui-se indevidamente a tese da vaia ao professor de português Pasquale Cipro Neto. Este já a rejeitou com veemência, mas a sabichonice não esmorece tão facilmente.

Dito existente há séculos, *Quem tem boca vai a Roma* é registrado em muitos dicionários portugueses e brasileiros. Apenas um exemplo: em seu *Dicionário de provérbios*, Raimundo Magalhães Jr. afirma o seguinte: "O sentido desse provérbio é o de que não é difícil ir a um lugar longínquo e desconhecido

pela primeira vez, quando não se tem acanhamento de pedir informações constantemente sobre o rumo a seguir".

"Quem tem, vai e vem"

Há dois caminhos para provar o erro de quem, sem base histórica, tenta corrigir o velho provérbio. O primeiro é um passeio até o português antigo, no qual encontramos esta variante: *Quem língua tem, a Roma vai e vem*. Como se vê, a vaia não tem vez aqui.

O segundo caminho nos afasta do português e nos põe diante de provérbios equivalentes em outros idiomas, todos com o mesmo sentido que Magalhães Jr. expõe acima. Por exemplo: o espanhol tem *Preguntando se va a Roma* e o francês, *Qui langue a, à Rome va*.

snob, sine nobilitate

Esta é uma lenda etimológica importada do inglês, onde também fomos buscar a palavra que ela tenta imaginosamente explicar: *snob*, presente em português desde o fim do século XIX e aportuguesada como *esnobe* em meados do XX, teria nascido como forma abreviada do latim *sine nobilitate*, isto é, "sem nobreza".

Segundo o dicionário *Oxford*, a palavra *snob* surgiu no fim do século XVIII como um termo dialetal de origem obscura. Queria dizer a princípio "sapateiro", mas logo seu sentido se ampliou para abarcar o de "pessoa de baixa posição social". Mais tarde, numa nova expansão semântica, surgiria a ideia de "pessoa que procura imitar aquelas de posição social ou econômica superior", mais próxima do sentido atual que atribuímos a *esnobe*. Seja como for, o *Oxford* é categórico ao descartar a tese do *sine nobilitate*: "O primeiro sentido registrado (sapateiro) não tem relação alguma com isso".

O dicionário de Douglas Harper conta a mesma história em linhas gerais, mas acrescenta um passo a passo da expansão semântica. Registrada em 1781 com o sentido de "sapateiro", a palavra *snob* virou gíria de estudantes de

Cambridge por volta de 1796, a princípio significando “comerciante local”. Em 1831 tinha ganhado entre os mesmos estudantes uma nova acepção, “pessoa de baixa posição social”, que em 1843 se enriqueceria com mais uma volta do parafuso: “pessoa de baixa posição social que imita vulgarmente as de classe superior”.

A carga semântica de *snob* passou em seguida, segundo Harper, por uma virada curiosa: a origem humilde foi desbotando, enquanto ganhavam destaque os próprios gestos de afirmação de superioridade social, inclusive quando praticados por pessoas de posição social elevada. Em 1911 a palavra era empregada no sentido moderno de “pessoa que despreza aquelas que considera inferiores em posição social, realização ou gosto”.

O curioso é que, mesmo com tantas e tão precisas informações, ninguém tem ideia de como surgiu lá atrás a palavra *snob*. Sabe-se apenas que — apesar da semelhança sonora e, se considerarmos a evolução de seu sentido, até semântica — ela não tem parentesco algum com o verbo inglês *to snub*, de origem nórdica.

Com o sentido de “tratar com desprezo, ignorar ostensivamente”, *snub* encontra sua perfeita tradução em português no verbo… *esnobar*, pois é. Algo que, garantem os sábios, aquele humilde sapateiro do século XVIII nos obriga a aceitar como uma incrível coincidência e nada mais.

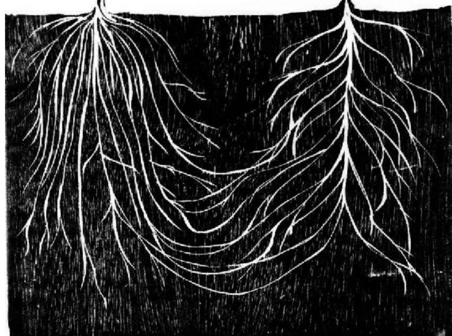
Pergunte ao Barão

A tese do *sine nobilitate* teve entre seus propagadores no Brasil o jornalista e humorista Apparício Torelly, mais conhecido como Barão de Itararé, que escreveu o seguinte:

> *A Universidade de Oxford, na Inglaterra, era o estabelecimento de ensino preferido pelos nobres para a educação de seus filhos. Contam que ali havia um professor que fazia uma severa distinção entre os alunos pertencentes à aristocracia e os que descendiam da classe burguesa. Na lista dos alunos, esse professor, para dar o tratamento a cada um, de acordo com a sua origem, costumava escrever, com letra miudinha, depois do nome dos alunos plebeus, esta anotação: “S.nob”, que era a abreviação das palavras latinas “Sine nobilitate”, isto é, sem nobreza.*

Esta é a origem da palavra snob*, que se emprega em muitos idiomas para qualificar um indivíduo que se quer dar ares de nobre, sem sê-lo.*

Tomar o Barão de Itararé como fonte etimológica seria uma piada, claro. Torelly estava no ramo de divertir os leitores, misturando informação com versão fantasiosa e até, em algumas ocasiões, inventando descaradamente suas próprias lendas. Neste caso recorreu a uma de grande circulação, que os filólogos da língua inglesa são unânimes em desmentir.



13
O CHARME DO PARENTESCO



Esses estranhos assentados,
meus parentes? Não acredito.
São visitas se divertindo
numa sala que se abre pouco.
Carlos Drummond de Andrade

Desvendar relações profundas entre palavras aparentemente distantes é um dos prazeres da etimologia. Prazer inútil, segundo o escritor argentino Jorge Luis Borges, que escreveu o seguinte: “Saber que, em latim, cálculo significa pedrinha e que os pitagóricos usavam dessas pedrinhas antes da invenção dos números não nos permite dominar os arcanos da álgebra”.

De fato, ninguém aprende a calcular conhecendo a origem da palavra *cálculo*. Apenas acrescenta uma pedrinha ao edifício da sua compreensão sobre a linguagem — o que não é pouco.

aposentadorias e pousos

A acepção de *aposentadoria* que hoje é praticamente exclusiva — a de afastamento do trabalho após determinado tempo previsto por lei ou, antes disso, por invalidez — não foi a primeira.

Ao aparecer em português, em 1451, *aposentadoria* queria dizer "hospedagem, o ato de alojar alguém", ou hospedaria, o local onde isso se dava. Derivava do antigo sentido do verbo *aposentar* (surgido no século XIII como *apousentar*), isto é, "dar pouso, abrigar". Todos esses termos descendem do latim *pausa*, "pausa, cessação, interrupção, descanso".

Por via popular, a *pausa* latina deu origem a diversas outras palavras, como *pouso* (inclusive o dos pássaros), *repouso*, *pousada*, *aposento* e, por tabelinha com o francês, até *pose* (para fotografia). Por via erudita, gerou descendentes como *menopausa* e o verbo *pausar*.

A ideia central do termo latino — de descanso, parada — está presente de uma forma ou de outra em todos os membros da família. O pássaro pousa para descansar do voo, como na pousada descansa o viajante. A modelo posa, parada, para o fotógrafo. O aposento é onde se repousa. A aposentadoria é o próprio repouso.

aviões e aves

Estamos tão acostumados com a palavra que ninguém se dá conta de que mora uma *ave* dentro do *avião*. Etimologicamente, trata-se de um aumentativo, ou seja, uma *avezona* — ou, como se chegou a tentar emplacar em Portugal no

tempo em que o batismo do novo meio de transporte podia ser disputado, de um *avejão*, aumentativo clássico de *ave*.

Pois é: a certa altura da história corremos o risco de ter uma *avejação comercial*, comandada por *avejadores*.

Em 1938, *avião* já era termo dicionarizado havia um quarto de século, mas o estudioso português Vasco Botelho de Amaral, inimigo de galicismos, ainda o engolia a contragosto em seu *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*, anotando: “Já não sai”. Ou seja, já não iria embora, teríamos que nos conformar com a presença dele.

Par avion

Avião é uma importação direta do francês *avion*, neologismo que, curiosamente, surgiu antes que existissem aviões — ou pelo menos aviões que de fato levantassem voo e se sustentassem no ar.

Atribui-se a criação da palavra ao inventor francês Clément Ader, que em 1875 conseguiu patentear um aparelho ao qual deu esse nome. Só 31 anos depois Santos Dumont faria decolar o 14-bis. Como os aviões construídos por Ader não tiveram êxito, restou-lhe o mérito de nomear a novidade.

Estudioso do voo dos pássaros, o inventor fez isso juntando ao substantivo latino *avis* (“ave”) o sufixo *on*, que em francês é mais empregado como formador de diminutivos, mas que também aparece com valor aumentativo em determinados vocábulos por influência do italiano, segundo o *Trésor de la langue française*.

Dado o tamanho do aparelho em questão, é seguro supor que a intenção de Ader fosse enfatizar as amplas dimensões daquela nova espécie de “ave”.



bancos e bancarrotas

Bancarrota, a ruína financeira, é uma palavra que o português importou no século XVI do italiano *banca rotta*, de sentido dolorosamente literal: "banco quebrado". Do mesmo italiano tínhamos trazido um pouco antes, no século XV, a palavra *banco*. O papel de liderança assumido pelas cidades-Estado italianas como centros financeiros da época fez com que o termo *banca* desse origem a uma infinidade de palavras planeta afora: *bank* (alemão, inglês, holandês, sueco etc.), *banque* (francês), *banka* (turco), entre outras.

A origem do termo na língua de Dante Alighieri não poderia ser mais prosaica. *Banca* era a princípio a mesinha, a bancada em que se realizavam as transações em dinheiro, sentido que acabou se expandindo por metonímia. Também se aplicava a qualquer tendinha que vendesse mercadorias.

Uma nova expansão, esta ocorrida já no século XX, levou o substantivo *banco* a designar locais onde se armazenam ou se catalogam artigos de valor em geral — banco de sangue, de dados, de esperma, de talentos etc.

bolsas e bolsas (de valores)

Não é coincidência: a Bolsa (de Valores) tem tudo a ver com a bolsa, o saquinho de moedas. *Bolsa*, no sentido amplo, é uma palavra que existe no português desde o século XIII, vinda em último caso — depois de uma escala no latim tardio *bursa* — do grego *búrsa*, "pele curtida, odre para guardar vinho".

Já a Bolsa de Valores é mais tardia, derivada do italiano *borsa*, que, além de significar "bolsa" mesmo, ganhou no século XVII a acepção restrita de "lugar de comércio, de negócios". Para isso parece ter contribuído decisivamente um nome de família, Van der Bürse, financistas de Veneza em cuja casa se reuniam nos séculos XV e XVI os comerciantes locais.

Para deixar a história mais saborosa, ocorre que Van der Bürse quer dizer literalmente "das Bolsas", e na praça em frente à sua casa havia um monumento adornado com três bolsas abarrotadas.

butiques e botequins

Quem vê a fina *butique* e o acanhado *botequim* — cada um, salvo releituras criativas ou acidentes de percurso, fincado em seu extremo do arco da sofisticação comercial — dificilmente imagina que essas palavras têm um ancestral comum: o grego *apothéke*, "armazém, depósito".

Apothéke passou ao latim como *apotheca*, "depósito de víveres, despensa", e antes de virar sinônimo de farmácia em alemão e outras línguas europeias teve uma penca de descendentes ligados ao universo dos mantimentos e utilidades variadas.

Entre nós, falantes de português, também carregam seu DNA a *adega* e a *bodega*. Mas vamos nos concentrar na dupla do título para entender como é que, partindo do mesmo ponto e até passando pelos mesmos processos linguísticos (como a perda do *a* inicial, num fenômeno chamado deglutinação), duas palavras podem se tornar tão diferentes.

Butique é um termo que importamos já no século XX do francês *boutique*, palavra do século XIII cujo sentido primitivo era apenas o de lojinha, pequeno estabelecimento em que um artesão vendia seu trabalho, ou mesmo a própria oficina. *Boutique* relacionava-se com a matriz grega *apothéke* por intermédio do provençal *botiga* ou *botica*. (Curiosamente, antes de nos dar a *butique* moderna, a *boutique* francesa gerou entre nós ainda no século XV o vocábulo *botica*, "armazém", que hoje vai caindo em desuso.)

A transformação de *boutique* em sinônimo de pequena loja especializada em artigos finos é uma construção da indústria francesa da moda ocorrida na primeira metade do século XX, segundo o *Merriam-Webster*.

A palavra *botequim* é mais antiga (foi em 1836 que se materializou pela primeira vez no dicionário *Constâncio*) e nos chegou por caminhos diversos. Trata-se de um diminutivo de *botica*, segundo Antenor Nascentes, ou uma adaptação do italiano *botteghino* (mais um descendente de *apothéke*), com possível influência de *botica*, segundo o *Houaiss*.

Até então, a palavra preferida em nossa língua para designar "taverna pequena e imunda" — na definição de Ribeiro de Vasconcelos — era a velha *bodega*, datada de algum momento entre os séculos XII e XIII e descendente direta do latim *apotheca*.

cadeia:
do encadeamento à prisão

É simples a explicação dos múltiplos sentidos da palavra *cadeia*: tanto a cadeia-prisão quanto a cadeia-sequência (de montanhas, alimentar, reação em cadeia etc.) têm origem na ideia de corrente, peça formada por argolas de metal entrelaçadas. Era “corrente”, no sentido mais literal e chão, a primeira acepção do termo latino *catena*.

A cadeia-corrente passou por expansões semânticas em duas direções principais. Usada desde sempre para prender condenados, com vantagens evidentes sobre a corda, o primeiro transbordamento parece ter sido o da metonímia que fez de *cadeia* um sinônimo de “prisão”: se priva da liberdade, é cadeia, mesmo que os grilhões propriamente ditos já não venham ao caso.

Levada para outro lado, por analogia, a mesma cadeia-corrente veio a designar metaforicamente diversos tipos de sucessão de coisas ou eventos, em que a um “elo” se segue outro.

Encadeamento poético

Esse espalhamento nada tem de raro, pelo contrário: são praticamente incontáveis os vocábulos que se desdobraram e continuam a se desdobrar em novas acepções por meio de processos semelhantes. O que este caso tem de especial é que nele, e só nele, já vem pronta a bela imagem da palavra como uma cadeia de sentidos entrelaçados.

cálculos:
do aritmético ao renal

A explicação para as duas — e tão diferentes — acepções de *cálculo* deve ser buscada no latim *calculus*, “pedrinha, seixo, calhau”. Trata-se de um diminutivo de *calx*, “pedra calcária”, ancestral de termos como *cal* e *cálcio*.

A partir da dureza mineral dessa acepção básica, *calculus* se expandiu no próprio latim clássico em duas direções. Numa delas, por metáfora óbvia, virou nome da "concreção pétrea que se forma em diversas partes do corpo do homem e de animais por precipitação de certas substâncias e sais minerais" (*Houaiss*). Na outra, por uma extensão metonímica mais sutil, passou a nomear o ato de fazer contas, para o qual muitas vezes se empregavam pedrinhas.

cesariana, júlio césar

Júlio César não nasceu de cesariana, mas a cesariana nasceu de Júlio César. Convém explicar.

Tudo indica que o general e político romano Caius Julius Caesar nasceu de parto normal. No entanto, vários autores latinos de prestígio — entre eles Plínio, o Velho — traçaram a etimologia do sobrenome Caesar até o verbo *caedere*, "cortar, talhar", sugerindo que um dos antepassados do grande general teria nascido dessa forma.

A tese é contestada pela maioria dos filólogos modernos. De todo modo, quando passou a ser usado pelos imperadores romanos que sucederam Júlio César, o nome já não era de família, mas um título honorífico que daria origem ao nome de soberanos em diversas línguas, entre elas o alemão (*Kaiser*) e o russo (*tsar*).

A história do útero rasgado no qual teria nascido a palavra *César* poderia ser apenas mais uma lenda etimológica se não tivesse tanta aceitação, a ponto de dar origem ao substantivo latino *caesar*, "aquele que foi tirado da mãe por excisão", e fazer com que, no século XVI, médicos franceses chamassem tal cirurgia de *césarienne*.

O adjetivo, mais tarde substantivado, era o mesmo usado para qualificar tudo o que fosse relativo aos imperadores romanos. E foi exatamente na suposta relação entre César e a *cesura* (palavra do português que quer dizer "corte, incisão") que o batismo do procedimento cirúrgico se baseou, segundo o *Trésor de la langue française*.

É por isso que se deve ter cuidado com delírios etimológicos. Às vezes eles

dão um jeito de interferir na realidade — processo a que se dá o nome de etimologia popular.



cínicos e cães

A palavra *cinismo* nos chegou (depois de uma tabelinha com o latim) do grego *kynismós*, nome de uma escola filosófica. Esta palavra por sua vez era derivada de *kynós*, "cão" — a mesma matriz que nos legou o vocábulo *cinofilia* ("amor aos cães").

Acontece que a palavra *cinismo* ganhou desde então conotações negativas como sinônimo de "desfaçatez" ou "hipocrisia", e cachorros são animais cuja personalidade passa longe de ser associada a isso. Resta esclarecer, assim, como uma coisa acabou ligada à outra.

A explicação é que o fundador da escola filosófica cínica, Antístenes de Atenas (444-365 a.C.), que pregava o total desprezo às convenções sociais como chave da felicidade e da vida autêntica, teria elegido o comportamento dos cães como modelo. A real extensão da identificação dos filósofos cínicos com a vida canina comporta controvérsia, mas é certo que eles adotaram o animal como seu símbolo.

O etimologista brasileiro Antenor Nascentes menciona uma teoria alternativa que exclui qualquer participação canina na origem do nome: a de que a doutrina teria sido batizada em referência à localidade de Cinosargos, "arrabalde de Atenas onde lecionava" Antístenes.

Seja como for, a antiguidade da associação zoofilosófica é indiscutível. Nascentes acrescenta às suas considerações uma anedota que envolve Diógenes de Sinope, famoso cínico da geração imediatamente

posterior à de Antístenes: “Perguntando alguém um dia a Diógenes por que tomara este nome de cínico, ele respondeu: ‘Adulo os que dão, ladro para os que não dão e mordo os maus’”.

cretinos e cristãos

Muita gente se espanta ao saber que a palavra *cretino*, ao nascer num dialeto dos Alpes suíços como *crétin*, queria dizer simplesmente “cristão”. Não se trata, como pode parecer, de preconceito religioso. Pelo contrário: ao chamar de *cristãos* os *crétins*, aquela gente estava imbuída de um profundo sentimento cristão.

A explicação está na lógica da compaixão e do eufemismo. Consta que a região vivia na época, devido a uma deficiência crônica de iodo em sua dieta, uma endemia de casos de disfunção da tiroide, com grande número de pessoas sofrendo de retardo no desenvolvimento físico e intelectual. Chamar essas pessoas de *crétins* era uma forma de se condoer de seus problemas e enfatizar sua humanidade. Como dizer que, apesar de tudo, elas também eram filhas de Deus.

Essa ligação se perdeu quando, no século XVIII, a palavra dialetal dos Alpes foi incorporada à corrente principal da língua francesa, em que *cristão* é *chrétien*. A recém-chegada *crétin* designava apenas quem sofria de *crétinisme*, termo médico cunhado a partir dela em 1786. Ao se espalhar para outras línguas, já não restava ao termo o menor traço de compaixão ou eufemismo.

Em português, *cretino* e *cretinismo* foram dicionarizados no fim do século XIX. Como se sabe, as palavras não ficaram restritas ao território médico: como já havia ocorrido em outros idiomas, *cretino* passou a ser empregado entre nós como termo ofensivo, sinônimo de “idiota” e, num desenvolvimento semântico que parece ser uma originalidade brasileira, também de “inconveniente, atrevido”.

desastres e estrelas

“Culpamos por nossos desastres o sol, a lua e as estrelas, como se fôssemos vilões por necessidade…”

Quando pôs essas palavras na boca do personagem Edmund na peça *Rei Lear*, William Shakespeare demonstrava — o que no seu caso estava longe de ser acidental — uma sabedoria etimológica que desde então vem se perdendo: a consciência de uma suposta relação direta (que Edmund invoca para negar) entre o desastre ocorrido aqui na Terra e a configuração dos astros no céu.

Como o francês *désastre* e o inglês *disaster*, o substantivo português *desastre* tem como matriz um termo italiano nascido no século XIV. *Disastro* formou-se pela junção do prefixo *dis-* (que no caso tem valor pejorativo) com o substantivo *astro*, “estrela”. Tratava-se de uma expressão literal do infortúnio provocado por uma “má estrela”, isto é, uma conjunção desfavorável dos astros.

O *Merriam-Webster* lembra que *disaster* era palavra recentíssima em inglês (tinha chegado via francês por volta de 1590) quando foi adotada pela ousadia linguística de Shakespeare nos primeiros anos do século XVII.

O português, chegando na frente, já tinha registros do vocábulo no século XV, o que aponta para uma importação direta do italiano, e não do francês, que só acolheu a palavra em torno de 1537.

Se o astro que mora dentro do desastre foi empalidecendo na consciência dos falantes, ainda está muito viva a crença na influência dos corpos celestes sobre a vida na Terra, campo de estudo da astrologia. Isso se reflete na língua: uma das acepções dicionarizadas do substantivo *estrela* é “destino, sorte, fado” (*Aurélio*).

diplomacia e diplomas

A semelhança entre as palavras *diplomacia* e *diploma* não é casual, embora seus sentidos modernos pareçam distantes. Tudo começou na língua de Charles de Gaulle, general e presidente francês que, como tantos militares, encarava os diplomatas com suspeita e cunhou sobre eles uma frase famosa: “Só são úteis com tempo bom. Assim que começa a chover, eles se afogam em todas as gotas”.

O português foi buscar o substantivo *diplomacia* em meados do século XIX — ou seja, anteontem — no francês *diplomatie*. Este termo derivava do substantivo e adjetivo *diplomatique*, registrado pela primeira vez em 1708, segundo o *Trésor de la langue française*, com sentido bem distinto: "ciência que tem por objeto os diplomas, cartas e outros documentos oficiais, sua autenticidade, sua integridade, sua idade e suas variações ao longo do tempo".

Só num segundo momento a palavra passou a ser empregada em francês para nomear a atividade de embaixadores, cônsules e outros funcionários do Estado dedicados às relações internacionais. Note-se que, curiosamente, *diplomatie* foi formado regressivamente a partir de *diplomatique*, e não o contrário.

Como explicar uma expansão semântica como essa? É provável que dois fatores simultâneos tenham contribuído para ela. Muito antes da acepção escolar hoje dominante, o principal sentido de *diplôme* — desde o latim *diploma* — era o de patente, título ou privilégio concedido a um cidadão pelo Estado, o que incluía, de modo bem específico, a "autorização de viajar à custa do Estado" (*Saraiva*).

Se o direito de negociar em nome dele com representantes de outros Estados soa como uma extensão natural, também parece decisivo o entendimento de *diploma*, nesse caso, como nome genérico das próprias "cartas e outros documentos oficiais" que regem as relações internacionais.

eleição e elegância

Campanhas eleitorais são necessariamente deselegantes? Um observador das eleições presidenciais brasileiras de 2014, com seus níveis superlativos de baixaria, ficaria tentado a responder que sim, mas o fato é que, etimologicamente, *eleição* e *elegância* são galhos da mesma árvore.

Tudo começa com o verbo latino *eligere*, que, muito antes de qualquer sentido eleitoral, queria dizer simplesmente "escolher, separar (o bom do ruim)". Esta primeira acepção do verbo *eleger* em português, uma palavra do século XIII, permanece atual, embora o sentido político do termo — o de escolher um candidato por votação — seja hoje dominante.

Quanto a *elegante*, palavra existente em nosso idioma desde o século XV, sua matriz, o latim *elegantis*, vem a ser o particípio presente de *eligere*. O que tem a ver uma coisa com a outra? *Elegante* é, em seu sentido original, aquele que sabe escolher, que tem bom gosto, ou aquilo que é bem escolhido, seleto.

figos e fígados

Figo, fruto da figueira, é uma palavra derivada do latim *ficus* e presente em nossa língua desde o século XIII, mas sua singeleza etimológica termina aí. Todo o resto que a cerca é surpreendente.

Seu curioso papel na origem do termo *fígado* é um clássico da etimologia. O ancestral de *fígado* é o latim *ficatum* — a mesma fonte do espanhol *hígado*, do francês *foie* e do italiano *fegato*. Ocorre que *ficatum*, antes de significar *fígado*, era um adjetivo que queria dizer "alimentado com figos".

Como se passou de um sentido ao outro? "Esta denominação", conta o filólogo catalão Joan Corominas em seu *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*, "se explica pelo costume dos antigos de alimentar com figos os animais cujo fígado comiam."

Convém explicar. O fígado de tais animais era chamado em latim *jecur ficatum*, isto é, "fígado (de animal) engordado com figos" — locução em que era *jecur*, e não *ficatum*, que queria dizer *fígado*.

Num processo linguístico que está longe de ser incomum (veja-se como *shopping* vem tomando entre nós o lugar de *shopping center*, *celular* o de *telefone celular* etc.), o adjetivo terminou por se substantivar, engolindo o *jecur*.

De termo coadjuvante, *ficatum* viu-se assim promovido ao estrelato, já sem memória de seu passado botânico.

Sicofantas!

Outra travessura aprontada pelo figo no reino das palavras é o substantivo *sicofanta*. De sabor antiquado, ele soa simpaticamente jocoso hoje, com seu jeitão de vovô, mas nada tem de leve. Suas acepções principais são as de “delator” e “pessoa caluniadora, mentirosa”.

E o que o *figo* tem a ver com isso? Consta que *sicofanta* veio do grego *sykophántes*, que tinha o complicado sentido de “denunciador dos que exportavam figos em contrabando ou dos que roubavam os frutos das figueiras sagradas” (*Houaiss*).

O dicionário brasileiro registra que há entre os etimologistas quem encare tal tese com certa desconfiança, por lhe faltar documentação, mas o referencial Corominas, por exemplo, lhe dá crédito.



gravatas e croatas

Nos séculos XVII e XVIII, ficaram famosos os soldados croatas de cavalaria que se punham a serviço, como mercenários, de diversas nações europeias. Na França, compunham um regimento chamado Royal Cravate, que se destacou na Guerra dos Trinta Anos (1618-48).

A palavra *cravate* vinha do servo-croata *hrvat* — depois de uma tabelinha com o termo dialetal alemão *krawat* — e a princípio queria dizer simplesmente “croata”. No entanto, como na França tudo parece acabar em moda, um ano após o fim da guerra já se registrava, segundo o *Trésor de la langue française*, uma expansão semântica da palavra *cravate* para nomear também a vistosa tira de tecido que os soldados croatas usavam ao redor do pescoço.

Estrela nos salões elegantes de Paris, aquela tal *cravate* logo esqueceria sua origem militar para fazer sucesso civil ao redor do mundo. O termo francês deu origem, entre outros, ao italiano *cravatta* e ao português *gravata*, registrado já em

1707 — a princípio com a cômica grafia *garovata*. Tem a mesma matriz o inglês *cravat,* que conserva em parte o sentido antigo de lenço amarrado no pescoço, deixando para *necktie* o de gravata propriamente dita.

Registre-se como curiosidade adicional que, no português brasileiro, a gravata deu um jeito de voltar de alguma forma ao campo de batalha onde nasceu, batizando um golpe de luta livre e, na fala regional gaúcha, a degola.



gravidez e gravidade

A gravidez e a gravidade têm em comum o antepassado *gravis*, adjetivo latino que significava em primeiro lugar "pesado, carregado". A palavra acabou por adquirir no próprio latim, figuradamente, sentidos um pouco distintos (mas todos ligados à ideia de peso) que nosso adjetivo *grave* conserva até hoje.

Uma pessoa *grave* é séria, circunspecta, vergada ao peso de suas preocupações. Uma situação *grave* é pesada, carregada de possibilidades funestas que demandam a maior seriedade.

De *gravis* tirou-se ainda no latim o substantivo *gravitas*, *gravitatis*, que vinha a ser antes de mais nada o próprio peso. Entre suas acepções secundárias a palavra tinha a de "gravidez, prenhez", na definição do dicionário *Saraiva*. *Gravidus* queria dizer prenhe. *Gravidare* era emprenhar.

Como se chegou a isso? Não porque se considerasse a gravidez uma situação grave no sentido de preocupante, mas pela própria ideia original de *gravis* — creio que o peso da barriga de uma mulher grávida fale por si.

O único sentido de *gravidade* que nossos antepassados romanos não conheciam é o de "atração que a Terra exerce sobre um corpo". Também motivado pela ideia de peso, este teria que esperar até o século XVII para nascer — cerca de trezentos anos após a chegada da palavra *gravidade* ao português.

hotéis e hospitais

Importamos a palavra *hotel* em meados do século XVIII do francês *hôtel*, com seu acento circunflexo como vestígio da letra *s* que os franceses adoram engolir.

O sumiço do *s* disfarça na palavra francesa o pertencimento à família do latim *hospitale*, "casa para hóspedes" — isto é, para viajantes, para estrangeiros. O mesmo termo de onde tiramos nosso vocábulo *hospital.*

Se o *hospital* acabou ganhando o sentido restrito de hospedaria destinada a pessoas doentes, a ideia original latina se manteve viva em palavras como *hospitalidade* e *hospitaleiro*.

impostos e impostores

Já parou para pensar na semelhança entre as palavras *imposto* (tributo) e *impostor* (farsante)? Seria gratuita, casual?

Não. As duas vieram do verbo latino *imponere*, isto é, "impor, sobrepor, aplicar, encarregar de, obrigar a", mas também "ludibriar, iludir".

Imposto é aquilo que se impõe de forma legítima, um dever. Impostor é aquele que impõe algo aos outros sem ter o direito de fazê-lo, passando-se pelo que não é.

Parentes próximos, os dois vocábulos desembarcaram em português na mesma época, no século XVII, trazendo na bagagem o estranhamento semântico cultivado desde o latim: o primeiro tinha ares solenes e respeitáveis, enquanto o segundo sempre arrastou pelos cantos sua sombra escusa como sinônimo de

“enganador, estelionatário”.

A dança de atração e repulsa entre as palavras *imposto* e *impostor* pode ser encarada de duas formas opostas. Na primeira temos um exemplo de como a origem comum não garante o parentesco semântico das palavras. Na segunda, levando em conta a má qualidade dos serviços que o Estado brasileiro tradicionalmente oferece em troca de nossos impostos, saudamos a etimologia pelas verdades profundas que só ela nos permite alcançar.

lobby:
da arquitetura à política

Nem sempre *lobby* foi uma palavra cercada de sentidos escusos. Quando se limitava ao campo da arquitetura e queria dizer apenas vestíbulo amplo, salão situado na entrada de um prédio público, o termo inglês *lobby* era moralmente neutro, além de vetusto — um filho do latim medieval *laubia* ou *lobia*, “área coberta diante de um monastério”.

Só mais tarde ele ganharia a acepção que o *Houaiss* registra como “atividade de pressão de um grupo organizado (de interesse, de propaganda etc.) sobre políticos e poderes públicos, que visa exercer sobre estes qualquer influência ao seu alcance, mas sem buscar o controle formal do governo”.

Os dois sentidos de *lobby* são menos desconectados do que parece. O primeiro deu origem ao segundo por metonímia: em 1808, era registrada pela primeira vez por um dicionário americano a acepção de atividade exercida pelos cidadãos que se aglomeravam no lobby das casas legislativas à espera dos políticos que saíam do plenário, em busca de um corpo a corpo que fizesse avançar na esfera pública a causa de interesses privados.

A palavra desembarcou no Brasil em algum momento impreciso do século XX, mas isso não significa que não existisse antes como prática sem nome.

Vale lembrar que o lobby é uma atividade legítima. No entanto, como zona de fronteira não institucionalizada entre a esfera pública e a esfera privada, suas áreas de sombra são terreno fértil para o crescimento de pragas como tráfico de influência, compra e venda de favores, propinas — numa palavra, corrupção.

ostracismo e ostras

Ostracismo, isto é, o desterro social, o gelo a que se condena uma pessoa, é uma palavra que desembarcou em nossa língua no século XVI. Descendia, por meio do latim *ostracismus*, do grego *ostrakhismós*, o desterro político a que, por voto direto, a democracia ateniense podia condenar seus cidadãos. Durava dez anos e, como observa o *Houaiss*, "não importava ignomínia, desonra nem confiscação de bens". Tratava-se, pelo menos em tese, de uma manobra asséptica e defensiva, destinada a isolar quem se acreditasse ter a capacidade e a intenção de atentar contra a ordem pública.

Como uma pérola (vocabular), o ostracismo nasceu da ostra. *Ostrakhismós* é uma palavra derivada de *ostrakon*, termo genérico que nomeava uma série de objetos rígidos, inflexíveis, e que guardava tanto o sentido de concha quanto o de casco (de tartaruga) e caco (de cerâmica). Dessa matriz brotaram *óstreon* e *ostéon* — que, depois de uma tabelinha com o latim, deram origem respectivamente aos nossos vocábulos *ostra* e *osso*.

Mas o que o ostracismo tem a ver com a ostra, afinal? Quem apostar numa relação metafórica entre o isolamento social do banido e a solidão de um molusco fechado em sua concha estará cometendo um erro — compreensível, mas não menos errado por isso.

A relação é metonímica e só pode ser recuperada à luz da história antiga: para decidir quem seria condenado ao ostracismo, os cidadãos atenienses escreviam seus votos em caquinhos que depositavam numa urna. Alguns dicionaristas veem nesse *ostrakon*-cédula, que decidia o *ostrakhismós*, uma concha de ostra propriamente dita untada de cera; outros são menos precisos ou optam por cacos de cerâmica mesmo.

paixão de cristo, paixão amorosa

Sempre me intrigou, desde criança, a Sexta-Feira da Paixão. Por que o martírio de Cristo leva o nome que usamos para designar uma emoção intensa, quase sempre amorosa, e que pode ser até violenta e perturbadora, mas normalmente tem valor positivo? Quem não gosta de se apaixonar?

Essa amplitude semântica me parecia excessiva, difícil de abarcar. Mas o percurso não é tão inusitado quanto parece. O arrebatamento amoroso nasceu, sim, marcado pela ideia de sofrimento: o gozo só viria mais tarde. A paixão foi suplício físico muitos séculos antes de ser exaltação afetiva ou sexual.

Do latim tardio *passio, passionis*, a palavra surgiu com o sentido de padecimento atroz, em especial o de Jesus Cristo e o dos primeiros mártires da Igreja católica. Ligada ao radical *pati*, é parente de *passivo* e *paciente*, e deixa entrever o apaixonado como aquele que suporta a dor. Foi com esse sentido religioso que *paixão* desembarcou em português no século XIII, quando era grafada como *paixon* ou *paxon*.

Em latim, uma ampliação semântica tinha se dado nos primeiros séculos da era cristã, quando autores influentes passaram a usar *passio* como tradução do grego *páthos*, para designar doenças do corpo e perturbações morais em geral. Mas o significado de desejo intenso, de sentimento de atração que está acima da razão, só chegou ao português e ao inglês no século XIV, por influência do francês (claro!), língua em que se começara a falar já no século XIII de *passion d'amour*, "sofrimento amoroso".

Coube aos falantes dos séculos seguintes dissociar gradualmente a palavra da ideia de dor, fixando-se no arrebatamento e na entrega emocional. A sombra da doença, porém, nunca abandonou por completo a paixão.

palhaços e colchões de palha

O palhaço deve seu nome a uma palavra italiana, *pagliaccio*, que significava originalmente "palha picada".

Foi com o sentido de "feito ou cheio de palha" que, como adjetivo, a palavra desembarcou em português ainda no século XVI. O francês também

tinha o vocábulo *paillasse*, “colchão rudimentar de palha”.

Uma acepção bem próxima da atual, de comediante de feira ou de circo, data do século XVIII em vários idiomas: 1741 no italiano, 1782 em francês (língua em que, apesar disso, o termo mais usado para designar um palhaço é *pitre*) e 1789 em português.

Consta que o italiano, idioma do qual já tínhamos importado cinco séculos antes o correlato *bufão* (*buffone*), foi o primeiro a ampliar o sentido da palavra nessa direção. Mas o que tem a ver o palhaço com o colchão de palha?

A relação costuma ser identificada pelos etimologistas no traje do *pagliaccio* original, feito de forro de colchão. Como diz Silveira Bueno, “o nome surgiu, não porque o artista aparecesse vestido de palha, mas de saco, de estopa que lembrava os sacos de palha”.

Antenor Nascentes personaliza esse elo: “[*Pagliaccio*] era o nome de um personagem do teatro popular napolitano, o qual se vestia de fazenda de forrar colchão de palha”.



rapazes e rapinas

É vasta e surpreendente a família do verbo latino *rapere*, que significa “tomar precipitadamente, agarrar, arrebatar, apoderar-se de; levar por força, arrastar, arrebatar rapidamente” (a definição é do clássico dicionário latino-português *Saraiva*). Estamos, como se vê, no terreno vertiginoso — violento e veloz — de um verbo associado a animais selvagens e desastres naturais, quando não a seres humanos inclinados à prática do mal.

Em sentido figurado, *rapere* também podia ser empregado como sinônimo de matar (arrebatar a vida), além de descrever o modo como grandes emoções se apoderavam das pessoas.

Essa inclinação da família para a violência é visível em diversos vocábulos do português moderno. Um exemplo é *rapina*, "roubo praticado com violência" — uma palavra mais empregada hoje na locução *ave de rapina*. Outro é *rapto*, isto é, abdução ou sequestro, por violência ou fraude, em especial de mulher para "fins libidinosos", como diz o *Aurélio*.

Até aí, pode-se dizer que os descendentes de *rapere* não negam sua carga genética bandida. As dificuldades começam quando se sabe que algumas palavras de boa índole também brotaram dessa árvore.

Figuram nesse caso o adjetivo *rápido* e o substantivo *rapaz* — o primeiro pela ideia de velocidade que desde o início estava presente em *rapere*; o segundo, que chegou a ter em português a acepção arcaica de "ladrão, salteador", por extensões de sentido que lhe foram retirando toda carga criminosa.

secretarias e segredos

A relação com a ideia de segredo vai se perdendo em palavras como *secretário* e *secretaria*, mas era evidente na raiz latina. No fim das contas, esses vocábulos têm sua origem em *secretus*, aquilo que é recôndito, oculto, íntimo, invisível.

Segundo o filólogo brasileiro Antenor Nascentes, o secretário ganhou tal nome por ser "quem escreve as cartas de outro, por conseguinte, o depositário dos segredos desse outro".



Passando do plano individual para o social, a mesma ideia vale para a secretaria, “local ou repartição onde se faz o expediente relativo a qualquer administração e se guardam ou arquivam os documentos importantes” (*Aurélio*).

tchau, escravos

Quem não sabe que a interjeição de despedida mais usada no português brasileiro contemporâneo, *tchau*, veio do italiano *ciao* — que em sua língua original tem tanto o sentido de “olá” quanto o de “adeus”?

Consta que a importação se deu no início do século XX, com possível influência da forma *chau* usada no espanhol sul-americano: a grafia aportuguesada *tchau* data de algum momento em torno de 1925, segundo o *Houaiss*.

Se é famoso o parentesco de *tchau* com *ciao*, bem menos conhecida é a relação direta que existe no italiano entre as palavras *ciao* e *schiavo*, ou seja, *tchau* e *escravo*. *Ciao* vem a ser uma variação dialetal de *schiavo* surgida no norte da Itália.

A palavra *schiavo* não é menos pesada do que o português *escravo* e o inglês *slave*, entre outros termos da mesma família que se espalharam pelas línguas ocidentais. Todos derivam, naquilo que uma sensibilidade contemporânea classificaria como o mais alto grau da incorreção política, do latim medieval *slavus*, *sclavus*.

Trata-se da mesma origem do termo *eslavo*, nome genérico dos habitantes da Europa central e oriental que os povos germânicos escravizaram maciçamente na Idade Média.

E como foi que o sombrio *schiavo* veio a se tornar uma saudação jovial e despreocupada em italiano? O que à primeira vista não faz sentido tem solução simples: *ciao* é o produto final de uma série de abreviações efetuadas na expressão de cortesia *sono suo schiavo* (“sou seu escravo”), equivalente à nossa formula *sou seu criado*.

trabalho e “tripalium”

Durante muito tempo os etimologistas relutaram em admitir o óbvio, refugiando-se em hipóteses obscuras que envolviam outras matrizes latinas e até vocábulos de línguas obscuras como gaélico (!) e címbrico (!!).

A verdade pouco palatável é que, como o francês *travail*, o espanhol *trabajo* e o italiano *travaglio* (este, o que mais conserva o tom sombrio do termo original, deixando para *lavoro* os significados mais amenos), o vocábulo *trabalho* é descendente direto da palavra latina *tripalium*.



E o que era o *tripalium*? Um instrumento composto de três paus, três estacas que, fincadas no chão para desenhar os vértices de um triângulo, se encontravam no alto. A essa estrutura se prendiam pessoas para serem martirizadas.

Isso mesmo: por mais que tal ideia revolte uma sensibilidade moderna, o antepassado daquele que “enobrece e dignifica o homem” era um instrumento de tortura. A punição e o suplício estão intimamente ligados ao trabalho.

Quando o verbo equivalente a *trabalhar* desembarcou primeiro numa língua românica — no francês do século XII — as ideias que expressava eram duas: submeter a padecimentos físicos ou morais e sofrer terrivelmente (vem daí a expressão *trabalho de parto*).

Já estavam lá, portanto, as duas linhas de força, a ativa e a passiva, que teriam papéis complementares na evolução semântica da palavra. Trabalhar era padecer, extenuar-se, acabar-se na labuta, como faziam escravos e condenados. Era também exercer uma ação — modificadora e, por metáfora, torturante — sobre a terra, os alimentos, os animais.

Para que fossem surgindo gradualmente as acepções modernas, positivas e relativamente indolores ligadas ao exercício de uma profissão, seria preciso esperar alguns séculos. Data de 1600, em francês, o primeiro registro de *travail* como "atividade profissional cotidiana necessária à subsistência".

Não por acaso, a evolução semântica do trabalho caminhou paralelamente à ascensão da visão de mundo burguesa, que o valoriza, e ao declínio dos modelos econômicos baseados na escravidão e na servidão.

Labuta, lavor, faina…

Alguns dos sinônimos de *trabalho* também carregam histórias interessantes, ainda que não tão dramáticas. *Labuta* ("trabalho pesado e perseverante") tem origem obscura, mas considera-se provável que esteja ligado ao vocábulo de origem latina *labor* — talvez, na hipótese do etimologista Antônio Geraldo da Cunha, em cruzamento com a palavra *luta*.

Em resumo, seria o seguinte: *labor* + *luta* = *labuta*. Não passa de uma tese — de difícil comprovação, aliás — mas depois disso convém tratar com mais respeito neologismos brincalhões contemporâneos como *pescotapa* e *aborrecente*.

Labor e *lavor*, do latim *labor*, *laboris*, são palavras pouco usadas hoje, mas é provável que estejam na origem de um termo de ampla circulação: *lavoura*.

O vocábulo *faina*, outro sinônimo culto de *trabalho*, é mais um que apresenta conexões rurais: teve origem no espanhol *faena* ("o que deve ser feito"), vindo por sua vez do catalão *fahena*, derivado do latim *facienda* — a mesma fonte onde o português foi buscar *fazenda*.

vermes vermelhos

São muitos os sinônimos de *vermelho* em português, mas é esta a palavra que usamos preferencialmente para nomear a cor do sangue. Uma palavra que descende do latim *vermiculus*, "vermezinho" — mais especificamente a cochonilha, nome genérico de um parasita de plantas, espécie de pulgão, do qual se extrai desde a antiguidade um corante intensamente vermelho.

Vermelho levou a língua portuguesa a deixar em segundo plano os descendentes das palavras que, em latim, tinham precedência como nomes dessa cor: *ruber* ou *rubeus*, de onde saíram o francês *rouge* e nosso *rubro*; e *russeus*, "vermelho-escuro", matriz do espanhol *rojo*, do italiano *rosso* e ainda, num desvio cromático considerável, do nosso *roxo*.

O *vermiculus* deixou sua marca cromática em outras línguas neolatinas, mas em nenhuma delas com a posição de vocábulo dominante. *Vermeil* (francês), *vermiglio* (italiano), *bermejo* (espanhol) e até *vermilion* (inglês, que não é uma língua neolatina mas às vezes gostaria de ser) são sinônimos mais ou menos rebuscados que traduzem variações sutis do vermelho. Como, entre nós, *rubro*, *escarlate*, *encarnado*, *coral*, *solferino* etc.

E os astecas com isso?

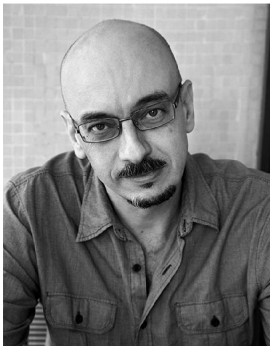
Segundo o dicionário *Saraiva*, *vermiculus* já era usado em latim nos primeiros séculos da era cristã com os sentidos de "cochonilha" e ainda de "escarlate", por autores como Isidoro e Jerônimo.

Isso basta para atestar que o verbete "cochonilha" da Wikipedia erra feio ao tratar a propriedade corante do "vermezinho" como algo que o Velho Mundo teria aprendido com a cultura asteca alguns séculos mais tarde.

vestíbulo e vestibular

Como o (telefone) *celular*, o (exame) *vestibular* é um adjetivo que roubou na linguagem comum o lugar do substantivo que costumava qualificar. E por que *vestibular*? Por ser relativo a vestíbulo, simples assim. Estamos falando de uma metáfora espacial.

O latim *vestibulum* era originariamente um termo de arquitetura que queria dizer "pórtico ou pátio externo", e que mais tarde teve seu sentido ampliado para abarcar o de "átrio" ou qualquer outro ambiente de transição entre a porta de entrada e o corpo principal de uma construção. Ou seja: quem faz vestibular encontra-se num lugar provisório, intermediário, de passagem entre o ensino médio e o ensino superior.



BEL PEDROSA

SÉRGIO RODRIGUES é escritor, crítico literário e jornalista. Mineiro que adotou o Rio de Janeiro, é autor, entre outros, do romance *O drible*, vencedor do prêmio Portugal Telecom (atual Oceanos) e publicado em seis países. Desde 2001 mantém na imprensa colunas sobre o universo linguístico, etimológico e gramatical com grande audiência, do extinto *Jornal do Brasil* ao site da revista *Veja*. Em 2011, ganhou o prêmio Cultura do governo do estado do Rio de Janeiro pelo conjunto de sua obra.

Copyright © 2016 by Sérgio Rodrigues

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa
Alceu Chiesorin Nunes

Ilustrações
Francisco Horta Maranhão

Projeto gráfico
Debs Bianchi

Preparação
Lígia Azevedo

Revisão
Huendel Viana
Angela das Neves

ISBN 978-85-438-0671-6

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ S.A.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3707-3500
Fax: (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br
facebook.com/companhiadasletras
instagram.com/companhiadasletras
twitter.com/cialetras



O DRIBLE

SÉRGIO RODRIGUES

Companhia Das Letras

O drible

Rodrigues, Sérgio

9788580868180

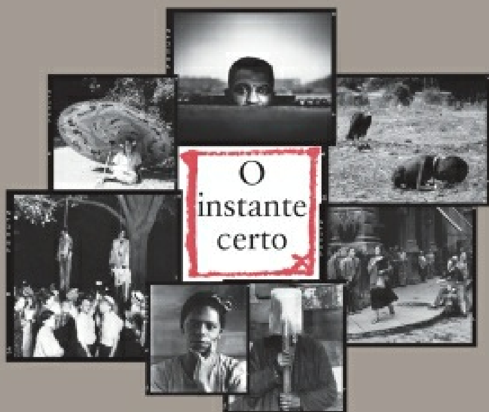
224 páginas

Compre agora e leia

Desenganado pelos médicos, um cronista esportivo de oitenta anos, testemunha dos anos dourados do futebol brasileiro, tenta se reaproximar do filho com quem brigou há um quarto de século. Toda semana, em pescarias dominicais, Murilo Filho preenche com saborosas histórias dos craques do passado o abismo que o separa de Neto. Revisor de livros de autoajuda, Neto leva uma vida medíocre colecionando quinquilharias dos anos 1970 e conquistando moças que trabalham no comércio perto de sua casa, no bairro carioca da Gávea. Desde os cinco anos, quando a mãe se suicidou, sente-se desprezado pelo pai famoso. Como nos romances anteriores de Sérgio Rodrigues, há um contraponto de vozes narrativas. Entremeado com o relato principal, transcorre o livro que Murilo escreve sobre um extraordinário jogador dos anos 1960 chamado Peralvo, dotado de poderes sobrenaturais e que teria sido "maior que Pelé" se não tivesse encontrado um fim trágico. A alternância entre o realismo da história de Neto, seco e desencantado, e o realismo mágico da história de Peralvo sinaliza a perícia de Sérgio Rodrigues, um dos narradores mais habilidosos de sua geração. O personagem do velho cronista é o veículo de uma celebração da história do futebol raras vezes empreendida pela literatura brasileira. Murilo Filho, porém, é mais do que isso. Com atraso, como se tomasse um drible, Neto entrevê nas frestas da narrativa do pai - e o leitor, um pouco antes dele - um sombrio segredo de família e um episódio tenebroso dos porões da ditadura militar.

Compre agora e leia

Dorrit Harazim



Companhia das Letras

O instante certo

Harazim, Dorrit

9788543806242

384 páginas

Compre agora e leia

Com olhar arguto e sensível, a jornalista Dorrit Harazim fala de algumas das mais importantes fotografias da história.
Há cliques que alteraram o rumo da história e os costumes da sociedade. Neste O instante certo, a premiada jornalista Dorrit Harazim conta as histórias de alguns dos mais célebres fotogramas já tirados. Assim, registros da Guerra Civil Americana servem de base para analisar os avanços tecnológicos da fotografia; uma foto na cidade de Selma conta a história do movimento pelos direitos civis; e uma mudança na lei trabalhista brasileira tem como fruto um dos mais profícuos retratistas do país.
Em seu primeiro livro, Harazin nos guia não apenas através das imagens, mas de um universo de histórias interligadas, acasos e aqueles breves momentos de genialidade que só a fotografia pode captar.

Compre agora e leia

Oliver Sacks

Diário de Oaxaca

Companhia das Letras

Diário de Oaxaca

Sacks, Oliver

9788580869026

128 páginas

Compre agora e leia

Conhecido por seus relatos clínicos que desvendam grandes mistérios do cérebro humano, Oliver Sacks revela uma nova faceta em seu diário de viagem para o estado de Oaxaca, no México. Durante dez dias, acompanhou um grupo de botânicos e cientistas amadores interessados em conhecer o hábitat das samambaias mais raras do mundo. Entre descrições minuciosas da morfologia das plantas e uma ou outra digressão acerca de pássaros e tipos de solo, o texto concentra toda a sua força em desvendar um grande mistério da mente humana: a curiosidade científica. Ao observar de perto o comportamento de seus colegas de excursão, Oliver Sacks revela que a ciência, longe de ser uma seara de cálculos e experimentos, nasce do interesse genuíno e apaixonado de amadores, cuja erudição nem sempre supera a vontade de aprender e descobrir fatos novos. Os personagens que compõem a expedição são sui generis. O grupo é composto de tipos humanos diversos: homens e mulheres, americanos e ingleses, cientistas e curiosos circulam com desenvoltura por selvas e grutas, mas protagonizam cenas de verdadeira comédia ao tentar, sem sucesso, se imiscuir no cotidiano das cidades mexicanas por onde passam. É o caso da visita coletiva feita a um alambique onde se processa o mescal, bebida alcoólica extraída do agave, uma planta nativa que também dá origem à tequila. Levemente alterados pela degustação a que se submetem no maior "interesse científico", os expedicionários terminam sentados em uma pequena planície das redondezas, uivando para a lua e se "perguntando como será que os lobos e os outros animais se sentiram quando a lua, a sua lua, lhes foi roubada". Composto de uma gama variada de assuntos, Diário de Oaxaca versa ainda sobre a intimidade de Oliver Sacks, cujo mal-estar em relação aos meios oficiais e ultracompetitivos da ciência contemporânea fica evidente nas diversas passagens em que o autor externaliza sua admiração pelos amadores - classe de cientistas à qual, aliás, o livro é dedicado.

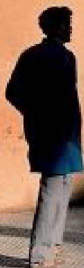
Compre agora e leia

GEORGES

SIMENON



COMPANHIA DAS LETRAS



O enforcado de Saint-Pholien

COMISSÁRIO MAIGRET

O enforcado de Saint-Pholien

Simenon, Georges

9788580869934

136 páginas

Compre agora e leia

Maigret inadvertidamente causa o suicídio de um homem, mas seu remorso motiva a descoberta dos sórdidos eventos que levaram o homem desesperado a se matar. O que primeiro vem à mente quando se fala em Georges Simenon são os números: ele escreveu mais de quatrocentos livros, que venderam mais de 500 milhões de exemplares e foram traduzidos para cinquenta idiomas. Para o cinema foram mais de sessenta adaptações. Para a televisão, mais de 280. Simenon foi um dos maiores escritores do século XX. Entre seus admiradores, figuravam artistas do calibre de André Gide, Charles Chaplin, Henry Miller e Federico Fellini. Em meio a suas histórias policiais, figuram 41 "romances duros" de alta densidade psicológica e situados entre as obras de maior consistência da literatura europeia. Em O enforcado de Saint-Pholien, Maigret está em viagem para Bruxelas. Por acidente, o comissário precipita o suicídio de um homem, mas seu remorso é ofuscado pela descoberta dos sórdidos eventos que levaram o homem à decisão extrema de se matar.

Compre agora e leia

JORGE AMADO

seara vermelha



COMPANHIA DAS LETRAS

Seara Vermelha
Amado, Jorge
9788563397508
368 páginas

Compre agora e leia

Escrito em 1946, quando Jorge Amado era deputado federal pelo Partido Comunista, Seara vermelha narra a luta dos sertanejos do Nordeste contra a fome e pela dignidade humana. Na primeira parte o romance descreve a penosa retirada rumo ao sul de uma família de lavradores pobres, expulsos da roça pelo novo latifundiário da região. Na caminhada pela inóspita caatinga, comandados pelo patriarca Jerônimo, vários vão ficando pelo caminho: uns morrem de fome, outros de doença; a irmã de Jerônimo junta-se aos seguidores de um profeta do apocalipse, o jovem Agostinho e sua prima ficam numa fazenda para trabalhar e casar, outra se prostitui. Poucos concluem a longa jornada até as terras míticas de São Paulo. Na segunda metade do livro, conta-se a história dos três filhos de Jerônimo que saíram de casa antes mesmo do grande êxodo: Jão vira soldado de polícia, José se torna o temido cangaceiro Zé Trevoada, e Juvêncio engaja-se na luta revolucionária. A ação se desloca do sertão nordestino aos confins da selva amazônica, do Mato Grosso ao Rio de Janeiro e São Paulo. Acontecimentos cruciais da história do país, como a Revolução Constitucionalista de 32 e sobretudo o Levante Comunista de 35, sem falar do cangaço e das revoltas místicas, são retratados de modo vivo e pulsante neste romance de amplo fôlego, que é também uma narrativa de extrema e dolorosa atualidade. Este e-booknão contém as imagens presentes na edição impressa.

Compre agora e leia